

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO

2012

VOLUME I

FICHA TÉCNICA

Relatório de Execução 2012 do COMPETE (POFC - Programa Operacional Factores de Competitividade)

Aprovado pela Comissão Ministerial de Coordenação do POFC
a 12 de Junho de 2012

Aprovado pela Comissão de Acompanhamento do POFC
a 14 de Junho de 2012.

Aceite pela Comissão Europeia a 22 de Julho de 2013, em conformidade com o n.º 4 do artigo 67.º
do Regulamento (CE) n.º 1083/2006.

APRESENTAÇÃO

O cumprimento da missão de um Programa dirigido à promoção da competitividade da economia portuguesa, num contexto de recessão económica, marcada pelos compromissos externos de consolidação das contas públicas e pelo fraco dinamismo dos nossos principais parceiros comerciais, e de contração do investimento público e privado, assume-se como um importante desafio.

Ao longo de 2012, e tal como nos anos anteriores, o COMPETE procurou, em concertação com a tutela e as demais entidades envolvidas na operacionalização do QREN, adaptar-se às necessidades das empresas e da envolvente empresarial, no sentido de ajudar a ultrapassar alguns dos constrangimentos a que estas estão sujeitas. Para além do resultado da reprogramação financeira e estratégica do QREN, que contribuiu para reforçar a dotação do COMPETE em 70 milhões de euros e a sua orientação para as empresas, destacam-se algumas das medidas implementadas em 2012, como sejam a criação de novas linhas de crédito para PME e de fundos de capital de risco, contribuindo para aumentar o financiamento das empresas, a definição de um calendário de concursos numa lógica em contínuo até ao final de 2013, minimizando a incerteza e disponibilizando uma dotação importante para novos investimentos, o aumento das taxas de incentivos dos projetos promovidos por entidades públicas e a flexibilização das regras de pagamento do incentivo aos promotores, agilizando e melhorando a execução dos projetos.

O Programa reforçou ainda a aposta nalgumas áreas consideradas determinantes para o crescimento sustentável da economia, como a internacionalização das empresas, alargando a taxa de incentivo para estes projetos no SI Qualificação PME, apostou nos projetos simplificados, criando os Vales “Energia ou Ambiente”, “Internacionalização”, “Empreendedorismo” e intensificou o seu contributo para a criação de emprego, nomeadamente pela participação no Programa Impulso Jovem.

2012 foi também o ano de conclusão do primeiro ciclo de reconhecimento das Estratégias de Eficiência Coletiva tipologia Clusters e do início do processo de avaliação desta iniciativa piloto, cujos resultados contribuirão, certamente, para a implementação do novo período de reconhecimento. Neste âmbito, são de relevar as mais de cinco centenas de projetos integrados (âncora e complementares), que espelham a aposta do Programa em fileiras e setores com maiores vantagens comparativas e potencial de desenvolvimento na economia portuguesa.

Não obstante a conjuntura macroeconómica desfavorável, os resultados de 2012 refletem um bom desempenho do COMPETE, a atingir um nível geral de compromissos de 98%, com a execução a superar os 50% da dotação do Programa, permitindo superar o cumprimento da meta mínima de execução definida regulamentarmente pela Comissão Europeia (regra n+3). O referido bom desempenho reflete-se igualmente ao nível dos indicadores do Programa, muitos dos quais ultrapassando já a meta global.

| ii

É partindo destes resultados que se entra em 2013, o último ano para a aprovação de novos projetos, e em que é determinante o acompanhamento dos compromissos assumidos e a assumir, por via a garantir a total realização do Programa, no quadro dos objetivos e prioridades estabelecidos.

A Comissão Directiva do COMPETE¹

Isabel Matalonga

Piedade Valente

¹ À data de elaboração deste Relatório, a Comissão Directiva era formada pelas vogais Piedade Valente e Isabel Matalonga, na sequência da saída de Franquelim Alves, em 1 de fevereiro de 2013, em resultado da sua nomeação como Secretário de Estado do Empreendedorismo, Competitividade e Inovação.

SUMÁRIO EXECUTIVO

O Programa Operacional Temático Fatores de Competitividade (COMPETE) foi aprovado a 5 de outubro de 2007, no âmbito do Quadro Estratégico de Referência Nacional (QREN). Abrangendo as três regiões do objetivo Convergência do Continente – Norte, Centro e Alentejo, estrutura-se em torno de seis Eixos Estratégicos, dispondo de **cinco tipos de instrumentos**: Sistemas de Incentivos ao investimento das empresas; mecanismos de Engenharia Financeira; apoios a Ações Coletivas e apoios a Ações Públicas de modernização da Administração Pública e apoio a projetos de capacitação e consolidação do Sistema Científico e Tecnológico Nacional.

Em 2012, no quadro da reprogramação do QREN, com enfoque na competitividade e no emprego, foi efetuado um **reforço de 70 milhões de euros** no COMPETE. A reprogramação do Programa, aprovada pela Comissão Europeia em dezembro de 2012, incluiu também a transferência de dotações entre Eixos Prioritários, permitindo o reforço dos Eixo I (SAESCTN) e Eixo III (Engenharia Financeira).

REALIZAÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL

Das **17.239 candidaturas rececionadas**, envolvendo um investimento total proposto de 19,9 mil milhões de euros,

permaneciam em fase de análise, no final de 2012, apenas 7%.

O nível de entrada de candidaturas de empresas (enquadradas em Avisos de Abertura de Concursos) tem-se mantido constante ao longo dos anos. Pelo contrário, verifica-se uma diminuição das candidaturas dos grandes projetos empresariais, bem como dos projetos SAMA e SIAC.

Em termos acumulados, encontravam-se aprovados 5.100 projetos com um investimento elegível de 6,6 mil milhões de euros e um incentivo de 3,1 mil milhões de euros. Analisando as **aprovações brutas por ano**, verifica-se que em 2012 se registou um ligeiro aumento face ao ano anterior, embora para valores abaixo dos verificados no triénio 2008-2010.

Relativamente aos projetos decididos, constata-se que **42% foram selecionados para financiamento** (representando 77% do investimento proposto), sendo de constatar a forte seletividade que se verifica nos projetos do SAESCTN.

A **região Norte** é a que conta com mais aprovações, sendo o investimento médio por projeto superior no Alentejo.

Dos projetos aprovados, 86% encontram-se encerrados ou em **execução** (com realização financeira), o que comprova que a diferença existente entre o compromisso assumido (98% da dotação)

e a execução atual (51%) se deve ao ciclo de vida normal dos projetos (que têm, em regra, dois anos para executar os seus investimentos).

No final de 2012, as **candidaturas** a EEC representavam 7% dos projetos e 13% do investimento candidatos ao Programa (SAESCTN+SI+SIAC), num total de 1.142 projetos e mais de 2,4 mil milhões de euros de investimento proposto. Destas, encontravam-se aprovados 554 projetos, aos quais se associam mais de mil milhões de euros de investimento elegível e perto de 635 milhões de euros de incentivo.

Analisando as **anulações**, verifica-se um aumento do incentivo revogado ao longo dos anos, com particular destaque para os projetos contratados que não chegaram a iniciar os respetivos investimentos.

À mesma data, encontravam-se **contratados** 4.825 projetos com um incentivo associado de 2,9 mil milhões de euros, de que resulta uma taxa de contratação de 95%.

Verifica-se, também, uma forte concentração nos projetos inseridos em **Temas Prioritários** considerados como *Earmarking*, que absorvem 98% do incentivo aprovado, com destaque para o tema “Investigação e desenvolvimento tecnológico, inovação e empreendedorismo”.

Relativamente à **tipologia de promotores**, constata-se que cerca de $\frac{3}{4}$ do

investimento elegível se refere a projetos empresariais, 16% a projetos de entidades públicas e os restantes 9% a projetos de entidades privadas sem fins lucrativos.

De assinalar, também, o **elevado grau de realização** (cumprimento atual na ordem de 75%) das metas dos **Indicadores Físicos de Realização e Acompanhamento** fixadas por Eixo Prioritário para 2015.

No que concerne à **realização financeira**, face à dotação total 2007-2013 (onde se inclui o reforço de 70 milhões de euros efetuado), atingiu-se um nível geral de **compromissos** de cerca de 98%, destacando-se os Eixos II e IV já com taxas de compromisso superiores à respetiva dotação.

O montante de **pagamentos** realizados em 2012 ascendeu a 488 milhões de euros, tornando-se no ano com o maior volume de pagamentos desde o início do Programa (mais cerca de 25% face a 2011). Em termos acumulados, o montante total de pagamentos realizados foi de 1,7 mil milhões de euros, o que se traduz numa taxa de pagamento de 53% face à dotação do Programa.

A taxa de **execução** (Fundo) fixou-se nos 51%, o que corrobora o esforço significativo de execução realizado num contexto económico bastante adverso.

Esta execução acumulada permitiu um **cumprimento da meta n+3** em 174%, apesar de todas as dificuldades e constrangimentos sentidos nos últimos anos, com impacte significativo na execução do Programa.

Tal como consta da decisão do Programa, o mecanismo de apoio (“**regra spill-over effects**”) a regiões fora da Convergência continua a assumir um carácter de excecionalidade, representando apenas 4% do investimento elegível apoiado.

Ao nível da Agenda da Competitividade, envolvendo o COMPETE e os PO Regionais do Continente, foi cumprido o limite de 60% de **apoios diretos a PME**.

CONFORMIDADE COM O DIREITO COMUNITÁRIO

Durante o ano em análise foi assegurado o cumprimento dos dispositivos comunitários em termos de **Regras da Concorrência, Contratação Pública, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e Igualdade de Oportunidades**.

MUDANÇAS NO CONTEXTO DA EXECUÇÃO DO COMPETE

No ano de 2012, a **economia mundial** acentuou a trajetória de abrandamento, visível na redução do crescimento do PIB mundial e dos fluxos comerciais. Na **Área do Euro**, as importantes decisões da CE e do BCE no sentido de dar confiança aos mercados, tomadas já na segunda metade do ano de 2012, não foram suficientes para impedir a contração do PIB e travar a escalada do desemprego.

No quadro de um forte programa de consolidação das contas públicas, a **economia portuguesa** registou, em 2012, uma contração superior à esperada, resultante designadamente da quebra da procura, com os indicadores setoriais a refletirem as expetativas pouco positivas dos empresários e a conseqüente quebra do investimento. Apesar de ter aumentado a liquidez dos bancos, o acesso ao crédito pelas empresas manteve-se dificultado, devido à elevada perceção de risco que ainda persiste.

PROBLEMAS SIGNIFICATIVOS ENCONTRADOS E MEDIDAS TOMADAS PARA OS RESOLVER

Um dos principais constrangimentos externos à boa execução do Programa prende-se com a **difícil conjuntura macroeconómica**, com impacte potencial sobre a execução dos projetos, designadamente ao nível das entidades públicas.

Das **medidas implementadas pela AG COMPETE** para dar resposta a estes constrangimentos destacam-se a operacionalização da Linha INVESTE QREN, a criação de três Fundos Revitalizar (Fundos Regionais de Expansão Empresarial), o lançamento dos Avisos de Abertura de Concursos (AAC), numa lógica em contínuo e até ao final de 2013, o aumento das taxas de incentivos dos projetos promovidos por entidades públicas e nos projetos orientados para a internacionalização e, ainda, a Revisão da Norma de Pagamentos aos Beneficiários.

No âmbito da criação do emprego jovem, foi lançado o programa **Impulso Jovem**, com contributo das medidas do COMPETE.

Até final do ano, passaram pela Bolsa de Descativação de Incentivo (BDI), 1.641 projetos (alguns deles mais do que uma vez), num total de 1.907 entradas. Destas, 76% das situações estão resolvidas, permanecendo, na BDI, 455 projetos, com um incentivo associado de 366,5 milhões de euros, boa parte dos quais referentes a aprovações do último trimestre do ano.

COMPLEMENTARIDADE COM OUTROS INSTRUMENTOS

Para além da articulação com o PRODER e com o POPH, é de salientar o trabalho da AG COMPETE na coordenação da rede de incentivos do QREN, designadamente assegurando a assessoria técnica à elaboração das Comissões de Seleção, na circulação da informação e na comunicação ao IFDR dos apoios *de minimis*, entre outros.

ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

A **Descrição do Sistema de Gestão e Controlo** do COMPETE foi objeto de atualização, em setembro de 2012, visando integrar as alterações ocorridas aos procedimentos de gestão e controlo, tendo a mesma sido aprovada pela Comissão Directiva, em novembro de 2012.

Relativamente ao **Controlo Interno**, foi definido um novo plano de auditorias de sistema e de operações a efetuar pela Autoridade de Gestão em 2012/2013 e procedeu-se ao acompanhamento das auditorias realizadas no âmbito dos Planos de Controlo Interno de 2010 e 2011/2012. Foi, igualmente, elaborado o **Plano Anual de Verificações no Local de 2012** relativo a despesa certificada até Junho de 2012 (a executar em 2013), tendo sido aprovado pela Comissão Directiva em dezembro de 2012. Em matéria de auditorias às operações, a IGF estima, com base nos resultados obtidos, considerando todos os erros identificados no Sistema Comum 1, onde se integra o COMPETE, um erro total existente na população de 1,6%, ou seja, valor que não ultrapassa o limiar definido da materialidade de 2%.

No âmbito do **Sistema de Informação**, destaca-se a criação da PAS - Plataforma de Acesso Simplificado, um projeto que vem otimizar o relacionamento com o promotor, a criação do Balcão do Promotor, a possibilidade de submissão eletrónica de Pedidos de Alteração a projetos SIAC, a implementação de alertas e diversos mecanismos automáticos no âmbito da BDI, entre as mais diversas alterações e atualizações de listagens e formulários.

Em junho, teve lugar a 6.ª reunião da **Comissão de Acompanhamento**, onde, para além da aprovação do Relatório de Execução de 2011, se aprovaram, entre

outros, as linhas gerais da reprogramação do COMPETE,

No que concerne à **avaliação**, 2012 foi o ano de lançamento do procedimento para a avaliação intercalar do Programa, que culminará em 2013 e cujos resultados serão, certamente, relevantes para a preparação do próximo período de programação. Para além da participação ativa em outros exercícios de avaliação em curso, destaca-se, ainda, o envolvimento da AG COMPETE na Avaliação da Estratégia e do Processo de Implementação da EEC - tipologia Clusters.

GRANDES PROJETOS

Encontram-se aprovados pelo COMPETE **12 Grandes Projetos**, envolvendo um investimento elegível de 1,4 mil milhões de euros e uma comparticipação comunitária de 328,0 milhões de euros.

INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO

Em 2012, é de realçar o esforço de articulação com os promotores, no sentido de partilhar os resultados dos projetos aprovados, quer no *site*, quer via *newsletter* semanal, bem como do cumprimento das regras em matéria de informação e publicidade.

Foi dada prioridade aos meios de comunicação mais inovadores,

participativos e dinâmicos de que são exemplo as redes sociais.

Dos eventos realizados, destaca-se a sessão anual de balanço da aplicação do Programa, subordinada ao tema "Novos desafios à Competitividade | Respostas no presente e no futuro", realizada em dezembro, em Aveiro.

EVOLUÇÃO PREVISÍVEL PARA 2013

Constituindo o último ano para aprovação de novos projetos, perspectiva-se que 2013 seja marcado por um elevado nível de aprovações.

Assumem-se assim, como prioridades, o acompanhamento dos compromissos assumidos, a manutenção do ritmo de execução e pagamentos registado em 2012, de modo a cumprir as metas de execução e o incremento do nível de encerramentos, a fim de maximizar a utilização das dotações disponíveis para o Programa e atingir os resultados esperados.

Durante o ano de 2013 prevê-se, ainda, a realização de **Pedidos de Pagamento FEDER** à Comissão Europeia no valor de 502,5 milhões de euros, sendo, por isso, expectável o cumprimento da meta mínima de execução (regra n+2).

ÍNDICE GERAL

	Página
APRESENTAÇÃO	I
SUMÁRIO EXECUTIVO	III
ÍNDICE GERAL	VIII
ÍNDICE DE TABELAS:.....	XI
ÍNDICE DE FIGURAS.....	XIV
ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	XV
INTRODUÇÃO	1
1. APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL	3
2. EXECUÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL	15
2.1 REALIZAÇÃO E ANÁLISE DOS PROGRESSOS	15
2.1.1. <i>Realização Física do Programa Operacional</i>	15
2.1.2. <i>Realização Financeira do Programa Operacional</i>	19
2.1.3. <i>Informação sobre a Repartição da Utilização dos Fundos</i>	30
2.1.4. <i>Informação sobre o Apoio Comunitário por Grupos-Alvo</i>	36
2.1.5. <i>Apoio Restituído ou Reutilizado</i>	36
2.1.6. <i>Análise Qualitativa</i>	39
2.2 INFORMAÇÃO SOBRE A CONFORMIDADE COM O DIREITO COMUNITÁRIO.....	53
2.2.1. <i>Regras da Concorrência</i>	53
2.2.2. <i>Regras de Contratação Pública</i>	57
2.2.3. <i>Políticas de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável</i>	57
2.2.4. <i>Igualdade de Oportunidades</i>	62
2.2.5. <i>Limite Máximo de Apoio a Despesas de Formação Profissional</i>	66
2.3 PROBLEMAS SIGNIFICATIVOS ENCONTRADOS E MEDIDAS TOMADAS PARA OS RESOLVER	67
2.3.1. <i>Constrangimentos Internos</i>	67
2.3.2. <i>Constrangimentos Externos</i>	67
2.4 MUDANÇAS NO CONTEXTO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL.....	74
2.4.1. <i>Contexto Socioeconómico</i>	74

2.4.2.	<i>Regulamentos Publicados em 2012</i>	89
2.4.3.	<i>Manuais de Procedimentos</i>	92
2.4.4.	<i>Orientações Técnicas e de Gestão</i>	94
2.4.5.	<i>Avisos/Editais para Apresentação de Candidaturas</i>	95
2.5	ALTERAÇÃO SUBSTANCIAL NA ACEÇÃO DO ARTIGO 57.º DO REGULAMENTO (CE) N.º 1083/2006	98
2.6	COMPLEMENTARIDADE COM OUTROS INSTRUMENTOS	98
2.6.1.	<i>Complementaridade com outros Programas</i>	98
2.6.2.	<i>Instrumentos de Engenharia Financeira</i>	104
2.7	ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO	104
2.7.1.	<i>Acompanhamento</i>	104
2.7.2.	<i>Avaliação</i>	137
2.7.3.	<i>Avaliação Ambiental Estratégica (AAE)</i>	142
3.	EXECUÇÃO POR EIXO PRIORITÁRIO	148
3.1	EIXO PRIORITÁRIO I – CONHECIMENTO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO	148
3.1.1.	<i>Cumprimento de metas e análise de progressos</i>	149
3.1.2.	<i>Análise qualitativa</i>	150
3.1.3.	<i>Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver</i>	173
3.2	EIXO PRIORITÁRIO II – INOVAÇÃO E RENOVAÇÃO DO MODELO EMPRESARIAL E DO PADRÃO DE ESPECIALIZAÇÃO	174
3.2.1.	<i>Cumprimento de metas e análise de progressos</i>	175
3.2.2.	<i>Análise qualitativa</i>	178
3.2.3.	<i>Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver</i>	199
3.3	EIXO PRIORITÁRIO III – FINANCIAMENTO E PARTILHA DE RISCO DA INOVAÇÃO	199
3.3.1.	<i>Cumprimento de Metas e Análise de Progressos</i>	200
3.3.2.	<i>Análise qualitativa</i>	201
3.3.3.	<i>Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver</i>	211
3.4	EIXO PRIORITÁRIO IV – UMA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EFICIENTE E DE QUALIDADE	212
3.4.1.	<i>Cumprimento de metas e análise de progressos</i>	212
3.4.2.	<i>Análise qualitativa</i>	214
3.4.3.	<i>Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver</i>	219
3.5	EIXO PRIORITÁRIO V – REDES E AÇÕES COLETIVAS DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL	220
3.5.1.	<i>Cumprimento de metas e análise de progressos</i>	221
3.5.2.	<i>Análise qualitativa</i>	222
3.5.3.	<i>Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver</i>	241

4.	GRANDES PROJETOS E PROJETOS AMBIENTAIS	243
4.1	GRANDES PROJETOS	243
4.2	PROJETOS AMBIENTAIS	245
5.	ASSISTÊNCIA TÉCNICA	247
6.	INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO.....	251
6.1	COMUNICAÇÃO WEB.....	252
6.2	COMUNICAÇÃO MEDIÁTICA	257
6.3	EVENTOS & RELAÇÕES PÚBLICAS.....	258
6.4	CONTACTO COM O PÚBLICO	262
6.5	INTERVENÇÕES	263
6.6	A REDE INFORMAL DE COMUNICAÇÃO QREN	263
6.7	A ATIVIDADE NAS REDES COMUNITÁRIAS DE COMUNICAÇÃO REDE INFORM	264
6.8	COMUNICAÇÃO INTERNA	264
6.9	MONITORIZAÇÃO	265
6.10	ORÇAMENTO	266
7.	CONCLUSÕES E PREVISÕES PARA 2013	267
7.1	CONCLUSÕES DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA EM 2012	267
7.2	PREVISÕES PARA 2013	270
	GLOSSÁRIO DE SIGLAS	272
	BIBLIOGRAFIA.....	275
	ANEXOS	276

ÍNDICE DE TABELAS:

	Página
TABELA 1.1: SÍNTESE PROGRAMÁTICA DO COMPETE.....	5
TABELA 1.2: REPROGRAMAÇÃO DE 2012 DO COMPETE APROVADA PELA CE	9
TABELA 1.3: DOTAÇÃO ORÇAMENTAL DO COMPETE	10
TABELA 2.1: ALTERAÇÕES AOS INDICADORES DE REALIZAÇÃO APROVADAS PELA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO	16
TABELA 2.2: INDICADORES COMUNS DE REALIZAÇÃO, 2007-2012.....	17
TABELA 2.3: INDICADORES COMUNS NACIONAIS DA AGENDA FATORES DE COMPETITIVIDADE, 2007-2012	18
TABELA 2.4: PAGAMENTOS REALIZADOS, 2007-2012	20
TABELA 2.5: REEMBOLSOS DO PROGRAMA (INCENTIVO REEMBOLSÁVEL), 2007-2012	22
TABELA 2.6: REALIZAÇÃO FINANCEIRA, 2007-2012	23
TABELA 2.7: META COMUNITÁRIA N+3, 2012	26
TABELA 2.8: CONTRIBUIÇÃO COMUNITÁRIA POR NUTS II, 2007-2012.....	30
TABELA 2.9: CONTRIBUIÇÃO COMUNITÁRIA POR NUTS II E NUTS III, 2007-2012.....	31
TABELA 2.10: CONTRIBUIÇÃO COMUNITÁRIA POR ATIVIDADE ECONÓMICA, 2007-2012.....	32
TABELA 2.11: CONTRIBUIÇÃO COMUNITÁRIA POR FORMAS DE FINANCIAMENTO, 2007-2012	33
TABELA 2.12: APLICAÇÃO REGRA SPILL-OVER EFFECTS, 2007-2012	34
TABELA 2.13: PROJETOS DE I&D EM CO-PROMOÇÃO APROVADOS AO ABRIGO DA REGRA SPILL-OVER EFFECTS, 2007-2012.....	35
TABELA 2.14: PROJETOS APROVADOS NO SAMA AO ABRIGO DA REGRA SPILL-OVER EFFECTS, 2007-2012.....	36
TABELA 2.15: AÇÕES DE CONTROLO EXTERNO - APOIO RESTITUÍDO OU REUTILIZADO, 2007-2012.....	37
TABELA 2.16: VERIFICAÇÕES NO LOCAL - APOIO RESTITUÍDO OU REUTILIZADO, 2007-2012	38
TABELA 2.17: GESTÃO E ACOMPANHAMENTO DAS OPERAÇÕES - APOIO RESTITUÍDO OU REUTILIZADO, 2007-2012	39
TABELA 2.18: CANDIDATURAS RECECIONADAS POR EIXO PRIORITÁRIO, 2007-2012	39
TABELA 2.19: PROJETOS COM VARIAÇÃO DOS VALORES DE APROVAÇÃO EM 2012	43
TABELA 2.20: PROJETOS APROVADOS (INCLUINDO SALDO DE 2012 DE NOVAS APROVAÇÕES E DESCATIVAÇÕES) POR EIXO PRIORITÁRIO, 2007-2012	44
TABELA 2.21: PROJETOS APROVADOS POR FASE DE CANDIDATURA, 2007-2012.....	47
TABELA 2.22: PROJETOS APROVADOS POR REGIÃO, 2007-2012	47
TABELA 2.23: PROJETOS CONTRATADOS POR EIXO PRIORITÁRIO, 2007-2012	49
TABELA 2.24: APROVAÇÕES E EXECUÇÃO POR TEMA PRIORITÁRIO (CONTRIBUIÇÃO COMUNITÁRIA), 2007-2012....	50
TABELA 2.25: PROJETOS APROVADOS POR TIPOLOGIA DE PROMOTOR, 2007-2012.....	52
TABELA 2.26: NÍVEL DE APOIO A PME NO COMPETE E PO REGIONAIS, 2007-2012	52
TABELA 2.27: REGIMES DE AUXÍLIO UTILIZADOS NO COMPETE POR ENQUADRAMENTO COMUNITÁRIO	54
TABELA 2.28: APOIOS CONCEDIDOS EM TERMOS DE AUXÍLIOS DE ESTADO NO COMPETE POR ENQUADRAMENTO COMUNITÁRIO, 2007-2012.....	55
TABELA 2.29: PROJETOS OBJETO DE NOTIFICAÇÃO À DG CONCORRÊNCIA, 2007-2012	56
TABELA 2.30: PROJETOS OBJETO DE ENVIO EX-POST À DG CONCORRÊNCIA, 2007-2012	56
TABELA 2.31: PROJETOS APROVADOS COM COMPONENTE DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL POR EIXO PRIORITÁRIO, 2007-2012.....	66
TABELA 2.32: PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS – ÁREA DO EURO, 2007-2014	77
TABELA 2.33: EVOLUÇÃO DO VAB POR SETORES – PORTUGAL, 2007-2012.....	81
TABELA 2.34: INDICADORES SETORIAIS – PORTUGAL, 2007-2012	82
TABELA 2.35: PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS – PORTUGAL, 2006-2013.....	88

TABELA 2.36: ARTICULAÇÃO ENTRE O COMPETE E OS PO REGIONAIS	99
TABELA 2.37: ARTICULAÇÃO ENTRE O COMPETE E O POPH	102
TABELA.38: PLANO DE CONTROLO INTERNO 2012/2013	109
TABELA 2.39: AMOSTRA DE PROJETOS DO PLANO DE CONTROLO INTERNO 2012/2013, POR DIMENSÃO DO PLANO	110
TABELA 2.40: AMOSTRA DE PROJETOS DO PLANO DE CONTROLO INTERNO 2012/2013, POR ESTRUTURA DE GESTÃO	111
TABELA 2.41: AMOSTRA DE PROJETOS DO PLANO DE CONTROLO INTERNO, 2012/2013	111
TABELA 2.42: CONSEQUÊNCIAS FINANCEIRAS APURADAS NAS OPERAÇÕES COM RELATÓRIO FINAL DE AUDITORIA, PLANO CONTROLO INTERNO 2010.....	112
TABELA 2.43: PONTO DE SITUAÇÃO VERIFICAÇÕES NO LOCAL, 2007-2012.....	115
TABELA 2.44: CONSEQUÊNCIAS FINANCEIRAS DAS VERIFICAÇÕES NO LOCAL COM RTV DEFINITIVO, 2007-2012..	115
TABELA 2.45: AUDITORIAS EXTERNAS, 2007-2012	116
TABELA 2.46: FOLLOW-UP DAS RECOMENDAÇÕES APLICÁVEIS AO COMPETE	118
TABELA 2.47: CONSEQUÊNCIAS FINANCEIRAS DA AUDITORIA DAS OPERAÇÕES EXECUTADAS PELA ESTRUTURA DE AUDITORIA SEGREGADA SOBRE DESPESA CERTIFICADA PELO COMPETE, 2007-2012	120
TABELA 2.48: ORGANISMOS INTERMÉDIOS ENVOLVIDOS NA GESTÃO DO COMPETE	131
TABELA 3.1: INDICADORES DE REALIZAÇÃO DO EIXO I, 2007-2012.....	149
TABELA 3.2: INDICADORES COMUNS COMUNITÁRIOS DO EIXO I, 2007-2012	150
TABELA 3.3: CANDIDATURAS E PROJETOS APROVADOS NO SAESCTN POR NATUREZA DOS CONCURSOS, 2007-2012.....	153
TABELA 3.4: PROJETOS SAESCTN APROVADOS POR NUTS II, 2007-2012	153
TABELA 3.5: CONCURSOS DE IC&DT ENQUADRADOS NO COMPETE AO ABRIGO DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS, 2007-2012.....	154
TABELA 3.6: CONCURSOS PARA PROJETOS DE IC&DT EM TODOS OS DOMÍNIOS, 2007-2012.....	155
TABELA 3.7: CONCURSOS ESPECÍFICOS COM PROJETOS DE IC&DT APROVADOS, 2007-2012	156
TABELA 3.8: CANDIDATURAS E PROJETOS APROVADOS NO SI I&DT POR INSTRUMENTO, 2007-2012.....	162
TABELA 3.9: PROJETOS APROVADOS NO SI I&DT POR REGIÃO, 2007-2012.....	164
TABELA 3.10: PROJETOS EMPRESARIAIS APROVADOS NO SI I&DT POR DIMENSÃO DAS EMPRESAS, 2007-2012..	165
TABELA 3.11: PROJETOS EMPRESARIAIS APROVADOS NO SI I&DT POR AGRUPAMENTO SETORIAL, 2007-2012...	166
TABELA 3.12: INDICADORES DE REALIZAÇÃO DO EIXO II, 2007-2012.....	176
TABELA 3.13: INDICADORES COMUNS COMUNITÁRIOS DO EIXO II, 2007-2012.....	178
TABELA 3.14: CANDIDATURAS E PROJETOS APROVADOS DO EIXO II POR INSTRUMENTO, 2007-2012	179
TABELA 3.15: PROJETOS APROVADOS DO EIXO II POR REGIÃO, 2007-2012	180
TABELA 3.16: CANDIDATURAS E PROJETOS APROVADOS NO SI INOVAÇÃO POR TIPOLOGIA DE APOIO, 2007-2012	181
TABELA 3.17: PROJETOS APROVADOS NO SI INOVAÇÃO POR SECTOR DE ATIVIDADE, 2007-2012.....	182
TABELA 3.18: PROJETOS APROVADOS NO SI INOVAÇÃO POR DIMENSÃO, 2007-2012	184
TABELA 3.19: CANDIDATURAS E PROJETOS APROVADOS NO SI QUALIFICAÇÃO PME, POR TIPOLOGIA DE APOIO, 2007-2012.....	190
TABELA 3.20: INDICADORES DE REALIZAÇÃO DO EIXO III, 2007-2012.....	201
TABELA 3.21: INDICADORES COMUNS COMUNITÁRIOS DO EIXO III, 2007-2012.....	201
TABELA 3.22: EXECUÇÃO FINANCEIRA DAS LINHAS DE CRÉDITO, 2007-2012.....	203
TABELA 3.23: RESULTADOS DAS LINHAS DE CRÉDITO PME INVESTE I E II, 2007-2012	203
TABELA 3.24: OPERAÇÕES APROVADAS NAS LINHAS DE CRÉDITO POR REGIÃO, 2007-2012	204
TABELA 3.25: OPERAÇÕES APROVADAS NAS LINHAS DE CRÉDITO POR DIMENSÃO DE EMPRESA, 2007-2012.....	204
TABELA 3.26: OPERAÇÕES APROVADAS NAS LINHAS DE CRÉDITO POR INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS, 2007-2012...	204
TABELA 3.27: OPERAÇÕES APROVADAS NAS LINHAS DE CRÉDITO POR CLASSE DE RISCO, 2007-2012	205
TABELA 3.28: OPERAÇÕES APROVADAS NAS LINHAS DE CRÉDITO POR SETOR DE ATIVIDADE, 2007-2012	205
TABELA 29.24: APLICAÇÕES EM PME POR INSTRUMENTO FINANCEIRO, 2007-2012	209
TABELA 3.30: INDICADORES DE REALIZAÇÃO DO EIXO IV, 2007-2012	213

TABELA 3.31: INDICADORES COMUNS COMUNITÁRIOS DO EIXO IV, 2007-2012	214
TABELA 3.32: PROJETOS APROVADOS DO EIXO IV POR TIPO DE PROJETO, 2007-2012	215
TABELA 3.33: PROJETOS APROVADOS NO EIXO IV POR REGIÃO, 2007-2012	217
TABELA 3.34: INDICADORES DE REALIZAÇÃO DO EIXO V, 2007-2012	222
TABELA 3.35: INDICADORES COMUNS COMUNITÁRIOS DO EIXO V, 2007-2012	222
TABELA 3.36: CANDIDATURAS E PROJETOS APROVADOS DO EIXO V POR CONCURSO, 2007-2012.....	223
TABELA 3.37: CANDIDATURAS E PROJETOS APROVADOS DE EEC POR INSTRUMENTO, 2007-2012	235
TABELA 3.38: PROJETOS APROVADOS DE EEC POR TIPO DE ESTRATÉGIA, 2007-2012	240
TABELA 4.1: GRANDES PROJETOS APROVADOS, 2007-2012.....	244
TABELA 4.2: ALTERAÇÕES À LISTA INDICATIVA DE GRANDES PROJETOS.....	245
TABELA 4.3: GRANDES PROJETOS CONCLUÍDOS, 2007-2012.....	245
TABELA 5.1: INDICADORES DE REALIZAÇÃO DO EIXO VI, 2007-2012	248
TABELA 5.2: CANDIDATURAS E PROJETOS APROVADOS DO EIXO VI POR BENEFICIÁRIO, 2007-2012	248
TABELA 5.3: INVESTIMENTO ELEGÍVEL APROVADO NO EIXO VI POR TIPOLOGIA DE DESPESA, 2007-2012	249
TABELA 6.1: DISTRIBUIÇÃO DO CONTEÚDO COMPETE PELAS ÁREAS NOTÍCIAS E EVENTOS NA NEWSLETTER, 2012	255
TABELA 6.2: POSTS E SEGUIDORES NO FACEBOOK DO COMPETE, 2012	256
TABELA 6.3: LISTA DAS 10 PUBLICAÇÕES (POSTS) COM MAIOR ALCANCE, 2012.....	256
TABELA 6.4: INDICADORES DE INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO, 2007-2012	266
TABELA 6.4: ORÇAMENTO E EXECUÇÃO (DESPESA ELEGÍVEL) - INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO, 2007-2012.....	266
TABELA 7.1: CUMPRIMENTO EM 2012 DOS OBJETIVOS FIXADOS EM 2011	269
TABELA 7.2: OBJETIVOS FIXADOS PARA 2013	271

ÍNDICE DE FIGURAS

Página

| xiv

FIGURA 1.1: ORGANIGRAMA DO SECRETARIADO TÉCNICO.....	12
FIGURA 2.1: MODO DE FUNCIONAMENTO DA PLATAFORMA DE ACESSO SIMPLIFICADO (PAS)	125
FIGURA 2.2: PLATAFORMA DE ACESSO SIMPLIFICADO (PAS) – VISÃO GRÁFICA	126
FIGURA 2.3: QUADRO DE RESPONSABILIDADE NA MONITORIZAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA	143

ÍNDICE DE GRÁFICOS

	PÁGINA
GRÁFICO 2.1: CUMPRIMENTO DAS METAS DOS INDICADORES FÍSICOS DE REALIZAÇÃO POR EIXO, 2007-2012	16
GRÁFICO 2.2: TAXAS DE COMPROMISSO POR EIXO PRIORITÁRIO (FUNDO COMUNITÁRIO), 2007-2012.....	20
GRÁFICO 2.3: PAGAMENTOS REALIZADOS (FUNDO COMUNITÁRIO), POR ANO, 2007-2012	21
GRÁFICO 2.4: PAGAMENTOS REALIZADOS (FUNDO COMUNITÁRIO) POR TIPOLOGIA DE INCENTIVO, 2007-2012.....	21
GRÁFICO 2.5: EXECUÇÃO REALIZADA - DISTRIBUIÇÃO POR EIXO PRIORITÁRIO (FUNDO COMUNIT.), 2007-2012	24
GRÁFICO 2.6: TAXAS DE EXECUÇÃO POR EIXO PRIORITÁRIO (FUNDO COMUNITÁRIO), 2007-2012	24
GRÁFICO 2.7: EXECUÇÃO ANUAL REALIZADA (FUNDO COMUNITÁRIO), 2007-2012	25
GRÁFICO 2.8: EXECUÇÃO ACUMULADA (FUNDO COMUNITÁRIO) POR ANO, FACE ÀS METAS N+3/N+2, 2007-2012 ..	26
GRÁFICO 2.9: CERTIFICADOS E DECLARAÇÕES DE DESPESAS E PEDIDOS DE PAGAMENTO (CDDPP) - DISTRIBUIÇÃO POR EIXO PRIORITÁRIO (FUNDO COMUNITÁRIO), 2007-2012	29
GRÁFICO 2.10: INVESTIMENTO RECECIONADO (EXCLUINDO GRANDES PROJETOS) POR ANO DE CANDIDATURA, 2007-2012	40
GRÁFICO 2.11: INVESTIMENTO RECECIONADO POR SITUAÇÃO DAS CANDIDATURAS, 2007-2012	40
GRÁFICO 2.12: INVESTIMENTO RECECIONADO OBJETO DE DESISTÊNCIA POR ANO, 2007-2012	41
GRÁFICO 2.13: INCENTIVO OBJETO DE ANULAÇÃO POR ANO DE ANULAÇÃO, 2007-2012	42
GRÁFICO 2.14: INCENTIVO OBJETO DE ANULAÇÃO, POR ANO DE APROVAÇÃO, 2007-2012.....	42
GRÁFICO 2.15: PROJETOS OBJETO DE ANULAÇÃO, POR ESTÁDIO, 2007-2012.....	42
GRÁFICO 2.16: INCENTIVO BRUTO APROVADO POR SITUAÇÃO ATUAL, 2007-2012	44
GRÁFICO 2.17: APROVAÇÕES BRUTAS POR SITUAÇÃO ATUAL E ANO DE APROVAÇÃO, 2007-2012.....	45
GRÁFICO 2.18: QUEBRA DE ENCERRAMENTO DOS PROJETOS ENCERRADOS POR INSTRUMENTO, 2007-2012	45
GRÁFICO 2.19: TAXAS DE APROVAÇÃO (INVESTIMENTO PROPOSTO), 2007-2012.....	46
GRÁFICO 2.20: PROJETOS POR RAZÕES DE NÃO APROVAÇÃO, 2007-2012	46
GRÁFICO 2.21: PROJETOS APROVADOS POR REGIÃO, 2007-2012	48
GRÁFICO 2.22: PROJETOS APROVADOS POR ESTÁDIO DE EXECUÇÃO, 2007-2012	48
GRÁFICO 2.23: TAXA DE CONTRATAÇÃO (N.º PROJ.) POR EIXO PRIORITÁRIO, 2007-2012.....	49
GRÁFICO 2.24: INCENTIVO APROVADO (M€) NO COMPETE E PO REGIONAIS DE CONVERGÊNCIA POR SISTEMA DE INCENTIVOS E DIMENSÃO DA EMPRESA, 2007-2012	51
GRÁFICO 2.25: PROJETOS APROVADOS NO COMPETE E PO REGIONAIS DA CONVERGÊNCIA POR SISTEMA DE INCENTIVOS E DIMENSÃO DA EMPRESA, 2007-2012	51
GRÁFICO 2.26: PROJETOS APROVADOS NO SI QUALIFICAÇÃO PME COM COMPONENTE DE AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, POR PRINCIPAIS SECTORES DE ATIVIDADE, 2007-2012	59
GRÁFICO 2.27: PROJETOS APROVADOS NO SI QUALIFICAÇÃO PME COM COMPONENTE DE AMBIENTE, POR PRINCIPAIS SECTORES DE ATIVIDADE, 2007-2012.....	60
GRÁFICO 2.28: GENDER GAP INDEX PORTUGAL – DIFERENÇAS DE GÉNERO POR DOMÍNIO, 2012	62
GRÁFICO 2.29: APOIOS À FORMAÇÃO PROFISSIONAL POR SETOR, 2007-2012.....	67
GRÁFICO 2.30: ESTIMATIVA DE CRIAÇÃO DE EMPREGO NAS EMPRESAS APOIADAS, POR SETOR, 2007-2012	70
GRÁFICO 2.31: ESTIMATIVA DE CRIAÇÃO DE EMPREGO NAS EMPRESAS APOIADAS, POR REGIÃO, 2007-2012.....	70
GRÁFICO 2.32: RITMO DE ENTRADA DE PROJETOS NA BDI, 2007-2012	73
GRÁFICO 2.33: PROJETOS APROVADOS DOS SISTEMAS DE INCENTIVOS, INCLUÍDOS NA BDI NO FINAL DE 2012, POR MOTIVO, 2007-2012	74
GRÁFICO 2.34: PIB, 2007-2014	75
GRÁFICO 2.35: EXPORTAÇÕES, 2007-2014.....	75
GRÁFICO 2.36: EVOLUÇÃO DO INDICADOR DE SENTIMENTO ECONÓMICO – UE E PORTUGAL, 2007-2012	76

GRÁFICO 2.37: EVOLUÇÃO DA BALANÇA CORRENTE E DE CAPITAL, 2006-2012	80
GRÁFICO 2.38: DESTINO DAS EXPORTAÇÕES DE BENS E SERVIÇOS, 2010-2012	80
GRÁFICO 2.39: INDICADORES DE CONFIANÇA, 2006-2012	81
GRÁFICO 2.40: EVOLUÇÃO DA TAXA DE EMPREGO EM PORTUGAL, 2007-2012	83
GRÁFICO 2.41: EVOLUÇÃO DA TAXA DE DESEMPREGO EM PORTUGAL, 2007-2012.....	83
GRÁFICO 2.42: TAXA DE DESEMPREGO EM PORTUGAL POR REGIÃO, 2011-2012	83
GRÁFICO 2.43: ÍNDICE DE REMUNERAÇÕES POR SETOR DE ATIVIDADE, 2007-2012	84
GRÁFICO 2.44: FATORES DE RESTRITIVIDADE DA OFERTA DE CRÉDITO A EMPRESAS, 2010-2012	85
GRÁFICO 2.45: CONCESSÃO DE CRÉDITO AO SETOR PRIVADO, 2010-2012.....	85
GRÁFICO 2.46: CONCESSÃO DE CRÉDITO AO SETOR PRIVADO POR SETOR DE ATIVIDADE, 2003-2012.....	85
GRÁFICO 2.47: EVOLUÇÃO DA DÍVIDA EMPRESAS PRIVADAS (NÃO-FINANCEIRAS), POR DIMENSÃO, 2007-2012.....	86
GRÁFICO 2.48: CANDIDATURAS RECECIONADAS POR AAC E POR CONVITE OU REGIMES ESPECIAIS, 2007-2012... 95	95
GRÁFICO 2.49: DOTAÇÃO PREVISTA NOS AAC, POR FASE DE LANÇAMENTO (SEMESTRE)	96
GRÁFICO 2.50: AAC DECIDIDOS E RESPECTIVAS CANDIDATURAS ANALISADAS, POR ANO, 2007-2012	96
GRÁFICO 2.51: TEMPOS MÉDIOS DE COMUNICAÇÃO DA DECISÃO AO PROMOTOR POR FASE DE CONCURSO, 2007-2012.....	97
GRÁFICO 2.52: TEMPOS MÉDIOS DE COMUNICAÇÃO DA DECISÃO AO PROMOTOR POR INSTRUMENTO, 2007-2012 .97	97
GRÁFICO 2.53: CANDIDATURAS RECECIONADAS POR ORGANISMO INTERMÉDIO, 2007-2012	131
GRÁFICO 3.1: EVOLUÇÃO DAS CANDIDATURAS, 2007-2012	151
GRÁFICO 3.2: EVOLUÇÃO DAS APROVAÇÕES, 2007-2012.....	151
GRÁFICO 3.3: INCENTIVO APROVADO POR REGIÃO, 2007-2012.....	152
GRÁFICO 3.4: PROJETOS DE IC&DT APROVADOS NO SAESCTN POR DOMÍNIO CIENTÍFICO PRINCIPAL, 2007-2012	157
GRÁFICO 3.5: INCENTIVO APROVADO PARA PROJETOS DE IC&DT - SAESCTN POR TIPO DE PROMOTOR, 2007-2012.....	157
GRÁFICO 3.6: PROJETOS DE IC&DT APROVADOS NO SAESCTN, POR TIPOLOGIA DE DESPESA APROVADA, 2007-2012.....	158
GRÁFICO 3.7: PRINCIPAIS OUTPUTS ESPERADOS DOS PROJETOS APROVADOS DO IC&DT - SAESCTN, 2007-2012	158
GRÁFICO 3.8: PARTICIPANTES EM PROJETOS APROVADOS IC&DT - SAESCTN POR GRAU DE QUALIFICAÇÃO, 2007-2012.....	159
GRÁFICO 3.9: PARTICIPANTES EM PROJETOS APROVADOS IC&DT - SAESCTN POR TIPO DE INTERVENÇÃO, 2007-2012.....	159
GRÁFICO 3.10: CANDIDATURAS AO SI I&DT POR ANO E POR TIPOLOGIA DE PROJETO, 2007-2012	163
GRÁFICO 3.11: PROJETOS APROVADOS NO SI I&DT POR ANO E POR TIPOLOGIA DE PROJETO, 2007-2012.....	163
GRÁFICO 3.12: INCENTIVO APROVADO NO SI I&DT POR REGIÃO, 2007-2012.....	164
GRÁFICO 3.13: INCENTIVO APROVADO NO SI I&DT POR DIMENSÃO, 2007-2012.....	165
GRÁFICO 3.14: INVESTIMENTO ELEGÍVEL APROVADO NO SI I&DT EM Co-PROMOÇÃO POR TIPO DE Co-PROMOTOR, 2007-2012.....	165
GRÁFICO 3.15: INCENTIVO APROVADO NO SI I&DT EM Co-PROMOÇÃO POR TIPO DE I&DT, 2007-2012	165
GRÁFICO 3.16: INCENTIVO APROVADO POR SETOR DE ATIVIDADE, 2007-2012	166
GRÁFICO 3.17: INCENTIVO APROVADO NO SI I&DT POR GRAU DE INTENSIDADE, 2007-2012	167
GRÁFICO 3.18: INCENTIVO APROVADO NO SI I&DT POR TIPO DE SETOR, 2007-2012.....	167
GRÁFICO 3.19: PROJETOS APROVADOS NO SI I&DT (PROJETOS INDIVIDUAIS E EM Co-PROMOÇÃO) POR ÁREA TECNOLÓGICA, 2007-2012	167
GRÁFICO 3.20: PROJETOS APROVADOS NO SI I&DT (PROJETOS INDIVIDUAIS E EM Co-PROMOÇÃO) POR ÁREA TECNOLÓGICA E POR REGIÃO, 2007-2012.....	168
GRÁFICO 3.21: PROJETOS APROVADOS NO SI I&DT (VALE I&DT) POR ÁREA DE INTERVENÇÃO, 2007-2012.....	168
GRÁFICO 3.22: PROJETOS APROVADOS NO SI I&DT POR TIPOLOGIA DE DESPESA, 2007-2012.....	169
GRÁFICO 3.23: INVESTIMENTO DE CANDIDATURA RECECIONADO NO EIXO II (EXCLUINDO PROJETOS TRANSITADOS DO QCA III) POR ANO, 2007-2012	179

GRÁFICO 3.24: INCENTIVO APROVADO NO EIXO II POR INSTRUMENTO E POR REGIÃO, 2007-2012	180
GRÁFICO 3.25: INCENTIVO APROVADO NO SI INOVAÇÃO POR ANO, 2007-2012	182
GRÁFICO 3.26: INCENTIVO APROVADO NO SI INOVAÇÃO POR SETOR DE ATIVIDADE, 2007-2012	182
GRÁFICO 3.27: INVESTIMENTO ELEGÍVEL APROVADO NO SI INOVAÇÃO POR SECTOR DE ATIVIDADE, 2007-2012 ..	183
GRÁFICO 3.28: INVESTIMENTO ELEGÍVEL APROVADO NO SI INOVAÇÃO POR SECTOR DE ATIVIDADE, 2007-2012 ..	183
GRÁFICO 3.29: INVESTIMENTO ELEGÍVEL E PROJETOS APROVADOS NO SI INOVAÇÃO POR TIPOLOGIA, 2007-2012	183
GRÁFICO 3.30: INCENTIVO APROVADO NO SI INOVAÇÃO POR DIMENSÃO, 2007-2012	184
GRÁFICO 3.31: VARIAÇÃO ESPERADA DOS INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS DAS EMPRESAS APOIADAS NO SI INOVAÇÃO, 2007-2012	184
GRÁFICO 3.32: INCENTIVO APROVADO NO SI QUALIFICAÇÃO PME POR ANO, 2007-2012	190
GRÁFICO 3.33: PROJETOS APROVADOS DA TIPOLOGIA INTERNACIONALIZAÇÃO NO SI QUALIFICAÇÃO PME (PROJ. INDIVIDUAIS E CONJUNTOS), 2007-2012.....	191
GRÁFICO 3.34: PROJETOS APROVADOS NOUTRAS TIPOLOGIAS NO SI QUALIFICAÇÃO PME (PROJ. INDIVIDUAIS E CONJUNTOS), 2007-2012	191
GRÁFICO 3.35: PROJETOS APROVADOS NOS PROJETOS CONJUNTOS DO SI I&DT POR FILEIRA, 2007-2012.....	192
GRÁFICO 3.36: EMPRESAS PARTICIPANTES NOS PROJETOS CONJUNTOS ENCERRADOS, POR SETOR DE ATIVIDADE, 2007-2012.....	192
GRÁFICO 3.37: MERCADOS INTERNACIONAIS ALVO DAS EMPRESAS PARTICIPANTES NOS PROJETOS CONJUNTOS ENCERRADOS, 2007-2012.....	192
GRÁFICO 3.38: PROJETOS APROVADOS NO SI QUALIFICAÇÃO PME (PROJETOS SIMPLIFICADOS) POR ÁREA DE INTERVENÇÃO, 2007-2012.....	193
GRÁFICO 3.39: CANDIDATURAS RECECIONADAS NO EIXO IV POR ANO, 2007-2012	216
GRÁFICO 3.40: APROVAÇÕES NO EIXO IV POR ANO, 2007-2012	216
GRÁFICO 3.41: CANDIDATURAS RECECIONADAS EM AAC NO SIAC POR ANO, 2007-2012	224
GRÁFICO 3.42: PROJETOS APROVADOS NO SIAC POR ANO, 2007-2012.....	225
GRÁFICO 3.43: INCENTIVO BRUTO APROVADO NO SIAC POR MODO DE CANDIDATURA, 2007-2012.....	225
GRÁFICO 3.44: PROJETOS APROVADOS DE AAC NO SIAC POR TIPOLOGIA DE PROJETO, 2007-2012	225
GRÁFICO 3.45: PROJETOS APROVADOS NO SIAC COM DESPESAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO, 2007-2012.....	226
GRÁFICO 3.46: PROJETOS APROVADOS NO SIAC COM DESPESAS NOUTRAS ÁREAS DE INTERVENÇÃO, 2007-2012	226
GRÁFICO 3.47: PROMOTORES E CO-PROMOTORES NO SIAC, 2007-2012.....	226
GRÁFICO 3.48: OUTPUTS DO SIAC, 2007-2012	227
GRÁFICO 3.49: INVESTIMENTO ELEGÍVEL NO SIAC POR ÁREA DE INTERVENÇÃO E POR OUTPUT PRINCIPAL, 2007-2012	227
GRÁFICO 3.50: INVESTIMENTO ELEGÍVEL NO SIAC POR SECTOR DE ATIVIDADE, 2007-2012	227
GRÁFICO 3.51: CANDIDATURAS INSERIDAS EM EEC POR ANO, 2008-2012.....	237
GRÁFICO 3.52: INCENTIVO BRUTO APROVADO EM PROJETOS INSERIDOS EM EEC, POR ANO, 2008-2012	238
GRÁFICO 3.53: INCENTIVO APROVADO EM EEC-CLUSTERS, POR MEDIDA, 2008-2012	239
GRÁFICO 3.54: INCENTIVO APROVADO EM EEC-CLUSTERS, POR REGIÃO, 2008-2012	239
GRÁFICO 3.55: INCENTIVO APROVADO DE EEC-CLUSTERS, POR SETOR DE ATIVIDADE, 2008-2012	239
GRÁFICO 3.56: INCENTIVO APROVADO DE EEC-CLUSTERS, POR GRAU DE INTENSIDADE, 2008-2012	239
GRÁFICO 5.1: INVESTIMENTO ELEGÍVEL NA ASSISTÊNCIA TÉCNICA POR TIPO DE DESPESA, 2007-2012	249
GRÁFICO 6.1: VISITANTES DO SITE DO COMPETE, 2012.....	253
GRÁFICO 6.2: VISITANTES DO SITE DO COMPETE: EFETIVOS VERSUS NOVOS, 2012	254
GRÁFICO 6.3: DISTRIBUIÇÃO DO CONTEÚDO COMPETE PELAS ÁREAS NOTÍCIAS E EVENTOS NA NEWSLETTER, 2012	255
GRÁFICO 6.4: MEIOS QUE VEICULARAM NOTÍCIAS SOBRE O COMPETE, 2012	257
GRÁFICO 6.5: DISTRIBUIÇÃO DE NOTÍCIAS COMPETE NOS MEDIA, 2010-2012	257
GRÁFICO 6.6: CHAMADAS TELEFÓNICAS ATENDIDAS, 2011-2012	262
GRÁFICO 6.7: ESTATÍSTICAS CORREIO ELETRÓNICO COM O DOMÍNIO 'COMPETE-POFC.ORG', 2012.....	263
GRÁFICO 7.1: PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS DO COMPETE, 2007-2012.....	268

INTRODUÇÃO

A apresentação de relatórios anuais é uma das competências da Autoridade de Gestão do COMPETE e tem como objetivo a prestação de contas à Comissão Europeia, aos membros da Comissão de Acompanhamento do Programa e ao público em geral, sendo alvo de publicitação após a respetiva aprovação. O Relatório de Execução de 2012 do COMPETE foi elaborado em conformidade com as orientações que constam do artigo 67.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, de 11 de junho, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 284/2009, de 7 de abril de 2009, bem como com as orientações emanadas pelo IFDR.

Ao longo de **sete capítulos**, apresentam-se as principais realizações do Programa em 2012, as alterações efetuadas nos seus procedimentos e medidas e os constrangimentos que afetaram a sua execução e resultados, apontando-se também as perspetivas para o ano 2013.

No **Capítulo 1** procede-se a uma apresentação geral do COMPETE, identificando-se os objetivos, eixos e instrumentos de atuação e modelo de governação do Programa.

O **Capítulo 2** centra-se na execução global do Programa Operacional, incluindo uma análise detalhada sobre a sua realização física e financeira. São abordadas também as medidas tomadas para garantir a conformidade com as regras comunitárias,

os principais constrangimentos internos e externos verificados em 2012 e as mudanças no contexto de implementação, incluindo as ações desenvolvidas ao longo do ano, em termos de acompanhamento e avaliação.

Após a análise global, o **Capítulo 3** aprofunda a realização por cada um dos Eixos Prioritários do COMPETE, com focalização ao nível da procura (candidaturas rececionadas), aprovações (apoios concedidos) e indicadores de realização.

O **Capítulo 4** está reservado à análise dos projetos com investimento superior a 50 milhões de euros, denominados “grandes projetos”, na aceção do artigo 39.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006.

O **Capítulo 5** identifica as medidas adotadas pela Autoridade de Gestão, financiadas através do Eixo da Assistência Técnica, com vista ao suporte à gestão e implementação, de forma eficaz e eficiente, do Programa.

As ações de divulgação, informação e publicidade realizadas ao longo do ano são elencadas no **Capítulo 6**.

Por fim, o **Capítulo 7** apresenta as conclusões da realização anual, bem como as perspetivas de evolução do Programa para 2013, o último ano de



operacionalização deste quadro comunitário.

Dado que a Agenda da Competitividade se estrutura em torno de um Programa temático - o COMPETE e dos Programas Operacionais Regionais, e que todos eles se complementam, e tendo em conta as competências da Autoridade de Gestão do COMPETE na coordenação da Rede Sistema de Incentivos, este Relatório inclui, ainda, um **segundo volume**, dedicado à análise temática de algumas áreas

determinantes para a prossecução dos objetivos da competitividade, como sejam a I&DT e Inovação, o Empreendedorismo e a Internacionalização.

Apresenta-se igualmente, no **volume três**, o relatório do acompanhamento, efetuado pelo COMPETE, da atividade desenvolvida pelos Polos de Competitividade e Clusters em 2012, no âmbito das Estratégias de Eficiência Coletiva.

Boa leitura!



APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL

Neste capítulo procede-se à apresentação do Programa Operacional Fatores de Competitividade (COMPETE), tendo em conta os seus objetivos, Eixos e Medidas.

Apresenta-se igualmente a síntese do modelo de governação, com os diferentes intervenientes, bem como a dotação orçamental disponível.

| 3

Programa Operacional Fatores de Competitividade (COMPETE)	Objetivo Convergência
	Norte, Centro e Alentejo
	2007-2013
	CCI n.º 2007PT161PO001
	Programa Operacional Fatores de Competitividade (COMPETE)
Relatório Anual de Execução	2012
	A aprovar pela Comissão de Acompanhamento a 14-Jun-2013

Inserido no Quadro de Referência Estratégico Nacional, o Programa Operacional Temático Fatores de Competitividade (COMPETE), aprovado a 5 de outubro de 2007², visa a melhoria sustentada da competitividade da economia portuguesa num contexto de mercado global, intervindo sobre dimensões consideradas estratégicas, como a inovação, o desenvolvimento científico e tecnológico, a internacionalização, o empreendedorismo e a modernização da Administração Pública.

Assume como **principais objetivos**:

- Qualificar o tecido produtivo, por via do *upgrading* do perfil de especialização e dos modelos empresariais;
- Estimular a orientação para os mercados internacionais do conjunto da economia portuguesa, por via do incremento da produção transacionável ou internacionalizável;

² Decisão CE n.º C (2007) 4623, de 5 de outubro

- Qualificar a Administração Pública e tornar mais eficiente a ação do Estado, por via da modernização e da promoção de uma cultura de serviço público centrado no cidadão e nas empresas;
- Promover uma economia baseada no conhecimento e na inovação, por via do estímulo ao desenvolvimento científico e tecnológico e do fomento do empreendedorismo.

Para concretizar estes objetivos, o COMPETE dispõe de cinco tipos de **instrumentos**, dispostos em torno de seis Eixos Prioritários (Tabela 1.1):

| 4

- Sistemas de Incentivos ao investimento das empresas;
- Mecanismos de Engenharia Financeira;
- Ações Coletivas;
- Ações Públicas dinamizadoras da modernização da administração pública;
- Capacitação e consolidação do sistema científico e tecnológico nacional.

Relativamente ao **âmbito territorial**, os apoios do Programa aplicam-se às regiões de Portugal continental do Objetivo Convergência, ou seja, Norte, Centro e Alentejo.

Os objetivos, estrutura, instrumentos, âmbito e dotações do COMPETE, entre outros elementos que o caracterizam, estão contidos no **Texto do Programa**, documento aprovado em 2007 e que tem vindo a ser ajustado, no sentido de adaptar o COMPETE às mudanças do contexto económico, de corrigir e melhorar aspetos pontuais e de maximizar os seus resultados. Em 2012, foram introduzidas as seguintes alterações principais:

- Na sequência da reprogramação estratégica do QREN, reprogramação financeira do COMPETE com o reforço da dotação dos instrumentos de engenharia financeira e para o financiamento de projetos e unidades de I&D;
- Ajuste das metas dos indicadores de realização dos Eixos Prioritários, decorrente da reprogramação;
- Ajuste da lista indicativa de grandes projetos (Anexo III do Texto do PO);
- Contributo do COMPETE para os Programas Impulso Jovem e Revitalizar;
- Transferência do POPH para o COMPETE e (PO Regionais) dos apoios à formação para a inovação e gestão.

Nas tabelas seguintes apresenta-se, por Eixo Prioritário, uma síntese dos objetivos específicos, instrumentos e tipologias de projetos inerentes ao Programa.

Tabela 1.1: Síntese Programática do COMPETE

Eixo I. Conhecimento e Desenvolvimento Tecnológico

[642 milhões de euros Fundo = 20,2% COMPETE]

Objetivos Específicos	Instrumentos	Tipologias de projeto
Intensificar o esforço de I&D e a criação de novos conhecimentos com vista ao desenvolvimento do País e ao aumento da sua competitividade;	Sistema de Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SAESCTN)	<p>Projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento tecnológico (IC&DT) coordenados por entidades do SCTN inseridos nas seguintes modalidades;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Projetos em todos os domínios científicos; - Projetos de redes temáticas de Ciência e Tecnologia; - Projetos de criação e operação de consórcios de I&D; - Projetos orientados para a implementação de políticas públicas ou para a valorização dos resultados da investigação científica; - Projetos de cooperação internacional. <p>Projetos de estímulo à participação no Prog. Quadro de IC&DT;</p> <p>Projetos de promoção da cultura científica e tecnológica;</p> <p>Projetos de IC&DT estratégicos e de interesse público.</p>
Intensificar o esforço de I&DT empresarial e a articulação entre empresas e centros de saber, acelerando a difusão, transferência e utilização de tecnologias, conhecimento e resultados de I&DT por parte das empresas.	Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (SI I&DT)	<p>Projetos de I&DT individuais;</p> <p>Projetos de I&DT em co-promoção;</p> <p>Projetos mobilizadores;</p> <p>Vale I&DT;</p> <p>I&DT coletiva;</p> <p>Núcleos de I&DT;</p> <p>Centros de I&DT;</p> <p>Projetos demonstradores.</p>

Destinatários: Empresas; Entidades do Ensino Superior e do Sistema Científico e Tecnológico; Laboratórios do Estado e Laboratórios Associados e Entidades de interface e assistência tecnológica empresarial.

Regulamentos Aplicáveis:

Regulamento específico do SAESCTN

Regulamento do SI I&DT (Portaria n.º 1462/2007 de 15 de novembro, com as alterações introduzidas pelas Portarias n.º 711/2008 de 31 de julho, 353-B/2009 de 3 de abril, 1102/2010 de 25 de outubro e 274/2012 de 6 de setembro).

Eixo II. Inovação e Renovação do Modelo Empresarial e do Padrão de Especialização

[1.653 milhões de euros Fundo = 52,1% COMPETE]

Objetivos Específicos	Instrumentos	Tipologias de projeto
<p>Reforçar a orientação das empresas portuguesas para mercados internacionais, reposicionando-as nos segmentos mais competitivos e diferenciados;</p> <p>Promover a produtividade através da qualificação das PME, reforçando a intensidade do uso de fatores dinâmicos de competitividade;</p>	Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME (SI Qualificação de PME)	<p>Projetos individuais;</p> <p>Projetos conjuntos;</p> <p>Projetos simplificados de inovação (Vale Inovação, Vale Empreendedorismo, Vale Energia ou Ambiente e Vale Internacionalização).</p>
<p>Incentivar o empreendedorismo qualificado, feminino e jovem;</p> <p>Promover a inovação no tecido empresarial através do incremento da produção transacionável e dos serviços que suportam a sua progressão na cadeia de valor;</p> <p>Incentivar o investimento estruturante de grande dimensão em novas áreas com potencial de crescimento.</p>	Sistema de Incentivos à Inovação (SI Inovação)	<p>Projetos de produção de novos bens e serviços ou de melhorias significativas da produção atual através da transferência e aplicação de conhecimento;</p> <p>Projetos de adoção de novos ou significativamente melhorados processos ou métodos de fabrico, de logística e distribuição, bem como métodos organizacionais ou de <i>marketing</i>;</p> <p>Projetos de expansão de capacidades de produção em atividades de alto conteúdo tecnológico ou com procuras internacionais dinâmicas;</p> <p>Criação de empresas e atividades nos primeiros anos de desenvolvimento, dotadas de recursos qualificados ou que desenvolvam atividades em sectores com fortes dinâmicas de crescimento, incluindo as resultantes do empreendedorismo feminino ou jovem.</p>

Destinatários: Empresas e Entidades de interface e de assistência tecnológica empresarial.

Regulamentos Aplicáveis:

Regulamento do SI Inovação (Portaria n.º 1464/2007 de 15 de novembro, com as alterações introduzidas pelas Portarias n.º 353-C/2009 de 3 de abril e 1103/2010 de 25 de outubro e 274/2012 de 6 de setembro).

Regulamento do SI Qualificação PME (Portaria n.º 1463/2007 de 15 de novembro, com as alterações introduzidas pelas Portarias n.º 250/2008 de 4 de abril, n.º 353-A/2009 de 3 de abril e 1101/2010 de 25 de outubro, 47-A/2012 de 24 de fevereiro, 233-A/2012 de 6 de agosto, e 369/2012 de 6 de novembro).

Tabela 1.1: Síntese Programática do COMPETE

Eixo III. Financiamento e Partilha de Risco da Inovação

[377 milhões de euros Fundo = 11,9% COMPETE]

Objetivos Específicos	Instrumentos	Tipologias de projeto
Estimular a intervenção do capital de risco na criação e desenvolvimento de empresas;	Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco da Inovação (SAFPRI)	Instrumentos de reforço do capital próprio – Fundos de Capital de Risco, Fundos de Sindicação de Capital de Risco e financiamento de <i>Business Angels</i> ;
Consolidar o sistema de garantia mútua e alargar o espectro de intervenção do mecanismo de concessão de garantias;		Instrumentos de reforço do financiamento de capitais alheios – Fundo de Contra-garantia Mútua, Sociedades de Garantia Mútua, Fundo de Garantia para Titularização de Créditos, etc.
Dinamizar a utilização de novos instrumentos, nomeadamente o microcrédito, destinados a potenciar o financiamento a PME;	FINOVA	Linhas de financiamento a PME – Linhas de crédito
Apoiar o financiamento da inovação numa perspetiva integrada (capital e dívida);		
Incentivar o empreendedorismo, garantindo o capital e as capacidades de gestão requeridas em iniciativas de maior risco;		
Incrementar o empreendedorismo feminino como elemento de mobilização das mulheres para a vida económica ativa, bem como apoios às iniciativas empresariais, particularmente propícias à promoção dos fatores da igualdade entre homens e mulheres.		

Destinatários: Sociedade gestora do FINOVA e sociedades gestoras de fundos ou outros instrumentos de financiamento.

Destinatários Finais: PME.

Regulamentos Aplicáveis:

Regulamento específico do SAFPRI.

Eixo IV. Uma Administração Pública Eficiente e de Qualidade

[235 milhões de euros Fundo = 7,4% COMPETE]

Objetivos Específicos	Instrumentos	Tipologias de projeto
Aumentar a eficácia e a eficiência da atividade administrativa com reflexo nas condições e no desempenho de funções de interação do Estado com os cidadãos e com os agentes económicos;	Sistema de Apoio à Modernização Administrativa (SAMA)	Operações individuais e transversais de qualificação e simplificação do atendimento dos serviços públicos aos cidadãos e às empresas;
Reduzir os “custos públicos de contexto” que representam constrangimentos à criação de empresas e ao desenvolvimento da sua atividade;		Operações de racionalização dos modelos de organização e gestão da Administração Pública;
Promover o uso intensivo das tecnologias de informação e comunicação, promovendo uma administração em rede;		Operações no domínio da administração em rede;
Qualificar a prestação do serviço público, com impacto nos funcionários que prestam diretamente o serviço aos cidadãos e às empresas, bem como naqueles que os apoiam.		Operações globais.

Destinatários: Entidades da Administração Pública Central, Entidades da Administração Local do Estado, Autarquias Locais e respetivas Associações de Municípios, Áreas Metropolitanas e Comunidades Intermunicipais de direito público, Agências de Desenvolvimento Regional, Entidades Públicas Empresariais prestadoras de serviços de saúde, de apoio à atividade empresarial e de serviços partilhados da Administração Pública e as entidades privadas no quadro de parcerias público-privadas lideradas por entidades municipais.

Regulamentos Aplicáveis:

Regulamento específico do SAMA.

Tabela 1.1: Síntese Programática do COMPETE

Eixo V. Redes e Ações Coletivas de Desenvolvimento Empresarial

[197 milhões de euros Fundo = 6,2% COMPETE]

Objetivos Específicos	Instrumentos	Tipologias de projeto
<p>Reforçar a oferta de serviços às empresas reforçando e capacitando as infraestruturas e orientando as suas atividades para as necessidades das PME;</p> <p>Promover a formação de redes e de outras formas de parcerias e cooperação, como instrumento privilegiado do benefício de economias de aglomeração;</p> <p>Promover o desenvolvimento de ações inovadoras de teste a novas abordagens de política pública nos domínios de estímulo ao desenvolvimento empresarial da inovação.</p>	<p>Sistema de Apoio a Ações Coletivas (SIAC)</p>	<p>Atividades de promoção, divulgação e imagem internacionais dos sectores, regiões e atividades com relevância para a economia nacional;</p> <p>Informação, observação e vigilância prospetiva e estratégica, incluindo ferramentas de diagnóstico e de avaliação de empresas;</p> <p>Criação e dinamização de redes de suporte às empresas e empreendedores;</p> <p>Sensibilização para os fatores críticos da competitividade e para o espírito empresarial;</p> <p>Estudos de novos mercados, tecnologias e oportunidades de inovação;</p> <p>Atividades de animação, coordenação e gestão da parceria, no âmbito de Estratégias de Eficiência Coletiva.</p>
<p>Favorecer e acelerar a alteração do perfil de especialização da economia, desenvolvendo estratégias de criação de novos polos de crescimento;³</p>		<p>Polos de competitividade e tecnologia;</p> <p>Outros <i>clusters</i>.</p>

Destinatários: Entidades públicas e Entidades Privadas sem Fins Lucrativos (Associações Empresariais e Entidades do Sistema Científico e Tecnológico).

Regulamentos Aplicáveis:

Regulamento específico do SIAC.

Eixo VI. Assistência Técnica

[71 milhões de euros Fundo = 2,2% COMPETE]

Objetivos Específicos	Instrumentos	Tipologias de projeto
<p>Dinamizar, gerir e implementar de forma eficaz e eficiente o Programa</p>	<p>Regulamento de Execução da Assistência Técnica</p>	<p>Criação e funcionamento de estruturas de apoio técnico e respetivo apoio logístico;</p> <p>Informação, divulgação e publicitação de Programa e seus instrumentos;</p> <p>Análise de projetos, verificação e acompanhamento da execução do Programa e dos projetos aprovados;</p> <p>Auditoria e controlo interno;</p> <p>Desenvolvimento, atualização e manutenção de sistemas de informação;</p> <p>Estudos de avaliação globais e específicos;</p> <p>Estudos de análise da implementação do Programa;</p> <p>Outras intervenções que se revelem imprescindíveis para garantir níveis adequados de gestão e controlo.</p>

Destinatários: Órgãos de Gestão do Programa.

³ A concretização da política associada às Estratégias de Eficiência Coletiva é efetuada através dos instrumentos disponíveis no âmbito do QREN, PROMAR e PRODER. No âmbito do COMPETE, são utilizados os instrumentos previstos neste Eixo (SIAC), bem como nos restantes Eixos Prioritários.

O QREN assume uma relevância ímpar enquanto instrumento de política pública, com elevado poder de estímulo ao investimento e à atividade económica, sem perder o seu foco de instrumento de carácter estrutural, particularmente no atual cenário de restrição orçamental. A adequada execução do QREN constitui um fator determinante para a concretização dos objetivos de política económica, assumindo-se como uma poderosa âncora dos ajustamentos estruturais a prosseguir na economia, na sociedade e no território português.

Em consonância com os resultados das avaliações já realizadas no âmbito dos Programas Operacionais, incluindo a Avaliação Intercalar dos Sistemas de Incentivos, foi definido, como prioridade da reprogramação do QREN, o reforço do alinhamento dos objetivos estratégicos do QREN com os desígnios da Estratégia Europa 2020, com especial destaque para a intensificação das apostas no reforço do ajustamento do tecido produtivo.

Após uma primeira etapa de reprogramação levada a cabo em 2011, em 2012 o Governo decidiu iniciar um novo processo de reprogramação, com vista a focalizar a intervenção do QREN na promoção da competitividade e do emprego, procurando dar uma resposta mais contundente à crise económica e financeira. Como opções estratégicas assumidas, destaca-se o reforço do investimento produtivo privado e a aposta na consolidação e requalificação competitiva do tecido empresarial (com particular destaque para as PME), num quadro de promoção da coesão territorial e com base na internacionalização, estimulando o emprego (em especial emprego jovem) e o crescimento sustentável.

Neste âmbito, nas conclusões do Conselho de Ministros de 31 de maio de 2012, o Governo definiu as seguintes prioridades para a política económica, no quadro da Agenda da Competitividade:

- Reforço do financiamento a projetos e unidades de I&D;
- Reforço dos incentivos às empresas, mantendo o nível de seletividade e apoio a empresas de bens e serviços transacionáveis, a projetos inovadores e a projetos enquadrados em Estratégias de Eficiência Coletiva;
- Financiamento da iniciativa Impulso Jovem através dos Sistemas de Incentivos QREN;
- Reforço, no âmbito do FEDER, da Formação para a inovação e gestão;
- Reforço dos mecanismos de Engenharia Financeira, visando o Programa Revitalizar e o reforço do Fundo de Contragarantia e de novos FCR;
- Apoio a projetos considerados estratégicos de Modernização da Administração Pública, nomeadamente dos Ministérios das Finanças e da Justiça;

- Apoio a Ações Coletivas estratégicas, nomeadamente, à Dinamização de EEC e às Iniciativas “Portugal sou eu” e “Lusofonia Económica”;
- Reforço das taxas de cofinanciamento, como forma de acelerar a concretização do investimento público num contexto de forte consolidação orçamental.

Neste sentido, foi proposto o reforço da dotação do COMPETE no montante 70 milhões de euros, especialmente dedicada ao Eixo III. Com este novo montante e após reprogramação entre Eixos Prioritários, tiveram lugar as seguintes variações às dotações de cada um dos Eixos:

| 9

- O reforço da dotação do Eixo I, na sua componente de apoio à Investigação Científica (SAESCTN). Este reforço visa permitir o lançamento de novos concursos em 2012 e 2013, bem como o aumento da taxa de cofinanciamento comunitário;
- No âmbito dos Sistemas de Incentivos, registou-se um ajuste ligeiro (redução de 21 milhões de euros), que deverá ser interpretado tendo em conta o reforço de dotação realizado em 2011 no valor de 612 milhões de euros. Este ajuste não põe em causa o lançamento de novos concursos em 2012 e 2013;
- O reforço da dotação do Eixo III, de modo a assegurar o financiamento do Programa Revitalizar, através do lançamento de novos Fundos de Capital de Risco e o reforço do Fundo de Contragarantia Mútuo, para a implementação da linha de crédito INVESTE QREN (linha cofinanciada pelo EQ BEI);
- A diminuição da dotação dos Eixos IV e V, de modo a ajustar a respetiva dotação à estimativa de capacidade de execução até ao final do Programa. A dotação remanescente visa permitir o apoio de projetos considerados estratégicos no âmbito do SAMA (Eixo IV) e do SIAC (Eixo V).

Tabela 1.2: Reprogramação de 2012 do COMPETE Aprovada pela CE

mil euros			
Eixo	Dotação Inicial	Reprogramação	Dotação Final
Eixo Prioritário 1	518.028	123.500	641.528
Eixo Prioritário 2	1.666.022	-13.500	1.652.522
Eixo Prioritário 3	324.612	52.500	377.112
Eixo Prioritário 4	285.000	-50.000	235.000
Eixo Prioritário 5	239.338	-42.500	196.838
Eixo Prioritário 6	70.789	0	70.789
Total	3.103.789	70.000	3.173.789

Fonte: Programa do COMPETE (dezembro de 2012)

Neste sentido, após a reprogramação do COMPETE, aprovada a 19 de dezembro pela Comissão Europeia, o orçamento do Programa passou a apresentar um **plano financeiro total**

(público e privado) próximo dos 5,6 mil milhões de euros, sendo cerca de 3,2 mil milhões de euros provenientes do FEDER e 2,4 mil milhões de euros de financiamento nacional público e privado.

Tabela 1.3: Dotação Orçamental do COMPETE

Unid: Mil Euros

Eixo	Financiamento total	Financiamento comunitário	Financiamento Nacional	
			<i>Público</i>	<i>Privado</i>
Eixo Prioritário 1	894.999	641.528	91.425	162.046
Eixo Prioritário 2	3.578.938	1.652.522	0	1.926.416
Eixo Prioritário 3	502.816	377.112	66.549	59.155
Eixo Prioritário 4	276.471	235.000	41.471	0
Eixo Prioritário 5	246.048	196.838	23.832	25.377
Eixo Prioritário 6	83.281	70.789	12.492	0
Total	5.582.552	3.173.789	235.769	2.172.994

Fonte: Programa do COMPETE (dezembro de 2012)

O **modelo de governação** do COMPETE foi estabelecido no Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008, de 22 de abril, que define os modelos de governação do QREN e dos respetivos Programas Operacionais, sendo particularmente relevantes para este efeito (Governação dos PO temáticos), os artigos 31.º, 32.º, 40.º, 42.º, 43.º, 44.º, 45.º, 50.º, 51.º e 56.º.

Compreende três órgãos:

- Órgão de direção política: a Comissão Ministerial de Coordenação (CMC) do COMPETE que integra o Ministro da Economia e do Emprego, que coordena, o Ministro-adjunto e dos Assuntos Parlamentares, a Ministra da Justiça e o Ministro da Educação e Ciência;
- Órgão de gestão: a Autoridade de Gestão, formada pela Comissão Directiva e pelo Secretariado Técnico;
- Órgão de acompanhamento: a Comissão de Acompanhamento.

O **Órgão de Direção Política**, a Comissão Ministerial de Coordenação (CMC) do COMPETE, tem como função a coordenação global da execução do Programa, onde se inclui, designadamente, a promoção da participação económica, global e institucional no acompanhamento, a aprovação dos regulamentos, o estabelecimento de orientações específicas, a confirmação da decisão de financiamento para algumas tipologias de investimento, a aprovação de contratos entre a Autoridade de Gestão e os Organismos Intermédios, a apreciação dos relatórios de execução e de avaliação e a apreciação de propostas de revisão e reprogramação.

O **Órgão de Gestão** do Programa integra a Comissão Directiva e o Secretariado Técnico. A Comissão Directiva foi inicialmente nomeada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 162/2007, de 12 de outubro, sendo constituída por três elementos: o gestor, que preside - Nelson de Souza e as vogais Isabel Matalonga e Piedade Valente. Em 2012, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 17/2012 de 9 de fevereiro, foi nomeado um novo Gestor – Franquelim Alves⁴.

Este órgão assume, como principais funções, a definição das tipologias de investimentos e ações, a apreciação do mérito e tomada de decisão de financiamento sobre projetos, a garantia do cumprimento dos normativos legais aplicáveis, a promoção de uma boa gestão financeira, a criação de um sistema de informação que permita o adequado acompanhamento, avaliação e controlo do Programa e a elaboração e submissão às entidades responsáveis dos relatórios de execução, entre outras.

O Modelo de Governação definido estabelece, ainda, que a Comissão Directiva do COMPETE tem como funções assegurar a articulação com as Comissões Diretivas dos PO Regionais no âmbito dos Sistemas de Incentivos ao investimento empresarial apoiados pelo FEDER, visando a eficácia e uma gestão coordenada, no que respeita nomeadamente à elaboração e aprovação do Plano Anual de Concursos dos Sistemas de Incentivos, à promoção da abertura dos avisos para apresentação de candidaturas, e ao funcionamento da Comissão de Seleção dos Sistemas de Incentivos.

A Autoridade de Gestão do COMPETE é ainda a entidade competente pelo processo de reconhecimento, acompanhamento e avaliação dos Polos de Competitividade e Tecnologia e Outros Clusters.

De referir que, a partir de 1 de outubro de 2008, e por despacho do Ministro Coordenador da CMC/POFC n.º 25290/2008, de 10 de outubro, a Autoridade de Gestão do COMPETE assumiu as atribuições, direitos e obrigações da Autoridade de Gestão do PRIME, absorvendo o pessoal da estrutura de apoio técnico daquele Programa. O mesmo sucedeu relativamente ao POSC e ao POSI, a partir de 1 de julho de 2009, na sequência dos Despachos n.º 15280/2009 e n.º 15281/2009, ambos de 19 de junho.

O Secretariado Técnico do COMPETE tem por missão apoiar tecnicamente o Gestor e a Comissão Directiva no exercício das suas competências. A sua configuração inicial foi estabelecida pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2008, de 13 de fevereiro e pelo Despacho n.º 25291/2008, de 10 de outubro, que nomeou os secretários técnicos responsáveis pelas áreas que dão corpo a esta estrutura orgânica.

⁴ À data de elaboração deste Relatório, a Comissão Directiva era formada pelas vogais Piedade Valente e Isabel Matalonga, na sequência da saída de Franquelim Alves, em 1 de fevereiro de 2013.

Em 2012, na sequência da Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/2012, de 6 de setembro, do Despacho n.º 13084/2012, de 4 de outubro e no âmbito das orientações definidas no Plano de Redução e Melhoria da Administração Central, a AG COMPETE, de acordo com a Deliberação de 15 de outubro de 2012 da Comissão Diretiva, sofreu alterações à sua composição, visando a racionalização dos recursos, a redução de custos de funcionamento e uma gestão mais eficiente do Programa.

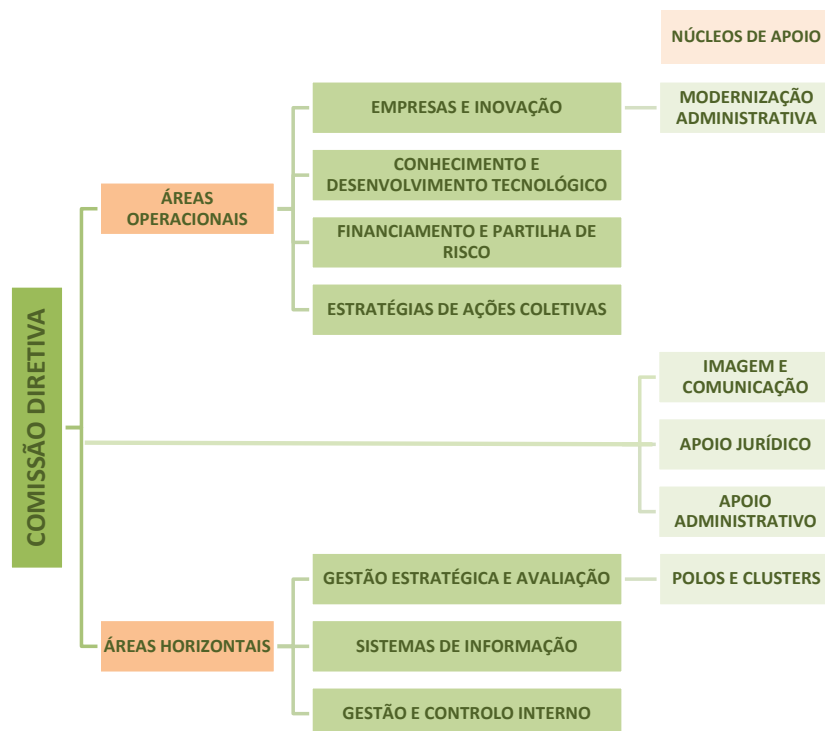
| 12

O Secretariado Técnico passou, assim, a ser composto pelas seguintes áreas:

- Quatro áreas de natureza operacional – “Empresas e Inovação”; “Conhecimento e Desenvolvimento Tecnológico”, “Financiamento e Partilha de Risco” e “Estratégias de Ações Coletivas”;
- Três áreas de natureza horizontal e de suporte – “Gestão Estratégica e Avaliação”, “Sistemas de Informação” e “Gestão e Controlo Interno”;
- Cinco núcleos de apoio: “Modernização Administrativa”, “Imagem e Comunicação”, “Apoio Jurídico”, “Apoio Administrativo” e “Polos e Clusters”.

Na figura seguinte, apresenta-se o novo organigrama do Secretariado Técnico do COMPETE:

Figura 1.1: Organigrama do Secretariado Técnico



Fonte: COMPETE.

Relativamente à estrutura anterior, foram criadas 2 novas áreas operacionais (“Financiamento e Partilha de Risco” e “Estratégias de Ações Coletivas”), anteriormente equipas de projeto; as áreas “Modernização Administrativa”; “Comunicação e Imagem” e “Gestão Administrativa” passaram a núcleos e a equipa de projeto relativa às “Estratégias de Eficiência Coletiva” integra agora o núcleo “Polos e Clusters”, deixando de existir quaisquer equipas de projeto de natureza temporária⁵.

A Comissão de Acompanhamento é o **Órgão de Acompanhamento** do Programa, que assegura a eficácia e a qualidade da respetiva execução e que tem como competências, entre outras, analisar e aprovar os critérios de seleção a que os projetos vão ser sujeitos, analisar o cumprimento dos objetivos e metas fixadas para os vários eixos de intervenção, analisar e aprovar os relatórios de execução e os resultados das avaliações estratégicas realizadas e, caso necessário, propor novas avaliações, receber informação e analisar as conclusões do relatório anual de controlo e apresentar propostas que contribuam para a melhoria dos resultados do PO.

A Comissão de Acompanhamento reúne-se, a título ordinário, pelo menos uma vez por ano (ver ponto no 2.71 a síntese da reunião de 2012) e é composta pelo Gestor do COMPETE, que a preside e pelos seguintes membros:

- Representantes do Ministro da Economia e do Emprego, do Ministro-adjunto e dos Assuntos Parlamentares, da Ministra da Justiça e do Ministro da Educação e Ciência;
- Vogais da Comissão Directiva do Programa;
- Representantes de cada um dos Organismos Intermédios:
 - Um representante da Autoridade de Certificação do FEDER;
 - Um representante da Associação Nacional de Municípios Portugueses;
 - Um representante da Associação Nacional de Freguesias;
- Quatro representantes dos parceiros económicos e sociais nomeados pelo Conselho Económico e Social, incluindo um representante de organizações não-governamentais da área do ambiente;
- Um representante da área da igualdade de género.

⁵ De acordo com a RCM n.º 25/2008, de 13 de fevereiro, existia a possibilidade da Comissão Directiva poder constituir, sempre que a natureza do trabalho o justificasse, até quatro Equipas de Projecto de natureza temporária. A RCM n.º 76/2012, de 6 de setembro, revoga a existência de tais equipas.

As comissões de acompanhamento integram também, a título consultivo, representantes da Comissão Europeia, do Banco Europeu de Investimento (BEI) e do Fundo Europeu de Investimento (FEI) e dos responsáveis pela gestão dos instrumentos de programação do FEADER e do FEP e do FSE, podendo também, mediante proposta do Presidente, incluir outros representantes de entidades públicas, personalidades ou especialistas com competências específicas em áreas abrangidas pelo Programa.

| 14

Podem, ainda, participar na reunião, na qualidade de observadores, representantes do Observatório do QREN, da Autoridade de Auditoria e da Autoridade de Certificação do FSE, bem como das Autoridades de Gestão dos outros PO temáticos e regionais.

Na sequência de protocolos celebrados em 2008, parte das competências da Autoridade de Gestão do COMPETE, nomeadamente no que se refere à análise e acompanhamento das operações, foram delegadas nos **Organismos Intermédios**:

- Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação, I.P. (IAPMEI);
- Turismo de Portugal, I.P.;
- Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, EPE (AICEP);
- Agência de Inovação, S.A. (AdI);
- Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. (FCT);
- Ciência Viva – Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica (ANCCT);
- Agência para a Modernização Administrativa, I.P. (AMA).



EXECUÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL

Neste capítulo, procede-se à análise dos níveis gerais de execução do COMPETE, em termos da sua realização física e financeira, e identificam-se os problemas significativos que influenciaram a execução do Programa em 2012, com especial destaque para as alterações da conjuntura macroeconómica.

| 15

São ainda apontadas as medidas tomadas para garantir a conformidade com as regras comunitárias, bem como relevadas as complementaridades com outros instrumentos e eventuais alterações substanciais ao Programa.

2.1 REALIZAÇÃO E ANÁLISE DOS PROGRESSOS

Esta secção centra-se na realização física e financeira do COMPETE, seguindo-se uma análise mais qualitativa, abordando as dinâmicas da procura e dos apoios concedidos.

2.1.1. Realização Física do Programa Operacional

Foi estabelecida, no âmbito do QREN, uma bateria de indicadores por Eixo Prioritário, complementada por um conjunto de indicadores comuns comunitários de realização e resultado e por um sistema de indicadores comuns nacionais para a Agenda Fatores da Competitividade, com o objetivo de aferir o cumprimento dos objetivos dos Programas Operacionais.

Os indicadores de realização, apurados anualmente, têm presente a dinâmica dos ritmos de aprovação/execução dos vários instrumentos do PO. Os indicadores de resultado, face à sua natureza, são apenas apurados em sede de encerramento dos projetos.

Conforme referido no ponto 1, os indicadores de acompanhamento do Programa foram objeto de atualização, na sequência da reprogramação financeira. Neste sentido, introduziram-se as seguintes alterações aos Indicadores:

Tabela 2.1: Alterações aos Indicadores de Realização aprovadas pela Comissão de Acompanhamento

Eixo	Indicador	Alteração Efetuada	Justificação
Eixo III	Garantias prestadas às PME	Nova meta para 2015 passa de 4.000 para 5.000	Decorrente do reforço do Eixo III
Eixo V	N.º de bens e serviços (estudos, manuais, portais da internet criados, etc.) disponibilizados às empresas decorrente das Ações Coletivas apoiadas	Nova meta para 2015 passa de 250 para 7.000	Desfasamento da meta: Meta subavaliada
Eixo VI	N.º de visitas ao sítio internet	Nova meta para 2015 passa de 2 milhões de visitas para 3,7 milhões de visitas	Desfasamento da meta: Meta subavaliada

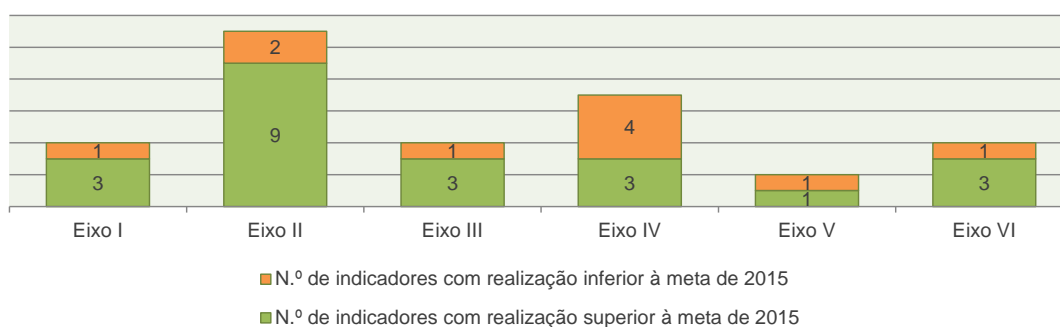
Fonte: COMPETE.

Apresenta-se de seguida um resumo de alguns indicadores apurados a 31 de dezembro de 2012, podendo ser analisada a tabela completa dos Indicadores de Realização Física (Comuns Nacionais, por Eixo Prioritário e Comuns Comunitários) nos Anexos I, VIII e IX.

Relativamente ao cumprimento das metas dos Indicadores Físicos de Realização e Acompanhamento fixadas por Eixo Prioritário, verifica-se, no final de 2012, uma elevada realização, ou seja, cerca de 70% dos indicadores (para os quais, nesta fase, é possível aferir o grau de realização⁶) ultrapassaram a respetiva meta para 2015.

O elevado grau de cumprimento dos indicadores é transversal às temáticas e aos Eixos Prioritários, sendo expectável, em muitos dos indicadores com níveis de realização atualmente abaixo da meta estabelecida para 2015, que a mesma seja atingida até final do Programa.

Gráfico 2.1: Cumprimento das Metas dos Indicadores Físicos de Realização por Eixo Prioritário, 2007-2012



Fonte: SI POFC.

⁶ Saliente-se que há 2 Indicadores para os quais não é ainda possível verificar a realização do Programa (Indicador do Eixo II – “índice de sobrevivências das empresas criadas” e do Eixo VI – “Nível de follow up das recomendações de avaliação”). Note-se ainda que há Indicadores de Acompanhamento que apenas são contabilizados após o encerramento dos projetos (aquando da aferição do cumprimento das respetivas metas de execução). Face ao atual estágio de realização do Programa, o número de projetos encerrados é ainda pouco relevante, pelo que se apresentam as estimativas apresentadas pelos promotores que constituem as respetivas metas de execução.

A tabela abaixo apresenta a realização a 31 de dezembro de 2012 dos **Indicadores Comuns de Realização** definidos para o Programa, destacando-se a atual previsão de 14.349 postos de trabalho criados⁷, o elevado nível de projetos de I&D apoiados (mais de 2.700 projetos), dos quais mais de 10% referentes a projetos de cooperação entre empresas e instituições de investigação, bem como o nível de ajudas a PME (mais de 5.400 PME apoiadas).

Tendo em conta que a contabilização da criação de postos de trabalho, nesta fase do Programa, se refere essencialmente, à sua previsão contratualizada, não existem ainda dados que permitam aferir a ocupação destes postos de trabalho por homens e mulheres.

Tabela 2.2: Indicadores Comuns de Realização, 2007-2012

Áreas	Indicador	Eixos Relevantes	Valor
Emprego criado	1. Empregos criados (empregos diretos criados, em equivalente tempo inteiro)	Total do PO	14.349 (*)
Investigação e Desenvolvimento Tecnológico	4. N.º de projetos de I&DT	Total do PO	2.730
	5. N.º de projetos de cooperação empresas - instituições de investigação	Eixo I	284
	6. Empregos na investigação criados	Eixo I	66 (*)
	7. N.º de projetos	Eixos I, II e III	5.401
Ajudas diretas ao investimento nas PME	8. dos quais: n.º de <i>start-ups</i> apoiadas (empresas com menos de dois anos)	Eixos I e II	200
	9. Empregos criados (em equivalente tempo inteiro)	Eixos I e II	6.587 (*)
	10. Investimento total induzido (em milhões de euros)	Eixos I, II e III	2.166
Sociedade de Informação	11. N.º de projetos	Total do PO	550
Energias Renováveis	23. N.º de projetos	Total do PO	20
	24. Capacidade suplementar de produção de energia a partir de fontes renováveis (em MWh)	Total do PO	(**)
Alterações Climáticas	30. Redução de emissões de gases com efeito de estufa (CO2 equivalentes, kt)	Eixo II	(**)
Turismo	34. N.º de projetos	Total do PO	280
	35. N.º de empregos criados (em equivalente tempo inteiro)	Total do PO	1.653 (*)
Saúde	38. N.º de projetos	Total do PO	27

Nota: (*) Indicadores de Resultado e, como tal, aferidos em sede de encerramento dos projetos. Apresentam-se as previsões de criação de postos de trabalho, com exceção do contributo do Eixo III, cujos dados são já referentes a encerramento; os restantes indicadores são de Realização e, portanto, contabilizados em sede de projetos contratados. (**) Indicadores que deverão ser aferidos com base em Avaliação específica;
Fonte: SI POFC.

Tendo em vista aferir e transmitir uma imagem dos progressos ao nível das realizações e resultados das intervenções do FEDER, foi criado um **Sistema de Indicadores Comuns Nacionais** para a Agenda Fatores de Competitividade.

⁷ A criação de postos de trabalho apresentada consiste nas metas previsionais contratualizadas no âmbito dos projetos do SI Inovação, nos postos de trabalho previstos apoiados no âmbito do SI I&DT e SI Qualificação PME (constituindo como despesas elegíveis) e na criação efetiva de postos de trabalho em PME apoiadas através de FCR e BA.

Tabela 2.3: Indicadores Comuns Nacionais da Agenda Fatores de Competitividade, 2007-2012

Ref. ^a Indicador	Indicador	Eixos Relevantes	Realização Acumulada
ICN-Tri-001	N.º de empresas beneficiárias de ajudas diretas ao investimento (no âmbito dos Sistemas de Incentivos)	I e II	4.015
ICN-Anual-002	N.º de empresas beneficiárias de ajudas diretas ao investimento no âmbito dos Sistemas de Incentivos em Sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia	I e II	764
ICN-Tri-002	Projetos de apoio a empresas no âmbito dos Sistemas de Incentivos	Investimento total (mil €)	5.691.793
		Investim. elegível (mil €)	4.847.743
ICN-Tri-003	N.º de novas empresas/start-up apoiadas (não tinha iniciado atividade um ano antes do projeto ser apresentado) no âmbito dos Sistemas de Incentivos	I e II	93
ICN-Tri-004	N.º de novas empresas/start-up apoiadas em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia	I e II	37
ICN-Anual-003	VAB gerado por empresas apoiadas classificadas em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia	Dados pré-projeto (m€)	934.602
		Estimativa pós-proj. (m€)	1.887.004
ICN-Anual-004	N.º de empresas apoiadas em sectores de prod. transac.e internacionalizável	I e II	2.896
ICN-Anual-005	VAB gerado por empresas apoiadas	Dados pré-projeto (m€)	3.012.174
		Estimativa pós-proj. (m€)	5.750.768
ICN-Anual-006	Valor das exportações das empresas beneficiárias de ajudas directas ao investim.	Dados pré-projeto (m€)	6.891.484
		Estimativa pós-proj. (m€)	12.195.804
ICN-Anual-007	Valor das exportações (empresas beneficiárias ajudas directas ao inv.), em sectores intensivos em conhecimento e média e alta tecnologia	Dados pré-projeto (m€)	3.027.750
		Estimativa pós-proj. (m€)	5.322.092
ICN-Anual-008	Valor das vendas das empresas beneficiárias de ajudas directas ao investimento	Dados pré-projeto (m€)	11.074.272
		Estimativa pós-proj. (m€)	17.571.894
ICN-Anual-009	Garantias prestadas a PME	III	3.762
ICN-Tri-005	N.º de empresas apoiadas através de Instrumentos de Engenharia Financeira	III	3.739
ICN-Anual-010	Investimento realizado em capital de risco (mil €)	III	25.232
ICN-Tri-006	Proj. I&DT	Investimento total (mil €)	1.037.924
		Investim. elegível (mil €)	934.791
ICN-Anual-012	Projetos de cooperação empresas - instituições de investigação	Investimento total (mil €)	479.711
		Investim. elegível (mil €)	440.527
ICN-Tri-007	N.º de Ações Coletivas com contrato celebrado	V	298
ICN-Anual-014	Ações Coletivas	Investimento total (mil €)	280.074
		Investim. elegível (mil €)	240.935
ICN-Tri-008	N.º de lojas do cidadão, centros multisserviços e balcões únicos	IV	1.433

Fonte: SI POFC.

Conforme se poderá constatar ao longo deste Relatório de Execução, quer pela aferição do atual nível de cumprimento dos indicadores quer pela caracterização das empresas promotoras e projetos apoiados, o Programa tem demonstrado forte coerência entre os objetivos estabelecidos inicialmente e o atual nível de execução, designadamente no fomento da internacionalização da economia portuguesa, através da focalização dos apoios nos sectores transacionáveis e internacionalizáveis, bem como na importância dada à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, com vista à qualificação e alteração do modelo competitivo nacional.

2.1.2. Realização Financeira do Programa Operacional

O ano de 2012 caracterizou-se pela manutenção do ritmo de aprovações (face ao ano anterior) e pelo maior volume de pagamentos e de execução anual registado desde o início do Programa.

Nos Anexos II, III, IV e V disponibiliza-se um conjunto de dados complementares à análise efetuada no presente ponto. No Anexo X é apresentada a lista completa dos projetos aprovados no âmbito do COMPETE.

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA

Tal como consta da Apresentação do Programa (ponto 1), o ano de 2012 ficou marcado pela reprogramação efetuada, que resultou de um reforço da dotação global do Programa em 70 milhões de euros.

O plano de financiamento revisto (conforme ponto 1 – Apresentação do Programa) foi aprovado pela Comissão Europeia, através da Decisão C(2012) 9892, de 19 de dezembro.

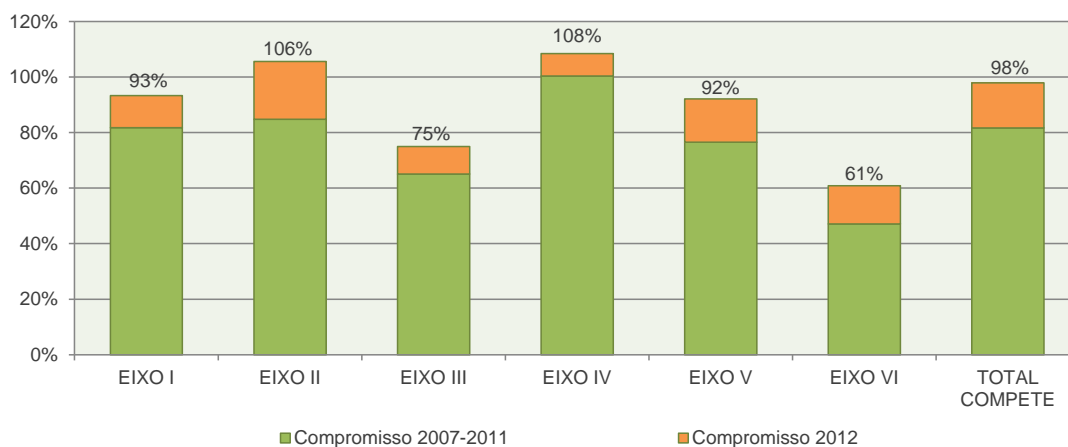
FINANCIAMENTO APROVADO

O financiamento aprovado, no final do ano de 2012, ascende a um montante de custo total elegível de 6,6 mil milhões de euros, ao qual corresponde uma comparticipação do fundo comunitário FEDER de 3,1 mil milhões de euros.

Tendo por base a nova programação financeira do Programa, verifica-se um nível geral de compromissos, face à dotação 2007-2013, de cerca de 98%, destacando-se os Eixos II e IV com taxas de compromisso superiores à respetiva dotação.

Este nível de compromisso obriga a um acompanhamento rigoroso no sentido de identificar quebras potenciais, de modo a aprovar incentivo acima da dotação do Programa (em *overbooking*) e, desta forma, permitir uma aplicação total do FEDER.

Gráfico 2.2: Taxas de Compromisso por Eixo Prioritário (Fundo Comunitário), 2007-2012



Fonte: SI POFC.

No ponto 2.1.6 (Análise Qualitativa) e no capítulo 3 (análise por Eixo Prioritário) é analisado, com mais profundidade, o compromisso assumido.

PAGAMENTOS REALIZADOS

O montante total de pagamentos realizados em 2012 ascendeu a 488 milhões de euros de fundo comunitário FEDER. Em termos acumulados a 31 de dezembro, o montante total de pagamentos realizados era de 1,7 mil milhões de euros de FEDER, o qual se traduz numa taxa de pagamento do Programa, face à dotação, de 53%.

Tabela 2.4: Pagamentos Realizados, 2007-2012

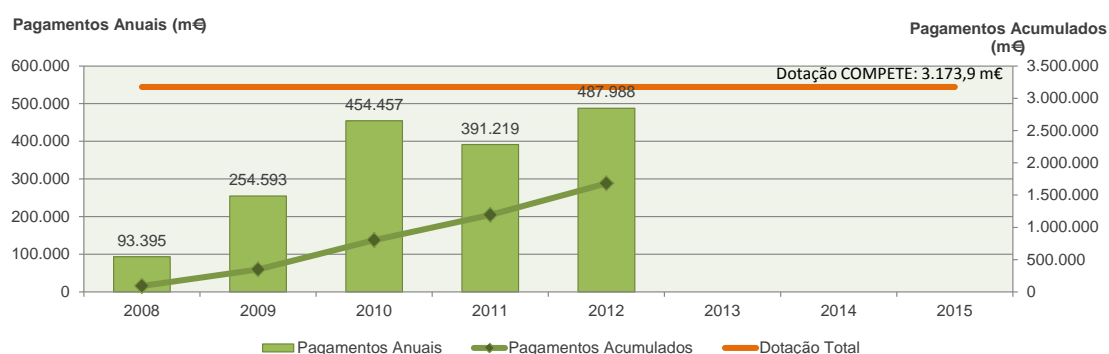
Eixo Prioritário	Unid: Mil Euros	
	2012	2007-2012
EIXO I - Conhecimento e Desenvolvimento Tecnológico	139.159	297.566
EIXO II – Inov. e Renov. do Modelo Empresarial e do Padrão de Especializ.	280.051	1.017.832
EIXO III - Financiamento e Partilha de Risco da Inovação	12.611	154.478
EIXO IV - Uma Administração Pública Eficiente e de Qualidade	17.572	74.940
EIXO V - Redes e Ações Coletivas de Desenvolvimento Empresarial	30.363	104.678
EIXO VI - Assistência Técnica	8.233	32.159
TOTAL COMPETE	487.988	1.681.652

Fonte: SI POFC.

O ano de 2012 constituiu o ano com o maior volume de pagamentos realizados desde o início do COMPETE, representando um aumento de perto de 25% face ao registado no ano anterior.

Este aumento reflete o trabalho realizado pela Gestão, em articulação com os Organismos Intermédios, no sentido de acelerar o ritmo de execução do Programa. É esperada, para os próximos anos, a manutenção do ritmo de pagamentos de 2012, de modo a evitar a concentração dos mesmos no último ano de execução do Programa (2015).

Gráfico 2.3: Pagamentos Realizados (Fundo Comunitário), por Ano, 2007-2012

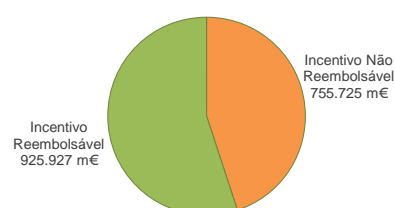


Fonte: SI POFC.

Em termos de tipologia de incentivo, constata-se que 55% do incentivo pago até final do ano de 2012 assumia a natureza de incentivo reembolsável.

Deste, parte poderá eventualmente ser convertida em não reembolsável em função da atribuição do Prémio de Realização, tendo em conta o cumprimento dos objetivos fixados para cada projeto.

Gráfico 2.4: Pagamentos Realizados (Fundo Comunitário) por Tipologia de Incentivo, 2007-2012



Fonte: SI POFC.

REEMBOLSOS DO PROGRAMA

Decorrente do incentivo reembolsável pago aos beneficiários no final de 2012 (cerca de 926 milhões de euros) e tendo por base os pressupostos legalmente definidos para o respetivo reembolso ao Programa, é expectável um montante previsional de reembolsos na ordem dos 347 milhões de euros, cujo calendário de reembolso se estende por mais de uma década.

O diferencial entre o incentivo reembolsável pago e o montante previsional de reembolsos decorre essencialmente do montante do Prémio de Realização a atribuir, ou seja, incentivo reembolsável convertível em incentivo não reembolsável, mediante o cumprimento das metas contratualmente fixadas. Esta estimativa assume, por parte da gestão, por uma questão de prudência, a posição mais conservadora, ou seja, parte-se do princípio que será atribuído a totalidade do Prémio de Realização aprovado em sede de decisão de financiamento do projeto.

Quanto aos **reembolsos previstos** para o ano de 2012, o montante previsional ascendia a cerca de 35 milhões de euros.

Em termos efetivos, os beneficiários reembolsaram ao Programa, durante o ano de 2012, um montante de 18,5 milhões de euros de incentivo reembolsável. Este desvio significativo, entre o previsional e o efetivo, decorre de ajustamentos que foram feitos aos planos de reembolso e que, na sua maioria, têm origem em recalendarizações da execução do projeto.

A 31 de dezembro de 2012, o Programa registava um montante acumulado de reembolsos realizados (recebidos pelos Organismos Intermédios respetivos) na ordem dos 21,7 milhões de euros.

Tabela 2.5: Reembolsos do Programa (incentivo reembolsável), 2007-2012

Reembolsos do Programa	Unid: Mil Euros	
	Ano 2012	2007-2012
Reembolsos Previsionais	34.753	39.971
Reembolsos Realizados	18.530	21.711

Fonte: SI POFC.

EXECUÇÃO FINANCEIRA

A **metodologia utilizada** pelo COMPETE para apuramento da execução financeira do Programa assenta nas disposições previstas no artigo 78.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, de 11 de julho, e na sua nova redação dada pelo Regulamento (CE) n.º 284/2009, de 8 de abril.

Deste modo, a execução financeira reportada em sede de Relatório Anual traduz-se na despesa que, a 31 de dezembro de 2012, reúne as condições para certificação e reembolso pela Comissão, ou seja, inclui:

- As despesas pagas pelos beneficiários finais aquando da execução das operações, incluídas em pedidos de pagamento e validadas pela Autoridade de Gestão. No caso

dos Sistemas de Incentivo, as referidas despesas têm adicionalmente que ser objeto de pagamento aos beneficiários;

- Os adiantamentos certificáveis e suscetíveis de reembolso pela Comissão Europeia;
- A contribuição pública indicada corresponde à despesa pública (comunitária e nacional) executada nos termos do conceito de execução explicitado.

A **realização financeira** do Programa atingiu no final do ano de 2012 um montante de 3,7 mil milhões de euros de custo total elegível, ao qual corresponde uma despesa pública de 1,8 mil milhões de euros, sendo que 1,6 mil milhões de euros provêm de comparticipação comunitária do Fundo FEDER.

O custo total elegível apurado no final de 2012 representa uma taxa de execução de 66%, face ao financiamento total do Programa (dotação prevista).

O acréscimo da **taxa de execução global** de 49%, registada no final de 2011, para 66% de realização, corrobora o esforço significativo de execução realizado durante o ano de 2012, num contexto económico bastante adverso.

Numa análise por Eixo Prioritário, à semelhança do registado em 2011, o Eixo II apresenta a taxa de execução mais elevada do Programa, na ordem dos 75%, continuando a verificar-se que são os apoios às empresas que se encontram numa fase mais adiantada de execução.

Tabela 2.6: Realização Financeira, 2007-2012

Unid: Mil Euros

Eixo Prioritário	Financiamento total do COMPETE	Base de cálculo da contribuição da UE	Despesa elegível certificada paga pelos beneficiários	Contribuição Pública correspondente	Taxa de Execução (%)
Eixo Prioritário I		Custo Total			
Fundo FEDER	894.999		447.703	298.906	50,02%
Eixo Prioritário II		Custo Total			
Fundo FEDER	3.578.938		2.690.005	977.379	75,16%
Eixo Prioritário III		Custo Total			
Fundo FEDER	502.816		220.611	190.026	43,88%
Eixo Prioritário IV		Custo Total			
Fundo FEDER	276.471		155.339	155.339	56,19%
Eixo Prioritário V		Custo Total			
Fundo FEDER	246.048		126.953	100.298	51,60%
Eixo Prioritário VI		Custo Total			
Fundo FEDER	83.281		39.589	39.589	47,54%
TOTAL COMPETE	5.582.552		3.680.199	1.761.536	65,92%
Fundo FEDER	5.582.552		3.680.199	1.761.536	65,92%

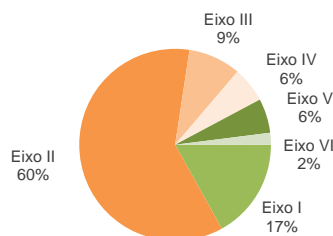
Fonte: SI POFC.

No entanto, é de sublinhar o significativo acréscimo de execução registado nos restantes Eixos Prioritários do Programa, os quais, com exceção do Eixo III (dado a sua dotação ter sido reforçada na reprogramação de 2012), apresentam taxas de execução na sua generalidade superiores a 50%.

O Eixo Prioritário VI corresponde à Assistência Técnica do Programa e apresenta uma taxa de execução de 48% do seu financiamento total (dadas as restrições orçamentais do OE que se verificaram em 2012).

No que respeita à repartição da execução financeira acumulada por Eixo Prioritário, à semelhança do ocorrido nos anos anteriores, a mesma concentra-se essencialmente no Eixo II, que regista 60% da execução realizada em Fundo Comunitário e cerca de 73% em termos de despesa elegível certificada até final de 2012.

Gráfico 2.5: Execução Realizada - Distribuição por Eixo Prioritário (Fundo Comunit.), 2007-2012

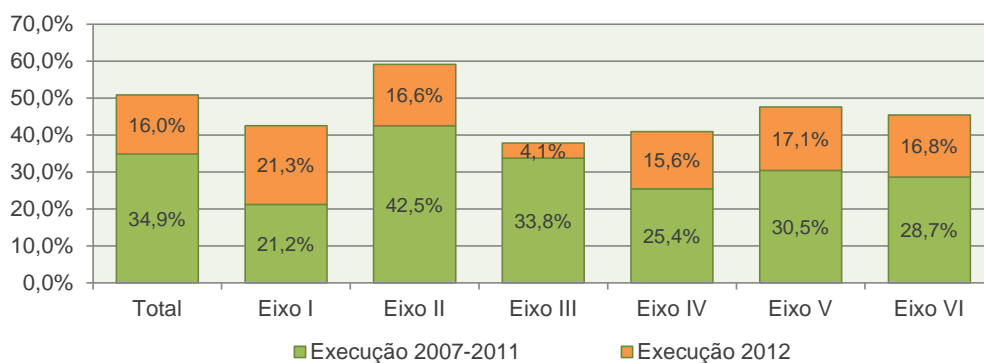


Fonte: SI POFC

Centrando a análise na ótica do **fundo comunitário**, verifica-se que o COMPETE executou até final de 2012, cerca de metade da sua dotação, ou seja, 51% do fundo comunitário FEDER.

Quanto à taxa de execução por Eixo Prioritário, destaca-se o Eixo II com a taxa de execução mais elevada do Programa, ou seja, com cerca de 60% da sua dotação FEDER executada. Os restantes Eixos Prioritários apresentam taxas de execução mais ou menos similares, tendo contribuído para esta homogeneidade, não só a reprogramação orçamental do Programa, mas essencialmente o esforço de execução realizado em 2012, destacando-se o Eixo I por ter duplicado em 2012 a execução realizada no período 2007-2011.

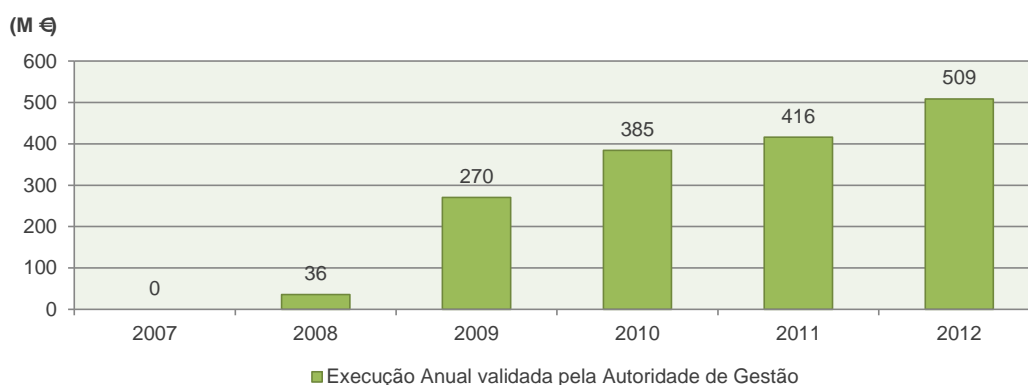
Gráfico 2.6: Taxas de Execução por Eixo Prioritário (Fundo Comunitário), 2007-2012



Fonte: SI POFC

Podemos ainda aferir que, anualmente, se tem registado uma **evolução positiva** relativamente à execução validada pela Autoridade de Gestão. Neste sentido, importa sublinhar a boa performance da execução alcançada em 2012. De facto, como resultado de todo um trabalho articulado entre os Organismos Intermédios e a Autoridade de Gestão, com o objetivo de acelerar o ritmo de execução do Programa, a execução realizada em 2012 traduziu-se num acréscimo na ordem dos 22% face à execução apurada em 2011.

Gráfico 2.7: Execução Anual Realizada (Fundo Comunitário), 2007-2012



Fonte: SI POFC.

META COMUNITÁRIA N+3 / N+2

O Regulamento (CE) n.º 1083/2006 de 11 de julho, determina no n.º1 do seu artigo 93.º que é automaticamente anulada pela Comissão qualquer parte de uma autorização orçamental relativa a um PO que não tenha sido utilizada para o pagamento do pré-financiamento ou para a realização de pagamentos intermédios, ou em relação à qual não tenha sido apresentado à Comissão, até 31 de dezembro do segundo ano seguinte ao da autorização orçamental, qualquer pedido de pagamento, em conformidade com o disposto no artigo 86.º

Todavia, conforme exceção prevista no referido n.º 1, no caso de Portugal, por este ter um PIB entre 2001 e 2003 inferior a 85% da média da EU-25, o prazo previsto vai até 31 de dezembro do terceiro ano seguinte ao da autorização orçamental anual de 2007 a 2010.

Deste modo, temos uma Meta n+3 a aferir até a final de 2012 e, a partir de 2013, inclusive, teremos uma Meta comunitária n+2 a cumprir.

O Regulamento (EU) n.º 539/2010, de 16 de junho, vem alterar a redação do n.º 1 do artigo 93.º do Regulamento (CE) n.º 1083, estipulando que, para efeitos de anulação automática de autorizações, a Comissão deve calcular o montante a anular somando um sexto da autorização orçamental anual relativa à participação anual total para 2007, a cada uma das autorizações orçamentais para os exercícios de 2008 a 2013.

Neste contexto, a **Meta n+3** a aferir em 2012 consiste no somatório da autorização orçamental relativa aos anos de 2008 e 2009, acrescido de dois sextos da autorização orçamental de 2007, conforme evidenciado na tabela seguinte.

O cumprimento desta meta comunitária é aferido pelo montante de Certificados e Declarações de Despesas e Pedidos de Pagamento (CDDPP) apresentados à CE pela Autoridade de Certificação, acrescido do montante de pré-financiamento realizado ao Programa pela Comissão Europeia.

Deste modo, tendo em conta a metodologia definida para efeitos de aferição do cumprimento da Meta n+3, verifica-se que a execução acumulada realizada no final do ano de 2012 permitiu um cumprimento da meta em 174%.

Tabela 2.7: Meta Comunitária n+3, 2012

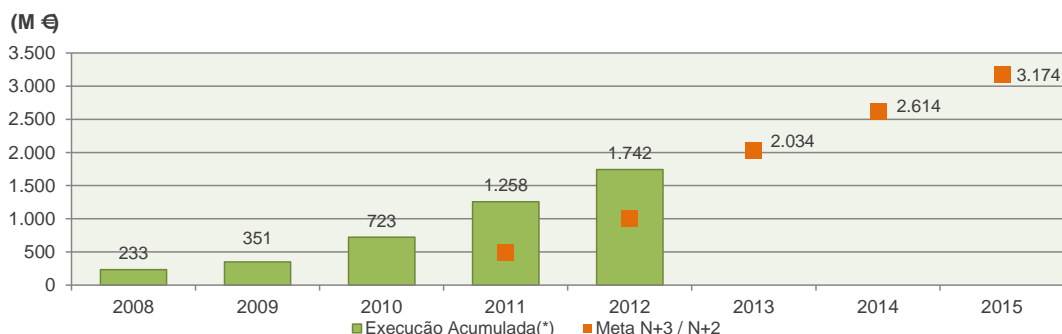
Unid: Mil Euros

Ano N (2009)	Meta a aferir em 2012			Execução em 31-Dez-2012			
	Autorização Orçamental 2008-2009 (Ano N)	2/6 da autorização orçamental de 2007	Meta Comunitária N+3 (total)	Pedidos de Certificação Reportados à CE	Montante de Pré-Financiamento	Total de Execução	Cumprimento da Meta (%)
	(1)	(2)	(3)=(1)+(2)	(4)	(5)	(6)=(4)+(5)	(7)=(6)/(4)
Fundo Comunitário FEDER	860.210	139.166	999.376	1.509.274	232.784	1.742.058	174%

Fonte: SI POFC

Podemos assim constatar que, apesar de todas as dificuldades e constrangimentos sentidos nos últimos anos, com potencial impacte na execução do Programa, o COMPETE tem cumprido as metas comunitárias de execução definidas.

Gráfico 2.8: Execução Acumulada (Fundo Comunitário) por Ano, face às Metas n+3/n+2, 2007-2012



Nota: (*) Para o cumprimento da regra n+3, contabiliza-se como execução o pagamento por conta realizado pela Comissão Europeia (232,8 M€). Fonte: IFDR

FLUXOS FINANCEIROS COM A CE

Durante o ano de 2012, o COMPETE apresentou à Autoridade de Certificação seis Pedidos de Certificação de Despesa, (em fevereiro, abril, julho, outubro e novembro), envolvendo uma despesa total acumulada na ordem dos 3,3 mil milhões de euros, com uma correspondente contribuição comunitária de 1,4 mil milhões de euros.

Os correspondentes Certificados e Declarações de Despesa e Pedidos de Pagamento (CDDPP) foram remetidos pela Autoridade de Certificação à Comissão Europeia também durante o ano de 2012, sendo que os dois primeiros pedidos apresentados pela Autoridade de Gestão foram remetidos pela Autoridade de Certificação à CE em dois CDDPP cada.

O montante de **despesa total acumulada certificada** pela Autoridade de Certificação à Comissão ascende a cerca de 3,3 mil milhões de euros, com uma correspondente contribuição comunitária na ordem dos 1,5 mil milhões de euros.

Todos os Certificados e Declaração de Despesa e Pedido de Pagamento remetidos em 2012 pela Autoridade de Certificação, com exceção do enviado à CE em dezembro (no valor de 28,6 milhões de euros), foram reembolsados pela Comissão Europeia no próprio ano, perfazendo um montante de 484,3 milhões de euros. A este montante acresce o reembolso do CDDPP enviado à CE em dezembro de 2011 e reembolsado em janeiro de 2012, num montante de 91,0 milhões de euros.

Assim, o total reembolsado pela CE durante 2012 foi de 546,7 milhões de euros, perfazendo um **total acumulado reembolsado** pela CE ao COMPETE de 1.480,6 milhões de euros.

Neste contexto, o ponto de situação dos fluxos financeiros a 31 de dezembro de 2012 traduz um montante acumulado pago pela CE ao COMPETE de cerca de 1.713,4 milhões de euros, dos quais 232,8 milhões de euros a título de pré-financiamento.

Tabela 2.5: Pedidos de Certificação de Despesas Apresentados pelo COMPETE à Autoridade de Certificação, 2012 (valores acumulados)

Unid: Mil Euros

Nº do Pedido	Data de envio à AC	Data da despesa	Montantes		
			Despesas elegíveis pagas pelos beneficiários	Contribuição pública correspondente	Contribuição comunitária correspondente
1.º/2012	02-02-2012	15-01-2012	2.646.724	1.202.922	1.070.402
2.º/2012	13-04-2012	22-03-2012	2.757.811	1.265.604	1.129.324
3.º/2012	27-07-2012	13-06-2012	2.899.757	1.342.612	1.204.573
4.º/2012	10-10-2012	26-07-2012	3.057.885	1.447.365	1.291.221
5.º/2012	25-10-2012	11-10-2012	3.227.205	1.541.634	1.400.388
6.º/2012	29-11-2012	08-11-2012	3.299.400	1.577.657	1.435.098
TOTAL COMPETE			3.299.400	1.577.657	1.435.098

Fonte: SI POFC

Tabela 2.6: Certificados e Declarações de Despesas e Pedidos de Pagamento (CDDPP) Apresentados pela Autoridade de Certificação à CE, 2012 (valores acumulados)

Unid: Mil Euros

Nº do Pedido	Data de envio do CDDPP à CE	Data da despesa	Montantes		
			Despesas elegíveis pagas pelos beneficiários	Contribuição pública correspondente	Contribuição comunitária correspondente
1.º/2012	16-03-2012	15-01-2012	2.572.396	1.146.579	1.091.884
2.º/2012	11-04-2012	15-01-2012	2.596.028	1.156.980	1.103.726
3.º/2012	23-05-2012	22-03-2012	2.706.882	1.219.371	1.167.199
4.º/2012	27-06-2012	22-03-2012	2.741.860	1.254.349	1.202.177
5.º/2012	10-08-2012	13-06-2012	2.890.084	1.336.924	1.284.160
6.º/2012	10-10-2012	26-07-2012	3.045.325	1.439.760	1.386.713
7.º/2012	30-10-2012	11-10-2012	3.212.394	1.533.023	1.480.631
8.º/2012	21-12-2012	08-11-2012	3.255.194	1.561.762	1.509.274
TOTAL COMPETE			3.255.194	1.561.762	1.509.274

Fonte: IFDR

Tabela 2.6: Certificados e Declarações de Despesas e Pedidos de Pagamento (CDDPP) Apresentados pela Autoridade de Certificação à CE, 2012 (valores por CDDPP)

Unid: Mil Euros

Nº do Pedido	Data de envio do CDDPP à CE	Data da despesa	Montantes		
			Despesas elegíveis pagas pelos beneficiários	Contribuição pública correspondente	Contribuição comunitária correspondente
1.º/2012	16-03-2012	15-01-2012	144.574	69.705	66.928
2.º/2012	11-04-2012	15-01-2012	23.632	10.401	11.842
3.º/2012	23-05-2012	22-03-2012	110.854	62.391	63.473
4.º/2012	27-06-2012	22-03-2012	34.978	34.978	34.978
5.º/2012	10-08-2012	13-06-2012	148.224	82.575	81.983
6.º/2012	10-10-2012	26-07-2012	155.241	102.836	102.553
7.º/2012	30-10-2012	11-10-2012	167.069	93.262	93.919
8.º/2012	21-12-2012	08-11-2012	42.800	28.739	28.643
TOTAL COMPETE			827.372	484.888	484.318

Fonte: IFDR

Tabela 2.7: Pagamentos Efetuados pela CE, 2007-2012

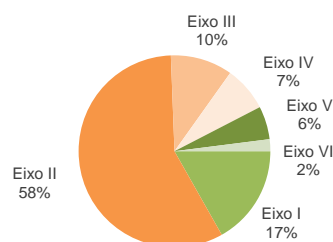
Unid: Mil Euros

Tipo Pagamento	N.º	Data	Montante
Pré-Financiamento	1.ª fração (2%)	Nov-07	62.076
Pré-Financiamento	2.ª fração (3%)	Abr-08	93.114
Pré-Financiamento	3.ª fração (2,5%)	Abr-09	77.595
Subtotal Pré-financiamento			232.784
Total Reembolsos – Ano de 2009			117.883
Total Reembolsos – Ano de 2010			371.948
Total Reembolsos – Ano de 2011			444.146
Total Reembolsos – Ano de 2012			546.654
Reembolso	5.º/2011	Jan-12	90.978
Reembolso	1.º/2012	Mar-12	66.928
Reembolso	2.º/2012	Mai-12	11.842
Reembolso	3.º/2012	Jun-12	63.473
Reembolso	4.º/2012	Jul-12	34.978
Reembolso	5.º/2012	Set-12	81.983
Reembolso	6.º/2012	Out-12	102.553
Reembolso	7.º/2012	Nov-12	93.919
Subtotal Reembolsos			1.480.631
TOTAL COMPETE			1.713.416

Fonte: IFDR

No que respeita à repartição da despesa constante dos certificados e declarações de despesas e pedidos de pagamentos (CDDPP) por Eixo Prioritário, 58% da mesma concentra-se no Eixo II, destacando-se de seguida o Eixo I, com cerca de 17% da despesa certificada e apresentada à CE para reembolso.

Gráfico 2.9: Certificados e Declarações de Despesas e Pedidos de Pagamento (CDDPP) - Distribuição por Eixo Prioritário (Fundo Comunitário), 2007-2012



Fonte: IFDR

PREVISÃO DE PEDIDOS DE PAGAMENTO À CE

Determina o n.º 3 do artigo 78º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 que, até 30 de abril de cada ano, o Estado-Membro envia à Comissão uma primeira previsão dos respetivos pedidos de pagamento esperados para o exercício financeiro em curso e para o exercício seguinte.

Em cumprimento do disposto, foram atempadamente realizadas as previsões de Pedidos de Pagamento à CE para o ano de 2012, tendo sido comunicado à CE e definido como meta um montante de 441,1 milhões de euros de Fundo Comunitário FEDER.

Face aos dados apresentados nas tabelas anteriores, podemos verificar que o montante dos pedidos de pagamento submetidos durante o ano à CE ascende a 484,3 milhões de euros, o que se traduz num cumprimento da meta de 110%.

2.1.3. Informação sobre a Repartição da Utilização dos Fundos

A informação sobre a repartição da utilização dos fundos comunitários, abordada neste ponto, incide sobre a repartição regional – NUTS II e sobre as dimensões Formas de Financiamento, Atividade Económica e Tema Prioritário.

Como se poderá confirmar pela análise mais detalhada que vai sendo desenvolvida ao longo do Relatório, onde a dimensão regional está devidamente abordada, em termos globais, é na região Norte que mais projetos foram apoiados (45% do total de projetos aprovados) e que mais incentivo foi atribuído (30% do incentivo aprovado, face a 28% do incentivo dos projetos localizados na região Centro).

Existe igualmente uma parcela do montante das aprovações realizadas que está imputada à região de Lisboa, a qual decorre do efeito *Spill-Over*, e que representa cerca de 4,5% do total aprovado (detalhado em cada um dos Eixos respetivos e mais adiante neste ponto).

Tabela 2.8: Contribuição Comunitária por NUTS II, 2007-2012

Unid: Mil Euros

Região (NUTS II)	Fundo FEDER			
	Aprovação		Execução	
	N.º Proj.	Montante	Montante	Tx EX/AP
Norte	2.282	937.567	513.679	55%
Centro	1.579	882.376	490.557	56%
Alentejo	217	338.282	190.364	56%
Lisboa	107	141.122	52.107	37%
Multi-Regiões (*)	915	805.747	368.655	46%
TOTAL COMPETE	5.100	3.105.094	1.615.362	52%

Nota: (*) No ponto 2.1.6 encontra-se repartido o investimento elegível e incentivo dos projetos multi-regiões

Fonte: SI POFC.

Apresenta-se, de seguida, a distribuição de valores aprovados e executados por NUTS II e NUTS III. Para mais informação, sugere-se a consulta ao Anexo IV deste Relatório.

Tabela 2.9: Contribuição Comunitária por NUTS II e NUTS III, 2007-2012

Unid.: Mil Euros

Região (NUTS II / NUTS III)		Fundo FEDER			
		Aprovação		Execução	
		N.º Proj.	Montante	Montante	Tx EX/AP
Norte	Alto Trás-os-Montes	17	17.748	4.795	27%
	Ave	150	96.740	43.104	45%
	Cávado	391	71.859	41.107	57%
	Douro	44	37.729	16.539	44%
	Entre Douro e Vouga	192	107.592	65.243	61%
	Grande Porto	1.155	440.060	252.782	57%
	Minho-Lima	45	39.975	14.687	37%
	Tâmega	145	68.503	46.932	69%
	Multi-Regiões	143	57.360	28.490	50%
	Total Norte	2.282	937.567	513.679	55%
Centro	Baixo Mondego	550	224.582	142.960	64%
	Baixo Vouga	453	242.262	143.391	59%
	Beira Interior Norte	7	7.759	5.672	73%
	Beira Interior Sul	7	21.572	16.076	75%
	Cova da Beira	50	39.813	5.097	13%
	Dão-Lafões	63	72.063	33.399	46%
	Médio Tejo	63	27.297	11.174	41%
	Oeste	74	65.591	30.521	47%
	Pinhal Interior Norte	23	24.480	17.984	73%
	Pinhal Interior Sul	3	8.673	6.098	70%
	Pinhal Litoral	162	91.196	46.452	51%
	Serra da Estrela	3	9.327	627	7%
	Multi-Regiões	121	47.760	31.107	65%
Total Centro	1.579	882.376	490.557	56%	
Alentejo	Alentejo Central	118	135.276	59.279	44%
	Alentejo Litoral	7	50.278	36.058	72%
	Alto Alentejo	14	30.997	12.586	41%
	Baixo Alentejo	14	72.546	52.648	73%
	Lezíria do Tejo	60	47.373	28.917	61%
	Multi-Regiões	4	1.813	875	48%
	Total Alentejo	217	338.282	190.364	56%
Lisboa	Grande Lisboa	106	139.837	50.822	21%
	Península de Setúbal	1	1.285	1.285	100%
	Total Lisboa	107	141.122	52.107	37%
Total Multi-Regiões		915	805.747	368.655	46%
TOTAL COMPETE		5.100	3.105.094	1.615.362	52%

Fonte: SI POFC

A tabela seguinte refere-se à **repartição da contribuição comunitária** aprovada e executada **por atividade económica**.

Destaca-se o peso dos apoios diretos à Indústria Transformadora (43% do incentivo total atribuído), bem como a importância dos projetos aprovados do sector “Atividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas” (49% do total de aprovações), essencialmente devido ao número considerável de projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico (IC&DT) inseridos no SAESCTN que, pela sua tipologia, são considerados neste sector de atividade segundo esta tabela.

Tabela 2.10: Contribuição Comunitária por Atividade Económica, 2007-2012

Unid.: Mil Euros

Código	Designação	Fundo FEDER			
		Aprovação		Execução	
		N.º Proj.	Montante	Montante	Tx EX/AP
01	Agricultura, caça e silvicultura	7	3.124	2.229	71%
02	Pesca	0	0	0	0%
03	Indústrias alimentares e das bebidas	169	112.905	59.308	53%
04	Fabrico de têxteis e produtos têxteis	236	128.193	67.241	52%
05	Construção de material de transporte	120	143.984	65.696	46%
06	Indústrias transformadoras diversas	1.322	1.156.045	691.250	60%
07	Extração de produtos energéticos	0	0	0	0%
08	Produção e distribuição de eletricidade, gás, vapor e água quente	2	268	155	58%
09	Captação, tratamento e distribuição de água	0	0	0	0%
10	Correios e telecomunicações	1	1.496	417	28%
11	Transportes	21	13.501	9.295	69%
12	Construção	75	7.470	2.490	33%
13	Comércio por grosso e a retalho	105	40.651	12.932	32%
14	Hotéis e restaurantes	53	163.430	68.566	42%
15	Atividades financeiras	22	159.959	38.150	24%
16	Atividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas (inclui atividades de I&D)	2.499	502.885	231.401	46%
17	Administração pública	169	383.621	214.336	56%
18	Educação	51	31.794	12.494	39%
19	Atividades de saúde humana	4	11.740	1.475	13%
20	Ação social e serviços coletivos, sociais e pessoais	194	140.629	74.325	53%
21	Atividades associadas ao ambiente	22	32.065	12.659	39%
22	Outros serviços não especificados	0	0	0	0%
00	Não aplicável	28	71.334	50.944	71%
TOTAL COMPETE		5.100	3.105.094	1.615.362	52%

Fonte: SI POFC.

Relativamente à **repartição da contribuição comunitária por formas de financiamento**, verifica-se uma predominância dos apoios, em termos de número de projetos, através de instrumentos cuja tipologia de apoio é não reembolsável (88% das aprovações). No entanto, tendo em conta o peso do SI Inovação no Programa, instrumento que utiliza predominantemente incentivo reembolsável, verifica-se que cerca de metade do incentivo aprovado se enquadra em projetos essencialmente com esta natureza.

Tabela 2.11: Contribuição Comunitária por Formas de Financiamento, 2007-2012

Unid.: Mil Euros

Código	Designação	Fundo FEDER			
		Aprovação		Execução	
		N.º Proj.	Montante	Montante	Tx EX/AP
1	Ajuda não reembolsável	4.475	1.289.548	585.161	45%
2	Ajuda (empréstimo, bonificação de juros, garantias e incentivo reembolsável)	602	1.532.729	887.403	58%
3	Capital de risco (participação, fundo de capital de risco)	23	282.817	142.798	50%
4	Outras formas de financiamento	0	0	0	
TOTAL COMPETE		5.100	3.105.094	1.615.362	52%

Fonte: SI POFC.

Refira-se ainda que não foi reproduzida a tabela relativa à repartição da contribuição da União por tipo de território, dado que a mesma não se aplica ao Programa.

REGRA SPILL-OVER EFFECTS

O Programa COMPETE prevê a possibilidade de serem apoiadas despesas realizadas em Lisboa e no Algarve (na chamada regra *spill-over effects*), de forma excecional e devidamente justificadas, em função da natureza das operações e do efeito multiplicador que provoca nas Regiões de Convergência. Deste modo, considera-se que o investimento realizado é meramente instrumental tendo em conta os benefícios esperados nas regiões de convergência (em conformidade com a abrangência regional do Programa).

Neste sentido, está prevista a possibilidade de recurso a esta regra de exceção no âmbito dos projetos de I&D em co-promoção, dos projetos do Eixo III (flexibilização que não foi implementada no COMPETE) e dos projetos de modernização da Administração Pública.

Foram instituídos vários mecanismos cruzados de controlo da sua aplicação, com apoio do Sistema de Informação, que passam por uma primeira aferição em sede de análise do projeto e, posteriormente, pela validação por parte da área de Gestão Estratégica e Avaliação.

De salientar que a **utilização deste mecanismo permanece limitada** e com um carácter de exceção, representando, no final de 2012, apenas 4% do investimento elegível total do Programa.

Tabela 2.12: Aplicação Regra *Spill-Over Effects*, 2007-2012

Unid: Mil Euros

Instrumento	N.º Proj. (<i>spill-over</i>)	Investimento Elegível (<i>spill-over</i>)	Incentivo (<i>spill-over</i>)	% Investim. Elegível no Total (<i>spill-over/Total</i>)
SI I&DT em Co-Prom.	82	23.165	16.282	7%
SAMA	138	225.945	191.640	56%
Total Spill-Over Effects	220	249.109	207.922	24%
Outros Instrumentos	0	0	0	0%
TOTAL COMPETE	220	249.109	207.922	4%

Fonte: SI POFC.

Em anexo encontra-se a lista dos apoios concedidos ao abrigo desta regra (Anexo XV), onde se poderá constatar, projeto a projeto, o cumprimento dos limites estabelecidos.

EIXO I – SI I&DT: PROJETOS DE I&DT EM CO-PROMOÇÃO

Os projetos em co-promoção do SI I&DT visam o reforço da competitividade empresarial, através da agregação de um conjunto de competências complementares detidas por várias entidades (empresas e entidades do SCT) que se associam para a prossecução de objetivos partilhados de I&D, potenciando a geração de sinergias e partilha de riscos, custos e resultados.

Neste sentido, estes projetos são sempre liderados por uma empresa, podendo os consórcios promotores integrar outras empresas e/ou entidades do SCT, assumindo estas um papel de reforço da articulação entre as diferentes entidades participantes, sendo que os resultados económicos da I&D apoiada devem ser maioritariamente internalizados pelo sector empresarial.

De forma a não limitar a possibilidade das empresas, e tendo em conta o carácter essencialmente instrumental do investimento das entidades do SCT, a regra de exceção “*Spill-over Effects*”, devidamente explicitada no Anexo II do Programa, no âmbito dos projetos em co-promoção do SI I&DT, permite que empresas localizadas nas Regiões de Convergência possam agregar ao projeto as entidades de SCT que considerem mais relevantes, independentemente de se localizarem fora das Regiões de Convergência.

Os apoios concedidos ao abrigo desta regra são **excepcionais e objeto de um escrutínio apertado** fundamentado em condições objetivas que confirmem que a não admissibilidade dessas parcerias tecnológicas inviabilizaria ou condicionaria o sucesso dos projetos, além de se assegurar que os benefícios económicos deles decorrentes são apropriados pelos promotores (empresas e/ou entidades do SCT) localizados nas Regiões Convergência.

Está prevista a co-promoção de projetos no âmbito das tipologias de projeto I&DT em Co-Promoção e Projetos Mobilizadores, ambas inseridas no Sistema de Incentivos à I&DT.

Assim, foram apoiados 82 projetos do SI I&DT em co-promoção, nas tipologias SI I&DT em Co-Promoção e Projetos Mobilizadores de I&DT (a lista dos projetos, com indicação dos co-promotores, encontra-se no Anexo XV), com recurso à referida exceção, representando as referidas despesas, até 31 de dezembro de 2012, um peso de 7% do investimento elegível total apoiado no âmbito desta tipologia de projetos.

Deste modo, conclui-se que a aplicação deste mecanismo tem assumido um carácter essencialmente de exceção e marginal no quadro dos apoios concedidos no âmbito dos projetos em co-promoção do SI I&DT.

Tabela 2.13: Projetos de I&D em Co-Promoção Aprovados ao Abrigo da Regra *Spill-Over Effects*, 2007-2012

Unid: Mil Euros

Tipo de Projeto	Projetos Aprovados			
	N.º Proj.	Invest. Elegível – Regiões Convergência	Invest. Elegível – <i>Spill-Over Effects</i>	Inv. <i>Spill-Over</i> /Inv. Total
Projetos sem Regra <i>Spill-Over Effects</i>	213	209.534	0	0%
Projetos com Regra <i>Spill-Over Effects</i>	82	95.279	23.165	20%
TOTAL SI I&DT – Projetos em Co-Promoção	295	304.813	23.165	7%

Fonte: SI POFC.

EIXO IV – SAMA

No âmbito do SAMA, com base na exceção à regra geral de elegibilidade territorial das despesas relativas a operações com efeitos de difusão relevantes, traduzida na Regra “*Spill-over Effects*”, podem ser apoiados investimentos localizados na região NUTS II de Lisboa, por se considerar que têm impactes muito relevantes para o desenvolvimento das regiões “Objetivo Convergência” do Continente.

Com efeito, apesar da maioria das entidades e serviços da Administração Pública se encontrar localizada na NUTS II de Lisboa, onde se concentra uma parte significativa dos investimentos a realizar, a realidade é que os efeitos e impactes visam, exatamente, a

melhoria da qualidade dos serviços prestados pela Administração Central a todos os cidadãos e às empresas, a sua reorganização global e o funcionamento e acesso em rede.

Em termos práticos, de acordo com a metodologia estabelecida no Anexo V do QREN (e no Anexo II do texto do Programa), os **efeitos de difusão dos investimentos** realizados na NUTS II de Lisboa sobre as Regiões de Convergência (NUTS II do Norte, Centro e Alentejo), foram quantificados em 68,5%⁸, sendo esta a taxa a aplicar aos investimentos que se localizam na Região NUTS II de Lisboa para efeitos de determinação do investimento elegível para financiamento pelo Programa. De acordo com a tabela seguinte, foram apoiados 138 projetos onde se recorreu à referida exceção.

Tabela 2.14: Projetos Aprovados no SAMA ao Abrigo da Regra *Spill-Over Effects*, 2007-2012

Unid: Mil Euros

Tipo de Projeto	Projetos Aprovados			
	N.º Proj.	Invest. Elegível Inicial	Corte Elegibilid	Invest. Elegível – <i>Spill-Over Effects</i>
Proj. totalmente localizados em Lisboa	107	243.006	68,50%	166.459
Proj. parcialmente localizados em Lisboa	31	120.755		59.486
<i>Valores relativos às Regiões de Convergência</i>		33.915		
<i>Valores relativos à Região de Lisboa</i>		86.840	68,50%	59.486
Proj. com Regra <i>Spill-Over Effects</i>	138	363.761		225.945
Proj. sem Regra <i>Spill-Over Effects</i>	30	40.418	0	
TOTAL SAMA	168	404.179		225.945

Fonte: SI POFC.

2.1.4. Informação sobre o Apoio Comunitário por Grupos-Alvo

A análise por grupos-alvo encontra-se desenvolvida no ponto 2.1.6 – Análise Qualitativa.

2.1.5. Apoio Restituído ou Reutilizado

Tendo por base o disposto n.º 2 do artigo 98.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, as situações reportadas neste ponto decorrem de **ações de controlo externo** realizadas ao Programa, de **verificações no local** realizadas pelos Organismos Intermédios e decorrem

⁸ Valor calculado a partir da concentração da população residente nas Regiões Norte, Centro e Alentejo no quadro da população residente do Continente (Eurostat, 2004).

também da própria **gestão e acompanhamento da execução** das operações realizada pelos Organismos Intermédios e pela Autoridade de Gestão.

No que respeita às situações irregulares decorrentes do controlo externo, verificamos que no âmbito das ações de controlo realizadas e com relatório definitivo remetido até final do ano de 2012 à Autoridade de Gestão, foi detetada despesa irregular em 37 operações, num montante de fundo comunitário FEDER na ordem dos 6,1 milhões de euros. Deste montante a Autoridade de Gestão procedeu, até final de 2012, à correção financeira de 3,9 milhões de euros.

Tabela 2.15: Ações de Controlo Externo - Apoio Restituído ou Reutilizado, 2007-2012

Unid: Mil Euros

Tipo de Ação de controlo	Entidade Responsável	Nº Ações Controlo que envolveram operações	Nº Operações Auditadas	Nº Operações com despesa irregular	Despesa FEDER irregular	Correcções financeiras efetuadas - FEDER	Despesas FEDER retiradas como medida preventiva da AC	Apoio restituído ou reutilizado
Operações	Estrutura de Auditoria Segregada (IFDR) (1)	3	143	27	4.804	3.490	1.315	3.490
	Tribunal de Contas Europeu	2	8	1	243	243	0	243
Total Operações		5	151	28	5.047	3.732	1.315	3.732
Sistema	Autoridade de Auditoria (IGF)	7	55	5	1.082	134	947	134
	Autoridade de Certificação (IFDR)	2	33	3	4	3	1	3
	Comissão Europeia	2	18	0	0	0	0	0
	Tribunal de Contas	1	8	0	0	0	0	0
	Tribunal de Contas Europeu	1	2	1	1	1	0	1
Total Sistema		13	116	9	1.087	139	948	139
Total Controlo Externo		18	267	37	6.134	3.871	2.263	3.871

Nota: (1) Inclui a despesa irregular identificada pela IGF no âmbito da sua supervisão à Auditoria de Operações realizada pela Estrutura de Auditoria Segregada do IFDR. Fonte: SI POFC.

O montante remanescente de despesa irregular, cerca de 2,3 milhões de euros, foi retirado da certificação de despesas à Comissão Europeia pela Autoridade de Certificação, como medida preventiva. Este montante, que no final de 2012 não estava ainda regularizado pela Autoridade de Gestão, é relativo, quase na sua totalidade, a situações reportadas à AG

próximo do final do ano de 2012 e, como tal, a sua regularização só foi efetivada pela AG durante o ano de 2013.

Deste modo, no final de 2012, no âmbito do controlo externo, o **montante de fundo restituído ou reutilizado** corresponde ao montante das correções financeiras realizadas, ou seja, a 3,9 milhões de euros.

No que respeita às **ações de verificação no local**, as quais são realizadas pelos Organismos Intermédios, das 49 operações verificadas e com relatório definitivo enviado à Autoridade de Gestão até ao final de 2012, verificou-se existir despesa irregular em 11 delas, num montante de fundo comunitário FEDER de 0,7 milhões de euros.

A correção financeira realizada foi de 0,3 milhões de euros, sendo que o montante 0,4 milhões de euros, retirado preventivamente da certificação CE pela AC, corresponde apenas a uma operação e, no final de 2012, a situação encontrava-se em reanálise.

No final de 2012, no âmbito das verificações no local, o montante de fundo restituído ou reutilizado corresponde ao montante das correções financeiras realizadas, ou seja, a 0,3 milhões de euros.

Tabela 2.16: Verificações no Local - Apoio Restituído ou Reutilizado, 2007-2012

Unid: Mil Euros

Organismo Intermédio	Nº Operações com VL (1)	Despesa Elegível verificada	Nº Operações com despesa irregular	Despesa Elegível Irregular	FEDER Elegível Irregular	Correção financeira realizada	Despesas FEDER retiradas como medida preventiva da AC	Apoio restituído ou reutilizado
Adl	1	79	1	4	2	2	0	2
AICEP	13	519.621	5	33	12	12	0	12
AMA	2	154	0	0	0	0	0	0
FCT	13	305	0	0	0	0	0	0
IAPMEI	16	7.597	4	830	373	1	373	1
POFC	3	143.522	1	376	263	263	0	263
TP	1	534	0	0	0	0	0	0
Total Verificações no Local	49	671.811	11	1.244	652	279	373	279

Nota: (1) Duas operações tiveram 2 verificações no local. Fonte: SI POFC.

No âmbito da gestão e acompanhamento das operações por parte dos Organismos Intermédios e da Autoridade de Gestão, foram identificadas, até final de 2012, algumas situações que deram origem à **anulação total ou parcial da operação**.

Neste contexto, foram identificadas 26 anulações totais de operações, cuja natureza da situação foi considerada como irregular, as quais libertaram um montante de FEDER na ordem dos 8,7 milhões de euros. Todavia, parte significativa deste montante não se encontrava ainda certificado e reembolsado pela CE.

Às situações irregulares identificadas pela gestão que provocaram a anulação parcial de 17 operações, corresponde um FEDER reutilizado de 0,3 milhões de euros.

Até final de 2012 não foram identificadas situações enquadráveis no Artigo 57.º do Regulamento (CE) nº 1083/2006, de 11 de julho, conforme ponto 2.5.

Tabela 2.17: Gestão e Acompanhamento das Operações - Apoio Restituído ou Reutilizado, 2007-2012

Unid: Mil Euros

Tipo de Anulação	Organismo intermédio	Nº de Operações	Montante FEDER reutilizado
Parcial	AICEP	8	292
	FCT	4	3
	IAPMEI	4	31
	TP	1	10
Sub-total		17	336
Total	AICEP	3	1.654
	AMA	1	342
	IAPMEI	18	3.655
	POFC	2	754
	TP	2	2.288
Sub-total		26	8.693
Total		43	9.029

Fonte: SI POFC.

| 39

2.1.6. Análise Qualitativa

Durante o ano de 2012, foram rececionadas 3.946 candidaturas com um investimento total associado de 2,3 mil milhões de euros. Assim, desde o início do Programa, foram recebidas 17.239 candidaturas, envolvendo um investimento total proposto de 19,9 mil milhões de euros.

Tabela 2.18: Candidaturas Rececionadas por Eixo Prioritário, 2007-2012

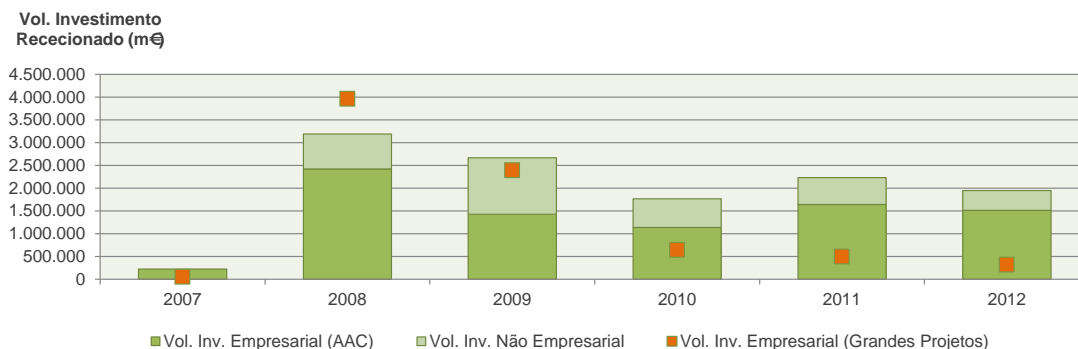
Unid: Mil Euros

Eixo Prioritário	Candidaturas (2012)		Candidaturas (2007-2012)	
	N.º Proj.	Investimento	N.º Proj.	Investimento
EIXO I - Conhecimento e Desenvolvimento Tecnológico	2.868	662.883	12.481	3.331.807
EIXO II - Inov. e Renov. Modelo Empr. e do Padrão de Esp.	1.031	1.528.506	3.733	14.533.928
EIXO III - Financiamento e Partilha de Risco da Inovação	1	40.730	32	540.983
EIXO IV - Uma Admin. Pública Eficiente e de Qualidade	1	2.499	382	883.521
EIXO V - Redes e Ações Coletivas de Desenv. Empresarial	37	21.376	563	520.420
EIXO VI - Assistência Técnica	8	15.095	48	92.732
TOTAL COMPETE	3.946	2.271.089	17.239	19.903.391

Fonte: SI POFC.

Analisando o **volume de candidaturas rececionado por ano**, verifica-se uma tendência decrescente relativamente aos grandes projetos empresariais e aos projetos não empresariais e, por outro lado, uma estabilização da procura empresarial no âmbito dos Avisos de Abertura de Concursos (AAC) dos Sistemas de Incentivos.

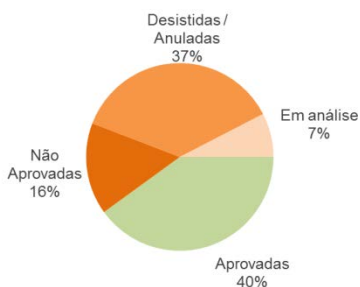
Gráfico 2.10: Investimento Rececionado (excluindo Grandes Projetos) por Ano de Candidatura, 2007-2012



Fonte: SI POFC.

Conclui-se assim que os efeitos da difícil conjuntura macroeconómica (conforme referido no ponto 2.4.1) se sentem mais ao nível dos promotores não empresariais (com especial destaque para os projetos SAMA e SIAC) e dos grandes projetos empresariais, registando-se a estabilização do volume de investimento apresentado por empresas em Avisos de Abertura de Concursos.

Gráfico 2.11: Investimento Rececionado por Situação das Candidaturas, 2007-2012



Nota: Fonte: SI POFC.

Do total de candidaturas rececionadas (medidas em valor de investimento) desde o início do Programa, verifica-se que, no final de 2012, cerca de 40% se encontrava aprovado, 37% foi objeto de desistência ou anulação e 16% não foi aprovado (por falta de mérito ou por não cumprir critérios de admissibilidade), permanecendo 7% em fase de análise.

As **candidaturas em fase de decisão** no final do ano referem-se, por um lado, a projetos do SAESCTN, englobados num concurso geral dirigido a projetos de investigação científica e desenvolvimento tecnológico em todos os domínios do conhecimento, que foram objeto de decisão já no início do ano de 2013, e por outro lado, a projetos dos Sistemas de Incentivos

dos concursos contínuos lançados no 2.º semestre (ver capítulo 2.4.5) cujos prazos de receção das 1.ªs fases terminou em novembro/dezembro e a projetos do regime especial que, pela sua natureza, têm um processo negocial específico.

No que se refere às **desistências**⁹, verifica-se que foram objeto de desistência 496 candidaturas com um investimento associado de 4 mil milhões de euros, dos quais 2,8 mil milhões de euros referentes a projetos do Regime Especial do SI Inovação.

Analisando as variações anuais conclui-se que se mantém a tendência registada em 2011, ou seja, a redução do investimento apresentado objeto de desistência, quer em valor quer em percentagem face ao volume de investimento rececionado no próprio ano.

Gráfico 2.12: Investimento Rececionado Objeto de Desistência por Ano, 2007-2012



Fonte: SI POFC.

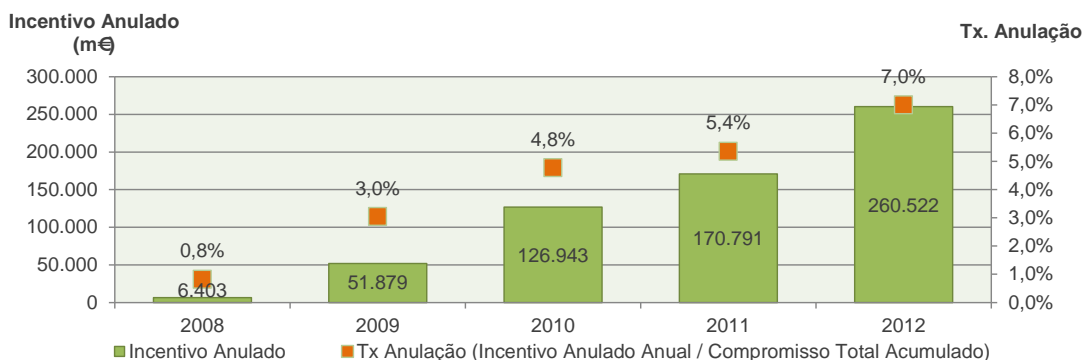
Durante o ano de 2012 foram registadas 295 **anulações**, envolvendo um incentivo de 260,5 milhões de euros. Em termos acumulados, até final do ano, encontravam-se anulados 718 projetos que permitiram uma descativação de incentivo de 616,5 milhões de euros.

Analisando a evolução anual, verifica-se um aumento do incentivo revogado ao longo dos anos, quer em volume (que reflete, naturalmente, o facto de ter uma base maior de incentivo potencialmente “anulável”) quer em taxa de anulação, ou seja, quando se contextualiza com o incentivo bruto aprovado no final do ano.

Esta tendência de uma taxa de anulação crescente reflete a difícil conjuntura macroeconómica e, por outro lado, os esforços da Gestão no sentido de descativar projetos que não chegam a ser implementados pelos promotores, permitindo assumir novos compromissos (ver ponto 2.3.2 sobre a implementação da Bolsa de Descativação).

⁹ Por desistência entende-se a opção de desistir da candidatura manifestada pelo promotor durante o processo de decisão do projeto. As anulações traduzem as revogações formalizadas após decisão elegível de financiamento dos projetos.

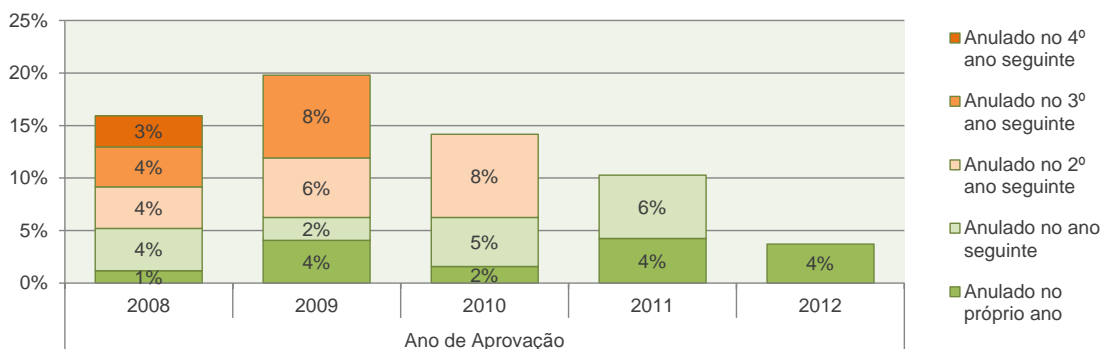
Gráfico 2.13: Incentivo Objeto de Anulação por Ano de Anulação, 2007-2012



Fonte: SI POFC.

Confirmando as conclusões acima referidas, pode-se verificar uma tendência crescente das taxas de anulação tendo em conta o tempo decorrido desde aprovação.

Gráfico 2.14: Incentivo Objeto de Anulação, por ano de aprovação, 2007-2012

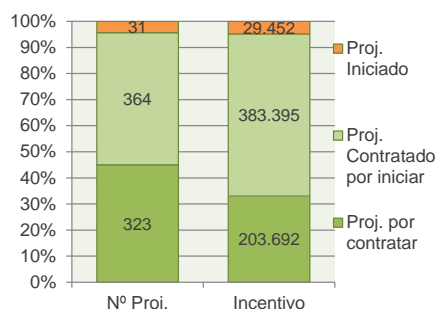


Fonte: SI POFC.

Nota: Foram excluídos os grandes projetos, dado o seu carácter extraordinário e, por outro lado, o seu elevado peso, distorcendo a análise de tendências

Analisando o momento da descativação do apoio, conclui-se que o principal momento de descativação se situa entre a contratação e o arranque financeiro dos projetos (51% do número de projetos anulados, correspondendo a 62% do incentivo anulado). Realce-se ainda que permanece residual (4% dos projetos) a anulação de projetos já iniciados, ou seja, com pagamentos realizados.

Gráfico 2.15: Projetos Objeto de Anulação, por Estádio, 2007-2012



Fonte: SI POFC.

Em 2012 foram aprovados 998 novos projetos, envolvendo um investimento elegível de mil milhões de euros e um incentivo de 514,4 milhões de euros (já excluindo 31 projetos que foram objeto de anulação ainda durante o ano de 2012).

Por outro lado, foram anulados 295 projetos (conforme acima referido) com um investimento elegível de 1,3 mil milhões de euros e um incentivo de 260,5 milhões de euros e foram encerrados 236 projetos originando uma diminuição do investimento elegível de 45,6 milhões de euros e uma descativação de incentivo de 22,1 milhões de euros.

Tabela 2.19: Projetos com Variação dos Valores de Aprovação em 2012

Unid: Mil Euros

EIXO	Proj. com 1.ª decisão de aprovação em 2012 (*)			Proj. Anulados em 2012			Proj. Encerrados em 2012 com Descativação de Incentivo		
	N.º Proj.	Inv. Elegível	Incentivo	N.º Proj.	Inv. Elegível	Incentivo	N.º Proj.	Inv. Elegível	Incentivo
EIXO I	417	116.522	74.067	86	-22.001	-10.424	16	-4.589	-1.176
EIXO II	472	775.427	343.320	169	-1.175.431	-192.760	209	-33.414	-15.186
EIXO III	1	37.500	37.500	6	-65.649	-37.304	0	0	0
EIXO IV	15	24.738	19.054	27	-32.030	-17.208	6	-2.474	-1.384
EIXO V	85	42.788	30.722	7	-3.898	-2.826	2	-172	-134
EIXO VI	8	11.868	9.735	0	0	0	3	-4.956	-4.213
TOTAL	998	1.008.842	514.397	295	-1.299.009	-260.522	236	-45.604	-22.092

Nota: (*) Não inclui projetos que tenham sido objeto de anulação no próprio ano. Fonte: SI POFC

As **variações ocorridas em 2012** (novas aprovações ou descativações decorrentes de anulação ou encerramento de projetos) resultaram, como vimos atrás, numa diminuição do investimento elegível em 335,7 milhões de euros e num aumento do incentivo aprovado em 231,8 milhões de euros.

Esta situação atípica decorre, essencialmente, da anulação de projetos de grandes dimensões (que apresentam baixas taxas de incentivo), cujo incentivo foi compensado por novas aprovações apesar do novo investimento elegível ficar aquém do que estava associado aos projetos anulados.

Em termos acumulados, no final de 2012, encontram-se **aprovados 5.100 projetos no Programa** com um investimento elegível de 6,6 mil milhões de euros e um incentivo de 3,1 mil milhões de euros.

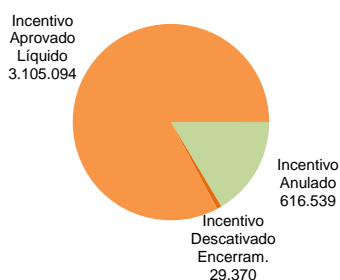
Tabela 2.20: Projetos Aprovados (incluindo Saldo de 2012 de Novas Aprovações e Descativações) por Eixo Prioritário, 2007-2012

Unid: Mil Euros

EIXO	Variações de 2012			2007-2012	
	Inv. Elegível	Incentivo	N.º Proj.	Inv. Elegível	Incentivo
EIXO I	89.932	62.467	2.753	952.063	598.238
EIXO II	-433.418	135.374	1.810	4.478.421	1.744.853
EIXO III	-28.149	196	23	435.041	282.817
EIXO IV	-9.766	462	168	404.179	254.879
EIXO V	38.718	27.761	308	247.122	181.262
EIXO VI	6.912	5.523	38	52.619	43.045
TOTAL COMPETE	-335.772	231.783	5.100	6.569.446	3.105.094

Fonte: SI POFC.

Gráfico 2.16: Incentivo Bruto Aprovado por Situação Atual, 2007-2012



Fonte: SI POFC.

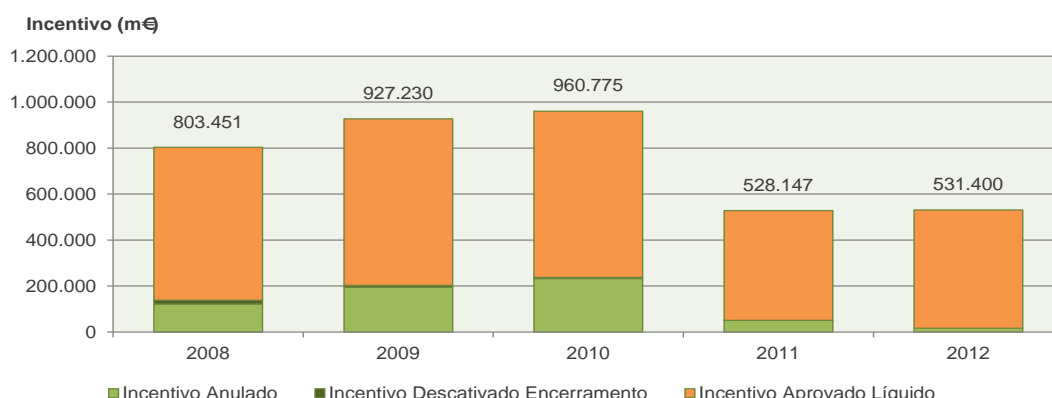
Tal como se pode constatar pelo gráfico, desde o início do Programa foi aprovado um incentivo total de 3,8 mil milhões de euros, dos quais 16% foi objeto de anulação, 1% objeto de descativação em sede de encerramento, permanecendo 83% como compromisso do Programa.

Analisando as **aprovações brutas por ano**, verifica-se que em 2012 se registou um ligeiro aumento face ao ano anterior, embora para valores abaixo dos verificados no triénio 2008-2010.

Tendo em conta que o ano de 2013 será o último ano para aprovação de projetos¹⁰ (salvo situações pontuais), é esperado um nível de compromisso significativamente superior ao registado em 2011-2012.

¹⁰ Os regimes de auxílios comunitários terminam a sua vigência em 31-Dez-2013, ou seja, não permitem novas aprovações além da referida data.

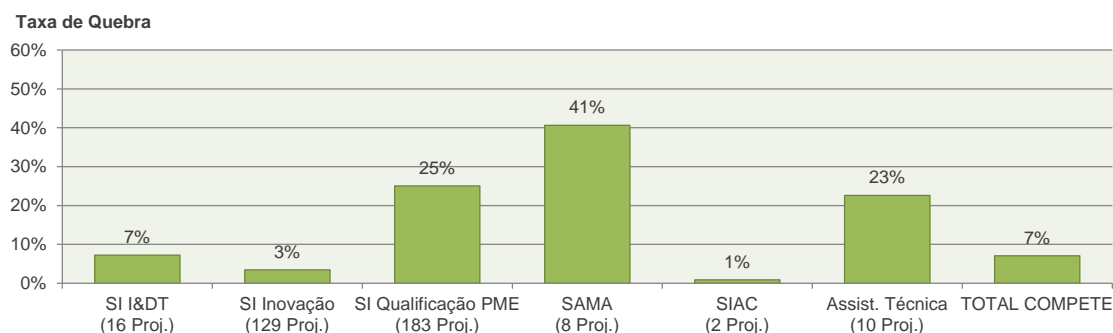
Gráfico 2.17: Aprovações Brutas por Situação Atual e Ano de Aprovação, 2007-2012



Fonte: SI POFC.

Analisando o nível de **descativação em sede de encerramento**, verifica-se que nos 348 projetos encerrados se registou uma taxa média de quebra de 7% (permitindo uma descativação de incentivo de 29,4 milhões de euros). A elevada taxa de quebra no SAMA (41%) foi muito influenciada pelo encerramento de um projeto de grande dimensão com uma reduzida taxa de execução, não sendo ainda possível por isso extrair qualquer conclusão de tendência para os restantes projetos.

Gráfico 2.18: Quebra de Encerramento dos Projetos Encerrados por Instrumento, 2007-2012



Fonte: SI POFC.

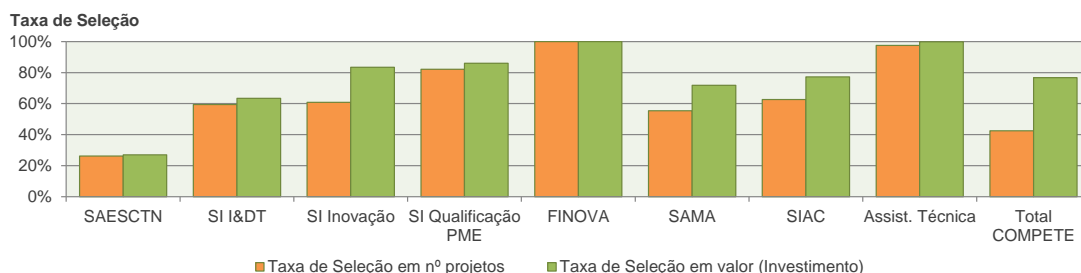
O reduzido nível de **projetos encerrados** (7% dos projetos provados) não permite ainda efetuar uma análise de tendências face aos anos anteriores.

Relativamente aos **projetos com decisão**, constata-se que 42% foram selecionados para financiamento (representando 77% do investimento proposto).

Ao nível dos instrumentos, registre-se a forte seletividade nos projetos do SAESCTN. No caso do FINOVA e da Assistência Técnica, dada a sua natureza, não é esperado qualquer projeto não elegível.

Saliente-se ainda que, tendo em conta a prática introduzida no atual período de programação de publicitar a metodologia de aferição do mérito do projeto, há um **efeito de seletividade inicial** que não está refletido no valor acima referido (há muitos promotores que, por não cumprirem todas as condições de acesso ou por na simulação verificarem que não têm hipótese de ter o seu projeto aprovado, não chegam a apresentar candidatura).

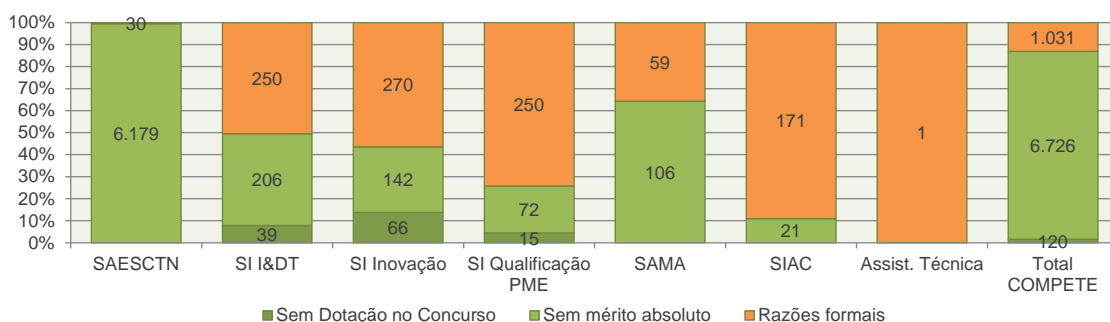
Gráfico 2.19: Taxas de Aprovação (Investimento Proposto), 2007-2012



Fonte: SI POFC.

Relativamente às **razões de não elegibilidade**, verifica-se uma diferenciação em função da tipologia dos projetos. Assim, no âmbito do SAESCTN e SAMA, a não elegibilidade prende-se principalmente com a falta de mérito dos projetos apresentados, enquanto nos Sistemas de Incentivos e SIAC, os projetos são não elegíveis essencialmente devido a questões de admissibilidade do promotor ou do projeto.

Gráfico 2.20: Projetos por Razões de Não Aprovação, 2007-2012



Fonte: SI POFC.

Analisando o incentivo atualmente aprovado (líquido de anulações), constata-se que é nas fases de 2009 e na 2ª fase de 2010 que se concentra o maior nível de apoio.

Destaque-se que 41% do investimento elegível apoiado se refere a projetos não enquadráveis em AAC, correspondendo, essencialmente, a grandes projetos de investimento do SI Inovação.

Tabela 2.21: Projetos Aprovados por Fase de Candidatura, 2007-2012

Unid: Mil Euros

Fase de Candidatura	Dotação Prevista em Concurso	Projetos Aprovados		
		N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
1.ª Fase de 2007	212.500	246	539.442	243.134
1.ª Fase de 2008	297.500	237	378.704	188.383
2.ª Fase de 2008	256.750	1.002	367.502	225.151
1.ª Fase de 2009	415.950	420	468.279	265.987
2.ª Fase de 2009	342.416	731	602.478	351.152
1.ª Fase de 2010	50.880	144	74.316	38.079
2.ª Fase de 2010	410.796	562	533.704	305.225
1.ª Fase de 2011	364.980	365	328.593	202.110
2.ª Fase de 2011	135.300	306	131.900	79.798
1.ª Fase de 2012	108.200	333	471.041	255.765
Fase 2012-2013 (AAC em contínuo)	(*) 650.934			
Não Enquadráveis em Concursos		754	2.673.486	950.308
TOTAL COMPETE	3.246.206	5.100	6.569.446	3.105.094

Nota: As Fases são determinadas em função do semestre em que os AAC são lançados. Os projetos não enquadráveis em Concursos correspondem a Convites, Projetos do Regime Especial e Projetos de Interesse Estratégico. (*) Este valor inclui o reforço de dotação dos Sistemas de Incentivos decidido já em 2013. Fonte: SI POFC.

Tabela 2.22: Projetos Aprovados por Região, 2007-2012

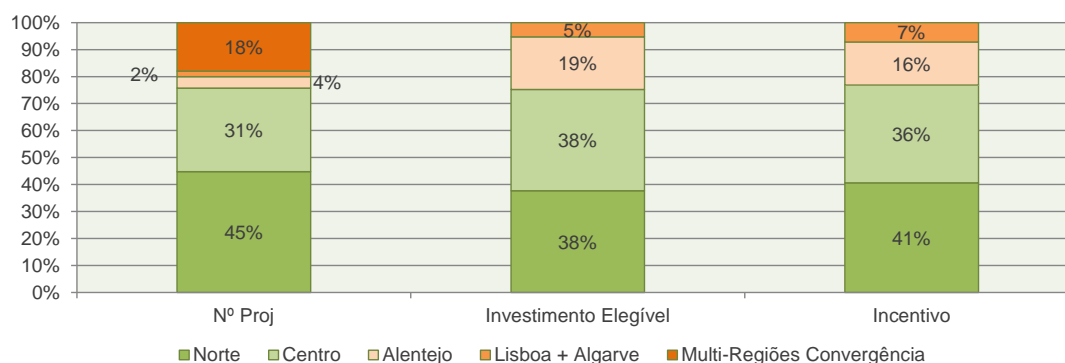
Unid: Mil Euros

Região (NUTS II)	Projetos Aprovados		
	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
Norte	2.282	1.943.903	937.567
Centro	1.579	2.077.461	882.376
Alentejo	217	1.033.621	338.282
Lisboa	107	243.006	141.122
Multi-Regiões Convergência	802	1.032.256	647.525
<i>Valores referentes à Região Norte</i>		469.000	286.148
<i>Valores referentes à Região Centro</i>		334.539	213.365
<i>Valores referentes à Região Alentejo</i>		228.716	148.012
Multi-Regiões Convergência + Lisboa / Algarve	113	239.198	158.222
<i>Valores referentes à Região Norte</i>		61.418	44.046
<i>Valores referentes à Região Centro</i>		52.051	36.575
<i>Valores referentes à Região Alentejo</i>		15.724	10.801
<i>Valores referentes à Região Lisboa</i>		109.929	66.745
<i>Valores referentes à Região Algarve</i>		76	55
TOTAL COMPETE	5.100	6.569.446	3.105.094

Fonte: SI POFC.

A **região** Norte é a que regista maior número de projetos aprovados, atingindo perto de metade do total das aprovações. Já o **investimento médio por projeto** é substancialmente maior no Alentejo (4,8 milhões de euros por projeto), face à média total de 1,3 milhões de euros).

Gráfico 2.21: Projetos Aprovados por Região, 2007-2012

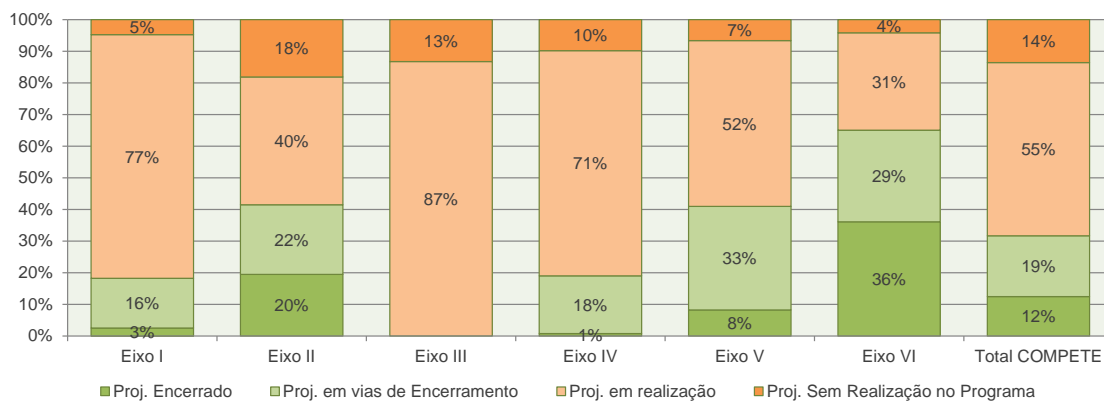


Fonte: SI POFC

Analisando o **estádio de execução do compromisso aprovado**, constata-se que cerca de 1/3 do incentivo se refere a projetos encerrados ou em vias de encerramento (com pedido de reembolso final pago ou em análise), cerca de 55% diz respeito a projetos que se encontram na sua fase normal de execução, permanecendo 14% do incentivo sem qualquer execução financeira no Programa, ou seja, sem apresentação de qualquer pedido de pagamento (essencialmente referente a projetos aprovados em 2012).

Conclui-se, assim, que a diferença entre o compromisso assumido e a execução se deve, essencialmente, ao ciclo de vida normal dos projetos, no qual já se incluem as recalendarizações e reprogramações aprovadas.

Gráfico 2.22: Projetos Aprovados por Estádio de Execução, 2007-2012



Fonte: SI POFC

Em 2012 foram **contratados** 801 projetos, com um investimento elegível de 889,1 milhões de euros e um incentivo de 417 milhões de euros. Em termos acumulados, no final do ano, encontravam-se contratados 4.825 projetos com um incentivo associado de 2,9 mil milhões de euros.

Tendo em conta a elevada taxa de contratação (95%), conclui-se que não se verifica qualquer constrangimento a este nível.

Tabela 2.23: Projetos Contratados por Eixo Prioritário, 2007-2012

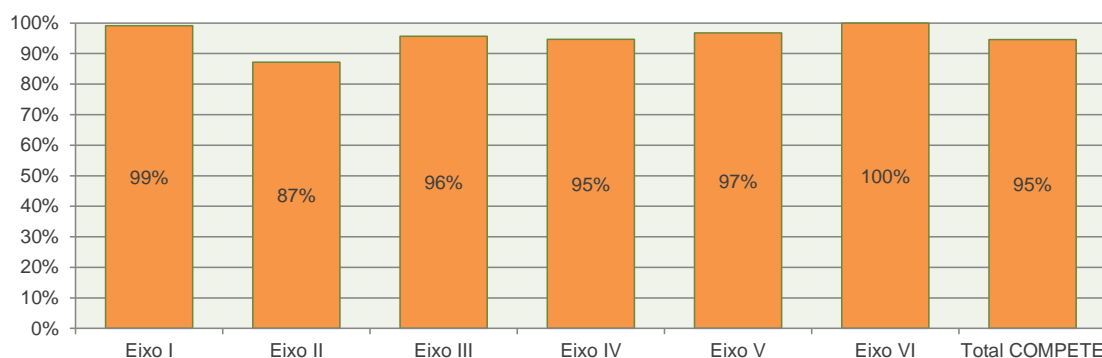
Unid: Mil Euros

Eixo Prioritário	Projetos Contratados		
	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
EIXO I - Conhecimento e Desenvolvimento Tecnológico	2.730	934.791	590.643
EIXO II - Inovação e Renovação do Modelo Empresarial e do Padrão de Especialização	1.578	4.217.535	1.602.295
EIXO III - Financiamento e Partilha de Risco da Inovação	22	397.541	245.317
EIXO IV - Uma Administração Pública Eficiente e de Qualidade	159	389.620	243.767
EIXO V - Redes e Ações Coletivas de Desenvolvimento Empresarial	298	240.935	176.343
EIXO VI - Assistência Técnica	38	52.619	43.045
TOTAL COMPETE	4.825	6.233.042	2.901.410

Fonte: SI POFC.

Em termos de Eixos Prioritários, verifica-se uma elevada taxa de contratação em todos os Eixos Prioritários. A menor taxa de contratação no Eixo II deve-se à aprovação no final do ano de projetos individuais do SI Qualificação PME. De facto, quando analisado em valor, a taxa de contratação do Eixo II sobe para 92%.

Gráfico 2.23: Taxa de Contratação (N.º Proj.) por Eixo Prioritário, 2007-2012



Fonte: SI POFC.

No que respeita à **afetação das aprovações por Tema Prioritário**, constata-se que as aprovações realizadas até final de 2012 se concentram essencialmente em dois Temas Prioritários: Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (I&DT), com cerca de 92% do montante de Fundo Comunitário aprovado.

Neste sentido, verifica-se uma forte concentração dos apoios concedidos a projetos inseridos em Temas Prioritários considerados como *Earmarking*, absorvendo 98% do incentivo. Conclui-se assim que se encontra cumprida a disposição prevista no artigo 9.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, que prevê que, no mínimo, 60% das despesas apoiadas devam estar afetadas às prioridades da União Europeia de promoção da competitividade e criação de empregos (“*Earmarking*”).

Tabela 2.24: Aprovações e Execução por Tema Prioritário (Contribuição Comunitária), 2007-2012

Unid: Mil Euros					
Código	Designação do Tema Prioritário	Fundo			
		Aprovação		Execução	
		N.º Proj.	Montante	Montante	Tx EX/AP
Investigação e desenvolvimento tecnológico, inovação e empreendedorismo		4.812	2.782.658	1.481.371	53%
01*	Atividades de I&DT em centros de investigação	1.314	175.696	82.707	47%
03*	Transferência de tecnologia e melhoria de redes de cooperação...	1.130	329.603	144.250	44%
04*	Ajuda à I&DT, particularmente nas PME (incluindo acesso a serviços	287	89.887	44.708	50%
05*	Serviços de apoio avançado a empresas e grupos empresariais	308	181.262	93.688	52%
06*	Ajuda às PME para promoção de produtos e processos produtivos ...	14	2.438	2.010	82%
07*	Investimento em empresas diretamente relacionadas com investigação	617	1.367.193	730.569	53%
08*	Outros investimentos nas empresas	1.119	353.762	240.642	68%
09*	Outras medidas para estimular a investigação e inovação e o espírito...	23	282.817	142.798	50%
Sociedade da informação		225	276.811	100.346	36%
11*	Tecnologias da informação e comunicação	51	64.050	15.804	25%
13*	Serviços e aplicações para os cidadãos (ciber-saúde, ciber-governo,...	39	54.244	20.417	38%
15*	Outras medidas para melhorar o acesso e o uso eficiente das TIC...	135	158.517	64.125	40%
Energia		25	2.580	1.446	56%
43*	Eficiência energética, co-geração, gestão da energia	25	2.580	1.446	56%
Assistência Técnica		38	43.045	32.199	75%
85	Preparação, execução, acompanhamento e inspeção	38	43.045	32.199	75%
TOTAL Temas Prioritários		5.100	3.105.094	1.615.362	52%
TOTAL Earmarking		5.062	3.062.049	1.583.163	52%

Nota: * Categorias de *earmarking*. Fonte: SI POFC.

Para além destes temas prioritários, apresenta-se, no capítulo 2.2.4, uma análise do contributo do COMPETE para a temática da igualdade de género.

Nos Anexos II, III, IV, V,X, XI e XII disponibiliza-se um conjunto de dados complementares à análise efetuada no presente ponto.

LIMITE MÁXIMO DE APOIO A NÃO-PME

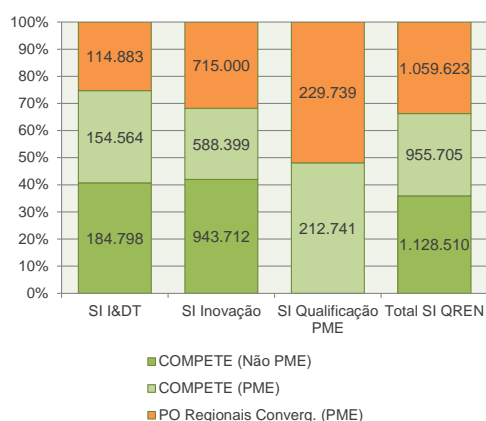
Como referido no Capítulo 2.6.1, no âmbito da Agenda da Competitividade, o COMPETE apoia sobretudo as médias e grandes empresas (das Regiões de Convergência), cabendo aos respetivos PO Regionais o apoio às micro e pequenas empresas.

Deste modo, nos Sistemas de Incentivos, a análise da dimensão das empresas promotoras dos projetos aprovados deverá ser lida em conjugação com os dados dos PO Regionais (Norte, Centro e Alentejo).

Neste sentido, verifica-se que cerca de 1/3 do incentivo atribuído aos projetos das Regiões de Convergência se enquadraram nos respetivos PO Regionais (devido ao estatuto de micro ou pequena empresa), com especial ênfase dos projetos do SI Qualificação PME.

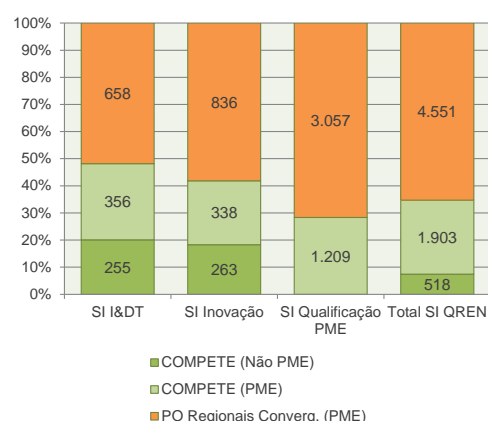
Uma vez que o incentivo médio é substancialmente superior nos projetos do COMPETE, a análise anterior inverte-se, quando efetuada em termos de número de projetos. Assim, cerca de 2/3 dos projetos aprovados nas regiões Convergência (Norte, Centro e Alentejo) enquadram-se nos respetivos PO Regionais.

Gráfico 2.24: Incentivo Aprovado (m€) no COMPETE e PO Regionais de Convergência por Sistema de Incentivos e Dimensão da Empresa, 2007-2012



Nota: Estão contabilizados os apoios destinados às PME, embora os projetos sejam promovidos por associações empresariais. Fonte: SI QREN.

Gráfico 2.25: Projetos Aprovados no COMPETE e PO Regionais da Convergência por Sistema de Incentivos e Dimensão da Empresa, 2007-2012



Nota: Estão contabilizados os apoios destinados às PME, embora os projetos sejam promovidos por associações empresariais. Fonte: SI QREN.

Quanto à **tipologia de promotores**, cerca de $\frac{3}{4}$ do investimento elegível enquadra-se em projetos empresariais, 16% em projetos de entidades públicas (sendo a principal parcela referente ao SAFPRI e SAMA) e os restantes 9% em projetos de entidades privadas sem fins lucrativos (destacando-se a componente referente aos Projetos Conjuntos do SI Qualificação PME).

Tabela 2.25: Projetos Aprovados por Tipologia de Promotor, 2007-2012

Unid: Mil Euros

Tipo de Promotor	Projetos Aprovados		
	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
Microempresa	38	51.126	34.414
Pequena empresa	48	83.063	56.729
Média empresa	1.686	1.408.527	755.299
Não PME	518	3.359.056	1.128.510
TOTAL Empresas	2.290	4.901.772	1.974.952
Entidades públicas	1.063	1.056.051	715.928
Entidades privadas sem fins lucrativos	1.747	611.623	414.214
TOTAL Outros Promotores	2.810	1.667.674	1.130.142
TOTAL COMPETE	5.100	6.569.446	3.105.094

Fonte: SI POFC.

Constitui compromisso comum da Autoridade de Gestão do COMPETE e dos PO Regionais do Continente assegurar que pelo menos **60% dos apoios diretos totais a empresas são concedidos a PME** (excluindo os apoios diretos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico e incluindo os instrumentos de financiamento e partilha de risco da inovação). A aferição desta meta e o respetivo controlo, é efetuada ao nível do COMPETE e dos PO Regionais do Continente, sendo objeto de monitorização permanente em sede da Rede dos Sistemas de Incentivos do QREN.

Tabela 2.26: Nível de Apoio a PME no COMPETE e PO Regionais, 2007-2012

Unid: Mil Euros

Programa Operacional	Projetos Aprovados a PME			Total de Projetos Aprovados	
	N.º Proj.	Incentivo	(% PME / Total)	N.º Proj.	Incentivo
COMPETE	1.570	1.083.957	53%	1.833	2.027.669
PO Norte	2.214	467.637	100%	2.214	467.637
PO Centro	1.303	300.681	100%	1.303	300.681
PO Lisboa	272	51.675	89%	285	57.976
PO Alentejo	376	176.421	100%	376	176.421
PO Algarve	153	44.750	87%	158	51.239
TOTAL	5.888	2.125.122	69%	6.169	3.081.624

Fonte: SI QREN

Conforme se pode constatar, o referido **limite mínimo estabelecido está a ser cumprido**, uma vez que, no final do ano, se verifica um nível de 69% de apoios a PME no total dos apoios concedidos no SI Inovação, SI Qualificação e Internacionalização das PME e SAFPRI.

APOIO À I&D EMPRESARIAL

No texto do Programa foi igualmente assumido o compromisso de relevar o apoio à Investigação e Desenvolvimento na sua vertente empresarial. Neste sentido, este objetivo é monitorizado através de um indicador específico previsto no Eixo I (“Relevância das actividades de I&D em consórcio”, conforme ponto 3.1.1) cuja meta inicial estava fixada em 40% e que, em sede de ajustamento da meta, passou para 50%.

Conforme se pode verificar pela análise do referido indicador, o I&D empresarial assume um peso de 67%, indiciando uma correta orientação do Programa.

2.2 INFORMAÇÃO SOBRE A CONFORMIDADE COM O DIREITO COMUNITÁRIO

Neste capítulo são identificadas as medidas adotadas pela Autoridade de Gestão para garantir o respeito pelas políticas comunitárias, nomeadamente as que se referem às regras da concorrência, aos mercados públicos, ao ambiente e à promoção da igualdade de oportunidades e não discriminação.

Durante o ano de 2012 não se verificou qualquer dificuldade no cumprimento da legislação comunitária.

2.2.1. Regras da Concorrência

As regras da Comissão Europeia determinam que, antes da concessão de qualquer Auxílio de Estado, os regimes de auxílios devem ser enquadrados em termos das regras da concorrência, quer através de um processo de notificação visando a aprovação explícita por parte da Comissão Europeia, como foi o caso do SI I&DT, quer através do envio de informação sobre o regime a ser implementado, como foi o caso dos restantes instrumentos e da nova versão do SI I&DT¹¹).

¹¹ Apesar do SI I&DT ter sido aprovado pela CE, as Autoridades Portuguesas optaram por enquadrar este regime ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 800/2008.

Neste sentido, é assegurado o cumprimento das regras da concorrência para a totalidade dos auxílios de estado concedidos no âmbito do COMPETE com a estrita aplicação dos regimes nacionais.

Em 2012, não se registaram alterações ao nível dos enquadramentos comunitários dos Auxílios de Estado concedidos pelo COMPETE.

Tabela 2.27: Regimes de Auxílio Utilizados no COMPETE por Enquadramento Comunitário

N.º Auxílio	Enquadramento Comunitário	Regulamento Nacional	Situação Atual	Datas
XR 60/2008	Regulamento (CE) 1628/2006 de 24 de outubro relativo aos Auxílios Regionais	SI Inovação		Envio para CE: Mar-2008
XS 73/2008	Regulamento (CE) 70/2001 de 12 de janeiro relativo aos auxílios às PME	SI Inovação; SI I&DT; SI Qualificação PME	Regimes substituídos pelo X 404/2009 (SA.32240)	Envio para CE: Mar-2008
XT 70/2008	Regulamento (CE) 68/2001 de 12 de janeiro relativo aos auxílios à Formação Profissional	SI Inovação; SI Qualificação PME		Envio para CE: Jun-2008
AE N 780/07	Regime Notificado e Aprovado pela CE (SI I&DT) ao abrigo das Orientações dos Auxílios Estadais à Investigação e Desenvolvimento e à Inovação (2006/C 323/01 de 30 de dezembro de 2006)	SI I&DT; SI Qualificação PME		Envio para CE: Dez-2007 Aprov. pela CE: Jun-2008 (Carta CE (2008) 2902)
X 404/2009 (SA.32240)	Regulamento (CE) 800/2008 de 6 de agosto relativo ao Regulamento de Isenção por Categoria	SI Inovação; SI I&DT; SI Qualificação PME		Envio para CE: Mar-2009
X 316/09	Regulamento (CE) 800/2008 de 6 de agosto relativo ao Regulamento de Isenção por Categoria	SAFPRI		Envio para CE: Fev-2009
AE N 13/2009 e SA.32122 (2010/N)	Regime Notificado e Aprovado pela CE (Alargamento do Plafond <i>de minimis</i> para 500 mil euros) ao abrigo do Quadro Temporário da União relativo às medidas de auxílio estatal destinadas a apoiar o acesso ao financiamento durante a atual crise financeira e económica	SI Inovação; SI I&DT; SI Qualificação PME		Envio para CE: Jan-2009 Aprov. pela CE: Jan-2009 (Carta CE D(2009) 252) e Jan-2011 (Carta CE C(2011) 63 final)

Fonte: COMPETE.

Constata-se assim que a totalidade das despesas apoiadas através dos Sistemas de Incentivos (SI I&DT, SI Inovação e SI Qualificação PME) e do SAFPRI são compatíveis com o Regulamento de Isenção por Categoria (Regulamento (CE) n.º 800/2008, de 6 de agosto) ou, em alternativa, com a Regra de *Minimis* (Regulamento (CE) n.º 1998/2006, de 15 de dezembro).

Nos restantes instrumentos, apesar de não estar previsto qualquer apoio direto a empresas, os eventuais apoios que possam existir serão enquadrados ao abrigo da Regra *De Minimis*.

Tabela 2.28: Apoios Concedidos em Termos de Auxílios de Estado no COMPETE por Enquadramento Comunitário, 2007-2012

Unid: Mil Euros

Regulamento Nacional	Enquadramento Comunitário (Regulamento de Isenção por Categoria/ <i>Minimis</i>)	Apoios Concedidos	
		Investimento Elegível	Incentivo
SAESCTN	<i>De Minimis</i> (c)	289	145
SI Inovação	Auxílios Regionais (Art.º 13º)	3.906.219	1.474.878
	Auxílios às PME - Consultoria (Art.º 26º)	53.532	29.532
	Auxílios à Formação Prof. (Art.º 39º)	15.929	9.015
	<i>De Minimis</i> (c)	44.853	18.686
SI Qualificação e Internacionalização das PME (a)	Auxílios Regionais (Art.º 13º)	89.607	36.550
	Auxílios às PME - Consultoria (Art.º 26º)	85.321	36.276
	Auxílios ao Ambiente (Art.º 19º)	127	57
	Auxílios à Formação Prof. (Art.º 39º)	3.046	2.255
	Auxílios à I&D&I - Consultoria (Art.º 36º)	8.901	6.649
	<i>De Minimis</i> (c)	81.523	38.904
SI I&DT (a)	Auxílios Regionais (Art.º 13º)	7.431	3.047
	Auxílios às PME - Consultoria (Art.º 26º)	0	0
	Auxílios à I&D&I (Art.º 31º)	630.440	330.823
	Auxílios à I&D&I - Consultoria (Art.º 36º)	1.867	1.397
	<i>De Minimis</i> (c)	6.436	3.614
SAFPRI (b)	<i>De Minimis</i> (c)	1.270.547	161.275
TOTAL		6.206.072	2.153.103

Notas: (a) – Há apoios a entidades não empresariais que não são considerados como auxílios de estado; (b) – Os valores apresentados referem-se às operações financiadas nas Linhas de Crédito; (c) – Inclui os auxílios atribuídos ao abrigo do AE N 13/2009, durante o seu período de vigência. No caso dos apoios atribuídos no âmbito do SI Qualificação PME – Projetos Conjuntos, foram contabilizados apenas os projetos encerrados. Fonte: SI POFC.

Os apoios concedidos ao abrigo da Regra *de Minimis* não carecem de qualquer autorização prévia por parte da Comissão Europeia, cabendo ao Estado-Membro o controlo do cumprimento das respetivas regras, nomeadamente no que se refere ao limite de apoio por empresa durante três exercícios financeiros. Neste sentido, foi decidido criar uma base de dados nacional, cuja gestão é da responsabilidade do IFDR, na qual se registam e congregam todos os apoios, independentemente do organismo público financiador e a forma de apoio, desde que concedidos ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1998/2006, de 15 de dezembro.

Conforme se refere no ponto 3.3, encontram-se ainda criados, ao abrigo do artigo 29.º do Regulamento (CE) 800/2008 (X316/09), de 6 de agosto, 20 Fundos de Capital de Risco, tendo sido efetuadas aplicações em 29 PME com um valor de 25,2 milhões de euros.

A DG Concorrência define ainda a necessidade de comunicação *ex-post* ou mesmo notificação (com a necessidade de aprovação explícita por parte da Comissão Europeia) para projetos que ultrapassem determinados níveis de apoio.

Durante o ano de 2012, não se registaram alteração ao nível dos apoios notificados e decididos pela DG Concorrência.

Tabela 2.29: Projetos Objeto de Notificação à DG Concorrência, 2007-2012

N.º Proj.	Eixo Priorit.	Beneficiário	Razão da Notificação	Auxílio de Estado	Observações
001943	II	Artenius Sines Pta, SA	Aux. Regionais	N 899/2006	Auxílio aprovado pela CE em 10-Jul-07
001944	II	Celulose Beira Industrial (Celbi), SA	Aux. Regionais	N 900/2006	Auxílio aprovado pela CE em 27-Jun-07

Fonte: SI POFC.

Foram ainda enviados, desde o início do Programa, 18 projetos aprovados no âmbito do COMPETE para controlo *Ex-post*, 3 dos quais durante o ano de 2012.

Tabela 2.30: Projetos Objeto de Envio *Ex-post* à DG Concorrência, 2007-2012

N.º Proj.	Eixo Priorit.	Beneficiário	Razão da Envio Ex-Post	Observações
001411	I	IBERFER – Equipamentos e Construções Técnicas, S.A	I&D&I	Enviado em Ago-08
003484	I	MARTIFER Energia - Equipamentos para Energia, S.A.	I&D&I	Enviado em Dez-08
000027	I	BIAL-PORTELA & Cª SA	I&D&I	Enviado em Jan-09
000037	I	BIAL-PORTELA & Cª SA	I&D&I	Enviado em Jan-09
004584	I	BIAL-PORTELA & Cª SA	I&D&I	Enviado em Set-10
004859	I	BIAL-PORTELA & Cª SA	I&D&I	Enviado em Set-10
004920	I	BIAL-PORTELA & Cª SA	I&D&I	Enviado em Set-10
017282	I	BIAL-PORTELA & Cª SA	I&D&I	Enviado em Jan-12
017284	I	BIAL-PORTELA & Cª SA	I&D&I	Enviado em Jan-12
001945	II	CUF - Químicos Industriais, SA	Aux. Regionais	Enviado em Jan-07
001948	II	Swedwood Portugal - Indústria de Madeiras e Mobiliário, Lda ("IKEA")	Aux. Regionais	Enviado em Jan-07
001942	II	Soc. Portuguesa do Arlúquido `Arlúquido`, Lda	Aux. Regionais	Enviado em Jul-08
003519	II	EMBRAER E OPERACIONAL ESTRUTURAS METÁLICAS SA	Aux. Regionais	Enviado em Out-08
003518 e 017178	II	EMBRAER PORTUGAL ESTRUTURAS COMPOSITOS, SA (*)	Aux. Regionais	Enviado em Jan-11
005771	II	ALMINA - MINAS DO ALENTEJO, SA	Aux. Regionais	Enviado em Dez-09
000017	II	CONTINENTAL MABOR - INDÚSTRIA DE PNEUS, SA	Aux. Regionais	Enviado em Jan-10
004506	II	SOMINCOR-SOC. MINEIRA DE NEVES CORVO, SA	Aux. Regionais	Enviado em Jun-11
023305	II	PORTUGAL TELECOM DATA CENTER, SA	Aux. Regionais	Enviado em Set-12

(*) Nota: Para efeitos da DG Concorrência e DG REGIO, os dois projetos aprovados no âmbito do COMPETE (003518 e 017178) são tratados como um Projeto Único de Investimento. Fonte: SI POFC.

No âmbito dos restantes instrumentos do Programa (SAESCTN, SAMA, SIAC e Assistência Técnica), os apoios atribuídos não contêm qualquer elemento de auxílio de estado.

2.2.2. Regras de Contratação Pública

Com vista ao mais adequado cumprimento das regras de contratação pública, previstas no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro, pela Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 131/2010, de 14 de dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de setembro e pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho, a Autoridade de Gestão destaca a sua **Orientação de Gestão** n.º 04.REV1/POFC/2010, para efeitos de **validação de despesa no âmbito dos pedidos de pagamento apresentados pelos beneficiários**.

Ao longo de 2012, a Autoridade de Gestão, na sua qualidade de Organismo Intermédio, elaborou pareceres de enquadramento das entidades beneficiárias enquanto entidades adjudicantes nos termos do artigo 2.º do Código dos Contratos Públicos, os quais se traduzem num instrumento de apoio à gestão do Programa.

Por sua vez, a própria Autoridade de Gestão do COMPETE, como entidade adjudicante, conforme disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º daquele diploma legal, assegurou a realização de procedimentos concursais adequados, em conformidade com as suas necessidades no que respeita à realização de despesas essenciais ao seu funcionamento.

2.2.3. Políticas de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

A INTEGRAÇÃO DO AMBIENTE NAS ATIVIDADES DE GESTÃO E DE AFERIÇÃO DOS EFEITOS NO AMBIENTE, DECORRENTE DA IMPLEMENTAÇÃO DO COMPETE

As ações cofinanciadas pelos Fundos Estruturais devem respeitar os princípios e objetivos do desenvolvimento sustentável e da proteção e melhoria do ambiente referidos no Tratado, bem como a legislação comunitária em matéria de ambiente (incluindo a obrigatoriedade, num conjunto relevante de situações, da realização de estudos de impacto ambiental).

Neste sentido, face ao défice de atuação das empresas portuguesas neste domínio, os Fundos Estruturais constituem uma importante alavanca para a concretização dos objetivos nacionais e

comunitários em matéria de desenvolvimento sustentável e de proteção e melhoria do ambiente.

A atuação do COMPETE situa-se numa lógica preventiva, intervindo ao nível da admissibilidade dos projetos e dos promotores, e numa lógica pró-ativa, com apoio a medidas orientadas para o desenvolvimento sustentável, designadamente nas dimensões Ambiente, Qualidade, Eficiência Energética e Responsabilidade Social.

| 58

Deste modo, os apoios às empresas ficam subordinados à comprovação do cumprimento de todas as condições legais necessárias ao exercício da respetiva atividade, nomeadamente no que se refere à legislação em matéria de ambiente.

Quanto aos **Grandes Projetos** apoiados (analisados no ponto 4.1), é ainda efetuada uma análise aprofundada em termos de impacte ambiental que incide sobre a sua sustentabilidade ambiental, a eventual necessidade de ações preventivas e a respetiva correção e o respeito pelo princípio do poluidor-pagador. Esta análise é determinante para a pertinência do apoio.

Neste âmbito, a Agência Portuguesa do Ambiente, enquanto entidade nacional responsável, é consultada sobre o cumprimento de todas as regras nacionais e comunitárias, cabendo ao Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território a emissão da Declaração de Impacte Ambiental relativa à Avaliação de Impacte Ambiental dos Grandes Projetos.

Saliente-se ainda que os Grandes Projetos são igualmente avaliados em termos de efeitos nos sítios da Rede Natura 2000.

Visando o fomento do desenvolvimento sustentável, destacam-se os seguintes **instrumentos** do COMPETE:

- **Apoios à I&D:** está previsto o apoio a projetos nos referidos domínios, quer numa lógica de investimento empresarial (SI I&DT), quer numa lógica de reforço das competências de investigação científica e tecnológica (SAESCTN);
- **Apoios do SI Inovação:** está previsto o apoio a projetos empresariais, com introdução de tecnologia inovadora com impacte ao nível da eficiência energética e ambiental. Podem ainda ser financiadas despesas imateriais ligadas à certificação nas áreas ambientais, energéticas e qualidade;
- **Apoios à Qualificação das PME:** está previsto o apoio a projetos de:
 - Ambiente - investimentos associados a controlo de emissões, auditorias ambientais, gestão de resíduos, redução de ruído, gestão eficiente de água, introdução de tecnologias eco-eficientes, bem como certificação, no âmbito do SPQ, de sistemas de gestão ambiental, obtenção do rótulo ecológico, Sistema de Eco-Gestão e Auditoria (EMAS), aquisição de equipamento que permita às empresas superar as normas em matéria de ambiente;

- Qualidade - certificação, no âmbito do Sistema Português da Qualidade (SPQ), de sistemas de gestão da qualidade, certificação de produtos e serviços com obtenção de marcas bem como a implementação de sistemas de gestão pela qualidade total;
 - Diversificação e eficiência energética - aumento da eficiência energética e diversificação das fontes de energia com base na utilização de recursos renováveis;
 - Responsabilidade social e segurança e saúde no trabalho - investimentos de melhoria das condições de higiene, segurança e saúde no trabalho, bem como na certificação de sistemas de gestão da responsabilidade social, de sistemas de gestão da segurança alimentar, de sistemas de gestão de recursos humanos e de sistemas de gestão da segurança e saúde no trabalho, no âmbito do SPQ;
- **Apoios a ações coletivas:** está previsto o apoio a projetos de natureza coletiva (SIAC), que se materializem na disponibilização de bens públicos, visando a obtenção de ganhos sociais e na geração de externalidades indutoras de efeitos de arrastamento na economia, nas áreas da eficiência e diversificação energética, ambiente e desenvolvimento sustentável e promoção da responsabilidade social das empresas.

O AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO COMO TIPOLOGIAS DE APOIO NO ÂMBITO DO SI QUALIFICAÇÃO PME

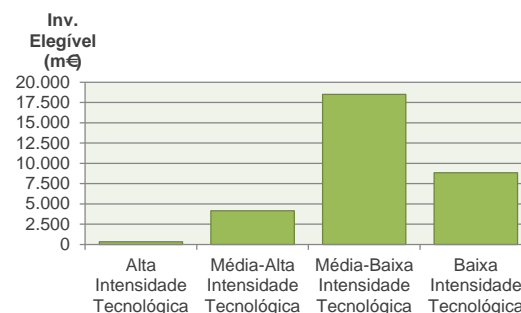
No SI Qualificação PME, até final de 2012, encontravam-se aprovados 496 projetos com um investimento na componente Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (incluindo as tipologias qualidade, diversificação e eficiência energética e responsabilidade social e segurança e saúde no trabalho) na ordem dos 41,3 milhões de euros e um incentivo de 18,5 milhões de euros.

Conclui-se assim que cerca de 40% dos projetos aprovados neste instrumento (incluindo a tipologia Vale Inovação) apresentam investimento na componente Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Sectorialmente, é de assinalar a **aposta das PME** inseridas no sector da Indústria, que representam perto de $\frac{3}{4}$ do investimento elegível desta componente.

No que concerne ao **grau de intensidade tecnológica**, assumem especial destaque os projetos em setores considerados de média-baixa intensidade tecnológica, sem prejuízo das características inovadoras dos investimentos apoiados. No total dos projetos, 23% inserem-se em setores intensivos em tecnologia.

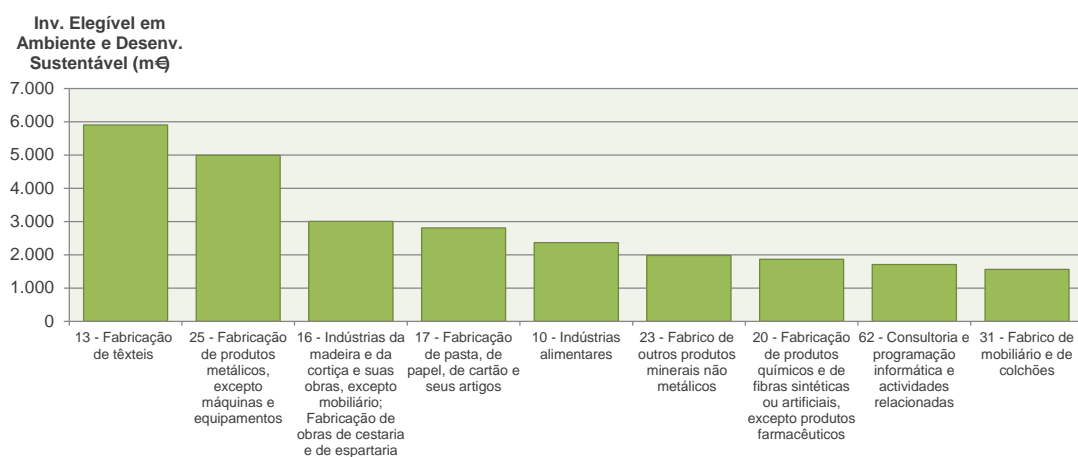
Gráfico 2.26: Projetos Aprovados no SI Qualificação PME com Componente de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, por Principais Sectores de Atividade, 2007-2012



Fonte: SI POFC.

Em termos de análise por CAE, verifica-se que as atividades com mais investimentos nesta área, no âmbito do SI Qualificação PME, pertencem às CAE 13 - Fabricação de têxteis, CAE 25 - Fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos e CAE 16 - Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, exceto mobiliário; Fabricação de obras de cestaria e de espartaria.

Gráfico 2.27: Projetos Aprovados no SI Qualificação PME com Componente de Ambiente, por Principais Sectores de Atividade, 2007-2012



Fonte: SI POFC.

O AMBIENTE E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA COMO DESPESAS PREVISTAS NO ÂMBITO DO SI INOVAÇÃO

No âmbito do SI Inovação, foram apoiados até final do ano, 285 projetos com investimentos nas áreas de ambiente, eficiência energética ou qualidade, envolvendo um investimento elegível de 81,2 milhões de euros e um incentivo de 24,2 milhões de euros.

Sendo este instrumento direcionado para investimentos produtivos, apesar da relativa pouca expressão no total do investimento atribuído no SI Inovação (cerca de 2% do investimento elegível total), destaque-se o facto de cerca de metade dos projetos aprovados apresentarem esta componente de investimento, comprovando a relevância desta área para a inovação produtiva.

O AMBIENTE COMO ÁREA DE INTERVENÇÃO DOS PROJETOS DE AÇÕES COLETIVAS

No SIAC, foram apoiados 39 projetos com intervenção na área do ambiente com um investimento elegível de 8,1 milhões de euros, totalizando 97 ações coletivas se se incluírem os projetos de eficiência energética e responsabilidade social, com um investimento elegível associado de 20,3 milhões de euros.

A título de exemplo, apresenta-se um dos projetos aprovados no SIAC, na área de intervenção “sensibilização para a eficiência energética”, no âmbito da promoção da eficiência energética de edifícios e da otimização de soluções construtivas mais sustentáveis.

MEDIDA DE APOIO: SISTEMA DE APOIO A AÇÕES COLETIVAS (SIAC)**ÁREA DE INTERVENÇÃO:** Sensibilização para a Eficiência Energética**N.º DE PROJECTO:** 17074**DESIGNAÇÃO DO PROJECTO:** Promoção da eficiência energética de edifícios, sustentabilidade e conforto interior - Otimização de Soluções Construtivas**PROMOTOR:** Instituto de Investigação e Desenvolvimento Tecnológico em Ciências da Construção - ITeCons**LOCALIZAÇÃO:** Centro, Norte e Alentejo**INVESTIMENTO APROVADO:** 177.532,93 euros **INCENTIVO APROVADO:** 124.273,05 euros**DESCRIÇÃO DO PROJECTO:**

O projeto visa, de um modo geral, dar resposta à necessidade de sensibilização dos agentes envolvidos no sector da construção para as questões da eficiência energética dos edifícios, procurando, em particular, identificar medidas concretas que se baseiem na qualidade da construção em termos de materiais, soluções construtivas e processos construtivos.

Estão previstas as seguintes atividades que permitirão alcançar os objetivos do projeto:

- Atividade n.º 1: Divulgação do projeto - o projeto será divulgado junto dos agentes envolvidos no sector da construção (autarquias e organismos locais, donos de obra, empreiteiros, projetistas, produtores de materiais de construção, etc.), visando a sua sensibilização para a necessidade de promover a eficiência energética dos edifícios. Será ainda selecionado um conjunto de casos de estudo em diferentes cidades das Regiões de Convergência Centro, Norte e Alentejo.
- Atividade n.º 2: Monitorização de soluções construtivas existentes - serão monitorizadas as soluções construtivas dos edifícios selecionados como casos de estudo, com vista à listagem das principais patologias detetadas no ambiente construído. Para tal, serão realizados estudos como auditorias energéticas, avaliação do comportamento térmico e energético dos edifícios, avaliação da qualidade do ar interior, avaliação do comportamento acústico, simulação energética de edifícios, etc.
- Atividade n.º 3: Estudo de medidas de melhoria sustentáveis e inovadoras que promovam a eficiência energética - Nesta atividade serão detalhadas as medidas de melhoria a implementar com vista à correção de patologias, ao aumento do conforto térmico e da eficiência energética do edifício, incluindo eventualmente sugestões/indicações com vista à melhoria da qualidade do ar interior e ao comportamento acústico.
- Atividade n.º 4: Monitorização de soluções propostas - Posteriormente, serão implementadas medidas de melhoria em edifícios novos com vista à monitorização do desempenho térmico, acústico e de qualidade do ar interior.
- Atividade n.º 5: Elaboração de manual de boas práticas construtivas - Com base nos resultados dos estudos anteriores, será elaborado um manual de boas práticas construtivas com vista à melhoria do conforto interior dos edifícios, recorrendo a materiais e soluções construtivas sustentáveis.
- Atividade n.º 6: Realização de ações de divulgação e sensibilização - Serão realizadas ações de divulgação e sensibilização com vista à divulgação dos resultados do projeto.

Com o projeto, prevê-se que parte dos agentes envolvidos no sector da construção venha a implementar boas práticas construtivas no âmbito da eficiência energética e da sustentabilidade, contribuindo, direta ou indiretamente, para a minimização dos consumos energéticos dos edifícios e para o aumento do conforto interior. Pretende-se também que os agentes de construção envolvidos neste processo e que participam nesta ações obtenham suporte para inovar na seleção de produtos e de soluções construtivas ou na escolha das tecnologias de construção.

RESULTADOS ESPERADOS:

Espera-se, com a execução deste projeto, alcançar as seguintes metas:

- Conseguir sensibilizar os donos-de-obra, não apenas aqueles que venham a estar diretamente ligados ao desenvolvimento deste projeto, mas também todos os outros, para a necessidade de se exigirem elevados níveis de qualidade de construção, com especial incidência na utilização de materiais ambientalmente sustentáveis;
- Conseguir sensibilizar os projetistas e empreiteiros para a necessidade de mudança de práticas no sentido de, tanto em fase de projeto como em fase de obra, considerarem exigências funcionais e de conforto para além daquelas preconizadas como mínimas pelos regulamentos normativos, no que se refere ao conforto higrotérmico e acústico e à eficiência energética da construção;
- Conseguir sensibilizar os produtores de materiais e soluções construtivas para a necessidade de garantir a sustentabilidade e a qualidade dos produtos que disponibilizam no mercado, utilizando em simultâneo matérias-primas e processos de fabricação sustentáveis e realizando ensaios laboratoriais de caracterização do comportamento dos materiais e sistemas construtivos;
- Dotar os diversos agentes envolvidos no sector da construção de ferramentas que possibilitem a seleção de materiais, soluções e processos construtivos inovadores que garantam, em simultâneo, a sustentabilidade ambiental e a satisfação das necessidades de conforto, com menor dispêndio de energia;
- Dotar os diversos agentes envolvidos no sector da construção de mecanismos, que possibilitem de forma expedita efetuar uma análise técnico-económica da adoção de materiais, soluções e processos construtivos inovadores, através da ponderação entre o eventual acréscimo de investimento e o aumento associado dos benefícios ambientais, poupança energética ao longo do tempo e melhoria do desempenho global do edifício em termos de comportamento higrotérmico e acústico;
- Disponibilizar aos diversos agentes envolvidos no sector da construção mecanismos que possibilitem a obtenção de esclarecimentos em tempo útil sobre a implementação das medidas de melhoria definidas e de outras que entretanto venham a surgir na sequência da interação entre estes agentes e a equipa técnica envolvida no projeto.
- Contribuir para a mudança de atitude dos agentes envolvidos no sector da construção no que respeita à escolha de soluções construtivas energeticamente mais eficientes.

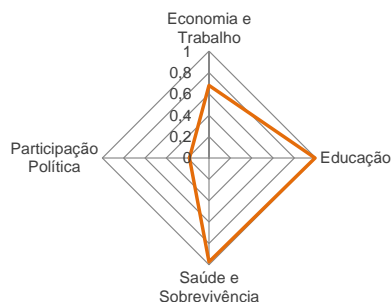
2.2.4. Igualdade de Oportunidades

Apesar de consagrada como um direito fundamental no Tratado da União Europeia e na Constituição da República Portuguesa, há ainda muito a fazer no que concerne à igualdade entre os cidadãos e, em especial, à igualdade entre homens e mulheres.

No *ranking* elaborado pelo Fórum Económico Mundial, Portugal encontra-se na 47.^a posição no *Gender Gap Index* de 2012 (em 135 países).

Nas 4 dimensões abrangidas por este índice, as principais diferenças de género verificam-se ao nível da participação política (baixo número de mulheres nos principais órgãos de soberania), e do mercado de trabalho (são muito menos as mulheres em cargos de direção e gestão, continuam a existir diferenças salariais para trabalhos iguais e em média, o rendimento estimado das mulheres é inferior ao dos homens).

Gráfico 2.28: Gender Gap Index Portugal – Diferenças de Género por Domínio, 2012



Fonte: Fórum Económico Mundial, The Global Gender Gap Report, 2012.

Isto, apesar de, em termos de educação, e designadamente ao nível do ensino superior, a participação feminina superar a dos homens, constituindo um importante potencial em termos de qualificação e competências.

Em termos estritamente económicos, faz todo o sentido, numa ótica de otimização de recursos, aproveitar qualificações, ideias, talentos e capacidades desta força de trabalho, que representa cerca de 50% do total da população ativa. De facto, existem vários estudos¹² que apontam para a existência de uma correlação positiva entre o PIB *per capita* e o grau de competitividade das economias e a igualdade de género.

Consciente da importância da participação feminina para um crescimento económico e para o desenvolvimento sustentável, a União Europeia tem vindo a colocar uma ênfase crescente na temática da igualdade de género, estando esta dimensão presente nas mais variadas iniciativas, regulamentos e comunicações oriundas das diferentes instâncias comunitárias. A igualdade de género é também essencial para que sejam concretizados os objetivos apontados para a Europa no âmbito da Estratégia 2020, designadamente o de empregar, até 2020, 75% da população entre os 20 e os 64 anos.

No período em análise, há a destacar a adoção, em 2010, da “**Estratégia para a Igualdade entre Homens e Mulheres**”¹³, um plano de trabalho para os anos 2010-2015, baseado na “Carta das Mulheres e no Pacto Europeu para a Igualdade entre os Sexos”¹⁴, que se propõe intervir sobre os principais problemas subjacentes à temática, com vista a tirar partido do potencial das mulheres em termos de emprego e do seu papel na sociedade.

Ao nível nacional, mantem-se em vigor o **IV Plano Nacional para a Igualdade – Cidadania e Género 2011-2013**¹⁵, que inclui 97 medidas, em 14 áreas estratégicas, das quais aqui se destacam: integração da dimensão de género na administração pública, central e local, como requisito de boa governação; independência económica, mercado de trabalho e organização da vida profissional, familiar e pessoal e investigação e sociedade do conhecimento. De acordo com o relatório intercalar de 2012¹⁶, destas 97 medidas, 2% encontram-se concluídas e 92% em execução, destacando-se a conceção de diversos Planos para a Igualdade, a promoção de ações de formação, sessões de sensibilização e divulgação, a edição de publicações, entre outras. Este Plano refere-se à Agenda da Competitividade na Área estratégica n.º 2 - Independência Económica, Mercado de Trabalho e Organização da Vida Profissional, Familiar

¹² Veja-se, por exemplo, os dados apresentados no relatório do Fórum Económico Mundial: The Global Gender Gap Report 2012.

¹³ COMISSÃO EUROPEIA, Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões – Estratégia para a igualdade entre homens e mulheres 2010-2015, COM (2010)491 final, Bruxelas 21-09-2010.

¹⁴ Aprovado no Conselho Europeu de Março de 2006.

¹⁵ Resolução do Conselho de Ministros n.º 5/2011, de 18 de janeiro, DR n.º 12, I Série

¹⁶ CIG (Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género), IV Plano Nacional para a Igualdade – Género, Cidadania e não Discriminação 2011/2013 – Relatório Intercalar de Execução - 2012

e Pessoal, sendo a medida 22 “Promover o empreendedorismo feminino qualificado, nomeadamente através de financiamentos no âmbito do POFC”.

Considerando as orientações das políticas nacionais e comunitárias, a igualdade de género não pode deixar de estar presente no atual quadro de programação financeira. Neste âmbito, tal como consta do texto do Programa, a **atuação do COMPETE tem como princípios:**

| 64

- Minimizar as barreiras de informação, técnicas ou económicas de acesso das mulheres e demais indivíduos aos vários instrumentos disponíveis no Programa;
- Assegurar a não discriminação da participação feminina em domínios relevantes para a competitividade nacional (ciência e tecnologia, TIC, empreendedorismo qualificado);
- Divulgar informação e ações de sensibilização sobre os apoios financeiros disponíveis, direcionados para públicos-alvo discriminados, para a criação de empresas qualificadas e demais iniciativas associadas à melhoria da competitividade e internacionalização das empresas existentes;
- Recolher e analisar informação de realização do Programa pertinente para a definição de estratégias de atuação visando a igualdade de oportunidades;
- Assegurar a participação de representante do domínio da Igualdade de Oportunidades na Comissão de Acompanhamento do Programa;
- Promover a articulação temática com o PO Potencial Humano visando uma melhor integração e prossecução dos objetivos de Igualdade de Oportunidades no QREN.

Atuando sobre os agentes económicos, nomeadamente ao nível das empresas, o COMPETE tem potencial para induzir comportamentos em prol da igualdade e da não-discriminação, contribuir para a sensibilização neste domínio e para fomentar a participação das mulheres, nomeadamente, apoiando-as como empresárias. Assim sendo, são de destacar as seguintes medidas:

- Abertura de concursos com dotação preferencial ou exclusiva para o empreendedorismo feminino: no âmbito do **SI Inovação - Empreendedorismo Qualificado**;
- **Majoração de projetos empreendidos por mulheres:** o SI Inovação prevê a majoração do incentivo em 10 p.p. para projetos de empreendedorismo feminino;



Iniciativa desenvolvida no âmbito do Projeto n.º 008296 do SIAC

- Apoio, no SI Inovação, a **despesas associadas a investimentos de conciliação da vida profissional com a vida familiar e pessoal**, bem como os custos associados à implementação de planos de igualdade nas empresas;
- Definição da “Igualdade de Oportunidades” (mais abrangente que a igualdade de género) como tipologia de investimento para o **SI Qualificação de PME**, sendo apoiáveis projetos de definição e implementação de planos de igualdade com efeitos sobre a conciliação entre a vida familiar e profissional e de facilitação do mercado de trabalho inclusivo;
- Apoio, no **SIAC**, de projetos na área do empreendedorismo feminino e da sensibilização para a igualdade de oportunidades e responsabilidade social das empresas.

No final de 2012, contabilizam-se:

- No SI Inovação - 5 projetos aprovados de Empreendedorismo Qualificado, com majoração de Empreendedorismo Feminino, com um investimento elegível de 3,9 milhões de euros e um incentivo de 2,9 milhões de euros¹⁷;
- No SI Qualificação PME – 2 projetos aprovados com investimento elegível na tipologia de igualdade de oportunidades¹⁸;
- No SIAC, 5 projetos aprovados no âmbito da igualdade de oportunidades e responsabilidade social, com um investimento elegível de 3,3 milhões de euros e um incentivo de 2,3 milhões de euros. Para além destes, existem investimentos no domínio da sensibilização e campanhas para a igualdade de oportunidades, em mais seis projetos, envolvendo um investimento elegível de 722 mil euros.

Tal como referido no ponto 2.71, a IGF procedeu em 2012 a uma auditoria temática no domínio da Igualdade de Oportunidades, visando aferir se o COMPETE e os demais PO financiados pelo FEDER asseguram a efetiva promoção da igualdade entre homens e mulheres e da integração da perspetiva do género durante as várias fases de aplicação dos fundos.

Relativamente ao COMPETE, a auditoria incidiu sobre uma amostra de 7 operações, resultando, deste exercício, um conjunto de recomendações no sentido de proceder à elaboração e divulgação de orientações, designadamente junto dos beneficiários, a implementar em 2013.

Na sequência do trabalho de análise efetuado em 2012, foi publicado já em Março deste ano o *Relatório Final do Estudo de Avaliação da Integração da Perspetiva do Género nos Fundos Estruturais, no Período de Programação 2007-2013*, contratualizado pelo Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu, I. P., com o intuito de “verificar como é que na programação dos fundos estruturais em Portugal, no período de programação 2007-2013, foi feita a articulação entre a igualdade de género enquanto prioridade horizontal e enquanto objetivo específico vocacionado para alguns problemas críticos”.

¹⁷ Tal como consta do ponto 2.6.1, sendo esta tipologia direcionada sobretudo para micro e pequenas empresas, o seu financiamento é essencialmente assegurado pelos PO Regionais.

¹⁸ Tratando-se de projetos visando, essencialmente a competitividade ou a internacionalização das empresas, a componente associada à igualdade de oportunidades representa apenas 1% do investimento elegível total.

A caixa seguinte apresenta um excerto deste estudo, no que concerne ao COMPETE.

“A programação do COMPETE integra a igualdade de oportunidades como um princípio transversal, sendo o apoio a iniciativas com relevância económica para a concretização da igualdade entre homens e mulheres um dos objetivos específicos. Neste quadro, o empreendedorismo feminino é apresentado como elemento estruturante para o aumento da participação das mulheres na vida económica ativa. Todo o sistema de incentivos, no qual se sustenta o programa COMPETE, parte deste princípio, encarando a “atividade económica da mulher” e a “valorização da conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal” como “fatores críticos de competitividade”. Dois eixos prioritários consideram a perspetiva de género na intervenção, mas, apesar do apoio ao desenvolvimento de planos de igualdade nas organizações também se encontrar previsto, o foco principal incide sobre o empreendedorismo feminino. No eixo relativo ao incentivo à “inovação e renovação do modelo empresarial e do padrão de especialização”, as iniciativas empresariais promovidas pelas mulheres são definidas como um instrumento regenerador do tecido económico a nível setorial, regional ou urbano. Já no eixo do financiamento e partilha de risco da inovação, nas ações de sustentação da promoção da igualdade de género, estão previstas ajudas ao acesso a instrumentos de apoio financeiro e partilha de risco.”

Centro de Estudos Sociais, *Relatório Final do Estudo de Avaliação da Integração da Perspetiva do Género nos Fundos Estruturais, no Período de Programação 2007-2013*, IGFSE, Março de 2013: 52.

2.2.5. Limite Máximo de Apoio a Despesas de Formação Profissional

O n.º 2 do artigo 34.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 determina que se podem financiar com o FEDER, de forma complementar e até um limite de 10% do financiamento comunitário de cada Eixo Prioritário de um Programa Operacional, operações que sejam abrangidas pelo âmbito de intervenção do FSE.

No final de 2012 contabilizavam-se 268 projetos aprovados com componente de formação profissional nos Eixos II e IV, envolvendo um incentivo FEDER (no COMPETE, o incentivo é financiado na sua totalidade por este Fundo) de 18,7 milhões de euros, pelo que, ao nível de compromissos, se encontra cumprido o referido limite de 10% por Eixo.

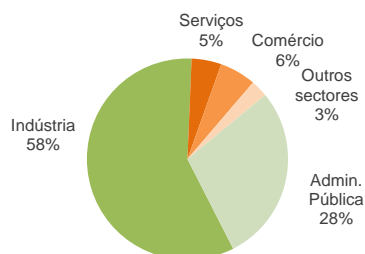
Tabela 2.31: Projetos Aprovados com Componente de Formação Profissional por Eixo Prioritário, 2007-2012

Unid: Mil Euros

Eixo Prioritário	Projetos Aprovados com Componente de Formação Profissional			Total de Projetos Aprovados no Eixo Prioritário	
	N.º Proj.	Inv. Eleg. em Formação	Incentivo em Formação	Incentivo Total	% da Formação no Total
Eixo Prioritário I	0	0	0	598.238	0,00%
Eixo Prioritário II	230	21.621	13.353	1.744.853	0,77%
Eixo Prioritário III	0	0	0	282.817	0,00%
Eixo Prioritário IV	38	8.911	5.313	254.879	2,08%
Eixo Prioritário V	0	0	0	181.262	0,00%
Eixo Prioritário VI	0	0	0	43.045	0,00%
Total COMPETE	268	30.532	18.666	3.105.094	0,60%

Fonte: SI POFC.

Gráfico 2.29: Apoios à Formação Profissional por Setor, 2007-2012



Fonte: SI POFC.

Repartindo o incentivo concedido por setor de atividade, verifica-se que este se destina sobretudo a projetos empresariais, sendo que 58% do total apoia a formação na Indústria. Segue-se o Comércio, com 6% e os Serviços, com 5%.

A formação profissional relativa à Administração Pública (Eixo IV) representa cerca de ¼ do total do incentivo concedido.

2.3 PROBLEMAS SIGNIFICATIVOS ENCONTRADOS E MEDIDAS TOMADAS PARA OS RESOLVER

2.3.1. Constrangimentos Internos

Durante o ano de 2012 **não se verificaram constrangimentos internos relevantes com influência na boa execução do Programa**, tendo sido solucionadas a totalidade das questões pendentes relativas à Descrição do Sistema de Gestão e Controlo do COMPETE, no que se refere aos Organismos Intermédios (FCT e a Ciência Viva).

2.3.2. Constrangimentos Externos

Um dos principais constrangimentos externos à boa execução do Programa prende-se com a **difícil conjuntura macroeconómica** vivida em 2012 e pelas perspetivas pouco animadoras para 2013 (ponto 2.4.1). Este clima pouco favorável ao investimento tem um potencial reflexo negativo na execução das entidades públicas (com grande impacte, sobretudo na Modernização da Administração Pública), das entidades privadas sem fins lucrativos (relevante para a execução das Ações Coletivas) e das Empresas (com reflexo na execução dos Sistemas de Incentivos).

A Gestão tem procurado introduzir soluções adequadas aos promotores, sem comprometer a sua vocação de contributo para a mudança estrutural, tal como tem sido reportado nos Relatórios dos anos anteriores.

Durante o ano de 2012, destacam-se as seguintes medidas:

- Criação de Linhas de Crédito, no sentido de facilitar a concessão de crédito bancário às PME, nomeadamente, a **Linha INVESTE QREN**, para financiamento de empresas com projetos aprovados no âmbito dos Sistemas de Incentivos;
- Implementação do **Programa Revitalizar**, destinado a criar uma envolvente favorável à revitalização do tecido empresarial nacional, num momento especialmente crítico no seu desenvolvimento, através da criação de três **Fundos Regionais de Expansão Empresarial** (a operacionalizar em 2013);
- Lançamento dos **Avisos de Abertura de Concursos (AAC) no âmbito dos Sistemas de Incentivos, numa lógica em contínuo**, para receção de candidaturas até ao final de 2013 (data limite regulamentar para aprovação de projetos no âmbito do QREN), de modo a permitir às empresas um melhor planeamento dos seus investimentos (conforme ponto 2.4.5);
- **Aumento das taxas de incentivos dos projetos promovidos por entidades públicas**, reduzindo, deste modo, o recurso a financiamento público nacional, bem como dos **projetos empresariais de internacionalização**;
- **Revisão da Norma de Pagamentos**, no sentido de flexibilização das regras de pagamento do incentivo aos promotores;
- Criação de novas tipologias de projetos Simplificados no SI Qualificação de PME (“**Vale Empreendedorismo**”, “**Vale Energia ou Ambiente**”, “**Vale Internacionalização**”);
- Foi desenvolvida uma iniciativa transversal ao QREN de identificação e resolução de projetos com reduzidos níveis de execução (“**operação limpeza**”), de modo a permitir a libertação de incentivo para novos apoios.

CRIAÇÃO DE EMPREGO

Uma dos principais problemas do País, resultante da crise recessiva que o afeta, prende-se com a escalada, desde 2009, dos números do **desemprego** (cf. capítulo 2.4.1). Neste sentido, ao abrigo da Resolução do Conselho de Ministros n.º 51-A/2012, de 14 de junho, foi aprovado o Plano Estratégico de Iniciativas à Empregabilidade Jovem e de Apoio às PME — **Impulso Jovem**. Este plano integra um conjunto de medidas de apoio à empregabilidade dos mais jovens, designadamente os denominados estágios profissionais “Passaportes 3i” (Passaporte Emprego Industrialização, Passaporte Emprego Inovação e Passaporte Emprego Internacionalização), apoios à contratação, formação profissional e empreendedorismo e apoios ao investimento.

O COMPETE contribui para os objetivos do Impulso Jovem, no âmbito dos apoios ao investimento, da seguinte forma:

- SI Inovação – Empreendedorismo Qualificado: bonificação do incentivo para projetos promovidos por jovens entre os 18 e os 35 anos, bem como a valorização da criação de emprego jovem, com pontuação máxima para a criação de mais de 2 postos de trabalho com idade até 34 anos;
- SI Qualificação PME – Projetos Individuais: valorização do mérito dos projetos que criem postos de trabalho de jovens até 30 anos de idade, com qualificações igual ou superior ao nível VI.
- SAFPRI: criação de postos de trabalho jovem na Linha Investe QREN e nos Fundos de Capital de Risco Revitalizar.

Os AAC n.º 10/SI/2012 (SI Qualificação PME) e 13/SI/2012 (SI Inovação), lançados no segundo semestre do ano e com uma dotação total COMPETE de 20 milhões de euros, contemplam o contributo para o Impulso Jovem, não havendo ainda resultados de aprovação no final de 2012.

Na caixa seguinte apresenta-se uma súmula das diferentes medidas do Programa (e também dos Sistemas de Incentivos) que, direta ou indiretamente, contribuem para a **criação de emprego**.

Contributo do COMPETE e Sistemas de Incentivos do QREN para a Criação de Emprego e Emprego Jovem

Os Sistemas de Incentivos do QREN (COMPETE e PO Regionais) e demais instrumentos de intervenção do COMPETE contribuem para a criação de emprego, direta ou indiretamente, através das suas medidas de apoio:

SAESCTN

- São elegíveis encargos com bolseiros e pessoal técnico contratados especificamente para o projeto de IC&DT;

SI I&DT

- São elegíveis despesas com pessoal técnico do promotor dedicado a atividades de I&D, incluindo encargos com bolseiros contratados pelo promotor, com bolsa integralmente suportada por este;
- Núcleos de I&DT: são elegíveis despesas com a contratação de um máximo de 3 novos quadros técnicos, dedicados exclusivamente a atividades de I&DT, com nível de qualificação igual ou superior a VI. É valorizado o emprego criado, sendo atribuída maior pontuação aos projetos com criação máxima de 3 postos de trabalho;

SI Qualificação PME

- São elegíveis despesas, por um período máximo até 24 meses, com a contratação de um máximo de 2 novos quadros técnicos a integrar por PME, com nível de qualificação igual ou superior a VI, necessários à implementação do projeto;
- Projetos individuais: existe um critério de seleção relativo ao contributo do projeto para a qualificação e valorização dos recursos humanos, sendo o projeto valorizado de acordo com o emprego criado e em especial se se tratar de emprego jovem (Programa Impulso Jovem - até 30 anos);
- Projetos conjuntos: São elegíveis os custos com o pessoal da entidade promotora afetos ao projeto até ao limite de 5% dos outros custos elegíveis; Passaportes Emprego 3i – desenvolvimento de projetos integrados constituídos por um estágio profissional, acompanhado de formação, e seguido pelo apoio à contratação sem termo por conta de outrem (PO Regionais de Convergência);

SI INOVAÇÃO

- Inovação Produtiva: São suscetíveis de apoio projetos de criação de empresas ou de novas unidades de serviços intensivos em tecnologia e conhecimento e que se proponham a criar postos de trabalho (PT) qualificados;
- Empreendedorismo Qualificado: apoio à criação do próprio emprego; existência de majoração de 10 p.p. à taxa base de incentivo no caso de “empreendedorismo jovem”; imposição de um limite mínimo para a taxa de qualificação dos Postos de Trabalho da empresa no pós projeto – PT de nível VI - 10% para empresas de micro e pequena dimensão e 15% para PME; valorização da criação de emprego altamente qualificado, com maior pontuação para projetos com taxa de EAQ (Emprego Altamente Qualificado) mais elevada e valorização da criação de emprego jovem, com pontuação máxima para a criação de mais de 2 PT (Idade até 34 anos);

FINOVA:

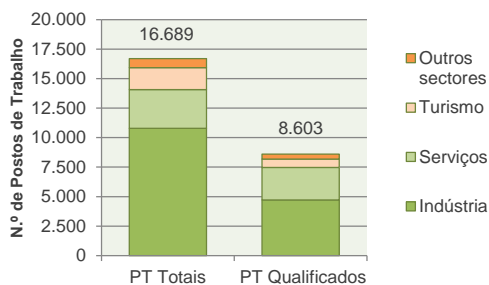
- Prestação de garantias, *business angels*, fundos de capital de risco específicos e outros instrumentos financeiros a empresas novas e nascentes; criação de postos de trabalho jovem na Linha Investe QREN e nos Fundos de Capital de Risco Revitalizar, no âmbito do Programa Impulso Jovem;

AÇÕES COLETIVAS:

- Apoio a projetos coletivos de dinamização do espírito empresarial e do empreendedorismo;
- São apoiadas despesas com o pessoal do beneficiário: imputação de pessoal técnico com competências específicas para o desenvolvimento de atividades centrais do projeto e de pessoal que intervenha na gestão e acompanhamento do projeto;
- Para atividades de animação, coordenação e gestão da parceria, no âmbito das EEC: são elegíveis custos com a contratação de um máximo de 3 quadros técnicos, a tempo completo ou parcial, com nível de qualificação igual ou superior a IV e bolsas destinadas a jovens que desenvolvam projetos empresariais;
- Impulso jovem: são apoiadas bolsas destinadas a jovens que desenvolvam projetos empresariais; a taxa de financiamento pode ir até 100% no caso de projetos de empreendedorismo jovem (PO Regionais).

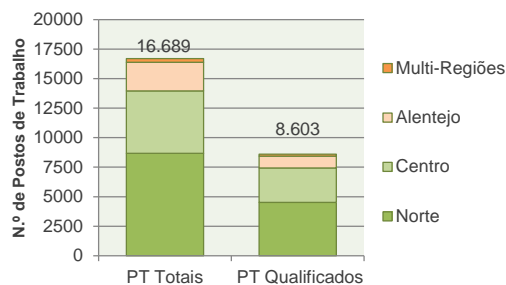
Considerando as empresas com projetos aprovados e os seus dados económico-financeiros nos anos pré e pós projeto, verifica-se que, nestas empresas, que representam mais de 125 mil postos de trabalho, está prevista uma criação líquida de emprego que ronda os 17 mil postos de trabalho, mais de metade dos quais qualificados.

Gráfico 2.30: Estimativa de Criação de Emprego nas Empresas Apoiadas, por Setor, 2007-2012



Nota: Para empresas com mais de 1 projeto, foram considerados apenas os dados económicos relativos ao último. Inclui todos os PT criados entre o pré e o pós-projeto, independentemente de estarem ou não diretamente relacionados com o apoio concedido. Fonte: SI POFC.

Gráfico 2.31: Estimativa de Criação de Emprego nas Empresas Apoiadas, por Região, 2007-2012



Nota: Para empresas com mais de 1 projeto, foram considerados apenas os dados económicos relativos ao último. Inclui todos os PT criados entre o pré e o pós-projeto, independentemente de estarem ou não diretamente relacionados com o apoio concedido. Fonte: SI POFC.

Este valor difere do indicador apresentado no ponto 2.1.1 (“criação de postos de trabalho”), uma vez que aqui são consideradas todas as empresas, enquanto, para o cálculo do referido indicador, se utilizaram apenas, por uma questão de rigor, os projetos com impacto mais direto e imediato ao nível da criação de postos de trabalho nas empresas.

De acordo com os gráficos anteriores, prevê-se que 65% dos postos de trabalho a criar se insiram na Indústria, sendo o Norte a região onde se espera que a criação de postos de trabalho possa ser superior (52% do total).

REPROGRAMAÇÃO ESTRATÉGICA

Durante o ano de 2012 foi proposta, e aceite pela Comissão de Acompanhamento e pela Comissão Europeia, a **reprogramação estratégica do QREN** (conforme ponto 1) no sentido de ajustar a dotação global do QREN às prioridades e às necessidades de Portugal, tendo resultado, no caso do COMPETE, num reforço da dotação total do Programa em 70 milhões de euros.

A reprogramação no COMPETE permitiu aumentar a dotação dos Eixo III (para financiamento dos referidos Fundos Revitalizar e Fundos Regionais de Expansão Empresarial) e Eixo I (destinado essencialmente ao financiamento de projetos do SAESCTN).

Já o montante liberto dos Eixos IV (SAMA) e V (SIAC) permitiu ajustar a dotação disponível às necessidades previsíveis tendo em conta o atual cenário de restrições orçamentais e crise financeira.

EMPRÉSTIMO QUADRO (EQ-BEI)

No final de 2010 foi celebrado, entre o Ministério das Finanças e o Banco Europeu de Investimento (BEI), um contrato relativo a um **Empréstimo Quadro (EQ-BEI)** no valor total de 1,5 mil milhões de euros para financiamento da contrapartida nacional em projetos cofinanciados pelo FEDER e Fundo de Coesão. Até à data, foram decididas duas tranches:

- A primeira tranche, no valor de 450 milhões de euros, foi direcionada para o sector público, financiando áreas tão diversas como a investigação, ciência e tecnologia, tecnologias de informação e comunicação, eficiência energética e renováveis, regeneração urbana, saúde, educação ou cultura;
- A segunda tranche foi orientada para o apoio às empresas e à envolvente empresarial (organizações empresariais e entidades do sistema científico e tecnológico nacional).

Relativamente à **primeira tranche**, cujas entidades beneficiárias foram entidades da Administração Pública (central, regional e local), instituições de ensino superior e centros de investigação e desenvolvimento, entidades dos sectores empresariais do Estado, a nível

regional e municipal, empresas concessionárias de serviço público, e ainda instituições particulares de solidariedade social, fundações e associações com utilidade pública, a utilização deste EQ-BEI compreendeu dois tipos de mecanismos:

- Financiamento da contrapartida nacional das operações inscritas no Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC), da responsabilidade de entidades beneficiárias da Administração Central;
- Financiamento reembolsável da contrapartida nacional das operações a realizar pelas restantes entidades beneficiárias do empréstimo.

Tal como reportado no Relatório de 2011, foram enquadrados no EQ-BEI 1.192 projetos do COMPETE (1.157 projetos SAESCTN e 35 projetos SAMA) para o financiamento PIDDAC de 97,6 milhões de euros.

Em relação ao financiamento reembolsável, da iniciativa dos promotores, foram enquadrados no EQ-BEI 6 projetos do COMPETE (4 projetos SIAC e 2 projetos Conjuntos do SI Qualificação PME) para um empréstimo de 1,2 milhões de euros.

A **segunda tranche**, decidida em 2012, visa o apoio da contrapartida nacional relativa aos projetos FEDER aprovados no QREN, de empresas beneficiárias dos Sistemas de Incentivos do QREN e das entidades beneficiárias do SIAC. Neste sentido foram criadas duas linhas de financiamento:

- Linha de financiamento ao Investimento Empresarial, designada por INVESTE QREN, até 500 milhões de euros;
- Linha de financiamento ao Sistema Científico e Tecnológico Nacional, até 20 milhões de euros.

O acesso à linha de financiamento INVESTE QREN é realizado através dos bancos que manifestaram vontade de aderir à sua utilização, tendo para o efeito celebrado um protocolo de colaboração institucional com o IFDR.

O valor máximo do empréstimo para cada projeto é de 4 milhões de euros, sendo o prazo de financiamento de 8 anos, com 2 anos de carência de capital

Durante o ano de 2012 não foi ainda aprovada qualquer utilização da INVESTE QREN.

BOLSA DE DESCATIVÇÃO DE INCENTIVO (BDI).

A **Bolsa de Descativação de Incentivo (BDI)** é um instrumento de acompanhamento dos projetos aprovados no âmbito dos Sistemas de Incentivos, que, ao assinalar os projetos com atrasos significativos, seja na fase de contratação, seja na fase de execução, induz os promotores a ultrapassarem o seu incumprimento ou, caso o mesmo não seja superado, permite descativar o incentivo para aprovação de projetos futuros.

Os projetos dão **entrada automaticamente na BDI**, sempre que se registre uma das seguintes situações:

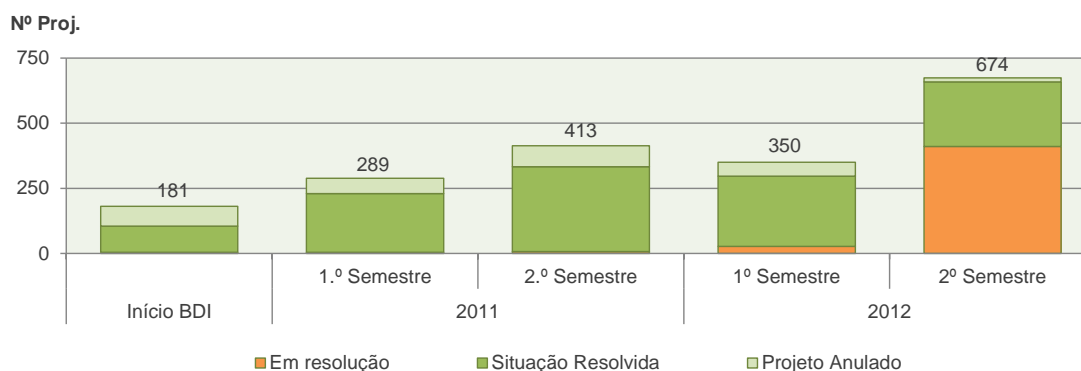
- **Projetos por Contratar:** projetos por contratar com comunicação de decisão de financiamento há mais de 40 dias úteis;
- **Projetos sem níveis mínimos de execução:** projetos contratados que tenham ultrapassado o prazo de execução previsto e não tenham apresentado o respetivo pedido de pagamento a título de reembolso final (PTRF) nos prazos determinados na Norma de Pagamentos aplicável; projetos que tenham beneficiado de Pagamentos a Título de Adiantamento (PTA e PTC) não tendo comprovado os níveis de despesa exigidos nos prazos definidos na Norma de Pagamentos aplicável e projetos que tenham estabelecido contratualmente metas de execução semestral e não tenham apresentado qualquer execução durante dois semestres consecutivos.

Desde fevereiro de 2011 (data da implementação deste instrumento) até final de 2012, passaram pela BDI, no âmbito do COMPETE, 1.641 projetos (alguns deles mais do que uma vez), num total de 1.907 entradas. Destas, 76% das situações estão resolvidas:

- 284 projetos foram objeto de anulação, permitindo uma descativação de 179 milhões de euros;
- 1.009 projetos recuperaram o atraso, permitindo a contratação de 385 milhões de euros e a aceleração da execução de projetos com um incentivo de 840 milhões de euros;

O gráfico seguinte comprova a eficácia deste instrumento, contribuindo para a identificação de atrasos e para a respetiva resolução da quase totalidade das situações incluídas até ao final de 2011. De facto, mais de 90% das entradas na BDI tiveram lugar no segundo semestre de 2012, e resultaram, em boa parte, de atrasos na contratação de projetos aprovados no último trimestre do ano, designadamente ao abrigo dos AAC n.º 04/2012 – Projetos Individuais e em Cooperação do SI Qualificação PME e AAC n.º 02/2012 – Projetos de Inovação Produtiva do SI Inovação (209 projetos).

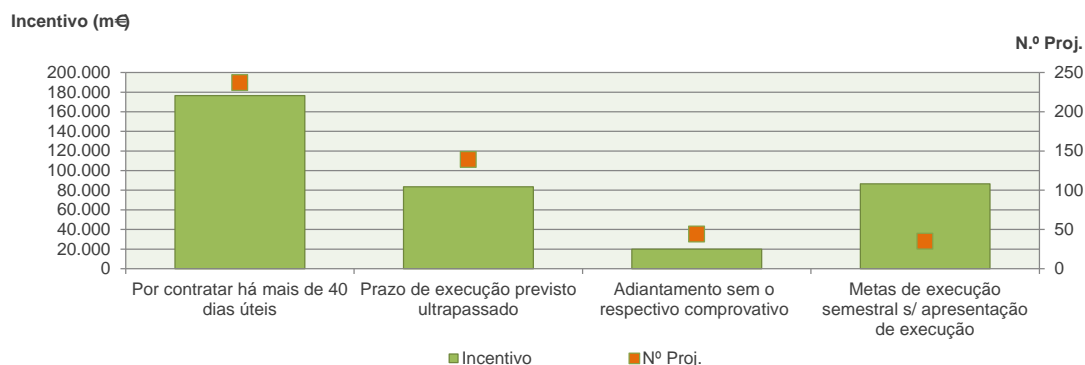
Gráfico 2.32: Ritmo de Entrada de Projetos na BDI, 2007-2012



Fonte: SI POFC.

Assim sendo, no final de 2012, encontravam-se **em resolução** 455 projetos, com um incentivo associado de 366,5 milhões de euros. Destes, mais de metade encontrava-se por contratar há mais de 40 dias.

Gráfico 2.33: Projetos Aprovados dos Sistemas de Incentivos, Incluídos na BDI no Final de 2012, por Motivo, 2007-2012



Fonte: SI POFC.

2.4 MUDANÇAS NO CONTEXTO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA OPERACIONAL

2.4.1. Contexto Socioeconómico

Neste subcapítulo procede-se a uma análise socioeconómica do ano de 2012, dando ênfase aos aspetos que, direta ou indiretamente, influenciaram as decisões dos agentes económicos, determinaram medidas de política económica e contribuíram ou condicionaram a execução do Programa.

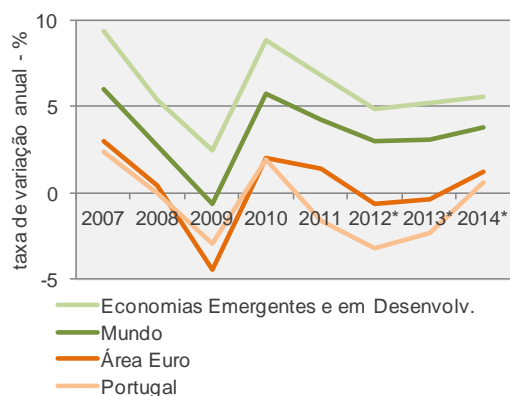
ECONOMIA INTERNACIONAL

Economia mundial abranda. Europa avança na estabilização dos mercados financeiros.

Após a inflexão do **crescimento económico mundial** em 2009, fruto da crise financeira internacional, e da recuperação verificada em 2010, tem vindo a assistir-se a um abrandamento generalizado das economias, mais acentuado no último trimestre de 2012, ano em que a taxa de crescimento do PIB deverá fixar-se nos 3% (4,2% no ano anterior). A incerteza gerada em torno da crise das dívidas soberanas, os processos de ajustamento em curso, a quebra da procura global e também o enfraquecimento dos BRIC são alguns dos fatores que contribuem para esta evolução.

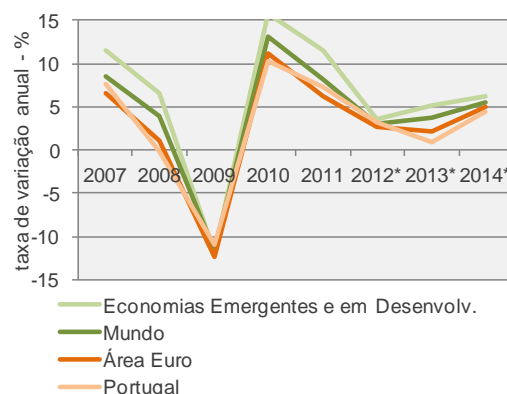
Apesar de se registarem taxas inferiores às verificadas em 2011 para os vários grupos de países, mantêm-se ritmos diferenciados de crescimento, com as economias emergentes e em desenvolvimento na liderança, com taxas de crescimento, em 2012, de 4,9%, muito superiores aos 1,2% estimados para as economias avançadas.

Gráfico 2.34: PIB, 2007-2014



Nota: * Previsões. Fonte: CE, European Economic Forecast – Spring 2013 (2013).

Gráfico 2.35: Exportações, 2007-2014



Nota: * Previsões. Fonte: CE, European Economic Forecast – Spring 2013 (2013).

Associada a este abrandamento está também a redução do **comércio internacional**, com os fluxos de comércio a registarem taxas de crescimento bem menores que as verificadas imediatamente após a crise internacional (mais de 10 pontos percentuais de diferença).

Na **Área do Euro**, em 2012, a economia deverá contrair 0,6% face ao ano anterior, queda esta que se tem vindo a acentuar desde a segunda metade de 2011, acompanhando o abrandamento das exportações, que apesar de continuarem a ser o principal motor das economias, são cada vez menores para colmatar as quebras do consumo e do investimento. Na base desta performance negativa esteve, designadamente, a falta de uma resposta imediata às crises das dívidas soberanas, que só começou a surgir em meados do ano, após o Conselho Europeu de junho.

De facto, só na segunda metade do ano de 2012, é que os mercados financeiros começaram a dar sinais de acalmia. Para tal contribuíram importantes **decisões da CE e do BCE**:

- o anúncio das medidas de recapitalização da banca através do mecanismo de estabilização europeu, agora em pleno funcionamento;
- a decisão do BCE de intervir nos mercados secundários de dívida;
- a adoção de um segundo programa de ajustamento para a Grécia;
- a proposta de criação de uma união bancária, intensificando e acelerando o processo de integração europeia a nível financeiro.

União Bancária da Área do Euro

A união bancária pressupõe a existência de supervisão bancária ao nível europeu, com poderes de controlo sobre as instituições bancárias da área do euro, permitindo harmonizar as regras de mercado, controlar os riscos assumidos e minimizar a existência e os efeitos de crises futuras. Em setembro foi lançado o primeiro passo nesta união: a criação do mecanismo único de supervisão para os bancos da área do euro (Single Supervisory Mechanism SSM), a operacionalizar em 2013.

| 76

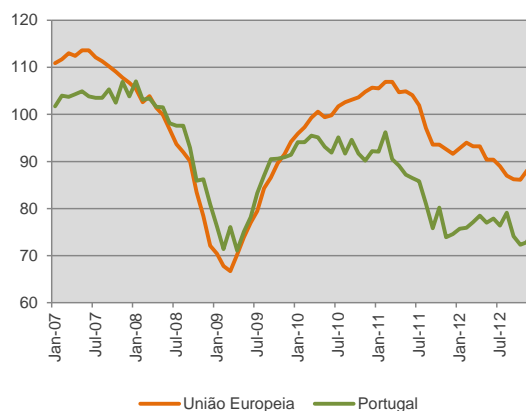
Acresce ainda, a manutenção de **taxas de juro** baixas: em julho, o BCE desceu a taxas de juro de referência para o nível histórico de 0,75%.

Estas medidas contribuíram para a melhoria das condições de liquidez nas instituições de **crédito**, apesar de se continuarem a registar diferenças significativas entre os Estados-Membros. No entanto, dada a elevada perceção de risco que ainda subsiste, face à deterioração da situação financeira de empresas e particulares, o volume de crédito que chega à economia mantém-se incipiente. De acordo com o último Boletim de Inverno da CE, o volume de empréstimos ao setor privado diminuiu 0,8%. Para além de condições restritivas de concessão de crédito, esta tendência é acentuada pela quebra da procura devida à retração das decisões de consumo e de investimento.

Existem igualmente **diferenças entre as próprias empresas no acesso ao crédito**, mais fácil para as empresas de maior dimensão e para as empresas exportadoras; as empresas nos países em ajustamento enfrentam em média taxas de juro mais elevadas e as PME estão mais vulneráveis (estão mais dependentes da banca, uma vez que é menor a sua capacidade de financiamento por ações).

No ano em análise, a economia real continuou a sofrer os efeitos das crises da dívida soberana e dos processos de consolidação orçamental em curso nos vários Estados-membros. Em 2012 acentuou-se a **quebra da procura**: o consumo privado registou uma contração de 1,3%, o consumo público uma retração mais moderada de 0,4% e o investimento (Equipamento) caiu 5,2%, acompanhando as expectativas mais pessimistas dos consumidores e empresários, evidenciadas pela evolução do Indicador Europeu de Sentimento Económico.

Gráfico 2.36: Evolução do Indicador de Sentimento Económico – União Europeia e Portugal, 2007-2012



Fonte: CE, Economic and Financial Affairs, Economic Databases and Indicators.

As **exportações** mantiveram o seu papel como motor da economia europeia, registando, no entanto, uma taxa de crescimento bem mais modesta que a verificada em 2011 (2,7% face a 6,3%)

Com o protelar da retoma, o **desemprego** manteve a escalada verificada desde 2009, atingindo valores elevados, em especial nos países em ajustamento. Em média, na área do Euro, deverá fixar-se, em 2012, nos 11,2%, sendo que as expetativas apontam para que continue a subir em 2013. Associando a situação no mercado de trabalho ao baixo crescimento dos salários reais, ao aumento de impostos e à redução das prestações sociais, estamos presente uma quebra acentuada no rendimento disponível das famílias, com consequentes riscos de pobreza e instabilidade social.

Em termos de **produtividade**, registou-se um ligeiro aumento (0,3%), sendo igualmente de considerar a redução em 2010 e 2011 dos custos unitários reais do trabalho. Segundo as previsões da primavera da CE, a taxa de câmbio real efetiva (calculada pelos custos unitários de trabalho) deverá sofrer uma depreciação de 4,8%, o que se traduz em ganhos de competitividade para as economias europeias face aos seus parceiros internacionais.

Tabela 2.32: Principais Indicadores Económicos – Área do Euro, 2007-2014

Indicador Económico		2007	2008	2009	2010	2011	Previsões		
							2012	2013	2014
PIB	VH	3,0	0,4	-4,4	2,0	1,4	-0,6	-0,4	1,2
Consumo Privado	VH	1,7	0,4	-1,0	1,0	0,1	-1,3	-0,9	0,7
Consumo Público	VH	2,2	2,3	2,6	0,8	-0,2	-0,4	0,0	0,5
FBCF	VH	9,4	0,1	-19,2	5,9	4,8	-5,2	-3,2	4,3
Exportação de bens e serviços	VH	6,6	1,1	-12,4	11,2	6,3	2,7	2,2	4,9
Importações de Bens e Serviços	VH	6,2	0,9	-11,1	9,6	4,2	-0,9	0,5	4,7
Procura Final	VH	4,0	0,6	-6,3	4,1	2,3	-0,7	-0,1	2,3
Emprego	VH	1,7	0,7	-2,1	-0,6	0,2	-0,9	-0,7	0,3
Taxa de Desemprego	VH	7,6	7,6	9,6	10,1	10,2	11,4	12,2	12,1
Produtividade (PIB/Emprego)	VH	1,3	-0,3	-2,4	2,6	1,2	0,3	0,3	0,9
Custo Unitário Real do Trabalho	VH	-1,0	1,8	3,3	-1,5	-0,3	0,2	0,0	-0,6
Deflator do PIB	VH	2,3	1,9	0,9	0,8	1,2	1,3	1,5	1,5
HIPC	VH	2,1	3,3	0,3	1,6	2,7	2,5	1,6	1,5
Taxa de Câmbio Efetiva Real	VH	1,6	3,5	4,5	-7,3	0,3	-4,8	4,4	-0,6
Dívida Bruta SPA	% PIB	66,3	70,2	80,0	85,6	88,0	92,7	95,5	96,0
Saldo Global SPA	% PIB	-0,7	-2,1	-6,4	-6,2	-4,2	-3,7	-2,9	-2,8

Legenda: VH – Variação Homóloga; PIB – Produto Interno Bruto; FBCF – Formação Bruta de Capital Fixo; SPA – Sector Público Administrativo.

Fonte: Dados de 2007: CE, *European Economic Forecast - Spring 2012* (2012); Restantes dados: CE, *European Economic Forecast - Spring 2013* (2013).

Relativamente aos **preços**, o abrandamento da economia mundial não deu azo a grandes pressões inflacionistas (com exceção dos países emergentes onde as taxas são mais elevadas), registando-se uma redução da taxa de crescimento do HIPC em 2012, redução esta que deverá acentuar-se nos próximos anos.

No que concerne aos processos de **consolidação orçamental** em curso, a média da área do Euro aponta para a melhoria dos saldos orçamentais: o défice deverá fixar-se em 3,7% do PIB em 2012, tendo vindo a decair desde 2009, ano em que atingiu os 6,4% do PIB. À exceção da Alemanha que registou um superávit de 0,2%, todos os países da área do euro apresentaram saldos orçamentais negativos, com destaque para a Espanha (-10,6%), a Grécia (-10%), a Irlanda (-7,6%), Portugal (6,4%) e Chipre (6,3%).

Já a **dívida pública** tem vindo a crescer, perspetivando-se que esta tendência se mantenha nos próximos anos. Em pior situação, aos países em processos de ajustamento em 2012, junta-se a Itália, também com dívida acima dos 100%.

Esta conjuntura económica desfavorável afeta os países diferentemente, consoante as suas características – diferenças ao nível do sistema financeiro, dívida externa e finanças públicas, custos de financiamento - sendo exetável o aumento das disparidades, especialmente me relação aos países em ajustamento.

Nas suas Previsões da Primavera, publicadas em maio de 2013 e face ao abrandamento das exportações e à incerteza que ainda subsiste, relacionada nomeadamente com o sucesso das medidas de ajustamento em curso, a CE reviu novamente em baixa as previsões de crescimento, adiando a retoma para 2014, a par da revigoração dos fluxos de comércio internacional.

ECONOMIA PORTUGUESA

Ajustamento estrutural prossegue com impacte superior ao esperado: PIB contrai, desemprego aumenta e a balança corrente e de capitais atinge o equilíbrio. Competitividade cresce via depreciação do fator trabalho.

A evolução da economia portuguesa em 2012 ficou marcada pela observância do **Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF)** acordado em abril de 2011, que constituiu o mote para o lançamento de um conjunto de políticas de forte consolidação orçamental e impacte sobre a economia, com o objetivo primordial de descer o défice público. Para o ano em análise, a meta fixou-se nos 5% do PIB.¹⁹

¹⁹ Metas revistas na sequência do 5.º exame regular do PAEF, em outubro de 2012: 5% do PIB em 2012, 4,5% em 2013 e 2,5% em 2014. Na sequência do 7.º exame regular do PAEF (fevereiro de 2013), foi proposto alargar o PAEF por mais um ano com novos limites para o défice, de 5,5% em 2013, 4% em 2014, e 2,5% em 2015,

Em 2012, do lado da receita, destacam-se medidas como a alteração da estrutura das taxas de IVA, com a subida de taxas para alguns bens e serviços, nomeadamente nos setores da Hotelaria e Restauração, o aumento de impostos específicos (tabaco, veículos, eletricidade) e de taxas especiais e taxas liberatórias, a redução ou eliminação de benefícios fiscais, a criação de uma sobretaxa de IRS para rendimentos mais elevados, o aumento da derrama e das taxas máximas de IMI e redução/eliminação das isenções e a privatização ou o início do processo de privatização de empresas públicas como a REN, a TAP ou a ANA. Já do lado da despesa, foram implementadas medidas incidentes sobretudo sobre os custos com o pessoal, como a redução das remunerações dos funcionários públicos, pela eliminação de 2 das 14 remunerações anuais, a manutenção do corte médio de 5% e o congelamento de salários e progressões, a redução do emprego público e a reestruturação de serviços, sendo também de realçar o congelamento e redução das pensões (eliminação dos subsídios), a alteração das normas de acesso ao subsídio de desemprego e a suspensão de investimentos públicos.

| 79

Este conjunto de medidas contracionistas, a par do abrandamento registado na economia mundial e em particular na dos nossos principais parceiros da Área do Euro, gerou um impacto negativo na economia muito superior ao esperado, com o PIB, que tinha recuperado ligeiramente em 2010, a acentuar a trajetória de queda verificada em 2011 e a registar uma contração de 3,2% no ano em análise.

Esta evolução condicionou o próprio objetivo de consolidação orçamental, uma vez que também as próprias receitas fiscais sofreram uma quebra muito superior à esperada – as receitas correntes diminuíram 6,1% - e cresceu a pressão dos custos de desemprego e das prestações sociais sobre o orçamento da Segurança Social.

O **défi**ce em 2012 acabou por fixar-se em 6,4%, o que, ainda assim e face aos diferentes critérios contabilísticos da troica CE/FMI e BCE²⁰, permitiu cumprir a meta revista dos 5% do PIB.

A redução do rendimento disponível (aumento da tributação, aumento do desemprego e moderação salarial) e o aumento do pessimismo por parte das empresas e famílias, adiando decisões de consumo e investimento, provocou uma quebra acentuada na **procura interna**, nomeadamente ao nível do consumo privado, queda esta que constituiu um dos principais fatores para evolução negativa do produto (cerca de -7,0 p.p. na taxa de crescimento do PIB em 2012²¹).

²⁰ Que não consideraram designadamente a anulação da receita da venda da concessão da ANA – Aeroportos e Navegação Aérea.

²¹ BANCO DE PORTUGAL, Boletim da Primavera de 2013 (2013).

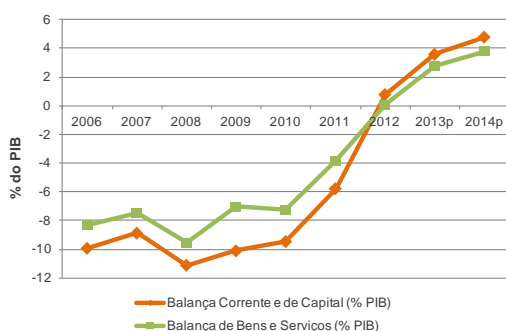
Por sua vez, a redução da procura, as expectativas pessimistas e as restrições ao crédito, também afetaram o desempenho do **investimento** – a Formação Bruta de Capital Fixo registou uma quebra de 14,5% face ao período homólogo.

No que concerne aos fluxos de **Investimento Direto Estrangeiro**, o país reforçou a sua posição como recetor líquido de investimento. O investimento direto estrangeiro líquido em Portugal representou, em 2012, 4,2% do PIB (perto de 7 mil M€), tendo registado uma redução de 13,5%, face a 2011. O investimento líquido de Portugal no exterior registou uma redução superior, fixando-se em 2012, em apenas 0,9% do PIB.

A contração da procura interna provocou igualmente uma quebra das **importações**, que registaram uma variação negativa de 6,9% face a 2011.

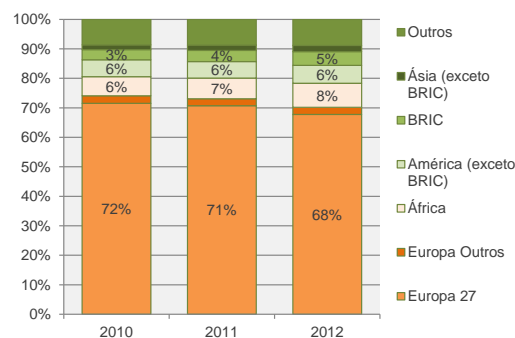
Contrapondo a evolução negativa destas variáveis, as **exportações** continuaram a crescer, apesar de a um ritmo mais modesto (3,3% em 2012 face 7,2% em 2011), justificado pelo abrandamento da economia mundial e pelo clima externo desfavorável, principalmente nos nossos principais parceiros comerciais (a situação da economia espanhola, que é o principal mercado para as nossas exportações - absorveu 28% das exportações de bens e serviços no ano em análise - em recessão em 2012, constitui um importante fator de risco). A evolução trimestral evidencia esta tendência, com a taxa de crescimento das exportações a passar de 8,2% no 1.º trimestre para -0.5% no 4.º trimestre do ano.

Gráfico 2.37: Evolução da Balança Corrente e de Capital, 2006-2012



Legenda: p – previsões. Fonte: GEE, Indicadores de Atividade Económica (2013); Previsões Banco de Portugal, Boletim Económico da Primavera 2013 (2013);

Gráfico 2.38: Destino das Exportações de Bens e Serviços, 2010-2012



Fonte: INE, Estatísticas do Comércio Internacional (2010 – dados definitivos; 2011 – dados provisórios e 2012 – dados preliminares); BANCO DE PORTUGAL, BP Stat; Estatísticas de balança de pagamentos.

A evolução destas duas variáveis – importações e exportações – foi determinante para formação de um superávit na **balança de bens e serviços**, que tradicionalmente se apresentava deficitária, assumindo especial destaque o aumento das exportações de bens (5,7%) e a diminuição de importações de serviços (-9,2%).

A recessão na Europa dos 27, que continua a ser destino de mais de 2/3 das nossas exportações refletiu-se na descida da quota de mercado em 2012, a favor dos mercados africano e dos BRIC.

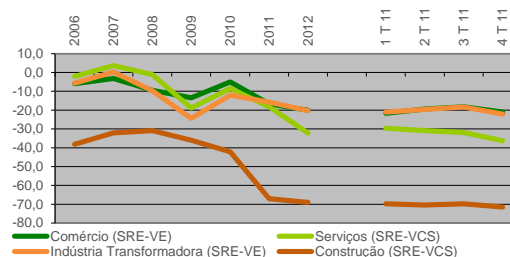
A taxa de cobertura situou-se em 2012 nos 100,2%, sendo de 84,1% para os bens e de 183,5% para os serviços.

Quanto aos preços, não se registaram oscilações de monta nos mercados do petróleo e bens alimentares, pelo que o HIPC registou um crescimento menos acentuado, apesar dos impactes do aumento da tributação.

No gráfico seguinte apresenta-se a evolução dos indicadores de confiança nos diferentes setores de atividade.

A Construção, setor fortemente penalizado pela crise, pelos cortes no investimento (nomeadamente nas obras públicas) e pelas restrições ao crédito que têm vindo a paralisar o mercado imobiliário, continuou em queda, sendo também de assinalar a perda de confiança nos Serviços, muito associada ao aumento dos impostos sobre Hotelaria e Restauração. No último trimestre do ano, a tendência agravou-se, antevendo já os resultados sobre a procura do Orçamento de Estado para 2013.

Gráfico 2.39: Indicadores de Confiança, 2006-2012



Fonte: GEE, Indicadores de Atividade Económica (2013); INE. Nota: O INE iniciou em 28.05.2010 a publicação dos resultados dos Inquéritos Qualitativos de Conjuntura às Empresas com base em novas amostras.

Legenda: SRE- Saldo de respostas extremas; VCS - Valor corrigido de sazonalidade; VE - Valor Efetivo.

Tabela 2.33: Evolução do VAB por Setores – Portugal, 2007-2012

Sector	Peso 2012	(variação homóloga real - %)									
		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2012			
		1T	2T	3T	4T						
VAB pb (a preços de 2006)	100	2,7	0,4	-2,2	1,9	-1,3	-2,4	-1,8	-2,5	-2,6	-2,6
Agricultura, Silvicultura e Pescas	2,2	-4,6	3,1	-3,8	1,6	0,6	-1	-0,7	-1	-1,1	-1
Energia, Água e Saneamento	3,7	1,1	4	-5,6	9,2	-2,6	-0,8	-3,8	0,5	-0,6	0,8
Indústria	14,7	3	-1,5	-9,8	7	1,7	-2,6	-1,1	-3,5	-0,32	-2,5
Construção	4,9	2	-4,9	-10,7	-5,4	-9,7	-15,8	-10,6	-17,3	-18,4	-17,4
Comércio, Restaurantes e Hotéis	19,3	1,3	-1,3	0,6	2,5	-1,2	-1,8	-1,7	-2	-1,9	-1,7
Transportes e Comunicações	9	6,8	2,7	-2,3	0,3	-1,6	-2,6	-0,8	-3,2	-3,5	-2,7
Atividades Financeiras e Imobiliárias	16,4	4,8	2,8	1,2	1,1	-0,3	-0,9	-0,4	0,1	-0,6	-2,9
Outros Serviços	29,7	2,3	1,2	0,3	0,8	-1,6	-1,3	-1,5	-1,2	-1,2	-1,1

Fonte: GEE, Indicadores de Atividade Económica (2013).

Em consonância com a evolução das expectativas, o VAB registou um decréscimo de 2,4% em 2012, comum aos diferentes setores de atividade, com maior incidência sobre a Construção. A Indústria, que tinha registado um acréscimo de VAB nos dois anos anteriores, apresenta em 2012 uma quebra de 2,6%.

De igual modo, os indicadores setoriais ilustram o agravar do clima de recessão em 2012. O Índice de Produção Industrial registou uma diminuição de 5%, com particular incidência nas CAE “Outros produtos minerais não metálicos” (-11,9%), “Veículos automóveis e seus componentes” (-9,4%), “Produtos químicos e fibras sintéticas ou artificiais” (-8%) e Têxteis” (-7,4%). No lado oposto, com uma variação positiva, destacam-se as CAE “Madeira e Cortiça” (7%), “Coque e produtos petrolíferos refinados” (2,4%) e “Pasta, papel, cartão e seus artigos, edição e impressão” (0,5%).

O Índice de Volume de Negócios da Indústria Transformadora que vinha a apresentar um crescimento positivo, caiu 3,2% em 2012. Já o Índice do Emprego na Indústria, em coerência com a evolução geral do emprego, reforçou a tendência negativa que tinha vindo a verificar nos últimos anos.

Tabela 2.34: Indicadores Setoriais – Portugal, 2007-2012

Indicadores		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2012			
								1T	2T	3T	4T
Índice de Produção Industrial - Total	VH/ VCS	0	-4,1	-8,1	1,5	-1,9	-5	-5,7	-6,3	-4	-4
Índice de Produção Industrial - Indústria Transformadora	VH/ VCS	1,1	-4	-9,9	2	-0,9	-2,9	-1,7	-4,9	-3	-2
Índice de Volume de Negócios - Indústria Transformadora	VH	5,5	0,9	-17,9	9,3	5,7	-3,2	0,5	-4,3	-5,3	-3,5
Índice de Emprego na Indústria	VH	-1,8	-1,1	-5,6	-2,8	-1,3	-4,2	-3,5	-4,4	-4,7	-4,3
Volume de Vendas no Comércio a Retalho (3 meses)	SRE- VE	-8	-21	-30	-11	-34	-52	-51	-52	-50	-54
Índice de Volume de Negócios - Serviços	VH, M3M	5,9	0,4	-11,8	2,6	-7,5	-9,7	-9	-11	-10,1	-8,7
Receitas Viagens e Turismo	VHA	10,9	0,5	-7,2	10	7,2	5,6	7,2	4,1	5,8	5,8

Legenda: VH – Variação homóloga; VCS – Valor corrigido de sazonalidade; SER – Saldo de respostas extremas; VE – Valor efetivo; M3M – Média móvel de 3 meses; VHA – variação homóloga acumulada. Fonte: GEE, *Indicadores de Atividade Económica* (2013).

No mercado de trabalho, considerada a sua rigidez como um dos entraves ao crescimento estrutural da economia portuguesa, têm vindo a ser tomadas, ao longo dos anos, diversas medidas no sentido de tentar flexibilizar o seu funcionamento. Em 2012, foi efetuada uma nova revisão ao código de trabalho²² aprovado em 2009²³, que prevê, designadamente, a criação de bancos de horas introduzindo maior flexibilidade ao horário de trabalho, a eliminação de férias e feriados, a redução da remuneração e dos tempos de descanso por trabalho extraordinário e

²² Lei n.º 23/2012, de 25 de junho.

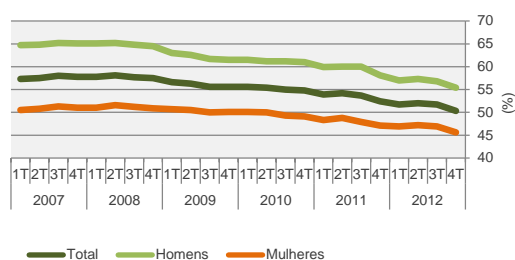
²³ Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro.

a facilitação dos despedimentos por extinção do posto de trabalho ou por inadaptação e do recurso ao *lay-off*.

Nesta conjuntura desfavorável, a falta de investimento está a ter efeitos preocupantes sobre o emprego - é visível a quebra do emprego e a contínua a escalada da taxa de desemprego desde o final de 2008, e que atingiu, no último trimestre de 2012, segundo o Inquérito do Emprego, o valor histórico de 16,8% (perto de 1 milhão de desempregados).

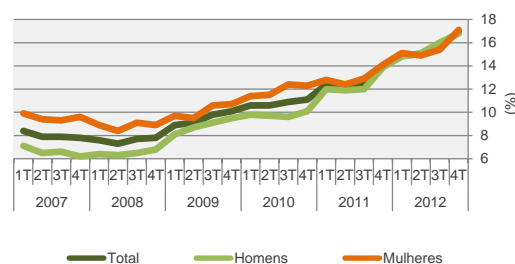
Destes, mais de 500 mil pessoas encontravam-se há mais de 12 meses à procura de emprego (desemprego de longa duração), sendo que as estatísticas apontam para o agravamento deste indicador – no último trimestre de 2012, 36% dos desempregados estavam há 25 meses e mais de procura de emprego face a 27% no trimestre homólogo de 2011.

Gráfico 2.40: Evolução da Taxa de Emprego em Portugal, 2007-2012



Nota: Quebra de série em 2011. Fonte: INE, Inquérito ao Emprego, Taxa de emprego (Série 2011 - % e Série 1998 - %) por Local de residência (NUTS - 2002), Sexo, Grupo etário e Nível de escolaridade mais elevado completo, Trimestral.

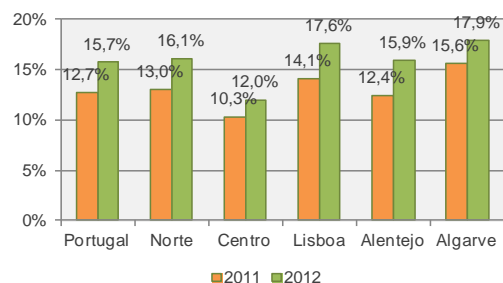
Gráfico 2.41: Evolução da Taxa de Desemprego em Portugal, 2007-2012



Nota: Quebra de série em 2011.

Fonte: INE, Inquérito ao Emprego, Taxa de desemprego (Série 2011 - % e Série 1998 - %) por Sexo, Grupo etário e Nível de escolaridade mais elevado completo, Trimestral.

Gráfico 2.42: Taxa de Desemprego em Portugal por Região, 2011-2012



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego, Taxa de desemprego (Série 2011 - %) por Local de residência (NUTS - 2002) e Sexo; Anual.

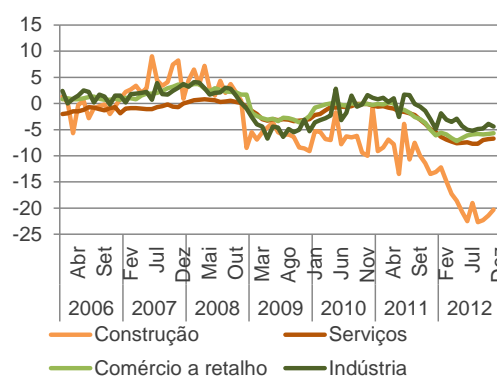
A nível regional, a taxa de desemprego é mais elevada no Algarve (17,9% em 2012), tendo-se assistido a um crescimento considerável nas NUTS II Lisboa, Alentejo e Norte, que apresentam agora taxas superiores à média nacional.

Estes elevados índices de desemprego verificados em Portugal obrigam à busca de alternativas: desde 2010 o número de emigrantes tem vindo a crescer a um ritmo cada vez mais acentuado.

De acordo com as estimativas anuais de emigração do INE, em 2011, emigraram perto de 44 mil pessoas, mais 85% que no ano anterior. Destas, 75% têm até 45 anos, o que significa que o país está a perder uma parte da sua população ativa, em especial a que detém maiores níveis de qualificação (que continua a ser um dos problemas estruturais de Portugal) e da sua população jovem, o que para além dos efeitos sobre os saldos natural e migratório e sobre a capacidade produtiva da economia, representa uma perda do investimento realizado na educação e formação destas pessoas.

Importa também analisar os efeitos da crise económica sobre o **custo do fator trabalho**, uma vez que este é um dos elementos que podem influenciar a maior ou menor competitividade externa do país. Assim, analisando o índice de remunerações por setor de atividade, é visível, como seria de esperar face ao excesso de oferta, uma redução efetiva das remunerações nos diferentes setores, e em especial na Construção.

Gráfico 2.43: Índice de Remunerações por Setor de Atividade, 2007-2012



Fonte: INE, Índice de Volume de Negócios e Emprego (Base 2005=100)

Desde 2010, que se regista uma diminuição do **custo unitário real do trabalho**, diminuição esta que deverá ser de 3,7% em 2012, agravada pelos cortes ao nível das entidades públicas e que se deverá manter nos próximos anos, contribuindo para o ajustamento externo pela via dos ganhos de competitividade associados à depreciação do fator trabalho.

Em termos de **produtividade**, regista-se um ligeiro aumento da produtividade do fator trabalho²⁴ (1,1% face a 2011), associada sobretudo à quebra do emprego.

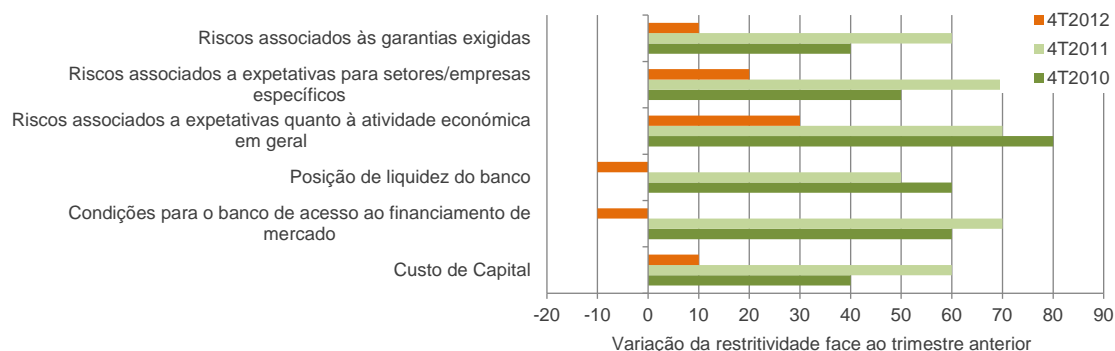
Apesar da descida das taxas de juro, o **acesso ao crédito** na economia portuguesa continua dificultado, tendo os bancos aumentado os seus critérios de exigência na concessão de crédito, quer pela necessidade de reequilíbrio os seus balanços, quer pelo elevado nível de risco associado às empresas, face à desconfiança sobre a sua capacidade de reação ao clima económico desfavorável e respetiva resposta aos compromissos.

Com as medidas tomadas pelo BCE e pelo Banco de Portugal, verificou-se durante 2012 uma melhoria da liquidez e solvabilidade dos bancos, começando a delinear-se uma tendência para a diminuição da restritividade da oferta ao crédito pelas empresas. De acordo com o inquérito

²⁴ PIB real/Emprego.

aos Bancos, no último trimestre do ano, a restritividade associada à liquidez e ao acesso a condições de financiamento perdeu relevância, mantendo-se elevados os riscos associados a expectativas quanto à atividade económica e à solvabilidade das empresas.

Gráfico 2.44: Fatores de Restritividade da Oferta de Crédito a Empresas, 2010-2012

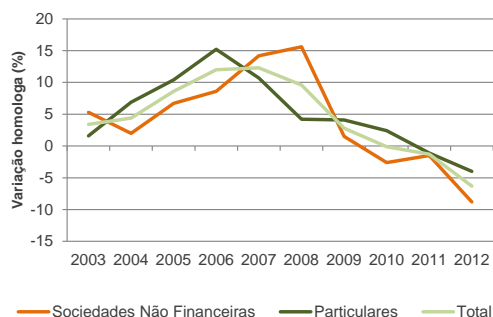


Fonte: BP, *Inquérito trimestral aos Bancos sobre o Mercado de Crédito, Resultados para Portugal, janeiro de 2013*. Nota: As barras representam a variação face ao trimestre anterior, sendo que um valor mais próximo de 100, significa maior restritividade na concessão de crédito.

O crédito às sociedades não financeiras tem vindo a decair, desde 2009, atingindo em 2012, o valor mais baixo desde o anúncio da crise económica, numa variação negativa de 6,3% face ao ano anterior. Em 2012, o crédito às empresas representava 47% do total do crédito concedido. Já o crédito de cobrança duvidosa aumentou 6% no total dos dois segmentos (particulares e empresas) face a 2011, sendo mais acentuada a subida na componente empresarial (9,4%), cujos créditos de cobrança duvidosa são 66,1% do total.

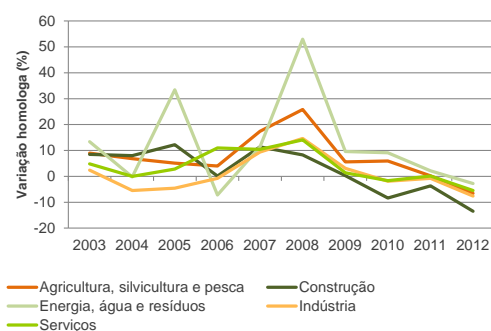
Considerando o setor de atividade, verifica-se que a tendência para o decréscimo do crédito é comum, sendo mais acentuada no setor da Construção (-13,5% no último ano), que regista também a maior subida do peso do crédito de cobrança duvidosa.

Gráfico 2.45: Concessão de Crédito ao Setor Privado, 2010-2012



Fonte: Estatísticas temáticas de conjuntura, n.º 3/2013; Crédito ao Setor Privado 2002-2012 (dados do Banco de Portugal); Release 2012, 21 de fevereiro de 2013. Nota: Inclui crédito titulado

Gráfico 2.46: Concessão de Crédito ao Setor Privado por Setor de Atividade, 2003-2012



Fonte: GEE, Estatísticas temáticas de conjuntura, n.º 3/2013; Crédito ao Setor Privado 2002-2012 (dados do Banco de Portugal); Release 2012, 21 de fevereiro de 2013. Nota: Não inclui crédito titulado.

No setor da Indústria, apesar de se verificarem movimentos semelhantes, mantém-se a proporção do setor no total do crédito concedido.

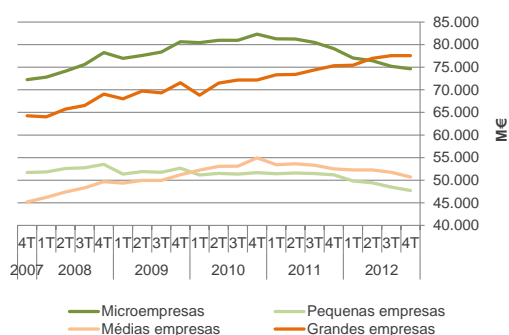
Quanto aos prazos, cresceram os empréstimos a longo prazo (mais de 5 anos), que representavam, em 2012, mais de 52% do total face 34,9% em 2007, em detrimento de empréstimos a prazos inferiores.

De acordo com o inquérito aos Bancos, continua a decair a procura de crédito pelas empresas para o investimento, em detrimento do crédito à reestruturação da dívida e para a cobertura de necessidades de fundo maneiio.

De uma forma geral, o risco de crédito e as respetivas condições de acesso ao financiamento diferem consoante a dimensão da empresa e o setor de atividade em que se insere, sendo as empresas de menor dimensão e as empresas inseridas em setores não transacionáveis e dependentes da procura interna, as que têm maior risco associado e condições de crédito menos favoráveis.

O gráfico seguinte refere-se à evolução da dívida (empréstimos, títulos de dívida e créditos comerciais) das empresas de acordo com a sua dimensão e espelha o crescimento das grandes empresas, face às empresas de menor dimensão.

Gráfico 2.47: Evolução da Dívida Empresas Privadas (Não-Financeiras), por Dimensão, 2007-2012



Fonte: BP, Estatísticas On-line, Empresas privadas - Dívida total excluindo SGPS não financeiras, 22-03-2013

Acresce ainda que as grandes empresas têm acesso a outros mercados e formas de financiamento (podem financiar-se em mercados internacionais ou através de emissão de dívida), opções que, de forma geral não são acessíveis às PME, mais dependentes do crédito bancário doméstico. De facto, verifica-se uma tendência por parte das grandes empresas para aceder ao crédito de não-residentes, ou para recorrer a financiamento não bancário (emissão de dívida).

Refira-se ainda, a dificuldade de acesso ao crédito por parte de empresas novas (que não dispõem de dados históricos que permitam fazer avaliações de risco) e em áreas inovadoras.

Quanto ao tipo de diferenciação entre empresas, verifica-se que esta se faz menos pelo preço e sobretudo pela quantidade do crédito concedido.

Esta situação coloca fortes entraves à realização dos investimentos, com impactes sobre a execução do Programa, constituindo também um desafio, no sentido de encontrar novas formas de financiamento (nomeadamente via capital de risco e garantias) para as PME.

Para 2013, as perspetivas continuam a não ser animadoras (prevê-se uma quebra do produto de 1,9%). A introdução de novas medidas de consolidação orçamental no lado da despesa - redução dos custos salariais, consumos intermédios e despesas sociais - e da receita - alterações do IRS (redução de escalões, taxa especial, impostos especiais, com os respetivos efeitos sobre o rendimento disponível, vão continuar a deprimir a procura interna. O desemprego deverá manter a trajetória ascendente em 2013, apontando-se que comece a reagir apenas em 2014, quando as previsões apontam também para um crescimento da economia portuguesa. De referir que as projeções apresentadas não incluem as medidas adicionais para cumprimento das metas, nomeadamente aquelas que deverão substituir as chumbadas pelo Tribunal Constitucional do Orçamento de Estado de 2013.

Por outro lado, perspetiva-se um crescimento das exportações, em linha com o expectável para a Área do Euro, acentuando-se o saldo positivo nas relações comerciais com o exterior.

2013 deverá ser também o ano do regresso gradual aos mercados da dívida pública portuguesa, a médio e longo prazos, depois da ausência verificada desde a implementação do PAEF.

Este cenário de contração do produto, de baixas expectativas, de desemprego e de falta de investimento que marca a economia portuguesa desde 2011 e que se apresenta bem diferente das projeções que estiveram na base da programação deste quadro financeiro, comporta necessariamente alguns **efeitos sobre a execução do COMPETE**, sendo de assinalar:

- O potencial impacte ao nível da execução dos projetos empresariais, pela dificuldade de obtenção da componente de financiamento privado e pela alteração do contexto económico e das expectativas dos promotores;
- Aumento da procura por parte das empresas, numa ótica de substituição do crédito bancário pelo financiamento público;
- Menor procura e mais lenta execução dos projetos públicos, cujas entidades enfrentam os condicionalismos subjacentes ao processo de consolidação orçamental (menos recursos financeiros e controlo mais apertado da despesa);
- Clara orientação de política económica no sentido de aumentar a intensidade exportadora das empresas e apoiar o seu processo de internacionalização, sobretudo para mercados extracomunitários, em resultado do enorme abrandamento da procura interna e do arrefecimento dos principais mercados externos “União Europeia”).

Tabela 2.35: Principais Indicadores Económicos – Portugal, 2006-2013

Indicadores Económicos	Peso em 2012	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2012				Previsões		
								1T11	2T11	3T11	4T11	2013	2014	
PIB pb 2006 (milhões de euros)		164 660	164 646	159 858	162 955	160 423	155 340	39 478	39 093	38 738	38 031			
PIB	100	2,4	0	-2,9	1,9	-1,6	-3,2	-2,3	-3,1	-3,5	-3,8	-2,3	1,1	VHR
Consumo Privado	66,3	2,5	1,3	-2,3	2,5	-3,8	-5,6	-5,5	-5,7	-6	-5,3	-3,8	-0,4	VHR
Consumo Público	18,3	0,5	0,3	4,7	0,1	-4,3	-4,4	-2,9	-5,3	-4,7	-4,7	-2,4	1,5	VHR
FBCF	15,8	2,6	-0,3	-8,6	-3,1	-10,7	-14,5	-13	-17,5	-14,4	-13,2	-7,1	1,9	VHR
Exportação de bens e serviços	38,7	7,5	-0,1	-10,9	10,2	7,2	3,3	8,2	3,7	1,9	-0,5	2,2	4,3	VHR
Importações de Bens e Serviços	39,2	5,5	2,3	-10	8	-5,9	-6,9	-5,5	-10,8	-8,1	-3,1	-2,9	2,7	VHR
Procura Interna	100,6	2,0	0,8	-3,3	1,8	-5,8	-6,8	-6,8	-8,3	-7,1	-4,7	-4,2	0,4	VHR
IHPC		2,4	2,7	-0,9	1,4	3,6	2,8	3,3	2,8	3,0	2,0	0,7	1,0	VH
Investimento Direto do Exterior em Portugal		1,3	1,9	1,2	1,2	4,7	4,2	3,1	11,5	0,3	2,0			% PIB
Investimento Direto de Portugal no Exterior		2,4	1,1	0,3	-3,3	6,3	0,9	4,0	1,8	-3,0	0,7			% PIB
Balança de Bens e Serviços (% PIB)		-7,5	-9,5	-7,0	-7,2	-3,8	0,1	-2,4	0,4	2,6	-0,3	2,8	3,8	% PIB
Balança Corrente e de Capital (% PIB)		-8,9	-11,1	-10,1	-9,4	-5,8	0,8	-2,5	-1,2	5,9	1,0	3,6	4,8	% PIB
Emprego		0,2	0,5	-2,8	-1,5	-2,8	-4,2	-4,2	-4,2	-4,1	-4,3	-3,9	-0,5	VH
Taxa de Desemprego		8	7,6	9,5	10,8	12,7	15,7	14,9	15	15,8	16,9	18,2	18,5	VH
Produtividade Aparente do Trabalho (PIB/Emprego)		2,5	-0,1	0,5	3,4	1,6	1,9	2,5	1,8	1,5	1,8	-0,4	-2,3	VH
Custo Unitário Real do Trabalho	*	-1,6	1,9	2,2	-2,1	-1,2	-3,7 p					-0,2	-0,6	VH
Taxa de câmbio efetiva real (custos unitários do trabalho)		0,1	1,1	0,5	-2,5	-1,0	-6,1p					1,3	-1,9	
Dívida Bruta SPA (%PIB)	*	68,4	71,7	83,7	94,0	108,3	123,6 p					123,0	124,3	% PIB
Saldo Global SPA (%PIB)	*	-3,1	-3,6	-10,2	-9,8	-4,4	-6,4 p					-5,5	-4,0	% PIB

Legenda: PIBpb – Produto Interno Bruto a preços base (ano 2000); FBCF – Formação Bruta de Capital Fixo; IHPC – Índice Harmonizado de Preços no Consumo; SPA – Sector Público Administrativo; VHR – Variação Homóloga Real, VH – Variação Homóloga; T – Trimestre.

Fonte: INE; GEE, *Indicadores de Atividade Económica* (2013); Previsões Banco de Portugal, *Boletim Económico da Primavera 2013* (2013); *Dados e Previsões CE, *European Economic Forecast - Spring 2013* (2013).

2.4.2. Regulamentos Publicados em 2012

No decurso do ano de 2012, foram publicados os seguintes regulamentos no âmbito do COMPETE e dos Sistemas de Incentivos:

No que concerne aos Sistemas de Incentivos, destaca-se:

- **SI I&DT:** procederam-se às seguintes alterações ao regulamento específico:
 - Portaria n.º 274/2012 de 6 de setembro: retira o caráter transitório às medidas de flexibilização implementadas em 2009 para resposta à conjuntura macroeconómica adversa, mantendo as referidas medidas até ao fim do período de programação;

Foi também alterado o despacho de 15 de novembro de 2007, relativo aos critérios de seleção:

 - Despacho n.º 114/2012 da CMC do COMPETE: altera os critérios de seleção aplicáveis aos projetos das tipologias de projeto I&DT Empresas Individuais, I&DT Empresas em Co-promoção e Núcleos de I&DT, com vista à simplificação e incremento da seletividade e do grau de discriminação no apoio a projetos de natureza empresarial;
- **SI Inovação:** procederam-se às seguintes alterações ao regulamento específico:
 - Portaria n.º 274/2012 de 6 de setembro: retira o caráter transitório às medidas de flexibilização implementadas em 2009 para resposta à conjuntura macroeconómica adversa, mantendo as referidas medidas até ao fim do período de programação;
- **SI Qualificação PME:** procederam-se às seguintes alterações ao regulamento específico:
 - Portaria n.º 47-A/2012, de 24 de fevereiro: aumenta as taxas de incentivo para participação de feiras e certames realizados no estrangeiro, alarga o instrumento “Projetos Simplificados”, que passa a comportar 3 tipologias de Vales - “Inovação”, “Internacionalização” e “Energia ou Ambiente”, elimina a modalidade de projeto de cooperação interempresarial, sem procura por parte das empresas, e retira o caráter transitório às medidas de flexibilização implementadas em 2009 para resposta à conjuntura macroeconómica adversa.

- Portaria n.º 233-A/2012, de 6 de agosto: permite às empresas com atividades na organização de feiras e congressos ser promotoras de projetos conjuntos e alarga as despesas elegíveis no sentido de abranger eventos realizados em território nacional, desde que visem inequivocamente a promoção da internacionalização;
- Portaria n.º 369/2012, de 6 de novembro: retira a necessidade de prévia qualificação para as entidades prestadoras de serviços de consultadoria no âmbito dos Projetos Simplificados e cria o “Vale Empreendedorismo”;

Para as restantes medidas do COMPETE, destaca-se:

- **SIAC:** procederam-se às seguintes alterações ao regulamento específico:
 - Alteração publicada a 25 de janeiro de 2012 e aprovada pela CMC do COMPETE a 14 de janeiro de 2012: introduz um conjunto alargado de alterações, designadamente nas condições de aceitação do beneficiário e do projeto, nas despesas elegíveis, nas condições de financiamento, nas estruturas de gestão e no processo de decisão e tramitação dos projetos;
 - Alteração aprovada pela CMC do COMPETE a 10 de agosto de 2012, visando a alteração das condições de financiamento, procedendo ao aumento das taxas de cofinanciamento para 85% para os projetos não encerrados até 1 de agosto de 2012 e promovidos por entidades que consolidam para efeitos de contabilidade nacional;
 - Alteração aprovada pela CMC do COMPETE a 14 de novembro de 2012: enquadra no SIAC, as medidas previstas no eixo II do Programa Impulso Jovem, nomeadamente “Passaporte para o Empreendedorismo”, “Coopjovem” e “Rede de Perceção e Gestão de Negócios”;
- **SAFPRI:** procederam-se às seguintes alterações ao regulamento específico:
 - Alteração aprovada pela CMC do COMPETE em 23 de agosto de 2012: aumenta as taxas de cofinanciamento para instrumentos de reforço de financiamento de capitais alheios, nas situações em que a comparticipação nacional seja exclusivamente pública;
- **SAMA:** procederam-se às seguintes alterações ao regulamento específico:
 - Alteração aprovada pela CMC do COMPETE a 11 de abril de 2012: incorpora as alterações resultantes da reprogramação técnica do Programa e introduz um conjunto de alterações visando um melhor ajustamento aos desafios

colocados à Administração Pública, nomeadamente no âmbito da redução de custos de contexto e da transparência para com cidadãos e empresas;

- Alteração aprovada pela CMC do COMPETE a 10 de agosto de 2012: visa a alteração das condições de financiamento, procedendo ao aumento das taxas de cofinanciamento para 85% para os projetos não encerrados até 1 de agosto de 2012 e promovidos por entidades que consolidam para efeitos de contabilidade nacional;
- **Assistência Técnica:** procederam-se às seguintes alterações ao regulamento específico:
 - Alteração aprovada pela CMC do COMPETE a 10 de agosto de 2012, visando a alteração das condições de financiamento, procedendo ao aumento das taxas de cofinanciamento para 85% para os projetos não encerrados até 1 de agosto de 2012 e promovidos por entidades que consolidam para efeitos de contabilidade nacional;

Relativamente a alterações ao **modelo de governação:**

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 17/2012, de 14 de fevereiro: altera a Resolução do Conselho de Ministros n.º 162/2007, de 12 de outubro e nomeia os membros das comissões diretivas do COMPETE e dos restantes Programas Operacionais temáticos do QREN;
- Despacho n.º 7739/2012, de 5 de junho: delega competências do Secretário de Estado do Empreendedorismo, Competitividade e Inovação no gestor do COMPETE, Franquelim Alves;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/2012, de 6 de setembro: altera a Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2008, de 13 de fevereiro, no que respeita à composição dos secretariados técnicos dos Programas Operacionais do QREN;
- Despachos n.º 12645/2012 de 27 de setembro e n.º 13084/2012 de 4 de outubro: nomeiam os secretários técnicos do COMPETE;

E ainda, outros diplomas a ter em conta:

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 33/2012, de 15 de março: determina a rescisão dos contratos de financiamento e das decisões relativas a projetos aprovados que estejam, há mais de seis meses, sem execução física e financeira.

2.4.3. Manuais de Procedimentos

O **Manual de Procedimentos do COMPETE**, como um documento pragmático de carácter instrumental, procura integrar e consubstanciar, na medida do possível, o essencial de outros documentos de natureza e alcance variados (normativos, orientações técnicas e de gestão, guias e referenciais...), muitas vezes elaborados de forma autónoma para responder com oportunidade a necessidades de informação específicas e contextualizadas, mas que acabam por concorrer para a prossecução do mesmo objetivo: assegurar uma gestão eficaz dos fundos, de acordo com os princípios da boa gestão financeira e com as disposições regulamentares.

Este Manual é um documento de referência para todos os intervenientes na gestão do Programa, sendo de aplicação geral a todos os domínios de intervenção.

Uma vez que os Sistemas de Incentivos ao Investimento nas Empresas, que assumem uma relevância significativa no domínio da prioridade “Fatores de Competitividade”, são executados não só através do respetivo Programa Operacional Temático, mas também pela via dos Programas Operacionais Regionais, foi igualmente criado um **Manual de Procedimentos específico para os Sistemas de Incentivos (SIQREN)**.

Como documentos dinâmicos que se pretendem, ambos os Manuais (COMPETE e SIQREN) foram objeto de uma **revisão específica**, no 1.º semestre de 2012, que contemplou o Capítulo das Desistências e Anulações:

- Revisão ao Manual do COMPETE n.º 01/2012 de 21 de junho de 2012 - Capítulo 10 – Desistências e Anulações - Ponto 10.2 – Anulações;
- Revisão ao Manual do SIQREN n.º 03/2012 de 21 de junho de 2012 - Capítulo 10 – Desistências e Anulações - Ponto 10.2 – Anulações.

As revisões, enquanto instrumentos autonomizáveis e mais dinâmicos de suporte à atualização dos Manuais, visto permitirem facilitar as atualização/alterações de um capítulo sem prejuízo dos restantes, foram integradas nas versões dos respetivos Manuais atualizados no 2.º semestre de 2012.

Estas atualizações resultaram das melhorias introduzidas nas práticas de gestão e nas adaptações dos processos às realidades que se foram introduzindo, em convergência com as estratégias definidas.

Assim, a quinta versão do **Manual de Procedimentos do COMPETE**, datada de 14 setembro de 2012, aprovada em reunião da Comissão Directiva de 14 de novembro de 2012, contemplou no essencial as seguintes alterações:

- Atualização legislativa do Regulamento do SI Qualificação PME efetuada pelas Portarias n.º 47-A/2012, de 24 de fevereiro e n.º 233-A/2012, de 6 de agosto;
- Atualização do ponto 2.1 – Arquitetura Geral do Capítulo 2 – Sistemas de Gestão do COMPETE, com alterações introduzidas pela Orientação Técnica n.º 10/REV1/2012, de 11 de janeiro;
- Atualização do ponto 5.2 – Aprovação/Decisão da Autoridade de Gestão do Capítulo 5 – Decisão de Projetos, com alterações introduzidas pela Orientação de Gestão n.º 11/REV1/2012, de 11 de janeiro;
- Atualização da alínea b) do ponto 7.2 – Reformulação Excecional de Projetos, Acompanhamento do Calendário de Execução e Bolsa de Descativação de Incentivo (BDI) do Capítulo 7 – Acompanhamento da Execução, com alterações introduzidas pela Orientação de Gestão n.º 8/REV2/2012, de 15 de junho;
- Atualização do ponto 10.2 – Anulações do Capítulo 10 – Desistências e Anulações, tendo em vista a integração da Revisão ao Manual n.º 01/2012 de 21 de junho de 2012.

Quanto ao **Manual de Procedimentos dos Sistemas de Incentivos QREN**, a quarta versão datada de 14 de setembro de 2012, aprovada em reunião da Comissão Directiva de 5 de novembro de 2012, contemplou no essencial as seguintes alterações:

- Atualização legislativa do Regulamento do SI Qualificação PME efetuada pelas Portarias n.º 47-A/2012, de 24 de fevereiro e n.º 233-A/2012, de 6 de agosto;
- Atualização do ponto 2.3.1 – Autoridades de Gestão do Capítulo 2 – Sistemas de Incentivos QREN – Modelo de Gestão, com alterações introduzidas pela Orientação Técnica n.º 10/REV1/2012, de 11 de janeiro;
- Atualização do ponto 5.2 – Decisão da Autoridade de Gestão/Homologação do Capítulo 5 – Decisão de Projetos, com alterações introduzidas pela Orientação de Gestão n.º 11/REV1/2012, de 11 de janeiro;
- Atualização da alínea b) do ponto 7.2 – Reformulação Excecional de Projetos, Acompanhamento do Calendário de Execução e Bolsa de Descativação de Incentivo (BDI) do Capítulo 7 – Acompanhamento da Execução, com alterações introduzidas pela Orientação de Gestão n.º 8/REV2/2012, de 15 de junho;
- Atualização do ponto 10.2 – Anulações do Capítulo 10 – Desistências e Anulações, tendo em vista a integração da Revisão ao Manual N.º 03/2012 de 21 de junho de 2012.

2.4.4. Orientações Técnicas e de Gestão

Durante o ano de 2012, foram publicadas as seguintes **Orientações de Gestão (OG)** e **Orientações Técnicas (OT)**, com vista a clarificar alguns aspetos de natureza técnica e de gestão, contribuindo para uma melhor perceção dos instrumentos de apoio:

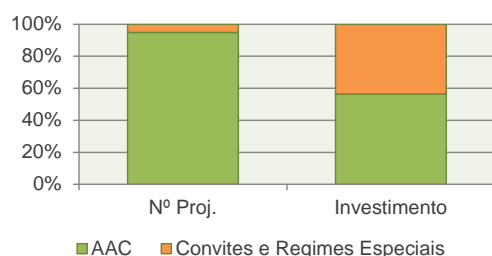
- **Orientação de Gestão n.º 08.REV2/2012:** revê a Orientação de Gestão n.º 08, que estabelece os termos e regras aplicáveis ao acompanhamento do calendário de execução dos projetos e à aplicabilidade da penalidade financeira;
- **Orientação de Gestão n.º 04.REV3/2012:** revê a Orientação de Gestão n.º 04, relativa à norma de pagamentos dos SI QREN, tendo sido introduzidas algumas regras de flexibilização, nomeadamente no que se refere à garantia bancária relativa ao incentivo reembolsável em dívida pelo promotor aquando do encerramento do projeto (tendo deixado de ser exigida a referida garantia para as PME), bem como no que se refere ao incentivo máximo atribuído a título de adiantamento até ao encerramento (passou de 85% para 95%);
- **Orientação de Gestão n.º 13/REV01/2012:** revê a Orientação de Gestão n.º 13, permitindo, em sede de apuramento de incentivo final e mediante disponibilidade de dotação global do concurso, o acréscimo do incentivo atribuído, resultante do aumento da taxa máxima de apoio às despesas elegíveis relativas à participação em feiras e exposições internacionais no âmbito da tipologia Internacionalização.
- **Orientação de Gestão n.º 11/REV1/2012:** revê a Orientação de Gestão n.º 11, relativa à transferência de projetos entre PO, clarificando as condições de admissibilidade, designadamente nos casos de cedências de posição contratual ou de alteração do capital social.
- **Orientação Técnica n.º 19/2012:** aplicável aos Sistemas de Incentivos, estabelece a metodologia para análise de pedidos de cessão da posição contratual do promotor, quanto à avaliação da manutenção das condições de elegibilidade e quanto às consequências a nível da avaliação de desempenho dos projetos.
- **Orientação Técnica n.º 18/2012:** aplicável aos SI Qualificação PME – Projetos Conjuntos, apresenta recomendações para o registo contabilístico dos incentivos por parte das entidades promotoras de projetos conjuntos.
- **Orientação Técnica n.º 10/REV1/2012:** aplicável aos Sistemas de Incentivos, determina que a aferição da classificação de PME seja efetuada com os dados previsionais de pós-projeto no caso de projetos de criação de empresas com um investimento total superior a 1,5 M€ e de outros projetos de pequenas empresas com um investimento total superior a 5 M€.

Tal como tem vindo a ser prática corrente, as Orientações de Gestão e Técnicas referentes aos Sistemas de Incentivos foram elaboradas em articulação com os PO Regionais e aplicadas no âmbito da Rede Sistemas de Incentivos.

2.4.5. Avisos/Editais para Apresentação de Candidaturas

A apresentação de candidaturas ao COMPETE efetua-se, de forma geral, mediante a publicação de **Avisos para Apresentação de Candidaturas (AAC)**. Constituem exceções os projetos do Regime Especial e de Interesse Estratégico Nacional no âmbito do SI I&DT e do SI Inovação e os convites realizados no âmbito do SAESCTN, SAMA e SIAC. No caso do SAFPRI, a escolha dos Fundos de Capital de Risco (FCR) e dos *Business Angels* (BA) é efetuada através de um pré-concurso, sendo endereçados convites para a apresentação de candidaturas aos FCR e BA escolhidos.

Gráfico 2.48: Candidaturas Rececionadas por AAC e por Convite ou Regimes Especiais, 2007-2012



Fonte: SI POFC

Verifica-se que 95% das candidaturas ao Programa foram rececionadas no âmbito de AAC.

No entanto, dado a sua maior dimensão média, as candidaturas rececionadas através de regimes especiais (grandes projetos do SI Inovação e SI I&DT) e convites representam cerca de 44% do investimento rececionado.

Os avisos identificam, entre outros, os objetivos, prioridades e tipologias dos projetos a apoiar, a metodologia de apuramento do mérito, o âmbito territorial, o orçamento disponível e a data-limite de comunicação da decisão aos promotores. A visibilidade das regras dos concursos contribui para aumentar o grau de transparência do Programa permitindo uma maior eficiência no processo de análise e decisão e conferindo aos agentes económicos alguma previsibilidade e controlo dos resultados da sua candidatura.

Tendo em conta o estágio atual do Programa, nomeadamente no que se refere à data limite de execução (final de 2015)²⁵, foi decidido durante o segundo semestre de 2012 passar para uma lógica de concursos em contínuo até final de 2013. Neste sentido, foram abertas fases sucessivas com regras e dotação orçamental únicas, permitindo aos promotores a possibilidade de apresentarem, em qualquer momento, a respetiva candidatura. Esta alteração teve como principais objetivos:

- Garantir previsibilidade total aos promotores, permitindo-lhes uma gestão mais informada dos possíveis investimentos com enquadramento no COMPETE;

²⁵ No caso dos Sistemas de Incentivos, existe ainda o imperativo legal de realizar as aprovações, no âmbito dos atuais regimes de auxílios, até final de 2013

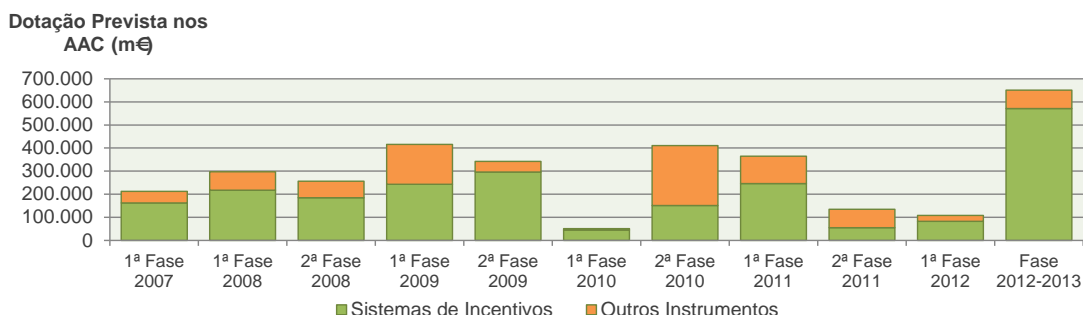
- Permitir aos promotores a apresentação continuada de candidaturas a qualquer momento (até à data limite dos respetivos concursos);
- Tornar possível uma gestão controlada das dotações disponíveis e, assim, a manutenção de critérios de mérito relativos em função da qualidade dos projetos apresentados;
- Permitir aos Organismos Intermediários um melhor planeamento das tarefas a realizar;

| 96

Foram assim lançados, no âmbito dos Sistemas de Incentivos, 9 AAC com uma dotação inicial de 268 milhões de euros, tendo sido reforçada, em 2013 em 302,9 milhões de euros. Com esta dotação (já contabilizando o referido reforço), a fase 2012-2013 torna-se na fase com maior disponibilidade orçamental desde o início do Programa.

Nas restantes tipologias, verificou-se o lançamento de 2 AAC na lógica em contínuo: SAMA (40 milhões de euros de dotação) e SIAC (40 milhões de euros).

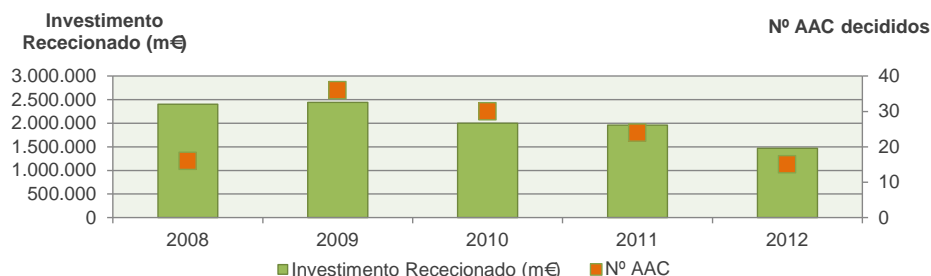
Gráfico 2.49: Dotação prevista nos AAC, por fase de lançamento (semestre)



Nota: As Fases são determinadas em função do semestre em que os AAC são lançados. Fonte: SI QREN

No âmbito dos concursos dos Sistemas de Incentivos, foi mantida a focalização dos apoios a atividades transacionáveis e projetos de vocação internacional, através de condições de admissibilidade mais exigentes, para além das exigidas pelos instrumentos específicos.

Gráfico 2.50: AAC decididos e respetivas candidaturas analisadas, por ano, 2007-2012



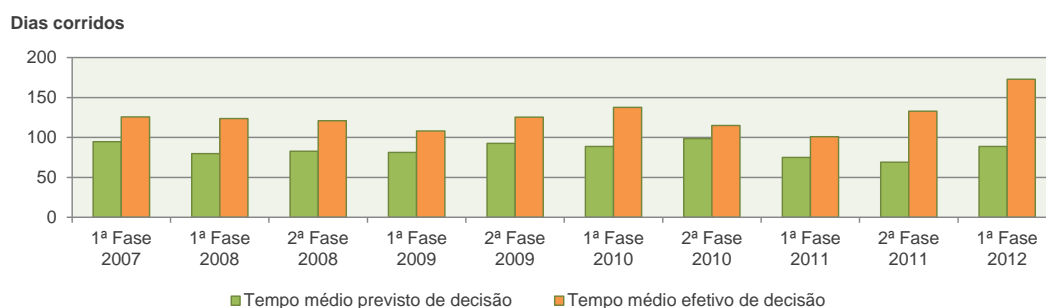
Fonte: SI POFC.

Em termos de análise, em 2012, foram decididos 15 concursos, envolvendo 3.370 candidaturas com um investimento associado de 1,5 mil milhões de euros. Tal como referido anteriormente, é esperada a receção, enquadrada em AAC, de um volume significativo de investimento durante o ano de 2013.

Quanto aos **tempos de análise**, verifica-se que, desde a data de fecho dos concursos, a comunicação da decisão ao promotor demorou, em média, 89 dias úteis, o que, face à média dos prazos regularmente definidos, corresponde a um desvio médio de 29 dias úteis.

Relativamente aos concursos decididos em 2012 (2ª fase de 2011 e 1ª fase de 2012), registou-se um aumento dos tempos efetivos de decisão.

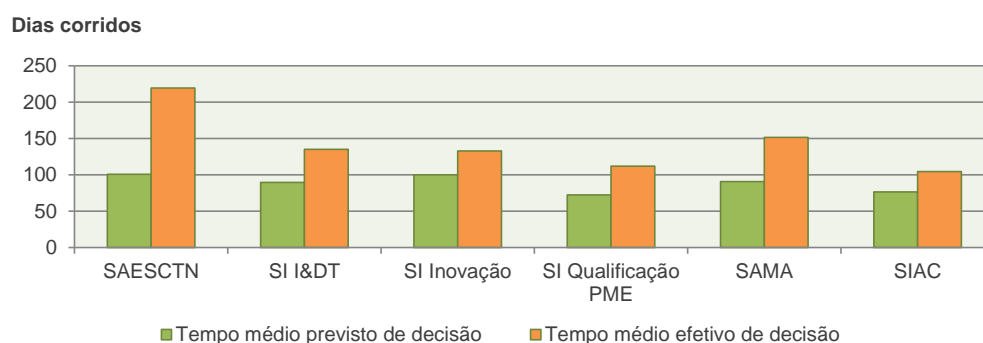
Gráfico 2.51: Tempos Médios de Comunicação da Decisão ao Promotor por Fase de Concurso, 2007-2012



Fonte: SI POFC.

A análise por instrumento de apoio revela que se regista um nível mais elevado de cumprimento dos prazos no âmbito dos Sistemas de Incentivos às empresas e do SIAC.

Gráfico 2.52: Tempos Médios de Comunicação da Decisão ao Promotor dos Projetos por Instrumento, 2007-2012



Fonte: SI POFC.

Nos Anexo XI e XII ao presente relatório disponibiliza-se informação detalhada sobre os Concursos realizados no âmbito do COMPETE.

2.5 ALTERAÇÃO SUBSTANCIAL NA ACEÇÃO DO ARTIGO 57.º DO REGULAMENTO (CE) N.º 1083/2006

Em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 57º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, de 11 de julho, não foram identificadas até final de 2012 situações enquadráveis no n.º 1 do artigo referido, ou seja, não foram verificadas alterações substanciais das condições de atribuição da comparticipação às operações, no que respeita à sua durabilidade.

2.6 COMPLEMENTARIDADE COM OUTROS INSTRUMENTOS

2.6.1. Complementaridade com outros Programas

Como foi explicitado no ponto 1, o modelo de governação do QREN e dos respetivos Programas Operacionais estabelece a estrutura orgânica relativa ao exercício das funções de gestão, monitorização, auditoria e controlo, certificação, acompanhamento e avaliação, nos termos de Regulamento (CE) n.º 1083/2006, do Conselho, de 11 de julho.

De seguida, explicitam-se as principais atividades de articulação e complementaridade com as organizações externas.

PO REGIONAIS DO CONTINENTE E REDE SISTEMAS DE INCENTIVOS

Para os objetivos de natureza estratégica definidos na Agenda da Competitividade concorrem, não só o COMPETE, mas também os PO Regionais, sendo que, estes últimos se encontram estruturados tematicamente e por forma a assegurar a prossecução dos referidos objetivos à escala regional e de acordo com as especificidades e potencialidades de cada região.

De acordo com o modelo de gestão dos Sistemas de Incentivos no âmbito do QREN, estabelecido através do Decreto-Lei n.º 287/2007, de 17 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 65/2009, de 20 de Março, os apoios previstos nos Sistemas de Incentivos às empresas são decididos a nível nacional ou a nível regional, salvo algumas exceções, de acordo com os seguintes critérios:

- Gestão nacional – projetos promovidos por médias e grandes empresas e projetos com investimento em mais do que uma Região de Convergência;
- Gestão regional – projetos promovidos por micro e pequenas empresas.

Assim, tendo em conta o âmbito territorial do COMPETE e dos PO Regionais, bem como o definido nos regulamentos específicos, o enquadramento de um projeto localizado nas regiões de Convergência Norte, Centro ou Alentejo no âmbito do QREN é efetuado conforme se apresenta na Tabela seguinte.

Tabela 2.36: Articulação entre o COMPETE e os PO Regionais

Tipologia de Projeto	COMPETE	PO Regional
SI I&DT – Proj. de I&DT em Co-Promoção	Liderados por Médias empresas e empresas não PME; Liderados por Micro ou Pequenas empresas, com investimento em várias regiões de Convergência ou com instituições do sistema científico e tecnológico de Lisboa e/ou Algarve	Liderados por Micro ou Pequenas empresas, com investimento em apenas uma região de Convergência
SI I&DT – Projetos Mobilizadores	Todos os projetos	-
SI I&DT – Projetos de I&DT Individuais		
SI I&DT – Núcleos e Centros de I&DT		
SI I&DT – Projetos Demonstradores	Promovido por Médias empresas e empresas não PME;	Promovido por Micro ou Pequenas empresas, com investimento em apenas uma região de Convergência
SI I&DT – Vale I&DT		
SI Qualificação PME – Proj. Individual e em Cooperação	Promovido por Micro ou Pequenas empresas, com investimento em várias regiões de Convergência	
SI Qualificação PME – Vale Inovação		
SI Inovação - Inovação Produtiva		
SI Inovação – Empreendedorismo Qualificado;		
SI I&DT – I&DT Coletiva	Localizado em várias regiões de Convergência	Localizado em apenas uma região de Convergência
SI Qualificação PME - Projetos Conjuntos		

Fonte: SI POFC.

Note-se que, por acordo expresso entre as Autoridades de Gestão, poderão verificar-se situações de exceção ao princípio de afetação de micro e pequenas empresas situadas nas regiões de Convergência, podendo os projetos ser afetados, nas situações acordadas, ao PO Temático.

O modelo de governação do QREN integra a **Rede Sistemas de Incentivos QREN**, constituída pelas Autoridades de Gestão do COMPETE e dos PO Regionais do Continente e pelos Organismos Intermédios, no sentido de analisar e decidir sobre os vários aspetos relacionados com a gestão dos Sistemas de Incentivos às empresas, assegurando-se deste modo a devida articulação e coordenação.

De acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 162/2007 de 12 de outubro, é a Autoridade de Gestão do COMPETE que assegura a gestão coordenada dos Sistemas de Incentivos ao investimento empresarial. No âmbito desta competência de coordenação da rede, cabe ao Secretariado Técnico do COMPETE a produção de informação relevante para reflexão conjunta (nomeadamente para definição de orientações de gestão e técnicas), assegurar a assessoria técnica à elaboração das Comissões de Seleção (preparando a informação de suporte relativa a todos os projetos a apreciar e outros pontos de situação relevantes), bem como o papel de *pivot* na circulação da informação, incluindo convocatórias e atas das referidas reuniões.

No âmbito das suas competências de coordenação da Rede, o COMPETE centraliza a comunicação ao IFDR dos apoios de *minimis* concedidos no âmbito de todos os Programas Operacionais da Rede Sistemas de Incentivos.

A Autoridade de Gestão do COMPETE tem ainda um papel central na atualização do **Manual de Procedimentos da Rede Sistemas de Incentivos QREN**, tendo em vista a definição dos procedimentos inerentes às funções a executar pelos intervenientes da Rede, no completo cumprimento de todos os normativos comunitários e nacionais, no que concerne às diversas funções inerentes à prossecução da estratégia para a melhoria da competitividade da economia portuguesa (conforme ponto 2.4.3).

Em termos de **comunicação**, destaca-se a existência de uma entrada no portal do COMPETE dedicada exclusivamente aos Sistemas de Incentivos, que uniformiza toda a informação relativa a estes instrumentos e que constitui uma porta única de contacto com o público e com os potenciais promotores, independentemente da sua tipologia de investimento e do seu enquadramento nos diferentes PO.

De salientar, ainda, o papel da AG COMPETE no desenvolvimento do **Sistema de Informação** dos Sistemas de Incentivos QREN (SI QREN), que assegura a devida transmissão de informação entre os promotores, Organismos Intermédios e Autoridades de Gestão (COMPETE e PO Regionais do Continente).

No atual modelo de gestão partilhada dos Sistemas de Incentivos, o Sistema de Informação constitui um elemento indispensável para a coordenação, gestão e avaliação global da Agenda da Competitividade.

Durante o ano de 2012, realizaram-se 9 **reuniões formais da Comissão de Seleção**, envolvendo a análise e debate sobre mais de 4 mil projetos que foram objeto de apreciação e temáticas relacionadas com a Rede, tendo o Secretariado Técnico assegurado a documentação relevante, no sentido de permitir a necessária reflexão e tomada de decisão.

PRODER - PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Em 2008, foi assinado um **protocolo** entre as Autoridades de Gestão do Programa de Desenvolvimento Rural (PRODER) e as Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais do QREN, com vista a articular as intervenções do FEADER e do FEDER, no âmbito dos Sistemas de Incentivos às Empresas.

Este protocolo definiu as fronteiras entre os tipos de investimentos financiados por cada um dos Fundos, designadamente, no que se refere a atividades das CAE do sector agrícola e intervenções relativas ao Turismo em Espaço Rural e ao Turismo de Natureza, onde poderiam existir dúvidas relativamente ao enquadramento.

Das várias formas de articulação previstas, nomeadamente a troca de informações entre Autoridades de Gestão sobre projetos ou empresas, salienta-se a colaboração ao nível dos projetos âncora das Estratégias de Eficiência Coletiva – tipologia Clusters, consubstanciada nos contributos para os pontos de situação semestrais elaborados pelas entidades gestoras dos Polos de Competitividade e Clusters.

Salienta-se ainda a participação dos responsáveis pela gestão dos instrumentos de programação do FEADER, na Comissão de Acompanhamento do COMPETE, a fim de assegurar a coerência e complementaridade de ações financiadas pelos dois Fundos.

PO POTENCIAL HUMANO

A Agenda Temática Fatores de Competitividade (operacionalizada pelo COMPETE e POR do Continente), financiada através do FEDER, e a Agenda Temática Potencial Humano (POPH), financiada pelo FSE, integram, nos respetivos textos dos Programas, um conjunto de linhas de natureza geral e específica, que não só delimitam o âmbito e a natureza da intervenção de cada um, como também preveem a instituição de mecanismos de articulação regular entre as respetivas Autoridades de Gestão, designadamente ao nível da troca de informação relevante e à racionalização dos processos de análise, acompanhamento e decisão dos projetos com desígnios comuns entre as duas Agendas.

Embora os respetivos objetivos nucleares correspondam, no geral, a domínios de intervenção perfeitamente exclusivos, o COMPETE e o POPH acabam por integrar medidas que, de forma direta ou indireta, concorrem para a prossecução de objetivos comuns (os primeiros centrados no apoio à melhoria da competitividade empresarial e os segundos vocacionados para o apoio à qualificação da população).

Assim, com vista a delimitar as respetivas intervenções, foi assinado, a 27 de fevereiro de 2009, um **protocolo de articulação** específico entre o COMPETE e o POPH, que estabelece os domínios de articulação e complementaridade ao nível da intervenção de cada um dos PO.

Na sequência da reprogramação estratégica do QREN, aprovada pela Comissão Europeia no final de 2012, os apoios à formação para a inovação e gestão, no âmbito da inserção de trabalhadores passaram a ser financiados pelo COMPETE (e PO Regionais do Continente), de acordo com as suas regras específicas.

Neste sentido, a delimitação entre os dois Programas passou a fazer-se da seguinte forma:

Tabela 2.37: Articulação entre o COMPETE e o POPH

ARTICULAÇÃO		
Tipologia Intervenção	de PO PH	COMPETE
Formação Inovação e Gestão	Formação contínua dos ativos	Formação inserida em projetos empresariais (projetos de investimento FEDER)
Formação-Ação	Vertente maioritariamente formação	-
Inserção de Trabalhadores	Emprego científico	Emprego inserido em estratégias empresariais (projetos de investimento FEDER) Formação para a gestão e inovação associada a estratégias de investimento empresarial*
Empreendedorismo	Empreendedorismo de necessidade	Empreendedorismo qualificado de natureza competitiva
Formação Administração Pública	Dimensão Formação Profissional	Formação incluída em projetos integrados (projetos de Investimento FEDER)
COMPLEMENTARIDADE		
Tipologia de Intervenção	PO PH	
Estratégias de Eficiência Coletiva (COMPETE)	Desenvolvimento de cursos de especialização tecnológica e oferta de formação de dupla certificação	
	Reconhecimento, validação e certificação de competências	
	Formação-ação, formação para a inovação e gestão	
	Formação avançada, inserção de mestres e doutores nas empresas	

Nota: * Alteração resultante da reprogramação do QREN. Fonte: Protocolo COMPETE/POPH (Anexo I)

Nos termos do Protocolo, as Autoridades de Gestão poderão:

- Trocar informações no que respeita a:
 - Avisos de Abertura de períodos de candidaturas ou concursos, designadamente no que respeita a tipologias de projetos e tipologias de beneficiários;
 - Candidaturas propostas para aprovação;
 - Decisões de aprovação, incluindo os montantes de investimento e de incentivos a conceder (após a comunicação da decisão aos respetivos beneficiários);
 - Resultados de ações de controlo interno, caso integrem conclusões que indiquem potenciais sobreposições de despesa e/ou projetos;

- o Outras informações que vierem a ser consideradas como relevantes para os propósitos estabelecidos, designadamente em termos da coerência dos apoios concedidos em relação aos objetivos estratégicos comuns em cada uma das tipologias de apoio previstas.
- Quando estiverem em causa projetos de Estratégias de Eficiência Coletiva (EEC):
 - o Implementar um procedimento de consulta para aferição de enquadramento no POPH;
 - o Trocar informações no que respeita a candidaturas entradas, decisões de aprovação e resultados do acompanhamento e avaliação da implementação das EEC.

No ano em análise, a articulação entre as Autoridades de Gestão do COMPETE e do POPH consubstanciou-se no envio regular de informação sobre os projetos apoiados.

Do cruzamento dessa informação, conclui-se que existem, no final do ano, 545 empresas com projetos aprovados nos Sistemas de Incentivos (excluindo participações em projetos conjuntos) e com projetos de formação financiados através do POPH, representando cerca de 38% das empresas apoiadas no COMPETE. O incentivo concedido pelo Programa a estas empresas foi de 679 milhões de euros, o que comprova a dimensão marginal da componente formação assegurada pelo COMPETE. Para as mesmas empresas, o POPH atribuiu um incentivo de 35,7 milhões de euros, a projetos com o envolvimento de mais de 180 mil formandos.

No que se refere ao investimento empresarial, por sector de atividade, salienta-se a relevância dos projetos de empresas da Indústria.

Tabela 2.37: Empresas com projetos aprovados no COMPETE e no POPH por Sector de Atividade, 2007-2012

Unid: Mil euros

Sector de Atividade	N.º Empresas	COMPETE				POPH	
		Total		Componente Formação		Invest. Elegível	Incentivo
		Invest. Elegível	Incentivo	Invest. Elegível	Incentivo		
Indústria	428	1.664.309	588.635	6.624	3.628	51.294	28.682
Serviços	38	111.692	58.816	501	310	6.054	3.298
Turismo	5	47.514	15.111	0	0	328	207
Comércio	33	16.212	7.599	32	26	2.880	1.811
Transportes	8	8.878	4.514	4	2	713	407
Construção	32	8.275	3.900	241	150	2.117	1.243
Outros sectores	1	163	74	17	13	64	39
Total Geral	545	1.857.043	678.649	7.418	4.129	63.451	35.686

Fonte: POFC e POPH

Para garantir a boa articulação entre os Programas, o POPH tem assento na Comissão de Acompanhamento do COMPETE e vice-versa, nos termos dos respetivos Regulamentos Internos.

2.6.2. Instrumentos de Engenharia Financeira

| 104

Não se efetuaram, em 2012, no âmbito do COMPETE, quaisquer ações relativas às iniciativas JEREMIE e JESSICA.

Os instrumentos de engenharia financeira são operacionalizados no âmbito do Eixo III (ver ponto 3.3)

2.7 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

2.7.1. Acompanhamento

AUTORIDADE DE GESTÃO

O sistema de monitorização e acompanhamento do COMPETE pretende refletir as diferentes necessidades de informação e reflexão ao longo do ciclo de vida do Programa, permitindo introduzir as melhorias necessárias à sua implementação e demonstrar aos diferentes *stakeholders* a sua realização.

Durante o ano de 2012, foram elaborados, por parte do Secretariado Técnico do COMPETE, diversos **pontos de situação periódicos** e outros apuramentos de interesse para a Autoridade de Gestão, bem como para a gestão da Agenda da Competitividade (AC), sendo de destacar:

- Ponto de Situação Quinzenal do Programa COMPETE;
- Ponto de Situação Quinzenal da Agenda da Competitividade;
- Ponto de Situação Mensal da Bolsa de Descativação de Incentivo (BDI);
- Ponto de Situação Mensal dos Reembolsos;
- Ponto de Situação Mensal dos Projetos do Regime Especial;

- Contributo do Programa para o relatório mensal de monitorização operacional do QREN da responsabilidade do IFDR/ Observatório do QREN;
- Ponto de situação Quinzenal de Pagamentos e Execução;
- Pontos de Situação Temáticos (Sector Agroalimentar, Indústria Têxtil e do Vestuário, Sector Automóvel, Empreendedorismo, Internacionalização, TIC, etc.);
- Resumo das candidaturas rececionadas, após o encerramento dos concursos;
- Resumo das candidaturas aprovadas, com previsão de resultados, após as Comissões de Seleção.

Para além dos referidos pontos de situação regulares, salienta-se o esforço de execução efetuado no último trimestre de 2012, envolvendo um controlo diário das respetivas metas por Organismo Intermédio.

COMISSÃO DIRETIVA

Tal como explicitado no Capítulo 1, a Comissão Diretiva integra o órgão de Gestão do COMPETE, sendo constituída por três elementos: o gestor que preside e dois vogais. Durante o ano em análise, presidiram à Comissão Diretiva, Nelson de Souza, até fevereiro, e posteriormente Franquelim Alves.²⁶

No quadro das suas competências, a Comissão Directiva reuniu formalmente 35 vezes em 2012, tendo na agenda a tomada a decisão de financiamento sobre os projetos apresentados ao Programa, bem como sobre diversos assuntos de gestão corrente e estratégica da Autoridade de Gestão.

No âmbito das competências atribuídas, no seguimento dos princípios e normativos regulamentares, a Comissão Directiva tem ainda a função de assegurar a boa gestão financeira do Programa e a coordenação da gestão estratégica e operacional.

DESCRIÇÃO DOS SISTEMAS DE GESTÃO E CONTROLO

Em 31 de julho de 2009, a Comissão Europeia transmitiu a aceitação do procedimento de avaliação de conformidade dos Sistemas de Gestão e Controlo do COMPETE, nos termos do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, relativo aos Fundos Estruturais e ao Fundo de Coesão, com exceção da parte da descrição dos sistemas de gestão e controlo relativa a dois organismos intermédios - a Fundação para a Ciência e Tecnologia, IP (FCT) e a Ciência Viva

²⁶ À data da elaboração deste Relatório, a Comissão Diretiva era formada pelas vogais Isabel Matalonga e Piedade Valente, uma vez que não foi nomeado novo gestor, após a saída de Franquelim Alves, a 1 de fevereiro de 2013.

– Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica (ANCCT), dado a IGF ter emitido um parecer que incluiu uma reserva sobre os sistemas de gestão e controlo desses organismos intermédios, por considerar existirem insuficiências relevantes em elementos-chave, nomeadamente ao nível dos sistemas de informação e suportes metodológicos às verificações de gestão.

Com base na avaliação da IGF, a Comissão Europeia veio, finalmente a 20 de setembro de 2010, considerar que os documentos apresentados eram aceitáveis, bem como que a Descrição dos Sistemas de Gestão e Controlo do COMPETE, relativa aos dois Organismos Intermédios em causa, cumpria o disposto nos artigos 58.º a 62.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006.

Neste contexto, e estando reunidas, no último trimestre de 2010, as condições relativas à conformidade integral dos Sistemas de Gestão e Controlo do COMPETE, tal como reportado no ano anterior, o ano de 2012 foi essencialmente marcado pelo acompanhamento da eficácia do seu funcionamento.

Na sequência de solicitação expressa da IGF, no quadro da preparação do Relatório Anual de Controlo, nos termos do n.º 1, alínea d), subalínea (i), do artigo 62.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 e do n.º 2 do artigo 18.º do Regulamento (CE) n.º 1828/2006, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 846/2009 de 1 de setembro, o IFDR, enquanto organismo responsável pela coordenação, gestão e monitorização financeira do FEDER e do Fundo de Coesão, solicitou à Autoridade de Gestão a atualização da Descrição dos Sistemas de Gestão e Controlo do COMPETE.

No âmbito deste processo, em setembro de 2012, a Descrição dos Sistemas de Gestão e Controlo do COMPETE foi objeto de atualização, visando assegurar que as alterações ocorridas aos procedimentos de gestão e controlo, após a data de reporte da última atualização da descrição (outubro de 2011), são integradas numa versão atualizada da mesma, cujo conteúdo é adequadamente ponderado no Relatório Anual da IGF.

Neste sentido foi elaborada, pelo Secretariado Técnico do COMPETE, a versão da Descrição dos Sistemas de Gestão e Controlo do COMPETE reportada a 14 setembro de 2012, tendo a mesma sido aprovada na reunião da Comissão Directiva de 14 de novembro do mesmo ano.

Esta **versão atualizada da Descrição dos Sistemas de Gestão e Controlo do COMPETE** visou:

- A identificação das alterações introduzidas quer ao nível da composição nominativa da Comissão Directiva, quer no que respeita à configuração e redimensionamento da estrutura orgânica do Secretariado Técnico do Programa, por consequência da Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/2012, de 6 de setembro;

- Atualização do ponto 3. Organismos Intermédios para integrar as modificações operadas nas estruturas dos Organismos Intermédios;
- Foram detalhadas, no ponto 3.2.1., as atribuições das equipas especializadas da AICEP, quer no SI Inovação e SI I&DT, quer no SI Qualificação PME;
- Relativamente à ADI, no ponto 3.2.3., foram identificadas as alterações ocorridas ao nível das tarefas inerentes a cada etapa do processo de seleção e aprovação das operações, os documentos aplicáveis (utilizados/produzidos) e a identificação dos respetivos intervenientes.
- Atualização da evolução registada ao nível do enquadramento normativo nacional e comunitário, da revisão dos regulamentos específicos e das orientações prestadas às Autoridades de Gestão e aos Organismos Intermédios.

De acordo com o **Relatório Anual da IGF**, respeitante ao Sistema Comum 1, que integra o COMPETE e os Programas Operacionais Regionais do Continente e Regiões Autónomas, emitido em dezembro de 2012, mereceram o acordo da IGF as atualizações dos Sistemas de Gestão e Controlo das autoridades de gestão, entre as quais a do COMPETE, sendo regulamentarmente admissíveis e correspondendo, por um lado, a uma clarificação na aplicação do quadro regulamentar de referência, e por outro, à introdução de novos procedimentos de gestão e controlo compatíveis com as exigências da regulamentação comunitária.

CONTROLO INTERNO

A conceção do modelo de controlo interno e a sua implementação pela Autoridade de Gestão, tal como decorre da alínea v) do n.º 1 do artigo 45.º do Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 74/2008 de 22 de abril e posteriormente alterado pelo Decreto-Lei n.º 99/2009, visa garantir a estrita conformidade de todos os procedimentos definidos e a sua aplicação pelos Organismos Intermédios e Secretariado Técnico do COMPETE, bem como assegurar uma melhoria contínua dos processos e procedimentos de gestão.

Estas funções estão atribuídas a uma área horizontal e de suporte da Autoridade de Gestão - a **área Gestão e Controlo Interno** que, com base no critério de risco desencadeia/propõe as medidas de gestão necessárias quer numa lógica de prevenção quer de correção.

Neste sentido é conferida, à área Gestão e Controlo Interno, a missão de conceber, desenvolver e implementar um **sistema de controlo interno** que permita assegurar que o sistema de gestão e controlo do COMPETE funciona de forma eficaz, bem como prevenir e detetar as situações de irregularidades, tendo em vista a adoção das medidas corretivas

oportunas e adequadas, no quadro da concretização dos objetivos que presidem ao exercício das funções de auditoria do QREN.

Assumem-se assim como principais objetivos estratégicos e operacionais para esta área:

OBJECTIVO ESTRATÉGICO

Apoiar a Comissão Diretiva do Programa no exercício das suas funções através da disponibilização de informação oportuna e fiável tendo em vista minimizar os riscos de detecção de irregularidades, assegurando a sua prevenção e deteção tempestivas.

| 108

OBJECTIVO OPERACIONAL

- Identificar e avaliar os factores de risco para a boa execução do Programa, determinar a estratégia de resposta de risco e as respetivas atividades de controlo a implementar;
- Assegurar que, em sede de controlo interno, são realizadas auditorias de sistema, a fim de verificar o funcionamento do sistema de gestão e controlo do COMPETE;
- Assegurar que são efectuadas auditorias de controlo interno em projetos/operações, com base em amostragem adequada, que permitam verificar a fiabilidade das despesas declaradas e validadas pelos Organismos Intermédios (OI) ou, nas situações em que não há OI, pelas áreas competentes do Secretariado Técnico;
- Definir e implementar procedimentos para acompanhar a aplicação de recomendações e medidas correctivas resultantes dos controlos internos;
- Assegurar a ligação operacional com a Autoridade de Auditoria e, em articulação com esta, verificar se foi dado cumprimento às normas nacionais e comunitárias aplicáveis nos apoios a projectos/operações, nomeadamente, quanto à validade da despesa apresentada;
- Promover a articulação entre o COMPETE, os Organismos Intermédios e entidades externas ao Programa, no âmbito das actividades de controlo;
- Promover difusão de informação sobre matérias relacionadas com as actividades de controlo;
- Assegurar a necessária articulação com as demais áreas do Secretariado Técnico.

Este modelo baseia-se na existência de **auditorias internas**, em princípio com periodicidade anual, selecionadas através de um processo de amostragem representativa que garanta a cobertura de todas as tipologias de intervenção e estruturas técnicas envolvidas.

Os procedimentos de controlo interno implementados pela Autoridade de Gestão do COMPETE não relevam para o esforço de controlo, embora a avaliação da sua fiabilidade seja fundamental para:

- A avaliação do risco a efetuar pela autoridade de auditoria (IGF);
- A definição dos parâmetros de amostragem, incluindo a dimensão das amostras, a efetuar pelas estruturas de auditoria segregadas (IFDR);
- Promover a melhoria evolutiva da gestão do Programa.

O ano de 2012 consubstancia, neste âmbito, duas vertentes específicas: a definição de um novo plano de auditorias de sistema e de operações a efetuar pela Autoridade de Gestão e o

acompanhamento das auditorias realizadas no âmbito dos Planos de Controlo Interno de 2010 e 2011/2012.

PLANO DE CONTROLO INTERNO DE 2012/2013

Durante o segundo semestre de 2012 foi elaborado pela área Gestão e Controlo Interno o plano, para 2012/2013, de auditorias de sistema e de operações a efetuar pela Autoridade de Gestão, o qual culminou em 8 de fevereiro de 2013 com a aprovação formal, pela Comissão Diretiva do COMPETE, do [Plano de Controlo Interno 2012/2013](#).

| 109

De acordo com este Plano foi considerado fundamental subdividir as ações a desencadear pelas seguintes dimensões, às quais se encontram associados objetivos operacionais específicos:

Tabela.38: Plano de Controlo Interno 2012/2013

Dimensão A do Plano de Controlo Interno 2012/2013

Supervisão das funções delegadas nos Organismos Intermédios

Objetivo Operacional:

Verificar, no âmbito das funções delegadas nos Organismos Intermédios, o funcionamento do sistema de gestão e controlo do COMPETE em cada uma das fases do ciclo de vida dos projetos/operações, i.e. nas fases “avaliação e seleção de candidaturas” e “verificação da despesa”, tal como previsto na DSGC do COMPETE e no Manual de Procedimentos do COMPETE, identificando, nomeadamente:

- a existência de eventuais ineficiências e deficiências que afetem o funcionamento do sistema de gestão e controlo do COMPETE;
- a existência de eventuais fatores de risco que possam comprometer as metas e objetivos do Programa;
- a adoção de soluções corretivas ou recomendações que assegurem a eficácia e eficiência do sistema de gestão e controlo do Programa.

Dimensão B do Plano de Controlo Interno 2012/2013

Controlo interno das funções desempenhadas diretamente pela Autoridade de Gestão

Objetivo Operacional

Verificar, no âmbito das funções desempenhadas diretamente pela Autoridade de Gestão, o funcionamento do sistema de gestão e controlo do PO em cada uma das fases do ciclo de vida dos projetos/operações, i.e. nas fases “avaliação e seleção de candidaturas” e “verificação da despesa”, tal como previsto na DSGC do COMPETE e no Manual de Procedimentos do COMPETE, identificando, nomeadamente:

- a existência de eventuais ineficiências e deficiências que afetem o funcionamento do sistema de gestão e controlo do COMPETE;
- a existência de eventuais fatores de risco que possam comprometer as metas e objetivos do Programa;
- a adoção de soluções corretivas ou recomendações que assegurem a eficácia e eficiência do sistema de gestão e controlo do Programa

Dimensão C do Plano de Controlo Interno 2012/2013

Controlo Temático de verificações do cumprimento das regras de Contratação Pública

Objetivo Operacional

Verificar o cumprimento dos procedimentos legais aplicáveis (nacionais e comunitários) em matéria de contratação pública ao nível do:

- Enquadramento jurídico do beneficiário enquanto entidade adjudicante, face à sua natureza, à atividade desenvolvida e ao tipo de contrato em causa;
- Cumprimento dos procedimentos de contratação pública associados às despesas verificadas face aos normativos legais (nacionais ou comunitários).

Dimensão D do Plano de Controlo Interno 2012/2013

Controlo específico sobre determinados projetos/operações

Objetivo Operacional:

Verificar a conformidade dos projetos/operações tendo por base:

- Cumprimento das decisões e procedimentos estabelecidos;
- Obtenção de evidências sobre as transações, nomeadamente quanto à integridade, fiabilidade, regularidade e legalidade da despesa validada.

Considerando os objetivos a alcançar e os pressupostos subjacentes de representatividade de todas as tipologias de intervenção do PO e das estruturas técnicas envolvidas foi selecionada uma amostra de 37 operações com a seguinte distribuição por Tipologia de Intervenção, Dimensão do Plano e Estrutura Técnica Envolvida (Organismo Intermédio/AG COMPETE):

Tabela 2.39: Amostra de Projetos do Plano de Controlo Interno 2012/2013, por Dimensão do Plano

Tipologias de Intervenção	Dimensão do Plano				TOTAL
	A	B	C	D	
SI I&DT	3				3
SI Inovação	5				5
SI Qualificação PME	6		1	1	8
SAESCTN	6		3		9
SAMA	1	1 (*)	1		3
SAFPRI		2			2
SIAC		4	2		6
ASSISTÊNCIA TÉCNICA		1			1
TOTAL	21	8	7	1	37

Nota: (*) Apenas Operação Global. Fonte: SI POFC.

Tabela 2.40: Amostra de Projetos do Plano de Controlo Interno 2012/2013, por Estrutura de Gestão

Tipologias de Intervenção	Estrutura de Gestão								TOTAL
	IAPMEI	TP	AICEP	ADI	AMA	FCT	Ciência Viva	AG POFC	
SI I&DT	1			2					3
SI Inovação	2	1	2						5
SI Qualificação PME	3	1	4						8
SAESCTN						8	1		9
SAMA					2			1 (*)	3
SAFPRI								2	2
SIAC								6	6
ASSISTÊNCIA TÉCNICA								1	1
TOTAL	6	2	6	2	2	8	1	10	37

Nota: (*) Apenas Operação Global. Fonte: SI POFC.

Tabela 2.41: Amostra de Projetos do Plano de Controlo Interno, 2012/2013

Unid: Mil Euros

Tipologias de Intervenção	Aprovações			Execução		
	N.º Proj	Invest. Elegível	Incentivo	Despesa Cert.	Desp. Pública Cert.	Pagamento
SI I&DT	3	16.669	8.034	7.582	3.761	3.923
SI Inovação	5	79.172	47.743	32.694	19.111	19.111
SI Qualificação PME	8	26.153	12.852	15.017	6.485	6.571
SAESCTN	9	31.816	27.020	10.263	8.722	7.853
SAMA	3	21.645	10.661	7.346	3.522	2.536
SAFPRI	2	30.319	15.109	9.030	4.500	4.533
SIAC	6	16.466	11.616	7.595	5.355	7.528
ASSISTÊNCIA TÉCNICA	1	1.374	962	1.336	935	889
TOTAL	37	223.614	133.998	90.864	52.392	52.943

Fonte: SI POFC.

De acordo com o plano aprovado, as ações de controlo previstas são realizadas com recurso a **Audidores Externos**, sendo acompanhadas pelos técnicos da área Gestão e Controlo Interno do COMPETE, tendo em vista garantir o acompanhamento e a qualidade dos trabalhos, bem como a definição dos parâmetros objetivos e o cumprimento dos prazos estabelecidos.

A implementação destes controlos fica evidenciada num instrumento específico informatizado, designado de **Relatório de Auditoria** que, de forma precisa e objetiva, permite sistematizar todas as verificações efetuadas, bem como os resultados/conclusões decorrentes de todo o processo de auditoria.

Assim, de acordo com o período de realização aprovado, as ações previstas no Plano de Controlo Interno de 2012/2013 deverão ocorrer a partir do 3.º trimestre de 2013, após seleção da(s) equipa(s) de auditores externos, sendo que se perspetiva a sua conclusão no 2.º trimestre de 2014.

ACOMPANHAMENTO DAS AUDITORIAS REALIZADAS NO ÂMBITO DOS PLANOS DE CONTROLO INTERNO DE 2010 E 2011/2012

| 112

De acordo com o plano aprovado em 2010 foram realizadas ações de controlo a 30 operações, todas elas com recurso a auditores externos.

O trabalho de campo junto da Autoridade de Gestão, dos Organismos Intermédios e dos Beneficiários ocorreu no período compreendido entre dezembro de 2010 e 1.º trimestre de 2011.

Com vista a garantir a qualidade dos trabalhos foi efetuado o acompanhamento destas auditorias pela área Gestão e Controlo Interno do COMPETE.

Até ao final de 2012 foram apresentados pelos auditores todos os **relatórios de auditoria preliminares**, tendo nesta sequência, e após integral validação e aceitação pela Autoridade de Gestão, originado a aprovação formal de 17 relatórios de auditoria preliminares, dos quais 12 já têm relatório final de auditoria aprovado formalmente pela Autoridade de Gestão.

Os relatórios finais de auditoria incluem o processo de audiência prévia da estrutura de gestão envolvida (AG/OI) e/ou Beneficiário.

Conclui-se assim que, no âmbito do Plano de Controlo Interno de 2010, das 12 operações com relatório final de auditoria aprovado, foi detetado, até ao momento, uma **taxa de erro** na ordem dos 0,97%.

Tabela 2.42: Consequências Financeiras apuradas nas Operações com Relatório Final de Auditoria, Plano Controlo Interno 2010

Unid: Mil Euros

Ano	Âmbito	N.º Operações	Despesa Elegível Controlada	Despesa Elegível Irregular	Taxa Erro
2010	Plano Anual	12	11.377	110	0,97%
	Total	12	11.377	110	0,97%

Fonte: SIPOFC

Prevê-se que os restantes relatórios de auditoria, preliminares e finais, relativos ao Plano de Controlo de 2010, venham a estar aprovados pela Autoridade de Gestão durante os primeiros meses de 2013.

Relativamente ao plano aprovado em 2011/2012 que envolve a realização de ações de controlo a 37 operações, atento o atraso verificado no procedimento de contratação de auditores externos, os mesmos só vieram a ser adjudicados no último trimestre de 2012, tendo o trabalho de campo junto da Autoridade de Gestão, dos Organismos Intermédios e dos Beneficiários tido início efetivo em janeiro de 2013. Neste sentido os resultados finais destes controlos serão globalmente apurados durante o ano de 2013/2014.

Sintetizando, as atividades desenvolvidas pela área **Gestão e Controlo Interno** do COMPETE foram:

PRINCIPAIS ATIVIDADES

- Atualização dos manuais de procedimentos e da Descrição do Sistema de Gestão e Controlo do COMPETE;
- Participação na elaboração e revisão da legislação, orientações de gestão e orientações técnicas;
- Articulações com as demais áreas operacionais e horizontais do Secretariado Técnico, em todas as tarefas relacionadas com a gestão global do Programa;
- No âmbito da operacionalização das ações de controlo promovidas por entidades externas:
 - (i) Acompanhamento in loco destas ações;
 - (ii) Articulação com as demais áreas do Secretariado Técnico do COMPETE, bem como com os Organismos Intermédios e com as entidades externas envolvidas;
 - (iii) Elaboração dos respetivos contraditórios;
 - (iv) Monitorização da aplicação das recomendações e medidas corretivas resultantes das ações de controlo interno e das ações de auditoria ao COMPETE realizadas no âmbito do sistema de controlo do QREN;
- Elaboração do Plano Anual de Verificações no Local de 2012;
- Acompanhamento da implementação do Plano Anual de Verificações no Local de 2010 e 2011;
- Elaboração do Plano de Controlo Interno de 2012/2013;
- Implementação do Plano de Controlo Interno de 2010 e adjudicação das ações de controlo previstas no Plano de Controlo Interno de 2011/2012.

PLANOS DE VERIFICAÇÃO NO LOCAL

Ainda no decorrer do 2.º semestre de 2012, a área do Controlo Interno, para efeitos do cumprimento da alínea b) do artigo 60.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006, procedeu à elaboração do **Plano Anual de Verificações no Local para 2012**, o qual foi aprovado pela Comissão Diretiva do COMPETE a 26 de dezembro de 2012.

De acordo com o mesmo regulamento, cada Autoridade de Gestão é responsável pela gestão e execução do respectivo Programa Operacional de acordo com o princípio da boa gestão financeira, e em especial, verifica que foram fornecidos os produtos e os serviços cofinanciados e assegura que as despesas declaradas pelos beneficiários para as operações foram realmente efetuadas, no cumprimento das regras comunitárias e nacionais em vigor.

Por seu turno, o n.º 2 do artigo 13.º do Regulamento (CE) n.º 1828/2006 estabelece que as verificações a realizar pela Autoridade de Gestão incidem sobre os aspetos administrativos, financeiros, técnicos e físicos das operações, e comportam:

- **Verificações administrativas** relativamente a cada pedido de reembolso;
- **Verificações no local** de operações singulares.

Através da Orientação de Gestão n.º 02.REV1/POFC/2009 de 29 de maio, e de acordo com o previsto no n.º 3 do artigo 13.º do Regulamento (CE) n.º 1828/2006, foi estabelecido um conjunto de **procedimentos de verificações de gestão** a ser adotado pela Autoridade de Gestão e/ou pelos Organismos Intermédios.

No que diz respeito às **verificações no local**, a referida Orientação de Gestão prevê que as mesmas sejam efetuadas por amostragem, de acordo com as regras de execução aprovadas pela Comissão, nos termos do n.º 3 do artigo 13.º do Regulamento (CE) n.º 1828/2006, e segundo um plano anual a definir pela Autoridade de Gestão.

A implementação destas verificações fica evidenciada num instrumento específico totalmente informatizado designado **Relatório Técnico da Visita** (RTV) que, de forma precisa e objetiva, permite sistematizar todas as verificações efetuadas, bem como os resultados/conclusões decorrentes de todo o processo de verificação.

As verificações no local, tal como previstas no Plano Anual de 2012, a realizar pelos Organismos Intermédios, foram calendarizadas para o primeiro semestre de 2013, envolvendo um conjunto de 42 projetos: 15 do Eixo I, 20 do Eixo II, 2 do Eixo IV, 4 do Eixo V e 1 do Eixo VI do COMPETE.

Acresce ainda referir que, durante o ano de 2012, foi ainda efetuado, pela área do Controlo Interno do COMPETE, o **acompanhamento das verificações no local** que decorreram do Plano de Verificações no Local de 2011, e que envolveram uma amostra de 34 projetos (8 da AICEP, 10 do IAPMEI, 1 do TP, 1 da ADI, 2 da AMA, 9 da FCT e 3 do COMPETE), bem como das não concluídas relativas ao Plano de Verificações no Local de 2010.

Todas as verificações no local previstas no Plano Anual de Verificações no Local de 2011 foram realizadas em 2012, com exceção dos projetos n.º 001943, n.º 008000 e n.º 002815.

Durante o ano de 2012 todo o processo associado à realização das verificações no local, que culmina com a aprovação dos respetivos Relatórios Técnicos das Visitas (RTV) Definitivos, foi encerrado para 23 projetos da amostra (7 do Plano Anual de 2010 e 16 do Plano Anual de 2011), tendo o processo relativo a 11 projetos do Plano Anual de 2011 sido encerrado já no início de 2013.

De salientar ainda que os Organismos Intermédios/Autoridade de Gestão, no exercício das verificações de gestão, desencadearam igualmente ações de verificação no local cujas circunstâncias que as determinaram (âmbito) foi o acompanhamento da execução de projetos.

Sintetiza-se seguidamente, o **ponto de situação das verificações no local** efetuadas no âmbito do COMPETE:

Tabela 2.43: Ponto de Situação Verificações no Local, 2007-2012

Unid: Mil Euros

Ano	Âmbito	N.º Operações	N.º Operações c/RTV Definitivo		N.º de Operações s/RTV Definitivo
			Antes de 2012	Durante 2012	
2009	Plano Anual	5	5	0	0
	Plano Anual	19	9	9	1
2010	Acompanhamento da execução de projetos	18	0	0	18
	Plano Anual	34	0	27	7
2011	Acompanhamento da execução de projetos	1	1	0	0
	Plano Anual	42	A implementar em 2013		
2012	Acompanhamento da execução de projetos	3	0		3
	Total	122 (*)	15	36	29

Nota: * inclui as 42 operações relativas ao plano anual de 2012 cuja implementação irá ocorrer em 2013. Fonte: SIPOFC.

Conclui-se assim que, no âmbito das 51 (15+36) verificações no local realizadas e concluídas até final de 2012, foi detetada uma taxa de erro global na ordem dos 0,183%.

Tabela 2.44: Consequências Financeiras das Verificações no Local com RTV Definitivo, 2007-2012

Unid: Mil Euros

Ano	Âmbito	N.º Operações	Despesa Elegível Controlada	Despesa Elegível Irregular	Taxa Erro
2009	Plano Anual	5	139.261	31	0,022%
2010	Plano Anual	18	511.687	380	0,103%
2011	Plano Anual	27	22.347	831	3,719%
	Acompanhamento	1	3.192	2	0,063%
Total		51	676.487	1.244	0,184%

Fonte: SIPOFC

No Anexo XVI apresenta-se o detalhe das verificações no local.

CONTROLO EXTERNO

Desde o início do COMPETE e até ao final do ano de 2012 foram lançadas 28 auditorias externas, 23 auditorias de sistema e 5 auditorias de operações, realizadas pelas entidades competentes, das quais 9 tiveram o seu início no decurso do ano de 2012.

Tabela 2.45: Auditorias Externas, 2007-2012

Tipo	Entidade Responsável	Objetivo	Ano de lançamento
Sistema	Autoridade de Auditoria (IGF)	Acompanhamento da implementação das Recomendações formuladas pela IGF no âmbito dos testes ao sistema de gestão e controlo do COMPETE efetuado pela IGF em 2009 (Relatório n.º 2009/1774)	2009-2010
		Auditoria aos Mecanismos de Inovação Financeira no âmbito do PRIME e COMPETE	2009-2010
		Auditoria aos sistemas de informação do COMPETE, nas diversas vertentes relacionadas com as competências da Autoridade de Gestão para o período de programação 2007-2013	2009-2010
		Auditoria temática à Contratação Pública	2011
		Auditoria temática aos Auxílios de Estado	2011
		Teste ao funcionamento do sistema de gestão e de controlo do COMPETE relativamente ao Eixo III - SAFPRI	2011
		Testes de Conformidade ao funcionamento do Sistema de Gestão e Controlo do COMPETE	2009-2010
		Testes de conformidade ao sistema de gestão e controlo do COMPETE - Organismos Intermédios FCT e Ciência Viva	2011
		Auditoria temática aos Custos Indiretos	2012
		Auditoria temática no domínio da Igualdade de Oportunidades	2012
		Auditoria temática no domínio da Engenharia Financeira	2012
		Auditoria temática ao cumprimento das regras ambientais no contexto do FEDER e Fundo de Coesão	2012
			Testes complementares de conformidade do sistema de gestão e controlo do COMPETE da Ciência Viva, enquanto Organismo Intermédio do POFC
Sistema	Autoridade de Certificação (IFDR)	Ação de controlo prévia ao envio do 1.º Pedido de Certificação de Despesa (PCD) do COMPETE, com vista a aferir se as despesas declaradas no pedido de certificação cumprem os requisitos necessários à certificação de despesa à Comissão Europeia, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 61.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006. As verificações efetuadas incidiram sobre uma amostra aleatória de 3 operações.	2009-2010
		Ação de controlo prévia ao envio do 8º Pedido de Certificação de Despesa (PCD) do COMPETE, com vista a aferir se as despesas declaradas no pedido de certificação (SAESCTN - FCT) cumprem os requisitos necessários à certificação de despesa à Comissão Europeia, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 61.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006.	2011
Sistema	Comissão Europeia	Auditoria ao trabalho da Autoridade de Auditoria nos termos do artigo 62.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006	2009-2010
		Auditoria ao trabalho da Autoridade de Auditoria nos termos do artigo 62.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006	
		Auditoria ao COMPETE na área dos Instrumentos de Engenharia Financeira	2012
		Controlo de medidas objeto de Isenção por Categoria - SI QREN (SI Inovação, SI Qualificação PME, SI I&DT)	2012

(continua)

(continuação)

Sistema	Tribunal de Contas	Auditoria ao modelo de governação e controlo do QREN	2009-2010
		Auditoria tendo em vista apreciar globalmente a gestão do PO, os resultados alcançados, o sistema de gestão da informação, o controlo interno, a regularidade e legalidade das operações.	2011
		Auditoria ao Programa de Eficiência Energética na Administração Pública (ECO.AP) prevista no Programa de Fiscalização do Tribunal	2012
	Tribunal de Contas Europeu	Auditoria no âmbito da Declaração de Fiabilidade ao exercício de 2011 - Revisão dos trabalhos da Autoridade de Auditoria (Programas Operacionais Valorização do Território e Fatores de Competitividade)	2011
	Operações	Estrutura de Auditoria Segregada (IFDR)	Auditoria no âmbito do COMPETE - Despesa Pública certificada de 2009-01-01 a 2009-12-31
Auditoria no âmbito do COMPETE - Despesa Pública de 2010-01-01 a 2010-12-31			2011
Auditoria no âmbito do COMPETE - Despesa Pública de 2011-01-01 a 2011-12-31			2012
Tribunal de Contas Europeu		Auditoria no âmbito da Declaração de Fiabilidade ao exercício de 2010 do COMPETE, sobre o pagamento efetuado pela Comissão Europeia no montante de 105.903.365,50.	2011
		Auditoria no âmbito da Declaração de Fiabilidade ao exercício de 2011 do COMPETE, sobre o pagamento efetuado pela Comissão Europeia no montante de 100.291.599,55.	2011

Fonte: SI POFC.

A IGF considera, para efeito de emissão da opinião anual, os resultados de todas as auditorias aos sistemas, independentemente do seu ano de lançamento, bem como das ações de acompanhamento das recomendações nesse âmbito formuladas, independentemente da respetiva data da conclusão.

De facto, atento o âmbito e objetivos destas auditorias, os correspondentes resultados constituem para a IGF um suporte relevante para efeitos de opinião, uma vez que, não estando diretamente relacionados com as despesas certificadas num determinado período de tempo, refletem o funcionamento dos sistemas de gestão e controlo que contribuem para a análise da legalidade e regularidade de toda a despesa certificada.

Em observância da estratégia de auditoria da IGF enviada à Comissão, foi perspectivada a consideração de três sistemas comuns no que respeita aos Programas Nacionais cofinanciados pelos Fundos Estruturais, estando o COMPETE incluído no **Sistema Comum 1**, juntamente com os PO Regionais do Continente e das Regiões Autónomas.

A decisão para a constituição deste sistema comum resultou da identificação de níveis de risco semelhantes relativamente a estes Programas, nomeadamente tendo em conta a consideração dos seguintes fatores:

- A Autoridade de Certificação é comum, o IFDR, circunstância que sujeita o processo de certificação de despesas à Comissão Europeia aos mesmos procedimentos, isto é, são executados pelo mesmo Organismo, com recurso às mesmas metodologias e equipa técnica;

- Todos os Programas Operacionais identificados encontram-se sujeitos ao Regulamento Geral do FEDER e do Fundo de Coesão, o que envolve a adoção de regras e procedimentos similares;
- No COMPETE e nos PO Regionais existe um envelope financeiro muito significativo destinado aos Sistemas de Incentivos orientados para o investimento empresarial, cujas operações, sejam de índole regional ou nacional, estão sujeitas ao mesmo enquadramento normativo e administrativo.
- O Sistema de Gestão e Controlo associado aos Sistemas de Incentivos, bem como os sistemas de informação, foram definidos por um grupo de trabalho com representantes de todos os Programas Operacionais em causa, e estes serviram como referenciais para as restantes áreas de intervenção;
- O conjunto dos Organismos Intermédios do COMPETE e dos PO Regionais é, no essencial, o mesmo para os Sistemas de Incentivos.

Nestes termos, para efeitos da emissão do Relatório de Controlo anual para 2012 e do Parecer de Auditoria, a IGF teve em consideração todas as auditorias aos sistemas concluídas em 2012, bem como as auditorias das operações executadas pela Estrutura de Auditoria Segregada do IFDR sobre despesa certificada durante o ano civil de 2011.

Relativamente às auditorias externas concluídas em 2012, apresenta-se no Anexo XVI o detalhe das principais conclusões, consequências financeiras e recomendações, por cada uma das ações externas.

Apresenta-se, seguidamente, o ponto de situação da implementação das recomendações formuladas na sequência das auditorias externas concluídas em 2012.

Tabela 2.46: Follow-Up das Recomendações aplicáveis ao COMPETE

Entidade Responsável	Ação de Controlo	N.º de Recomendações COMPETE	N.º de Recomendações COMPETE Satisfeitas ou em Curso
Ações de Controlo Externo de 2009			
Tribunal de Contas	Modelo de Governação e Controlo do QREN	3	3
IGF (AA)	Testes de conformidade ao funcionamento do Sistema de Gestão e Controlo do COMPETE	20	20
IFDR (AC)	Ação de controlo prévia ao envio do 1.º Pedido de Certificação de Despesa	5	5

(continua)

(continuação)

Ações de Controlo Externo de 2010				
Comissão Europeia		Auditoria ao trabalho da Autoridade de Auditoria nos termos do artigo 62.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006	50	50
Estrutura Auditoria Segregada (IFDR)	de	Auditoria em operações no âmbito do COMPETE - Despesa Pública certificada de 2009-01-01 a 2009-12-31	27	27
IGF (AA)		Auditoria aos mecanismos de engenharia financeira no âmbito do PRIME e do COMPETE	1	1
IGF (AA)		Auditoria aos sistemas de informação do COMPETE, nas diversas vertentes relacionadas com as competências da Autoridade de Gestão para o período de programação 2007-2013	13	12
IGF (AA)		Auditoria à Certificação de Despesas do Sistema Comum FEDER – COMPETE e Regionais do Continente e Regiões Autónomas - Auditoria para efeitos de emissão do parecer anual de 2010 – acompanhamento das recomendações COMPETE		Ver Follow-Up Recomendações – Ações de Controlo Externo de 2009
Comissão Europeia		Auditoria ao trabalho da Autoridade de Auditoria nos termos do artigo 62.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006	N/A	N/A
Ações de Controlo Externo de 2011				
Tribunal Contas Europeu	de	Auditoria no âmbito da Declaração de Fiabilidade ao exercício de 2010 do COMPETE, sobre o pagamento efetuado pela Comissão Europeia no montante de 105.903.365,50 euros.	7	7
IGF (AA)		Testes de conformidade ao sistema de gestão e controlo do COMPETE - Organismos Intermédios FCT e Ciência Viva	5	5
Tribunal Contas	de	Auditoria tendo em vista apreciar globalmente a gestão do PO, os resultados alcançados, o sistema de gestão da informação, o controlo interno, a regularidade e legalidade das operações.	6	6
Estrutura Auditoria Segregada (IFDR)	de	Auditoria em operações no âmbito do COMPETE - Despesa Pública certificada de 2010-01-01 a 2010-12-31	68	68
Tribunal Contas Europeu	de	Auditoria no âmbito da Declaração de Fiabilidade ao exercício de 2011 do COMPETE, sobre o pagamento efetuado pela Comissão Europeia no montante de 100.291.599,55 euros.	5	5
IGF (AA)		Teste ao funcionamento do sistema de gestão e de controlo do COMPETE relativamente ao Eixo III - SAFPRI	14	14
IGF (AA)		Auditoria temática à Contratação Pública	11	11
Tribunal Contas Europeu	de	Auditoria no âmbito da Declaração de Fiabilidade ao exercício de 2011 - Revisão dos trabalhos da Autoridade de Auditoria (Programas Operacionais Valorização do Território e Fatores de Competitividade)	2	2
Autoridade de Certificação (IFDR)	de	Ação de controlo prévia ao envio do 8.º Pedido de Certificação de Despesa (PCD) do COMPETE, com vista a aferir se as despesas declaradas no pedido de certificação (SAESCTN - FCT) cumprem os requisitos necessários à certificação de despesa à Comissão Europeia, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 61.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 de 11/07/2006.	11	10

(continua)

(continuação)

Ações de Controlo Externo de 2012

Estrutura de Auditoria Segregada (IFDR)	Auditoria em operações no âmbito do COMPETE - Despesa Pública certificada de 2011-01-01 a 2011-12-31	79	Relatório Final emitido em Dez 2012 as recomendações serão implementadas em 2013
IGF (AA)	Auditoria temática aos custos indiretos	7	Conclusões finais transmitidas pela IGF em Dez 2012 as recomendações serão implementadas em 2013
IGF (AA)	Auditoria temática no domínio da Igualdade de Oportunidades	4	Conclusões finais transmitidas pela IGF em Dez 2012 as recomendações serão implementadas em 2013
IGF (AA)	Auditoria Temática no domínio da Engenharia Financeira	5	Relatório Final emitido apenas em 2013
IGF (AA)	Auditoria temática ao cumprimento das regras ambientais no contexto do FEDER e Fundo de Coesão	11	Conclusões finais transmitidas pela IGF em Dez 2012 as recomendações serão implementadas em 2013
IGF (AA)	Testes complementares de conformidade do sistema de gestão e controlo do COMPETE da Ciência Viva, enquanto Organismos Intermédio do Programa.	N/A	N/A

Fonte: SI POFC.

De referir que a DG REGIO realizou, no final de 2012, uma auditoria ao COMPETE na área dos Instrumentos de Engenharia Financeira e a DG Concorrência, lançou igualmente no final do ano, um exercício de controlo *ex-post* de uma amostra de medidas de auxílio executadas pelos Estados-Membros, tendo os Sistemas de Incentivos QREN (COMPETE e alguns PO Regionais) sido abrangidos pela presente ação de controlo. Em ambas as situações não foram no ano de 2012 conhecidas as conclusões preliminares dessas ações de controlo.

Especificamente em relação à auditoria das operações executadas pela Estrutura de Auditoria Segregada do IFDR sobre despesa certificada no de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2011, importa referir que foi selecionada uma amostra no Sistema Comum 1 de 131 operações (ao qual acrescem autonomamente 106 operações com despesa declarada negativa), sendo 52 delas (ao qual acrescem autonomamente 10 operações com despesa declarada negativa) relativas a operações integradas no COMPETE.

Tabela 2.47: Consequências Financeiras da Auditoria das Operações Executadas pela Estrutura de Auditoria Segregada sobre Despesa Certificada pelo COMPETE, 2007-2012

Unid: Mil Euros

Ano Auditoria	N.º Operações Auditadas Sistema Comum 1	COMPETE				Taxa de Erro (%)
		N.º Operações Auditadas	Despesa Certificada	Despesa Auditada	Correções Financeiras	
2010 (Desp Cert 2009)	81	22	149.922	149.922	0	0%
2011 (Desp Cert 2010)	154	58 (1)	639.279	639.279	8.903	1,39%
2012 (Desp Cert 2011)	131	52 (2)	846.545	846.545	2.128	0,25%
	366	132	1.635.746	1.635.746	11.031	

Notas: (1) Foi ainda verificada no COMPETE a despesa negativa relativa a uma operação no montante total de (-) 129.715.810€; (2) Foi ainda verificada no COMPETE a despesa negativa relativa a 10 operações no montante total de (-) 9.438.322,71€. Fonte: Relatórios das Auditorias a Operações da EAS do IFDR.

Conclui-se assim que, no âmbito da auditoria das operações executadas pela Estrutura de Auditoria Segregada sobre despesa certificada pelo COMPETE no ano de 2011, foi detetada uma taxa de erro na ordem de 0,25%.

Esta taxa de erro difere da taxa de erro apurada pela Estrutura de Auditoria Segregada do IFDR na medida em que a mesma é avaliada no âmbito do Sistema Comum 1 e não no âmbito de cada PO, ao qual acresce o resultado dos procedimentos de supervisão desenvolvidos pela IGF à auditoria a operações bem como a extrapolação do erro aleatório para o universo da despesa total certificada em 2011.

Assim, o resultado das consequências financeiras verificadas pela Estrutura de Auditoria Segregada do IFDR, conjugadas com o resultado dos procedimentos de supervisão desenvolvidos pela IGF, no âmbito do Sistema Comum 1 conduziu a um montante total de despesa não elegível de 4.481.187 euros. Decorrente da extrapolação efetuada o erro mais provável existente na população do Sistema Comum 1 é de 42.330.279 euros, o que representa cerca de 1,6% do universo.

Com efeito, os resultados obtidos, considerando todos os erros identificados no Sistema Comum 1, onde se integra o COMPETE, apresentam uma estimativa do erro total existente na população que não ultrapassa o limiar definido da materialidade de 2%.

Em face do exposto a IGF no seu Relatório Anual de Controlo do Sistema Comum 1 conclui existir uma segurança razoável para a emissão de uma opinião qualitativa quanto ao funcionamento dos sistemas de gestão e de controlo das Autoridades de Gestão. Neste sentido considera que "(...) o **Sistema Comum FEDER constituído pelos Programas operacionais Fatores de Competitividade e Regionais do Continente e Regiões Autónomas**, respeitaram os requisitos aplicáveis por força dos artigos 58.º a 62.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho e da Secção 3 do Regulamento (CE) n.º 1828/2006 da Comissão, e funcionaram de forma eficaz, de modo a dar garantias razoáveis de que as declarações de despesas apresentadas à Comissão são corretas e, conseqüentemente, de que as transações subjacentes respeitam a legalidade e a regularidade (...).

A IGF salvaguarda ainda algumas exceções aplicáveis ao Sistema Comum 1, que influenciam moderadamente os requisitos essenciais do funcionamento dos sistemas de gestão e controlo, que decorrem dos resultado das auditorias aos sistemas de gestão e controlo e de operações onde foram identificados procedimentos de controlo interno por parte das entidades envolvidas na gestão e na certificação das despesas que carecem de algumas melhorias. No âmbito dessas auditorias foram propostas recomendações a aplicar pelas entidades auditadas, as quais, de acordo com a IGF, ainda não foram implementadas, parcial ou totalmente.

Concretamente, no que diz respeito ao COMPETE, as recomendações que ainda se encontram pendentes de implementação, total ou parcialmente, de acordo com a IGF, são as que resultaram, quer do teste ao funcionamento do sistema de gestão e controlo, no domínio da contratação pública, quer da auditoria temática ao Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco da Inovação (SAFPRI).

No que concerne à auditoria no domínio da contratação pública, na opinião da IGF, a generalidade das recomendações ainda não se encontra satisfeita, estando o COMPETE, em articulação com esta entidade, no final do ano, a trabalhar para a respetiva resolução.

Relativamente à auditoria aos instrumentos de engenharia financeira não foram, ainda, corrigidas as anomalias relativas à operação n.º 5734 - FICA (Fundo de Investimento para o Cinema e o Audiovisual), bem como não se encontram processadas as correções resultantes da verificação realizada pela PME Investimentos, a pedido da autoridade de gestão, sobre a carteira de participações do FCR Capital Partners. Nesta matéria, importa ainda salientar que a recuperação de bonificações de juros e de comissões de garantia, relativas a operações sem enquadramento nas linhas PME Investe I e II, se encontra em curso.

A AG COMPETE, dando sequência ao compromisso por si assumido, concluiu, em 2012, as verificações de gestão sobre a operação relativa às Linhas de Crédito PME Investe I e II do SAFPRI. Neste contexto, considerando que foi quantificado o impacte das correções a efetuar, bem como que a Autoridade de Gestão assumiu o compromisso de proceder ao acompanhamento trimestral da referida operação até ao seu encerramento, a IGF entendeu reclassificar os respetivos Sistemas de Gestão e Controlo na Categoria 2²⁷, conforme previsto na citada Nota de Orientações - documento COCOF 08/0019/00.

Nestas circunstâncias, o acompanhamento da implementação das recomendações deverá ocorrer ao longo do ano de 2013.

Importa, ainda, destacar que, no decurso de 2012, a IGF procedeu à realização de ações específicas tendo em vista a reavaliação de todas as exceções que determinavam que parte do Sistema de Gestão e Controlo do COMPETE se encontrasse classificado na Categoria 3²⁸, nomeadamente os sistemas de gestão e controlo associados à Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e à Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica (Ciência Viva), enquanto Organismos Intermédios do Programa.

No que respeita à FCT, as exceções que determinavam a classificação na Categoria 3, no essencial, circunscreviam-se ao enquadramento das operações nas denominadas

²⁷ Na escala da IGF, a categoria 2 corresponde a sistemas que funcionam mas necessitam de algumas melhorias.

²⁸ Na escala da IGF, a categoria 3 corresponde a sistemas que funcionam mas necessitam de melhorias significativas, implicando a suspensão de pagamentos.

“disposições transitórias”, relativamente às quais a IGF solicitou à autoridade de gestão a demonstração, quer do cumprimento dos requisitos em matéria de informação e publicidade, quer da inexistência de operações concluídas à data da sua aprovação.

Na sequência, partindo da listagem das operações enquadradas no regime transitório, a IGF desenvolveu verificações específicas para avaliar o risco associado às situações descritas. Em resultado dessas verificações, a IGF concluiu no que à FCT respeita, que as autoridades de gestão e de certificação deram cumprimento às recomendações formuladas no sentido de reforçar a segurança da qualidade da despesa proveniente de projetos enquadrados no denominado regime transitório, não tendo os resultados obtidos nessas verificações identificado desvios relevantes ou correções financeiras materiais.

Consequentemente, a IGF considerou que “(...) os sistemas de gestão e controlo associados às operações enquadradas no regime transitório da FCT podiam ser avaliados na categoria 2, conforme previsto na Nota de Orientações - documento COCOF 08/0019/00, dado que cumpriam razoavelmente as exigências dos requisitos chave, embora careçam de algumas melhorias.”

A mesma classificação foi também atribuída aos sistemas de gestão e controlo associados às operações enquadradas na Ciência Viva, uma vez que, no quadro das verificações específicas realizadas pela IGF, não foram identificados desvios na aplicação dos procedimentos estabelecidos, mas antes questões que podiam ocorrer em qualquer operação, independentemente do sistema onde se enquadram.

SISTEMA DE INFORMAÇÃO

O Sistema de Informação do COMPETE – SI POFC – compreende todas as atividades que permitem recolher, validar, tratar, utilizar e transmitir informação ao longo do ciclo de vida das operações, visando apoiar a gestão, no acompanhamento e na avaliação do PO, bem como promover a sua divulgação. Apresenta dois níveis de acesso:

- Suporte às atividades de gestão, acompanhamento, avaliação e controlo;
- Informação para divulgação, acessível a todos os potenciais interessados, com o objetivo de assegurar a maior universalização do público-alvo usando, designadamente, a *Internet*.

O Sistema de Informação do COMPETE encontra-se operacional em todas as dimensões e está plenamente capacitado para assegurar a disponibilização de todas as informações que a AG necessita para cumprimento das suas responsabilidades.

Neste contexto, toda a informação relevante, requerida e produzida, é integralmente registada no SI POFC. A **desmaterialização total dos processos**, que passaram a ser exclusivamente eletrónicos (formulários de candidatura, ferramentas de análise, ferramentas

de pedidos de pagamento, contactos com os promotores, etc.), tem contribuído para a redução dos tempos de análise, com conseqüente aceleração dos mecanismos de decisão e contratação e pagamento.

Durante o ano de 2012 manteve-se o trabalho de **consolidação e aperfeiçoamento das suas funcionalidades**, no sentido de dar resposta às diversas solicitações no âmbito da gestão.

Adicionalmente foi atribuído especial enfoque ao desenvolvimento de **atividades de simplificação e otimização de processos** e procedimento em vigor, implementando novas soluções que privilegiam a maior interação entre os diferentes intervenientes, nomeadamente com os promotores, dos quais se destacam a Plataforma de Acesso Simplificado (PAS), os Formulários de Pedidos de Alteração (FPA), o Balcão do Promotor e os Relatórios Intercalares de Execução (RIE).

ESTRUTURA

Todos os processos de recolha intensiva de dados, quer sejam da responsabilidade dos promotores, quer sejam da responsabilidade dos Organismos Intermédios, são suportadas em **ferramentas eletrónicas** que dialogam diretamente com o sistema:

- **Formulários Eletrónicos** - os promotores utilizam obrigatoriamente formulários eletrónicos quer para a apresentação de candidaturas, quer para a submissão de pedidos de pagamento ou de pedidos de alteração ao projeto;
- **Ferramentas Informáticas** - os Organismos Intermédios, bem como a própria AG, utilizam ferramentas pré-definidas pelo COMPETE:
 - Fase de análise de candidaturas (FACI – Ferramenta de Análise e Cálculo do Incentivo)
 - Fase de verificação e validação de despesa (APPI – Ferramenta de Análise de Pedido de Pagamento de Incentivo);
 - Fase de encerramento dos projetos: os encerramentos também são suportados em instrumentos e ferramentas informáticas construídas especificamente para o efeito (FACIE – Ferramenta de Análise e Cálculo do Incentivo em Encerramento);

Estas ferramentas normalizam todo o processo de análise, incluindo o cálculo das despesas elegíveis e do financiamento do FEDER, e, durante a fase da verificação da despesa, a sua elegibilidade e o cálculo do financiamento a pagar.

A FCT utiliza ferramentas próprias compatíveis com as especificações técnicas definidas pela AG, com integração por *web services* ao SIPOFC.

- **Interface com Entidades Externas** - No relacionamento do SI POFC com entidades terceiras, foi criado um conjunto de interfaces que são sustentadas em diversas tecnologias, sendo de realçar a *internet*, para os promotores, e *web services* para as ligações externas

mais complexas. Neste nível salienta-se a troca de informação com o IFDR, para efeitos de pedidos de certificação de despesas, monitorização física e financeira, entre outros.

PRINCIPAIS ATIVIDADES

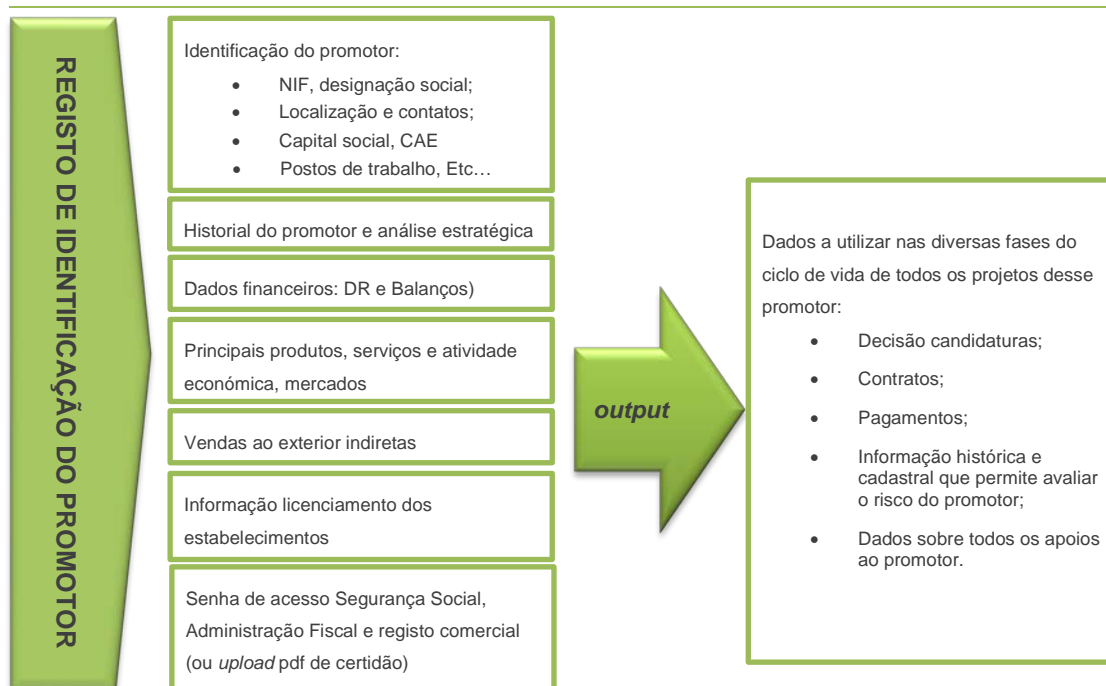
Além das tarefas regulares associadas à manutenção evolutiva e estabilização de processos em vigor, durante o ano de 2012 foram desenvolvidas **atividades** nas seguintes áreas:

- **Medidas de simplificação – (PAS – Plataforma de Acesso Simplificado)**

A PAS – Plataforma de Acesso Simplificado é um projeto que surge de uma medida de simplificação e eficiência, que identifica a necessidade de otimização da gestão do relacionamento com o promotor e que visa atingir os seguintes objetivos:

- Dispor de uma ferramenta que permita gerir a informação de modo a evitar pedidos sucessivos dos mesmos dados;
- Melhorar a eficiência no relacionamento com as empresas;
- Nova abordagem que coloca o promotor no centro dos processos de decisão, desenhada para perceber e antecipar as suas necessidades.

Figura 2.1: Modo de Funcionamento da Plataforma de Acesso Simplificado (PAS)

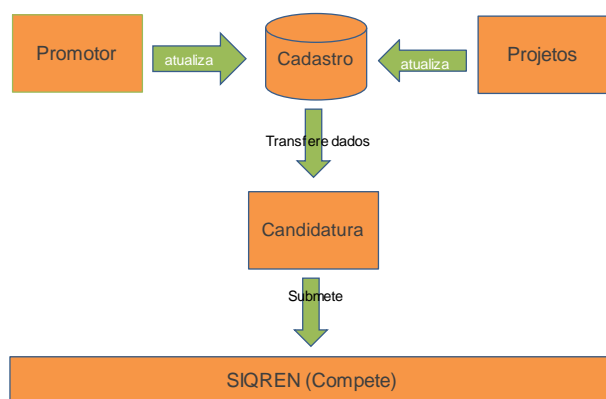


Fonte: COMPETE.

Estes objetivos foram englobados na caracterização do projeto de criação da PAS.

- Necessidade de criação de conceito de perfil de empresa mais abrangente e não estritamente associado ao COMPETE;
- Existência de informação necessária de forma descentralizada e não consolidada;
- Existência de diversos intervenientes/parceiros na disponibilização da informação;
- Necessidade de disponibilização de informação de empresa de forma consolidada e abrangente, fornecendo o serviço aos múltiplos intervenientes/parceiros do processo;
- Criação de plataforma comum de partilha de informação;
- Criação de relações *win-win* entre os intervenientes/parceiros, partilhando e fornecendo a informação disponível;
- Automatização de processos tendo como base a interoperabilidade e certificação automatizada de tarefas que atualmente se processam de forma manual ou *ad-hoc*.

Figura 2.2: Plataforma de Acesso Simplificado (PAS) – Visão Gráfica



Fonte: COMPETE.

Iniciado em 2012, a conclusão deste projeto ocorreu no final do primeiro trimestre de 2013.

▪ **Ferramentas de *Front-Office* – Balcão do Promotor**

Foram desenvolvidas e disponibilizadas novas ferramentas de comunicação *on-line* entre os OI e os seus promotores, permitindo a interação integrada da informação disponibilizada e submetida ao longo da tramitação do projeto.

O “Balcão” torna-se o ponto de acesso privilegiado do promotor ao seu projeto, permitindo aceder e acompanhar, de forma integrada e *on-line*, à evolução do seu projeto.

Esta ferramenta de carácter evolutivo permite implementar novas funcionalidades sempre que estas sejam necessárias à tramitação do projeto. Numa primeira fase, o Balcão foi disponibilizado para os projetos SIAC, sendo possível a utilização das seguintes opções:

- Informação de resumo de candidatura;
- Tramitação do projeto;
- Informação de candidatura submetida;
- Informação de decisão;
- Informação da notificação da decisão;
- Informação da minuta do Contrato / Termo de Aceitação;
- Submissão de pedidos de alteração de projeto;
- Submissão de Relatórios Intercalares de Execução (RIE).

▪ **Automatização de processo de comunicação com o promotor**

Desenvolvimento de mecanismos automatizados de comunicação com o promotor, permitindo o envio por *e-mail* de conteúdos previamente formatados com a inclusão de informação de suporte à comunicação. Este processo de comunicação encontra-se integrado com o “Balcão”, estando por isso disponíveis para o promotor, opções específicas de monitorização.

Os processos alvo de automatização foram:

- Notificação da decisão;
- Comunicação das minutas de contrato / termos de aceitação.

De referir as seguintes vantagens na automatização destes processos:

- Normalização da comunicação;
- Rapidez e fluidez do processo;
- Libertação de recursos humanos de tarefas rotineiras e sem valor acrescentado;
- Rastreabilidade da informação;
- Centralização da informação.

▪ **Formulário de Pedidos de Alteração (FPA)**

Foi desenvolvida e disponibilizada a possibilidade de submissão de Pedidos de Alteração a projetos SIAC, a partir de formulário específico, com integração e incorporação da informação no projeto.

Os objetivos propostos e vantagens espectáveis pela utilização do FPA são:

- Normalização da comunicação;

- Rapidez e fluidez do processo, através da validação *online* da informação a submeter, reduzindo o número de iterações para clarificações diversas;
- Rastreabilidade da informação;
- Registo de informação histórica, permitindo avaliar a recorrência de possíveis pedidos e constrangimentos de forma a implementar medidas corretivas;
- Centralização da informação;
- Integração automática dos pedidos, evitando a necessidade de repetição da inserção dos dados a alterar no projeto, reduzindo eventuais erros e/ou incorreções.

■ **Relatórios Intercalares de Execução**

Foram desenvolvidas e disponibilizadas funcionalidades de submissão pelos promotores, a partir do “Balcão”, de Relatórios Intercalares de Execução (RIE), utilizando como referência maquetes pré-definidas para as seguintes peças:

- RIE;
- Quadros de Pessoal;
- Lista de Empresas;
- Outras informações complementares.

Foram igualmente implementadas funcionalidades de envio de alertas aos promotores, relacionados, entre outros, com os períodos válidos para a submissão dos RIE, aumentando assim a interatividade e os mecanismos de relacionamento com o promotor.

Estas funcionalidades permitem a centralização da informação num único repositório de dados, ficando integrada e automaticamente disponível nos projetos em análise.

■ **Documentação e comunicação formal com parceiros (OI e PO Regionais)**

Foram implementados processos internos de documentação e comunicação das alterações efetuadas sobre as ferramentas existentes, bem como das novas funcionalidades e ferramentas disponibilizadas, com o objetivo de aumentar a visibilidade e funcionalidade do SIPOFC nos diversos intervenientes.

O processo de implementação de alterações ao SIPOFC passou a necessitar de elaboração de documentação técnica de suporte, que é devidamente comunicada aos *stake-holders* envolvidos em cada processo, reduzindo desta forma os possíveis constrangimentos resultantes de falta de entendimento comum.

■ **Bolsa de Descativação de Incentivos (BDI)**

Implementação de alertas e diversos mecanismos automáticos, com os seguintes objetivos:

- Disponibilização de informação atualizada e aumento de interação com o promotor;
- Automatização de processos que careciam de intervenção manual.

Foram introduzidos alertas através da geração e envio automático de um correio eletrónico para o promotor, sempre que exista:

- Uma entrada e/ou saída de projetos na BDI;
- Na sequência da submissão de uma candidatura por um promotor com projetos aprovados no âmbito de anteriores concursos dos SI QREN incluídos na BDI.

Foram implementados mecanismos adicionais de remoção de projetos da BDI, sempre que respeitem as condições previstas na OG n.º 10/2011.

▪ **Linha de Crédito Investe QREN**

Foi desenvolvido e disponibilizado o portal de acesso à linha de Crédito Investe QREN, acessível a todas as empresas com projetos aprovados no âmbito dos Sistemas de Incentivos do QREN e entidades beneficiárias do SIAC, que consolida informação existente no SIPOFC e informação de projetos disponibilizada pelo IFDR (SIAC, RAM e RAA).

Este portal permite efetuar simulações para o acesso ao financiamento específico desta linha, estando por isso espelhadas as regras e condições particulares para cálculo do valor máximo de financiamento do projeto em análise.

▪ **Formulários Eletrónicos de Candidatura**

Implementadas melhorias no processo de submissão de candidaturas, nomeadamente através do aumento da perçetibilidade e robustez, garantindo globalmente uma maior fiabilidade.

O processo de submissão passou a enquadrar as etapas com maior detalhe e clareza, evitando possíveis entendimentos erróneos, e garantindo um acompanhamento constante ao longo do processo, alertando o promotor para o impacto das opções tomadas em cada quadro.

Foi incluída a notificação ao promotor por correio eletrónico da confirmação de aceitação da candidatura.

▪ **Relatórios de Auditorias Internas**

Desenvolvimento e disponibilização de ferramenta para permitir o registo no SIPOFC dos resultados das diversas auditorias internas efetuadas no âmbito do Programa, evitando a dispersão da informação e possibilitando a sua integração com informação existente em sistema.

▪ **Fichas de Irregularidade (IFDR/IGF)**

Início de implementação de registo e elaboração de modelo do documento a enviar às entidades acima mencionadas.

Esta ferramenta pretende automatizar o processo de comunicação de irregularidades à OLAF (Organismo de Luta Antifraude), evitando o preenchimento manual do modelo previamente definido.

- **Conceito de AAC Contínuos**

Implementadas alterações ao SIPOFC para acomodar as necessidades específicas da existência de AAC em contínuo. Passou a existir a informação de fase do aviso, permitindo a diferenciação das candidaturas submetidas.

- **Ferramentas de Análise - FACI**

Foram atualizadas todas as ferramentas de análise envolvidas no âmbito dos concursos abertos adequando-as às novas necessidades decorrentes dos referidos avisos.

- **Formulários de Pedido de Pagamento e respetiva Ferramenta de Análise**

Foram introduzidas melhorias nos formulários e nas ferramentas no sentido de responder às necessidades específicas de cada tipologia de projeto, e.g. alterações decorrentes da OG n.º 4.REV3/2012, nomeadamente a remoção do documento de quitação do FPP (Formulário de Pedido de Pagamento) e de toda a documentação associada.

- **Calendarização semestral de execução – Exceções para cálculo de penalidades**

Foi implementada a possibilidade de excecionar o cálculo de penalidades.

ATIVIDADES DIVERSAS

Foram desenvolvidas diversas **alterações e atualizações na infraestrutura do COMPETE** com o objetivo de melhorar e racionalizar os recursos existentes, garantindo em simultâneo o elevado nível de disponibilidade necessário.

ORGANISMOS INTERMÉDIOS E SUBVENÇÕES GLOBAIS

De acordo com o modelo de governação do COMPETE, verificam-se duas situações em termos de competências na tramitação dos projetos rececionados no Programa:

- SAESCTN, SI I&DT, SI Inovação, SI Qualificação e Internacionalização das PME e SAMA - as competências de análise, contratação e acompanhamento da execução dos projetos, são delegadas nos Organismos Intermédios, assegurando a Autoridade de Gestão a competência exclusiva de aprovação de projetos;
- SAFPRI, SAMA – Operações Globais, SIAC e Assistência Técnica - todas as competências são exercidas diretamente pela Autoridade de Gestão.

Tabela 2.48: Organismos Intermédios Envolvidos na Gestão do COMPETE

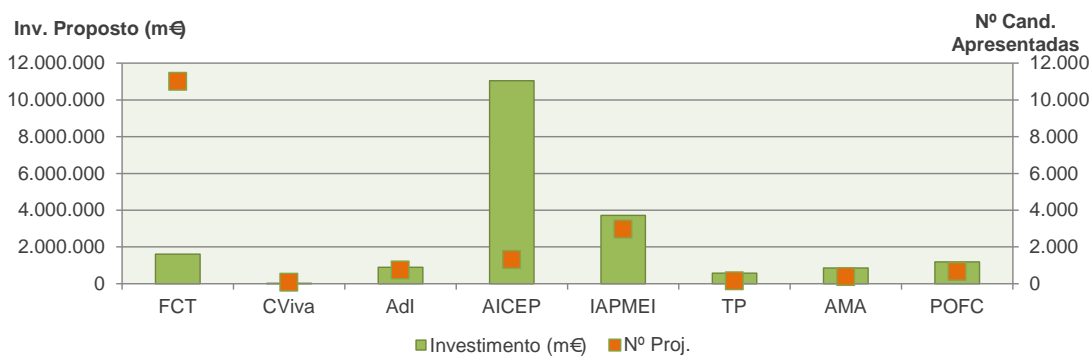
Eixo Prioritário	Instrumento	Organismo Intermédio	Observações
EIXO I - Conhecimento e Desenvolvimento Tecnológico	SAESCTN	FCT Ciência Viva	
	SI I&DT	IAPMEI Adl AICEP	
EIXO II - Inovação e Renovação do Modelo Empresarial e do Padrão de Especialização	SI Inovação	IAPMEI	
	SI Qualificação	AICEP	
	PME	Turismo de Portugal	
EIXO III - Financiamento e Partilha de Risco da Inovação	SAFPRI	-	Competência exclusiva COMPETE
EIXO IV - Uma Administração Pública Eficiente e de Qualidade	SAMA	AMA	
		-	Competência exclusiva COMPETE (referente às Operações Globais)
EIXO V - Redes e Ações Coletivas de Desenvolvimento Empresarial	SIAC	-	Competência exclusiva COMPETE
EIXO VI - Assistência Técnica	Assistência	-	Competência exclusiva COMPETE
	Técnica		

| 131

Fonte: SI POFC.

Relativamente às candidaturas rececionadas no COMPETE desde o início do Programa conclui-se que perto de 2/3 das mesmas se enquadra no SAESCTN, tipologia analisada pela FCT. Em termos de volume financeiro, destacam-se as candidaturas enquadradas no âmbito de análise da AICEP, que totalizam cerca de 56% do investimento total proposto ao COMPETE (referentes aos projetos de maior dimensão do SI Inovação e SI I&DT e aos projetos de internacionalização do SI Qualificação PME).

Gráfico 2.53: Candidaturas Rececionadas por Organismo Intermédio, 2007-2012



Fonte: SI POFC.

Sublinhe-se que foram assinados protocolos e contratos de delegação de competências com os Organismos Intermédios durante o ano de 2008 tendo, em relação à FCT, sido assinadas três adendas; uma 1.ª para adequação da tramitação inerente ao processo de auditoria, nos termos recomendados pela Comissão Europeia; uma 2.ª, em 2010, para especificar os termos da atribuição à FCT da função de transferência direta para os beneficiários, assumindo-se como Organismo Pagador; e uma 3ª, já no início de 2012, relativa à alteração da taxa máxima de financiamento do FEDER e a uma clarificação do montante de subvenção global disponível para o período 2007-2013.

A participação dos Organismos Intermédios IAPMEI e TP na gestão do Programa desenvolve-se também a nível financeiro, assumindo estes Organismos igualmente competências de Organismos Pagadores no âmbito do COMPETE. Para o efeito, foram celebrados, em 2008, protocolos entre a Autoridade de Gestão, o IFDR e cada um destes Organismos Pagadores, que estabelecem o regime de fluxos financeiros relativos aos Sistemas de Incentivos às empresas, através da delegação, pelo IFDR, da competência de transferência direta para os beneficiários.

SUBVENÇÕES GLOBAIS

Na sequência do Despacho n.º 3711/2010 de 12 de fevereiro, do Secretário de Estado Adjunto da Indústria e do Desenvolvimento, foi atribuída à FCT, enquanto Organismo Intermédio responsável por subvenção global, a função de transferência direta (pagamentos) para os beneficiários no âmbito das tipologias de projetos do SAESCTN, geridos pela mesma.

Durante o ano de 2012, registou-se uma clarificação do montante de subvenção global disponível para o período 2007-2013.

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO

Constituindo o principal fórum de reflexão estratégica do Programa, a Comissão de Acompanhamento assume-se como o principal órgão para, num espírito de parceria, promover o acompanhamento do Programa pelos principais *stakeholders*. Neste sentido, é composta por entidades públicas, nomeadamente Comissão Europeia, Ministérios, Organismos Intermédios, Autoridade de Certificação FEDER, Observatório do QREN, Autoridade de Auditoria, Associação Nacional de Municípios e outras Entidades Públicas, mas também os representantes dos parceiros económicos nomeados pelo Conselho Económico e Social (UGT, CPADA, CONFAGRI e CIP).

A fim de assegurar a coerência e complementaridade de ações financiadas pelos Fundos Estruturais e pela política de desenvolvimento rural, está prevista também a participação dos responsáveis pela gestão dos instrumentos de programação do FEADER, do FEP e FSE, bem como as Autoridades de Gestão dos outros PO Temáticos (POVT e POPH) e dos PO Regionais do Continente e das Regiões Autónomas.

Por decisão da Autoridade de Gestão, foram ainda convidadas entidades públicas com competências específicas em políticas públicas relacionadas com o Programa Operacional, designadamente a CGTP, CAP, CCP e CTP.

| 133

Visando assegurar a eficácia e a qualidade da execução do Programa, a Comissão de Acompanhamento tem como **principais responsabilidades**:

- Examinar e aprovar as alterações do conteúdo da decisão da Comissão Europeia relativa à participação dos fundos comunitários no Programa Operacional (Texto do Programa);
- Analisar e aprovar os critérios de seleção das operações a financiar;
- Avaliar periodicamente os progressos realizados na prossecução dos objetivos do Programa;
- Examinar e aprovar os relatórios anuais de execução;
- Apreciar os relatórios de Avaliação do Programa;

Durante o ano de 2012, teve lugar, a 20 de junho, a 6.^a reunião da Comissão de Acompanhamento do COMPETE, destacam-se, da agenda de trabalho, os seguintes pontos:

- Ratificação da aprovação da **ata da reunião n.º 5**, já efetuada por consulta escrita;
- Apresentação das linhas gerais da **reprogramação do COMPETE**, para posterior apresentação do documento completo e posterior aprovação através de consulta escrita;
- Apreciação e aprovação do **Relatório de Execução de 2011**;
- Apresentação de um **ponto de situação do COMPETE**, destacando aprovações e contratações, pagamentos e execução.

Foram ainda realizadas duas consultas escritas aos membros da Comissão de Acompanhamento, tendo sido aprovadas:

- A **reprogramação do COMPETE**, em conformidade com as conclusões da Resolução do Conselho de Ministros de reprogramação global do QREN (ver ponto 1);
- A alteração dos **critérios de seleção do SI I&DT e do SI Qualificação PME**, que foi proposta tendo em conta as conclusões/recomendações da avaliação operacional dos Sistemas de Incentivos (apresentada no Relatório de Execução do ano passado), visando a simplificação e o incremento da seletividade e grau de discriminação no apoio público a projetos de natureza empresarial.

ENCONTRO ANUAL

No âmbito do **Encontro Anual** realizado, para a análise anual dos Programas Operacionais FEDER e Fundo de Coesão, nos dias 20 e 21 de novembro de 2012, foram abordados os seguintes pontos, conforme agenda da Comissão Europeia:

- Ponto de situação - Implementação dos Programas, tendo sido realçada a melhoria da execução em 2012 no FEDER;
- Ponto de situação – Aplicação da meta N+3, tendo sido salientado o cumprimento das metas para 2012 em todos os PO, com exceção do PO Assistência Técnica;
- Ponto de situação dos Grandes Projetos aprovados;
- Medidas adotadas para reforçar a execução e respostas do QREN à situação económica atual, destacando-se o aumento das taxas de cofinanciamento, a anulação de compromissos sem potencial de execução (operação limpeza), a disponibilização da Linha de Crédito INVESTE QREN e a criação dos Programas Impulso Jovem e PAEL (Programa de Apoio à Economia Local);
- Ponto de Situação das reprogramações financeiras dos PO, tendo a CE informado que o processo estaria resolvido até ao final do ano (no caso do COMPETE, a reprogramação foi aprovada em dezembro, conforme ponto 1);
- Apresentação de iniciativas urbanas (incluindo sobre a Iniciativa Jessica);
- Ponto de situação dos exercícios de avaliação a realizar durante o ano seguinte;
- Ponto de situação do Empréstimo BEI;
- Apresentação das novas regras de Auxílios de Estado;

Na sequência da reunião, o IFDR, em articulação com o COMPETE, prestou toda a informação solicitada, no que se refere ao Programa.

OUTRAS PARCERIAS

COMISSÃO MINISTERIAL DE COORDENAÇÃO (CMC)

A Comissão Ministerial de Coordenação (CMC) do COMPETE é o órgão de direção política do Programa, tendo como função a coordenação global do mesmo.

No âmbito das suas competências, durante o ano em análise, a CMC:

- Aprovou, em janeiro de 2012, a alteração ao regulamento da Formação Profissional;
- Aprovou, em janeiro, agosto e em novembro de 2012, a alteração ao regulamento do SIAC;

- Aprovou, em janeiro de 2012, a alteração ao regulamento do SAESCTN;
- Aprovou, em janeiro de 2012, a proposta de revisão do Plano de Avaliação do COMPETE;
- Aprovou, em junho de 2011, o Relatório de Execução do COMPETE de 2011,
- Aprovou, em julho de 2012, a proposta de reprogramação do COMPETE apresentada pela Comissão Técnica de Coordenação do QREN;
- Aprovou, em setembro e em dezembro, a proposta de concursos para 2012-2013 (concursos em contínuo) dos Sistemas de Incentivos e dos restantes Instrumentos;
- Aprovou, em outubro de 2012, a alteração aos critérios de seleção do SI I&DT e do SI Qualificação PME;
- Aprovou, em agosto de 2012, a alteração ao regulamento do SAFPRI;
- Aprovou, em abril e agosto de 2012, a alteração ao regulamento do SAMA;
- Aprovou, em agosto de 2012, a alteração ao regulamento da Assistência Técnica;

INSTITUTO FINANCEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL (IFDR)

O IFDR é responsável pela coordenação e centralização das interações operacionais e financeiras da Autoridade de Gestão com a Comissão Europeia, bem como pela gestão dos fluxos financeiros entre a Comissão Europeia, a Autoridade de Gestão, os Organismos Intermédios e os beneficiários. Assegura e coordena a divulgação de informações de gestão sobre a execução do QREN, assim como a elaboração de normas e orientações técnicas para os Órgãos de Gestão.

No âmbito das suas competências de articulação com a Comissão Europeia, coube ao IFDR remeter toda a informação, enviada pelo COMPETE durante o ano, designadamente sobre certificação de despesas e pedidos de pagamento, previsão de pedidos de pagamento, Grandes Projetos e Relatório Anual de Execução.

Enquanto Entidade Pagadora do QREN, é competência do IFDR a gestão dos fluxos financeiros, designadamente os fluxos entre as contas bancárias do Fundo e as contas dos PO.

Relativamente à divulgação de informação sobre a gestão da execução do QREN, foi remetido mensalmente um conjunto de informação parametrizada pelo IFDR sobre a monitorização do Programa, bem como, quando solicitada, outra informação, nomeadamente relativa aos indicadores físicos de acompanhamento do COMPETE.

Cabe ainda ao IFDR a competência de gestão da base de dados dos apoios atribuídos ao abrigo da regra *de minimis*.

O IFDR assegurou ainda a coordenação técnica de iniciativas transversais a vários PO, nomeadamente a reprogramação estratégica do QREN e a operação limpeza.

OBSERVATÓRIO DO QREN

O Observatório do QREN é responsável pelo desenvolvimento das atividades técnicas de coordenação e monitorização estratégica do QREN.

A coordenação da Rede de Avaliação do QREN é assegurada pelo Observatório do QREN, tendo o COMPETE prestado toda a colaboração solicitada durante o ano de 2012 (conforme ponto 2.7.2 – Avaliação), nomeadamente participando em reuniões e discussões de trabalho, facultando informação diversa sobre o Programa e colaborando de forma ativa na elaboração das Cláusulas Técnicas da “Avaliação da Estratégia e do Processo de Implementação das EEC – tipologia Clusters”.

É igualmente da sua competência a definição de um conjunto de orientações transversais, a ser adotadas nos diversos Planos de Comunicação, tendo o COMPETE participado durante o ano nas reuniões da Rede Informal de Comunicação no âmbito do QREN (conforme ponto 6 - Participação na Rede Informal de Comunicação no âmbito do QREN).

PARCEIROS ECONÓMICOS E SOCIAIS

Para além do envolvimento dos parceiros económicos e sociais, através da sua participação na Comissão de Acompanhamento do COMPETE, destaque-se ainda o papel desenvolvido pelas Associações Empresariais dinamizadoras dos Pólos de Competitividade e outros Clusters, articuladamente com as Autoridades de Gestão (COMPETE e PO Regionais) no âmbito dos Sistemas de Incentivos às empresas, nomeadamente no processo de identificação das prioridades temáticas definidas para os concursos lançados no âmbito dos instrumentos COMPETE, designadamente Redes de Nova Geração, Energias Renováveis e Eficiência Energética, Aeronáutica e Indústria da Mobilidade.

2.7.2. Avaliação

A AG COMPETE atribui grande relevância à dimensão de avaliação das políticas públicas, pelo que no seu âmbito possui um **núcleo de reflexão específico qualificado**, potenciando a utilização das melhores abordagens metodológicas, um acompanhamento dos exercícios externos de avaliação muito interventivo, assim como uma participação ativa na Rede de Avaliação do QREN.

Possui igualmente um **sistema de monitorização** com dados micro que abrangem todo o ciclo de vida dos projetos, desde a fase de candidatura, análise, contratação, à fase de encerramento, que lhe permite, a um nível aprofundado, efetuar continuamente pontos de situação globais (PO, Eixos programáticos e instrumento de financiamento) e temáticos (inovação, internacionalização, empreendedorismo qualificado, I&DT, ambiente e eficiência energética, estratégias de eficiência coletiva, etc.) que animam reuniões de acompanhamento e reflexão com a tutela e demais parceiros, como sejam, os Organismos Intermédios e as Autoridades de Gestão dos cinco PO Regionais.

A riqueza da informação do SiPOFC e do acompanhamento efetuado permite considerar nos exercícios de avaliação um maior aprofundamento e complexidade na formulação das questões de avaliação.

Em 2012, o **Plano de Avaliação do COMPETE**, aprovado pela CMC em 18 de dezembro de 2008, foi objeto de terceiro ajustamento já no final do ano, traduzindo as alterações decorrentes do novo acordo ortográfico e a atualização da ficha relativa à Avaliação Intercalar do COMPETE (aditamento ao Plano Global e Avaliação do Quadro de Referência Estratégico Nacional e dos Programas Operacionais - PGA, submetido pelo Observatório do QREN à CMC do QREN a 6 de dezembro de 2012).

Os ajustamentos introduzidos na **Ficha de Avaliação Intercalar do COMPETE** refletem o conteúdo do Programa de Concurso lançado em julho de 2012. Neste domínio releve-se o esforço desenvolvido pelo Observatório do QREN que conseguiu uma autorização especial do Ministério das Finanças para o início dos procedimentos de contratação pública dos estudos de avaliação intercalar dos PO do QREN.

O **exercício de Avaliação Intercalar do COMPETE** constitui um elemento muito relevante para a Autoridade de Gestão, uma vez que identifica os primeiros resultados induzidos pelo Programa, e de forma particular, os contributos críticos para a preparação da Agenda da Competitividade e Internacionalização para o próximo período de programação de fundos estruturais (2014-2020).

O desenho das **Especificações Técnicas** contou com a colaboração do Observatório do QREN e do IFDR, no qual constam questões de natureza geral associadas aos objetivos estratégicos do Programa e questões de natureza específica que refletem um aprofundamento temático em domínios de particular acompanhamento no COMPETE.

Questões Associadas aos Objetivos do Programa:	
<p>Qualificação do tecido produtivo, por via do <i>upgrading</i> do perfil de especialização e dos modelos empresariais</p>	<ul style="list-style-type: none"> ■ Qual o contributo do COMPETE para a qualificação dos recursos e das estratégias das empresas alvo das intervenções (competências, estratégias, posicionamento na cadeia de valor)? ■ Qual o contributo do Programa para a alteração do perfil de especialização produtiva da economia portuguesa? ■ Qual o contributo do COMPETE para a melhoria da produtividade e competitividade das empresas alvo das intervenções, de forma particular nas PME? ■ Qual o contributo do capital de risco para a criação e desenvolvimento de empresas com elevada intensidade tecnológica e de conhecimento? ■ Qual o contributo do COMPETE para a melhoria da qualificação do capital humano nas empresas e na criação de postos de trabalho? ■ Qual o efeito de arrastamento na economia induzida pelos grandes projetos?
<p>Maior orientação para os mercados internacionais do conjunto da economia portuguesa, por via do incremento da produção transacionável ou internacionalizável</p>	<ul style="list-style-type: none"> ■ Qual o contributo do COMPETE para a internacionalização e o reforço das exportações nacionais, nomeadamente em domínios de maior intensidade tecnológica? ■ A prioridade atribuída à produção transacionável e a empresas exportadoras no âmbito dos concursos lançados contribui de forma significativa para atingir os objetivos estratégicos do Programa? ■ Qual o contributo do COMPETE para o aumento do valor acrescentado nacional nas exportações e da substituição de importações? ■ Quais os efeitos e resultados no reforço da internacionalização dos setores/ empresas decorrentes das ações coletivas (SIAC) e dos projetos conjuntos (SI Qualificação PME), atendendo à especificidade dos dois instrumentos?
<p>Qualificação da Administração Pública e da eficiência da ação do Estado, por via da modernização da Administração Pública e da promoção de uma cultura de serviço público centrado no cidadão e nas empresas</p>	<ul style="list-style-type: none"> ■ Qual o contributo do COMPETE para a diminuição dos custos de contexto empresariais, designadamente em termos aumento da previsibilidade, da transparência e da simplificação dos procedimentos administrativos? ■ Qual o contributo do COMPETE para o aumento da eficiência e a racionalização dos custos no âmbito da administração pública? ■ Quais os resultados das intervenções apoiadas sobre a qualidade dos serviços públicos e a facilitação no acesso aos serviços públicos por parte das empresas e dos cidadãos?

(continua)

(continuação)

<p>Promoção de uma economia baseada no conhecimento e na inovação, por via do estímulo ao desenvolvimento científico e tecnológico e do fomento do empreendedorismo</p>	<ul style="list-style-type: none"> ■ Qual o contributo do COMPETE para o aumento das despesas em I&DT empresarial? ■ Qual o contributo do COMPETE para a criação de novos produtos/ processos? ■ Qual o contributo do COMPETE para o reforço da articulação entre empresas e centros de saber, e para a aceleração da difusão, transferência e utilização de tecnologias, conhecimento e resultados de I&DT por parte das empresas (projetos individuais e coletivos); ■ Qual o contributo do COMPETE para o reforço do empreendedorismo qualificado e a criação e desenvolvimento de novas empresas inovadoras em domínios de risco tecnológico? ■ Qual o contributo do COMPETE para a evolução dos indicadores internacionais de inovação e competitividade, de forma particular no setor empresarial?
---	---

| 139

Questões de Aprofundamento Temático

Financiamento e partilha de risco (Eixo III)

- Os instrumentos operacionalizados (Linhas de Crédito, Fundos de Capital de Risco e Linha de Financiamento a *Business Angels*) permitiram cobrir falhas de mercado no contexto financeiro e empresarial português, tendo em conta os objetivos do COMPETE?
- Quais os resultados da comparação destes instrumentos com os tradicionais Sistemas de Incentivos (operacionalização, acompanhamento, tipologia de empresas financiadas e benefício para as mesmas);
- Qual o impacto dos instrumentos criados no SAFPRI no mercado financeiro e de capital de risco, em especial no financiamento de empresas nas fases iniciais?

Criação de novos conhecimentos científicos e tecnológicos (Eixo I - SAESCTN)

- Quais os principais resultados ao nível do aumento e consolidação das capacidades e promoção da excelência das Unidades de I&D visando a criação de uma base sólida de conhecimento e capacidades científicas relevantes para a competitividade empresarial?
- Qual o contributo do COMPETE para a produção científica nacional (patentes, publicações, e outros indicadores de output) e sua relevância no quadro dos indicadores internacionais?
- Quais as expectativas ao nível da apropriação dos resultados dos projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico (IC&DT) pela economia?
- Qual o contributo dos projetos apoiados para a participação nacional em plataformas e redes de conhecimento internacionais?

Redes e Ações Coletivas (Eixo V - SIAC)

- Quais os efeitos induzidos pela disseminação de conhecimento e disponibilização de bens públicos decorrente das ações coletivas?
- Os meios de difusão utilizados foram os mais adequados para atingir os públicos-alvo?
- Qual o valor acrescentado, por tipologia, dos produtos gerados no âmbito das ações coletivas (bens e serviços comuns) para a melhoria da competitividade das empresas alvo?

O procedimento de **concurso internacional limitado por prévia qualificação** foi remetido para o JOUE e DR a 12 de julho de 2012, as candidaturas para qualificação foram rececionadas até ao dia 21 de agosto e as propostas, até ao dia 6 de novembro. O processo decorreu dentro da normalidade, tendo sido selecionado o consórcio Augusto Mateus & Associados, Sociedade de Consultores, Lda. e PricewaterhouseCoopers, tendo o contrato sido assinado a 29 de janeiro de 2013. O custo do estudo de avaliação ascende a 180 mil euros (acrescidos de IVA).

Estão contratualmente estabelecidos **4 Relatórios**, sendo que o Relatório Final está previsto para 30 de setembro de 2013. Foram rececionados o Relatório Inicial e uma Síntese de Progresso, encontrando-se previsto para 12 de junho a entrega do Relatório Intercalar.

Outro processo de avaliação em que o COMPETE esteve particularmente envolvido reporta à **Avaliação da Estratégia e do Processo de Implementação da EEC** - tipologia Clusters, dada a sua responsabilidade em matéria de acompanhamento e monitorização dos Polos de Competitividade e Clusters reconhecidos.

| 140

O procedimento concursal só foi possível publicar em DR a 28 de março de 2012, um ano após se ter iniciado o processo de solicitação de autorização para início do procedimento de contratação pública (envio pelo Observatório do QREN à CMC QREN a 21 de março de 2011).

Tratando-se de um instrumento de política horizontal no QREN, o **curso limitado por prévia qualificação** foi lançado pelo Observatório do QREN. O COMPETE participou no Júri do Concurso Público e assumiu a coordenação do grupo de acompanhamento da avaliação.

O processo decorreu dentro da normalidade, tendo sido selecionado o consórcio Sociedade Portuguesa de Inovação - Consultoria Empresarial e Fomento da Inovação, SA e Inno TSD. O contrato foi assinado a 2 de agosto de 2012 e ascendeu a 109.950 euros (acrescidos de IVA).

O Relatório Final e os 3 volumes de Anexos foram rececionados em março e aprovados em abril de 2013. No dia 19 de abril foi efetuada uma sessão pública de apresentação das principais conclusões e recomendações do estudo, envolvendo todos os *stakeholders* do processo de avaliação (para maior detalhe consultar ponto 3.5). O Relatório Final encontra-se desde essa data disponível para consulta no *website* do Observatório do QREN e no sítio específico dos Polos de Competitividade no *website* do COMPETE.

Sendo o objeto em avaliação um instrumento de natureza inovadora em Portugal, a **interação entre as equipas de acompanhamento e avaliação** foi muito profícua e envolveu um conjunto alargado de peritos internacionais, permitindo um processo de aprendizagem ao longo do período de realização da avaliação.

O COMPETE participou ainda em 2012 em vários **grupos de acompanhamento de avaliações** relativas a domínios transversais do QREN:

- Avaliação Específica com vista à Simplificação Administrativa no âmbito do FEDER e Fundo de Coesão;
- Meta avaliação do 1.º ciclo de avaliações do QREN e dos PO (2007-2013);

- Avaliação Estratégica do QREN 2017 – 2013 - lote 3 (Contributo do QREN para a inovação e a internacionalização das empresas, em particular das PME);
- Avaliação Estratégica do QREN 2017 – 2013 - lote 4 (Contributo das intervenções do QREN em contexto urbano para o aumento da eficiência energética).

A **Rede de Avaliação do QREN**, fórum de articulação, de disseminação de conhecimento e de partilha de experiências em matéria de avaliação, reuniu duas vezes em 2012:

- 13.^a reunião (20 de julho): i) balanço da implementação dos Planos de Avaliação; ii) preparação das avaliações intercalares; iii) balanço do estudo de avaliação contrafactual de impactos; iv) *workshop* “Políticas públicas orientadas para resultados: from spending to performance” (contando com a presença de Joaquim Oliveira Martins, coordenador da Unidade de Política de Desenvolvimento Regional da OCDE, e da Veronica Gaffey, chefe da Unidade de Avaliação da DG REGIO, e da Ines Hartwig, da Unidade de Avaliação DG Emprego, Assuntos Sociais & Inclusão);
- 14.^a reunião (20 de novembro): i) balanço da implementação dos Planos de Avaliação; ii) processo de revisão do Plano Global de Avaliação do QREN e dos PO (PGA) e dos Planos de avaliação dos PO; iii) metodologia e resultados do processo de *desk research* da Meta Avaliação do 1.º ciclo de avaliações do QREN e dos PO (2007-2013).

Para além dos **pontos de situação** em relação à concretização dos Planos de Avaliação de cada um dos PO assim como do IFDR, IGFSE e Observatório do QREN, foram apresentadas e debatidas as novas orientações em matéria de formulação dos Programas para o próximo período de programação, nomeadamente ao nível dos indicadores e do enfoque nos resultados (não nas realizações). Tal constitui um relevante desafio para as futuras estruturas de gestão, para a montagem dos seus sistemas de monitorização, assim como a assunção de um maior nível de comprometimento em dimensões temáticas que permitam mensurar as mudanças induzidas pela implementação dos PO.

De relevar, também, as **sessões de grupo** dinamizadas pela entidade responsável pela realização da Meta Avaliação, permitindo uma aberta e franca reflexão em torno dos procedimentos contratuais (adjudicação direta vs. concurso público), do processo de construção dos termos de referência e do processo de acompanhamento das avaliações.

Por último, refira-se a contratualização por parte do COMPETE do estudo visando o **Diagnóstico ao reembolso dos incentivos reembolsáveis do PRIME** e a Revisão do modelo de incentivos reembolsáveis (Capgemini Portugal – Serviços de Consultoria e Informática, SA).

2.7.3. Avaliação Ambiental Estratégica (AAE)

AValiação e controlo dos efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação dos apoios do COMPETE

A MONITORIZAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

| 142

No âmbito do Relatório de Execução de 2010 foi apresentado um primeiro balanço dos resultados obtidos pelo sistema de monitorização ambiental estratégica aplicado ao PO – e que envolve, na sua dimensão plena, todas as Autoridades de Gestão dos PO financiados pelo FEDER e/ou FdC, o IFDR e o Observatório do QREN – e que se destina, de forma contínua, a aferir os efeitos significativos sobre o ambiente decorrentes da execução do COMPETE, e, simultaneamente, a avaliar em que medida estão a ser consideradas as recomendações dirigidas ao Programa (inscritas no Relatório Ambiental da AAE²⁹).

O capítulo apresentado no Relatório de Execução de 2010, em conjunto com o Relatório de Avaliação e Controlo dos Efeitos no Ambiente decorrentes da aplicação do QREN, traduziu um primeiro reporte enquadrado nos requisitos de continuidade inerentes ao regime de AAE³⁰.

A metodologia adotada para a componente de participação do público e envolvimento dos agentes no processo – constituída por um evento de divulgação e discussão pública, realizado em Beja a 8 de outubro de 2010 e pela disponibilização do Relatório de Avaliação e Controlo dos Efeitos no Ambiente decorrentes da aplicação do QREN no *website* do QREN - permitiu constatar o interesse sobretudo dos parceiros institucionais do sector ambiental nos resultados do exercício efetuado pelas Autoridades de Governação e de Gestão do QREN tendo em conta a natureza inédita do mesmo e um insuficiente envolvimento dos parceiros sociais nos processos de avaliação ambiental estratégica na sua fase de monitorização. Acresce ainda que, na sequência do envio do referido Relatório à Agência Portuguesa do Ambiente, o mesmo foi disponibilizado no *website* daquela instituição.

No quadro das exigências estabelecidas pelo regime nacional da avaliação ambiental estratégica, será aqui apresentado um novo balanço dos resultados obtidos pelo sistema de

²⁹ A AAE das intervenções estruturais co-financiadas pelo FEDER e pelo Fundo de Coesão, foi desenvolvida em 2007 por uma equipa independente constituída por especialistas em ambiente da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa e dela resultou o Relatório Ambiental que constitui a base de referência para a monitorização ambiental estratégica.

³⁰ De acordo com o Decreto-Lei n.º 232/2007, as “Entidades responsáveis pela elaboração do Programa deverão avaliar e controlar os efeitos significativos no ambiente decorrentes da sua aplicação (...) e “Os resultados do controlo são divulgados pelas entidades referidas (...) através de meios electrónicos e atualizados com uma periodicidade mínima anual”. O mesmo diploma define ainda que “Os resultados do controlo realizado (...) são remetidos à APA, cabendo a esta entidade, por sua vez, assegurar o intercâmbio dessa informação com a Comissão Europeia, bem como a sua disponibilização a todos os interessados”.

monitorização ambiental estratégica aplicado ao PO, que serão incorporados no Segundo Relatório de Avaliação e Controlo dos Efeitos no Ambiente decorrentes da aplicação do QREN, o qual será objeto de divulgação pública.

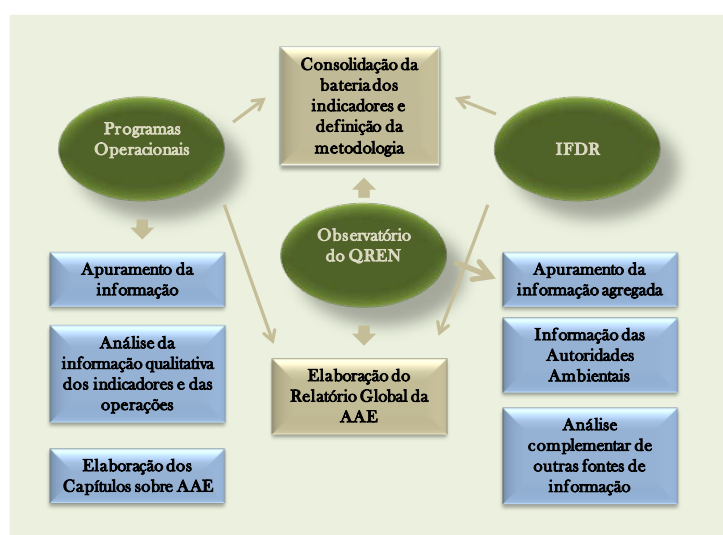
CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA DE MONITORIZAÇÃO AAE

A criação e consolidação do sistema de avaliação ambiental estratégica e os produtos que dele derivam configuram-se como exercícios complexos, em progressivo aperfeiçoamento, tal como se pode inferir do quadro de responsabilidades ilustrado na figura 2.3.

| 143

No reporte referente a 2010 a quantificação de alguns dos indicadores de monitorização ambiental estratégica (adiante designados pelo acrónimo MEA) não foi viável: por um lado, em algumas áreas, ainda não se registavam, à data de análise daquele exercício, operações aprovadas e contratadas, pelo que a sua quantificação não se justificava; por outro, alguns destes indicadores não são quantificáveis por dificuldade no seu apuramento, requerendo procedimentos específicos de cálculo ou estimação, cuja concretização se verificará apenas em futuros exercícios, beneficiando do recurso a especialistas externos³¹. Na mesma situação encontram-se alguns dos indicadores de mensuração das Recomendações, cuja informação passível de recolha pela Autoridade de Gestão requer um reforço de apuramento através de estudos de caso e avaliações específicas.

Figura 2.3: Quadro de Responsabilidade na Monitorização Ambiental Estratégica



Fonte: Observatório do QREN.

³¹ Estão neste caso, por exemplo, os indicadores referentes a emissões GEE ou de consumos energéticos.

Atendendo, assim, às necessidades de recolha e de análise de informação que emergiram do exercício de 2011, foram definidos os seguintes mecanismos suplementares de aferição:

- Realização de estudo relativo a Alterações do Uso do Solo induzidas pelos Projetos Apoiados e a Afetação de Ecossistemas Sensíveis para a conservação da natureza (este estudo apresentará informação em 3 momentos – no início de 2012 relativo aos anos anteriores, após o que será atualizado em 2013 e 2014); o estudo contribuirá para i) identificar as alterações de uso do solo diretamente induzidas pelos projetos apoiados e para ii) identificar a contribuição do PO para os seguintes objetivos estratégicos³² estabelecidos na Avaliação Ambiental Estratégica:
 - Reduzir a taxa de perda de biodiversidade;
 - Reduzir as pressões humanas sobre a biodiversidade;
 - Manter a integridade e a provisão dos bens e serviços dos ecossistemas;
- Realização de avaliação no início de 2013 sobre consumo de materiais associados à execução de projetos apoiados pelo PO incorporando as seguintes dimensões: padrão de consumo de materiais associado aos projetos apoiados; intensidade de materiais dos projetos apoiados; padrão de consumo de energia dos projetos apoiados; intensidade energética dos projetos apoiados; padrão de consumo de água dos projetos apoiados.

EFEITOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO COMPETE COM BASE NOS INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO ESTRATÉGICA AMBIENTAL

A análise que a seguir se apresenta pretende refletir duas dimensões fundamentais do processo de monitorização ambiental estratégica: a aferição do desempenho ambiental e de sustentabilidade do PO e a aferição do grau de cumprimento das recomendações da AAE nas quais o mesmo é implicado.

Este exercício, na sua componente de aferição de desempenho ambiental e de sustentabilidade, pressupõe que fossem associados aos objetivos estratégicos definidos em AAE os regulamentos e as tipologias de intervenção que para aqueles contribuía, bem como uma adequada seleção de indicadores para a mensurabilidade do efeito produzido pelo PO nos mencionados objetivos estratégicos.

Da leitura do ponto 2.2.3 e da análise dos indicadores ambientais do Programa, verifica-se a importância dada à temática Ambiente e Eficiência Energética no âmbito do COMPETE.

Apresentam-se de seguida os indicadores de monitorização estratégica ambiental.

³² A prossecução destes objetivos pressupõe a salvaguarda das Áreas Classificadas (AC) para a conservação da natureza e da biodiversidade, designadamente, os sítios da Rede Natura 2000 (ZPE e ZEC) e as áreas da Rede Nacional de Áreas Protegidas (AP). Este indicador permite determinar a extensão de sobreposição das intervenções apoiadas com as AC.

▪ **MEA1. População servida pelas lojas do cidadão, centros multisserviços e balcões únicos**

Conforme analisado no ponto 3.4 – Realização do Eixo IV, o SAMA – Sistema de Apoios à Modernização Administrativa visa criar condições para uma Administração Pública mais eficiente e eficaz, através do desenvolvimento de operações estruturantes orientadas para a redução dos denominados “custos públicos de contexto” no seu relacionamento com os cidadãos e as empresas, procurando facilitar o acesso, através de meios não presenciais, de todos os cidadãos e empresas aos serviços prestados pela Administração Central. Assim, considera-se que toda a população nacional é potencial utilizadora dos 1.433 centros multisserviços e balcões únicos previstos nos projetos SAMA contratados no final do ano de 2012.

▪ **MEA2. Redução do número de contactos necessários entre o cidadão e/ou as empresas e a AP em processos administrativos**

Tendo em conta os projetos SAMA contratados, foi possível reduzir o número de contactos necessários entre o cidadão e/ou as empresas e a Administração Pública em 48%.

▪ **MEA 3. Redução dos tempos médios de espera em serviços públicos**

Face aos tempos médios de espera dos serviços públicos, estima-se uma redução de 58% após a implementação dos projetos SAMA contratados.

▪ **MEA 4. Serviços *on-line* orientados para empresas disponibilizados por entidades públicas**

Das entidades com projetos SAMA contratados, verifica-se que 84 disponibilizavam serviços *on-line*, estando previsto, no pós-projeto, que mais 62 os passassem a disponibilizar, representando assim 92% do total.

▪ **MEA 8. Taxa de desmaterialização dos serviços da administração pública**

O aumento do nível de utilização de processos administrativos não presenciais, medido através da utilização via *internet* e telefone, registado nos projetos SAMA contratados foi de 115%.

No âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica foi proposto um conjunto de indicadores que vertessem as preocupações constantes nas referidas recomendações.

▪ **RE1. Rácio de integração de critérios ambientais na avaliação de candidaturas (I 1)**

Conforme explicitado atrás, a totalidade dos apoios empresariais estão subordinados ao estrito cumprimento das regras ambientais, considerando-se, assim, que integram critérios ambientais na avaliação ao nível da admissibilidade das candidaturas.

Em relação aos restantes instrumentos (Apoio à Ciência, Administração Pública, Inovação Financeira, Ações Coletivas e Assistência Técnica), não é aplicável esta exigência.

Assim, verifica-se que os projetos contratados no âmbito dos Sistemas de Incentivos e que, portanto, integram critérios ambientais na sua admissibilidade, representam 45% do total de projetos contratados e 67% do apoio atribuído.

▪ **RE2. Rácio de intervenções de natureza imaterial (I 2) e Rácio de investimento em intervenções de natureza imaterial (I 3)**

Conforme foi explicitado no ponto 1.1 – Apresentação do Programa, a concretização dos objetivos estratégicos delineados para a Agenda da Competitividade passou pela criação de instrumentos que valorizassem o apoio a fatores imateriais e à inovação.

Assim, considera-se que a quase totalidade dos mecanismos de apoio visa ações imateriais, nomeadamente à I&D (SAESCTN, SI I&DT), fatores dinâmicos de competitividade (SI Qualificação PME), capital de risco e garantias (SAFPRI), modernização da Administração Pública (SAMA), ações coletivas (SIAC) e assistência técnica do Programa.

Deste modo, apenas o SI Inovação visa o apoio a projetos de natureza mais material. No entanto, saliente-se que estes apoios (de inovação produtiva e empreendedorismo qualificado) estão subordinados à implementação de ações que representem inovação a nível nacional ou regional.

Conclui-se assim que os projetos contratados de natureza imaterial representam 89% do total de projetos, 39% do investimento total e 51% do incentivo contratado.

▪ **RE3. Rácio de projetos de ID&T no domínio do ambiente (I 4) e Rácio de financiamento em ID&T no domínio do ambiente (I 5)**

Este indicador será contabilizado em sede de Relatório Global do QREN.

▪ **RE4. Rácio de projetos de inovação empresarial no domínio do ambiente (I 6) e Rácio de financiamento em inovação empresarial no domínio do ambiente (I 7)**

No âmbito dos Sistemas de Incentivo de fomento à inovação, conforme referido no ponto 2.2.3, está previsto o apoio a projetos do SI Qualificação PME que visam a qualificação das empresas nas áreas de ambiente e eficiência energética e, ao nível do SI Inovação, o apoio a projetos de inovação com despesas elegíveis também nestas áreas.

Assim, numa visão mais lata do conceito de ambiente, que inclui os projetos com investimentos elegíveis nas tipologias de investimento ambiente, qualidade, responsabilidade social e segurança e saúde no trabalho e diversificação e eficiência energética bem como os projetos inseridos no PCT da Energia, classificados com o código *earmarking* 06, 39, 40, 41, 42 e 43 ou inseridos numa CAE de Energias Renováveis ou Eficiência Energética (35111 – 35113), constata-se que foram contratados nestes Sistemas de Incentivos 724 projetos (33% do número de projetos total contratado) com um investimento elegível nas respetivas áreas de 136,6 milhões de euros (3% do total).

▪ **RE5. Rácio de adoção de instrumentos e práticas de gestão ambiental em empresas (I 8) e Rácio de financiamento em empresas com adoção de instrumentos e práticas de gestão ambiental (I 9)**

Este indicador será contabilizado em sede de Relatório Global do QREN.

▪ **RE6. Rácio de adoção de instrumentos e práticas de gestão ambiental na administração pública (I 10) e Rácio de financiamento a serviços públicos com instrumentos e práticas de gestão ambiental (I 11)**

Este indicador será contabilizado em sede de Relatório Global do QREN.

▪ **RE8. N.º de operações de ações de divulgação, comunicação e formação ambiental (I 13) e Pessoas beneficiadas por ações de divulgação, comunicação e formação ambiental (I 14)**

No SIAC, foram apoiados 39 projetos com intervenção na área do ambiente com um investimento elegível de 8,1 milhões de euros, totalizando 97 ações coletivas se se incluírem os projetos de eficiência energética e responsabilidade social, com um investimento elegível associado de 20,3 milhões de euros. Os referidos projetos apresentam, como meio de difusão do conhecimento para a economia, a realização de Estudos, sítios da *internet*, manuais e ações de sensibilização.

▪ **RE9. Rácio de projetos visando a implementação de medidas preventivas e proativas de proteção ambiental (I 15)**

No âmbito dos instrumentos de apoio direto a empresas, existem duas tipologias de natureza preventiva e proativa na resolução dos problemas ambientais:

* no SI Inovação (Introdução de melhorias tecnológicas com impacte relevante ao nível da produtividade, do produto, das exportações, do emprego, da segurança industrial ou da eficiência energética e ambiental);

* no SI Qualificação PME (Ambiente — investimentos associados a controlo de emissões, auditorias ambientais, gestão de resíduos, redução de ruído, gestão eficiente de água, introdução de tecnologias eco-eficientes, bem como certificação, no âmbito do SPQ, de sistemas de gestão ambiental, obtenção do rótulo ecológico, Sistema de Eco-Gestão e Auditoria (EMAS)).

Foram contratados 20 projetos com um investimento elegível de 1,1 milhões de euros no âmbito das referidas tipologias de apoio do SI Inovação.

Quanto ao SI Qualificação PME, foram contratados 192 projetos com um investimento na área do ambiente de 11,8 milhões de euros.

Está ainda prevista esta tipologia no âmbito do SI I&DT – Vale I&DT, tendo sido aprovados 4 projetos com um investimento elegível de 99 mil euros.

No âmbito do COMPETE, não está previsto qualquer tipo de apoio “fim-de-linha”.

No Anexo VII encontra-se a lista completa dos Indicadores de Monitorização Estratégica Ambiental e Sustentabilidade.



EXECUÇÃO POR EIXO PRIORITÁRIO

Neste ponto efetua-se uma análise da realização do Programa, ao nível dos seus Eixos Prioritários, focando candidaturas, aprovações e indicadores de realização, sendo apresentados, igualmente, alguns exemplos de projetos considerados como boas-práticas.

3.1 EIXO PRIORITÁRIO I – CONHECIMENTO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

Dedicado à Ciência e à promoção da Investigação e Desenvolvimento Tecnológico (I&DT), com particular incidência sobre o contexto empresarial, o Eixo I do COMPETE tem como **objetivos**:

- Estimular a criação de novos conhecimentos nas instituições científicas e tecnológicas, num quadro de maior focalização das atividades de I&D, face às prioridades europeias e nacionais e atuando diretamente no reforço das suas capacidades científicas e tecnológicas e sobre a sua visibilidade internacional;
- Intensificar o esforço de I&DT empresarial e a articulação entre empresas e centros de saber, acelerando a difusão, transferência e utilização de tecnologias, conhecimento e resultados de I&DT por parte das empresas.

Para a concretização destes objetivos foram criados dois **instrumentos** (cf. Tabela 1.1):

- SAESCTN – Sistema de Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional, dirigido a instituições do Sistema Científico e Tecnológico;
- SI I&DT – Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico, dirigido às empresas.

Na realidade, estes dois instrumentos convergem, atuando quer do lado da oferta, através da capacitação e disponibilização de uma base de conhecimento científico e tecnológico ao nível do estado da arte em termos internacionais, quer da dinamização de uma procura empresarial exigente e qualificada em matéria de fatores tecnológicos. Por via desta complementaridade contribui-se para potenciar a competitividade da economia nacional através da inovação tecnológica por via do desenvolvimento, facilitação do acesso e incorporação na estrutura produtiva de novos conhecimentos científicos e tecnológicos.

3.1.1. Cumprimento de metas e análise de progressos

Analisando os Indicadores de realização previstos para o Eixo I constata-se o elevado nível de cumprimento das metas definidas para o final do Programa, revelando a coerência entre as aprovações realizadas e os objetivos fixados, nomeadamente face à relevância do I&D empresarial, em especial no que se refere aos projetos de fomento da cooperação entre as empresas e as entidades do sistema científico e tecnológico nacional, e à valorização dos projetos de I&D com uma elevada componente de demonstração tecnológica dos resultados obtidos.

Registe-se ainda o incremento verificado no indicador referente ao incentivo à participação de instituições portuguesas em projetos comunitários de I&DT, ainda abaixo da meta fixada, que aumentou em 30% face a 2011. Neste sentido, é esperado o cumprimento deste indicador até ao final do Programa.

Salienta-se ainda que, tal como referido no ponto 3.5.2 (análise qualitativa do Eixo V), está prevista a participação de cerca de 300 entidades nacionais no 7.º Programa Quadro da União Europeia, decorrente da aprovação de 24 projetos enquadrados no aviso de abertura de concurso específico do SIAC, que não está contabilizada na aferição do referido indicador.

Nos Anexos VIII e IX poderá ser analisada a bateria de indicadores com um maior detalhe.

Tabela 3.1: Indicadores de Realização do Eixo I, 2007-2012

Indicador	Metas		Cumprimento Atual	
	2010	2015	2007-2012	Sim/Não
RELEVÂNCIA DA I&D EMPRESARIAL (Investimento de I&D empresarial) / (Investimento total em I&D)	35%	50%	67%	Sim
RELEVÂNCIA DAS ATIVIDADES DE I&D EM CONSÓRCIO (Investimento de I&D em cooperação) / (Investimento total em I&D)	12%	30%	51%	Sim
APOIO A PROJETOS E ATIVIDADES DE VALORIZAÇÃO DE RESULTADOS DE I&DT (Investimento em atividades de demonstração tecnológica) / (Investimento total em I&D)	15%	25%	34%	Sim
INCENTIVO À PARTICIPAÇÃO DE INSTITUIÇÕES PORTUGUESAS EM PROJETOS COMUNITÁRIOS DE I&DT (N.º de entidades participantes em projetos comunitários)	150	100	73	Não

Fonte: SI POFC.

Tabela 3.2: Indicadores Comuns Comunitários do Eixo I, 2007-2012

Áreas	Indicador	Eixos Relevantes	Valor
Emprego criado	1. Empregos criados (empregos diretos criados, em equivalente tempo inteiro) (*)	Total do PO	66
Investigação e Desenvolvimento Tecnológico	4. N.º de projetos de I&DT	Total do PO	2.730
	5. N.º de projetos de cooperação empresas - instituições de investigação	Eixo I	284
	6. Empregos na investigação criados (*)	Eixo I	66
Ajudas diretas ao investimento nas PME (**)	7. N.º de projetos	Eixos I, II e III	347
	8. dos quais: n.º de <i>start-ups</i> apoiadas (empresas com menos de dois anos)	Eixos I e II	47
	9. Empregos criados (em equivalente tempo inteiro) (*)	Eixos I e II	66
	10. Investimento total induzido (em milhões de euros)	Eixos I, II e III	102
Sociedade de Informação	11. N.º de projetos	Total do PO	129
	23. N.º de projetos	Total do PO	11
Energias Renováveis	24. Capacidade suplementar de produção de energia a partir de fontes renováveis (em MWh)	Total do PO	(***)
Turismo	34. N.º de projetos	Total do PO	0
	35. N.º de empregos criados (em equivalente tempo inteiro) (*)	Total do PO	0
Saúde	38. N.º de projetos	Total do PO	14

Notas: (*) Apesar de se tratarem de Indicadores de Resultado, são apresentados os dados provisórios contratualizados com o promotor; (**) Considera-se como relevante o contributo do Eixo I para Ajudas Diretas ao Investimento nas PME, apesar do mesmo não estar previsto no texto do PO; (***) Indicadores que deverão ser aferidos com base em Avaliação específica. Fonte: SI POFC.

3.1.2. Análise qualitativa

O Eixo I registava, no final de 2012, um total de 12.481 candidaturas entradas (72% do total de candidaturas do Programa), envolvendo mais de 3,3 mil milhões de euros de investimento. Destas, encontravam-se aprovados 2.753 projetos, com um incentivo associado de 598 milhões de euros.

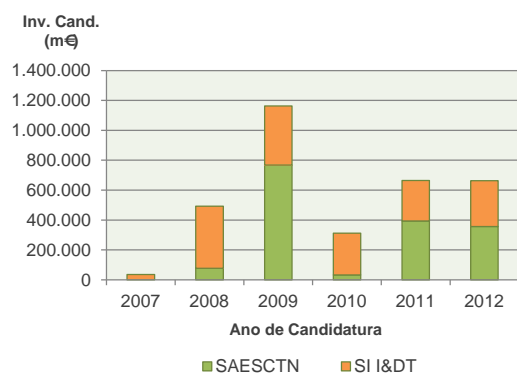
Tabela 3.3: Candidaturas e Projetos Aprovados do Eixo I por Instrumento, 2007-2012

Instrumento	Candidaturas		Projetos Aprovados		
	(2007-2012)		(2007-2012)		
	N.º Proj.	Investimento	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
SAESCTN	11.077	1.627.903	2.142	305.201	258.876
SI I&DT	1.404	1.703.904	611	646.862	339.362
TOTAL EIXO I	12.481	3.331.807	2.753	952.063	598.238

Fonte: SI POFC.

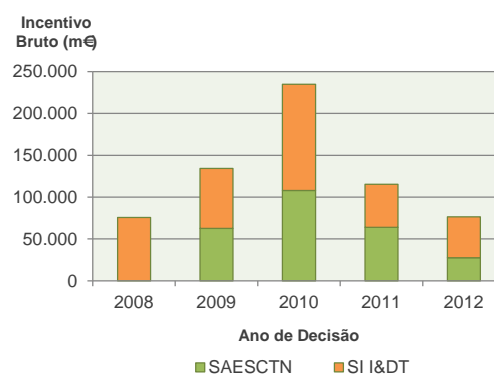
Relativamente a 2011, verificou-se um aumento da procura em termos de número de candidaturas (mais 150 candidaturas), tendo o investimento correspondente se situado sensivelmente ao mesmo nível do ano anterior, sendo de realçar um peso ligeiramente superior da componente de I&D empresarial. O ano de 2009 continuou a ser o principal ano no que concerne ao número de candidaturas entradas, consequência dos concursos SAESCTN lançados nesse ano (em especial dos AAC n.º 01/SAESCTN/2008 e n.º 14/SAESCTN/2009, dois concursos de âmbito alargado para a apresentação de projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico em todos os domínios científicos, que obtiveram, no total, mais de 5 mil candidaturas).

Gráfico 3.1: Evolução das Candidaturas, 2007-2012



Nota: Inclui desistências e anulações. Fonte: SI POFC.

Gráfico 3.2: Evolução das Aprovações, 2007-2012



Nota: Inclui anulações. Fonte: SI POFC.

No que se refere a **aprovações**, verificou-se uma diminuição do incentivo bruto aprovado (incentivo aprovado no ano sem reflexo de posteriores descativações decorrentes de anulações ou encerramentos) relativamente a 2011, acentuada sobretudo nos projetos SAESCTN. Com efeito, não obstante ter sido lançado o concurso 01/SAESCTN/2012 no primeiro semestre de 2012 com uma dotação inicial de 20 milhões de euros, a aprovação final do mesmo pela Autoridade de Gestão somente ocorreu já no primeiro trimestre de 2013, contrariamente às previsões iniciais. A elevada procura registada (2.637 candidaturas) e o consequente atraso no respetivo processo de avaliação por peritos internacionais foram as causas principais dos atrasos registados. Por consequência, em sede de aprovação do concurso o montante de dotação foi reforçado para 33,8 milhões de euros.

Relativamente à distribuição regional, verifica-se uma forte concentração dos apoios na Região Norte (58% do incentivo aprovado), face às restantes Regiões de Convergência (Centro e Alentejo). Por oposição, realce-se que o incentivo orientado para as regiões de não-convergência Lisboa e Algarve, concedido ao abrigo da regra *spill-over effects* e no âmbito dos projetos de Co-promoção do SI I&DT (ponto 2.1.3), representa menos de 3%.

Não tendo o contribuído direto para a promoção da igualdade entre homens e mulheres, o SAESCTN, tal como a totalidade dos apoios concedidos pelo Programa incorpora as preocupações no sentido de garantir a não-discriminação e a igualdade de oportunidades na execução dos projetos (ver ponto 2.2.4).

Tal como foi explicitado no ponto 2.2.5, não foi apoiado (nem está previsto) qualquer projeto com formação profissional no âmbito do Eixo I.

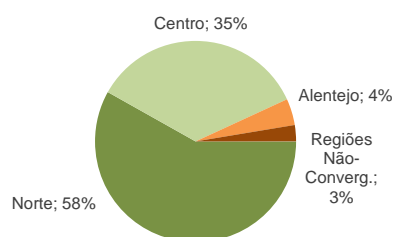
SAESCTN - SISTEMA DE APOIO A ENTIDADES DO SISTEMA CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO NACIONAL

O SAESCTN assenta sobre duas tipologias de projetos principais:

- Projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico (IC&DT), compreendendo atividades de investigação fundamental, investigação aplicada, e/ou desenvolvimento experimental e tecnológico;
- Projetos de promoção da cultura científica e tecnológica, de carácter transversal, nomeadamente, no âmbito da “Ciência Viva”.

Até ao final de 2012, esta medida somava 32 concursos, dos quais resultaram mais de 11 mil candidaturas, com um investimento associado de 1,6 mil milhões de euros. Destaque-se, pela sua relevância, os concursos de âmbito geral (4 até ao momento) que absorvem cerca de 91% das candidaturas rececionadas e mais de metade do incentivo atribuído no SAESCTN, sendo que o último dos quatro concursos ainda não registava qualquer decisão no final do ano em análise.

Gráfico 3.3: Incentivo Aprovado por Região, 2007-2012



Fonte: SI POFC.

Tabela 3.3: Candidaturas e Projetos Aprovados no SAESCTN por Natureza dos Concursos, 2007-2012

Unid: Mil Euros

Instrumento	Candidaturas		Projetos Aprovados		
	(2007-2012)		(2007-2012)		
	N.º Proj.	Investimento	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
IC&DT - Disposições Transitórias	696	76.460	642	67.794	57.311
IC&DT - Concursos Gerais	10.080	1.417.026	1.332	156.276	132.609
IC&DT - Concursos Específicos	157	36.731	69	8.924	7.580
IC&DT - Projetos Estratégicos	71	73.463	71	65.724	55.865
TOTAL IC&DT	11.004	1.603.681	2.114	298.718	253.365
Ciência Viva	73	24.222	28	6.483	5.511
TOTAL Ciência Viva	73	24.222	28	6.483	5.511
TOTAL SAESCTN	11.077	1.627.903	2.142	305.201	258.876

Fonte: SI POFC.

Quanto à localização dos projetos aprovados SAESCTN, a região Norte concentrou 55% do incentivo (já contabilizando a respetiva parte nos projetos Multi-Regiões), seguindo-se a região Centro, com 41% e, por fim, o Alentejo, com 3% dos apoios.

Tabela 3.4: Projetos SAESCTN Aprovados por NUTS II, 2007-2012

Unid: Mil Euros

NUTS II	Projetos Aprovados		
	(2007-2012)		
	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
Norte	1.051	152.574	129.381
Centro	736	108.389	92.033
Alentejo	73	8.312	7.050
Multi-Regiões Convergência	282	35.926	30.412
<i>Norte</i>		16.806	14.258
<i>Centro</i>		16.849	14.244
<i>Alentejo</i>		2.270	1.910
TOTAL SAESCTN	2.142	305.201	258.876

Fonte: SI POFC.

PROJETOS DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO (IC&DT)

No que se refere aos projetos de IC&DT do SAESCTN e de acordo com o quadro anterior, podemos considerar, até ao momento, quatro categorias de concursos – os concursos lançados ao abrigo das disposições transitórias do Regulamento de Execução do

SAESCTN, os concursos de carácter geral, que abrangem todos os domínios científicos, os concursos específicos, resultantes, na sua maioria, de acordos de cooperação com instituições internacionais e os projetos estratégicos, desenvolvidos em domínios de interesse público.

No que concerne aos primeiros (**disposições transitórias**), foram submetidos ao COMPETE, em 2010, candidaturas referentes a 9 concursos para projetos de IC&DT lançados pela FCT. Das 696 candidaturas apresentadas, foram aprovados 642 projetos com um investimento elegível de 67,8 milhões de euros e um incentivo de 57,3 milhões de euros.

Tabela 3.5: Concursos de IC&DT Enquadrados no COMPETE ao Abrigo das Disposições Transitórias, 2007-2012

Unid: Mil Euros

Concurso	Designação do Concurso	Projetos Aprovados (2007-2012)		
		N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
FSE/2008	Projetos de Investigação sobre Fatores de Sucesso Escolar no Ensino Básico e Secundário – 2008 (1)	0	0	0
PortugalNano 2007	Projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico em Nanotecnologia	7	960	816
PIHM 2008	Projetos de IC&DT no domínio das relações sociais de género e das políticas para a igualdade entre mulheres e homens em Portugal - 2008	10	667	567
CMU-Portugal 2008	Projetos de Investigação Científica e de Desenvolvimento Tecnológico no âmbito do Programa CMU-Portugal - 2008	1	306	260
UTAustin-Portugal 2008	Projetos de Investigação Científica e de Desenvolvimento Tecnológico no âmbito do Programa UTAustin-Portugal - 2008	5	445	378
Concurso IC&DT 2006	Projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento tecnológico em todos os domínios científicos - 2006	579	60.071	50.752
CERN/FP/2008	Projetos de Investigação Científica e Tecnológica no âmbito do Acordo de Cooperação entre Portugal e o <i>European Laboratory for Particle Physics</i> (CERN) - 2008	3	85	67
PIC/2007	Projetos de Investigação Científica e de Desenvolvimento Tecnológico no domínio da Investigação Clínica - 2007	32	4.484	3.812
MIT-Portugal 2008	Projetos de Investigação Científica e de Desenvolvimento Tecnológico no âmbito do Programa MIT-Portugal - 2008	5	776	660
TOTAL		642	67.794	57.311

Nota: (1) Este concurso contou com 7 projetos aprovados, que entretanto foram objeto de anulação. Fonte: SI POFC.

No que respeita aos **projetos de IC&DT em todos os domínios científicos**³³, durante o ano de 2012, foi lançado um concurso de carácter geral (faseado por domínio científico, entre de 15 de fevereiro e 3 de maio de 2012), tendo obtido 2.636 candidaturas, com um investimento associado de 356 milhões de euros, encontrando-se ainda em análise no final do ano.

No total, estes projetos de carácter geral somavam 1.332 aprovações, a que corresponde um volume de investimento elegível e um incentivo de 156 e 134 milhões de euros, respetivamente.

De referir também que, em 2012, foram decididos os projetos inseridos no concurso de 2010, do qual resultou um total de 292 aprovações.

Tabela 3.6: Concursos para Projetos de IC&DT em Todos os Domínios, 2007-2012

Unid: Mil Euros

Concurso	Designação do Concurso	Projetos Aprovados (2007-2012)		
		N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
Concurso IC&DT 2008	Projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico em todos os domínios científicos - 2008	666	82.802	70.309
Concurso IC&DT 2009	Projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento tecnológico em todos os domínios científicos - 2009	374	43.121	36.619
Concurso IC&DT 2010	Projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento tecnológico em todos os domínios científicos - 2010	292	30.354	25.681
Concurso IC&DT 2012 (*)	Projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento tecnológico em todos os domínios científicos - 2012			
TOTAL		1.332	156.276	132.609

(*) Em fase de decisão no final de 2012

Fonte: SI POFC.

Relativamente aos **concursos específicos**, encontram-se aprovados 69 projetos de IC&DT com um investimento elegível de próximo dos 9 milhões de euros e um incentivo de 7,6 milhões de euros.

³³ Não inclui o concurso para projetos de IC&DT em todos os domínios enquadrado no COMPETE ao abrigo das disposições transitórias do regulamento do SAESCTN constante do quadro anterior.

Tabela 3.7: Concursos Específicos com Projetos de IC&DT Aprovados, 2007-2012

Unid: Mil Euros

Concurso	Designação do Concurso	Projetos Aprovados		
		(2007-2012)		
		N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
Sobreiro 2009	Projetos para Obtenção e Caracterização de EST do Sobreiro	2	94	80
CERN/FP	Projetos de Investigação Científica e Tecnológica no âmbito do Acordo de Cooperação entre Portugal e o <i>European Laboratory for Particle Physics (CERN)</i> - 2009 e 2010 e 2011-2012	43	4.486	3.808
RIPD/2009	Projetos de investigação no âmbito da Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência - 2009	5	414	352
Harvard MS-Portugal	Projetos de Investigação Clínica e de Translação no âmbito do Acordo de Cooperação entre Portugal e a <i>Harvard Medical School</i> - 2009 e 2010	3	817	694
HMS-Portugal IC (Júnior)	Projetos de Investigação Clínica (Modalidade Júnior) no âmbito do Acordo de Cooperação entre Portugal e a <i>Harvard Medical School</i> - 2009	2	214	182
HMS-Portugal I&D SIM	Projetos de Investigação e Desenvolvimento de Sistemas de Informação Médica no âmbito do Acordo de Cooperação entre Portugal e a <i>Harvard Medical School</i> - 2009	2	398	338
HMS-Portugal IISE	Projetos de Investigação de Avaliação do Impacto Socioeconómico de Sistemas de Informação Médica no âmbito do Acordo de Cooperação entre Portugal e a <i>Harvard Medical School</i> - 2009	1	292	248
MIT-Portugal	Projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico no âmbito do Acordo de Cooperação entre Portugal e o MIT - 2009	5	921	783
CMU-Portugal	Projetos de Investigação e Desenvolvimento no âmbito do Programa <i>Carnegie Mellon University</i> - Portugal - 2009	5	1.128	959
UTAustin-Portugal Estratégico	Projetos Estratégicos de Investigação e Desenvolvimento no âmbito do Programa <i>University of Texas at Austin</i> - Portugal - 2009	1	160	136
TOTAL		69	8.924	7.580

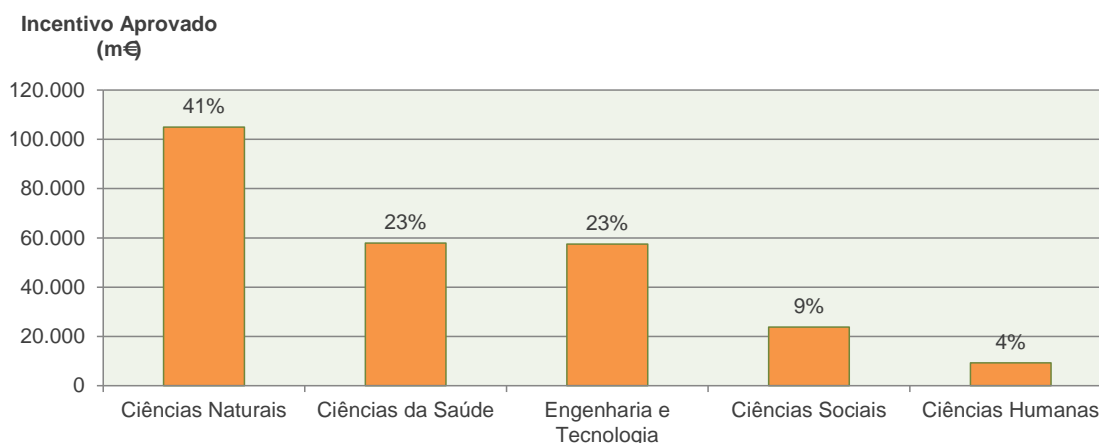
Fonte: SI POFC.

No que concerne aos **projetos de IC&DT estratégicos e de interesse público**, foi lançado um concurso em 2011, do qual resultaram 71 aprovações, num montante de incentivo próximo dos 56 milhões de euros.

Considerando o **domínio científico principal** do projeto, verifica-se que 41% do incentivo aprovado se destina a projetos de IC&DT no domínio das Ciências Naturais (com especial destaque para projetos nas áreas das Ciências Biológicas e Biotecnologia, Química e Bioquímica e Engenharia Informática), Ciências da Saúde e Engenharia e Tecnologia (destacando-se Engenharia Mecânica, Ciências e Tecnologias do Ambiente e Ciência e Engenharia dos Materiais).

Conclui-se assim que cerca de 87% do incentivo atribuído insere-se em áreas com maior potencial de valorização económica (ciências naturais, da saúde e engenharia e tecnologia).

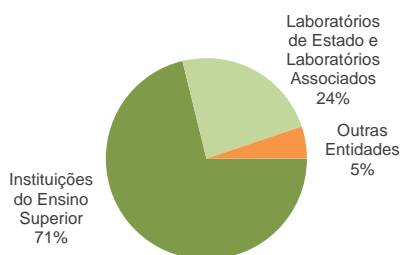
Gráfico 3.4: Projetos de IC&DT Aprovados no SAESCTN por Domínio Científico Principal, 2007-2012



Fonte: SI POFC.

O SAESCTN prevê a possibilidade de apresentação de candidaturas a título individual ou em associação. No final de 2012, 41% do incentivo para projetos de IC&DT aprovados inseriam-se nesta última modalidade.

Gráfico 3.5: Incentivo Aprovado para Projetos de IC&DT - SAESCTN por Tipo de Promotor, 2007-2012



Fonte: SI POFC.

Os projetos aprovados de IC&DT do SAESCTN envolvem 206 entidades (incluindo as entidades parceiras), das quais se destacam as Instituições do Ensino Superior.

Se analisarmos apenas o promotor do projeto, as conclusões são semelhantes, com as Instituições de Ensino Superior responsáveis por 78% e 71% dos projetos e do incentivo aprovado, respetivamente.

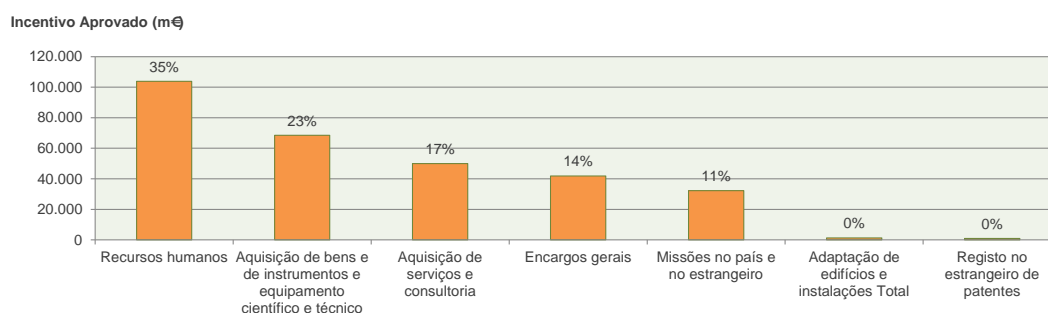
Tal como referido no ponto 2.2.1, a participação de empresas nos projetos SAESCTN assume um carácter extraordinário, estando presentes em apenas 22 projetos (1% do total de projetos aprovados).

Analisando o investimento elegível aprovado, constata-se que a principal rubrica de investimento consiste nos recursos humanos dos promotores (com cerca de 35% do total das

despesas elegíveis). Destaque-se ainda o facto de cerca de 40% do total do investimento se destinar à aquisição de bens e de serviços.

Realce-se, por outro lado, que o investimento em missões no país e no estrangeiro representa 11% do investimento elegível apoiado, estando presente em 2.091 projetos, ou seja, em 99% do total de projetos aprovados.

Gráfico 3.6: Projetos de IC&DT Aprovados no SAESCTN, por Tipologia de Despesa Aprovada, 2007-2012



Fonte: SI POFC.

No ano de 2012 foram contratados 301 projetos, com um incentivo associado superior a 27 milhões de euros, registando-se no final do ano uma taxa de contratação face aos projetos aprovados próxima dos 100%.

Relativamente aos *outputs* e considerando apenas os dados de candidatura, verifica-se que a quase totalidade dos projetos aprovados se propunha fazer publicações (sendo que aqui se incluem livros e artigos em revistas nacionais e internacionais) e comunicações em eventos científicos nacionais ou internacionais. Segue-se, com maior número de projetos, a formação avançada (teses de mestrado, doutoramentos ou outra), e a apresentação de relatórios. A organização de seminários e conferências está prevista em 66% dos projetos. Modelos, protótipos, patentes e instalações piloto têm menor representatividade.

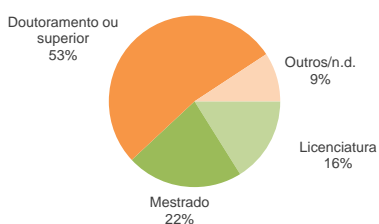
Gráfico 3.7: Principais Outputs Esperados dos Projetos Aprovados do IC&DT - SAESCTN, 2007-2012



Nota. Foram considerados apenas os projetos com indicadores disponíveis (1.717). Fonte: SI POFC.

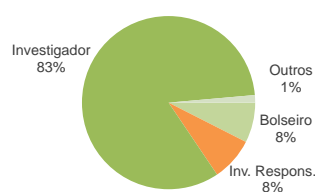
Outro dado interessante consiste na **composição e grau de qualificação das equipas** de investigação. Considerando, igualmente, os dados de candidatura, verifica-se que nos projetos aprovados deverão estar envolvidas mais de 14.500 pessoas, na sua maioria, investigadores. Observa-se também um elevado nível de qualificação das equipas, com mais de metade das participações em projetos por parte de detentores de grau de doutor ou superior.

Gráfico 3.8: Participantes em Projetos Aprovados IC&DT - SAESCTN por Grau de Qualificação, 2007-2012



Nota. Foram considerados apenas os projetos com indicadores disponíveis (1.717). O mesmo participante pode constar em mais do que uma categoria, caso tenha intervindo em mais do que um projeto, com diferentes graus de qualificação. Fonte: SI POFC.

Gráfico 3.9: Participantes em Projetos Aprovados IC&DT - SAESCTN por Tipo de Intervenção, 2007-2012



Nota. Foram considerados apenas os projetos com indicadores disponíveis (1.717). O mesmo participante pode constar em mais do que uma categoria, caso tenha intervindo em mais do que um projeto, com competências diferentes. Fonte: SI POFC.

Apresentam-se, em seguida, **dois dos projetos aprovados de IC&DT** no SAESCTN, um na área do ambiente e do controlo da poluição do meio aquático e outro no domínio do estudo da reação de materiais para a construção civil.

MEDIDA DE APOIO: SISTEMA DE APOIO A ENTIDADES DO SISTEMA CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO NACIONAL (SAESCTN)

ÁREA DE INTERVENÇÃO: Projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico (IC&DT)

N.º DE PROJECTO: 22580

DESIGNAÇÃO DO PROJECTO: Nanomateriais para Captura de Iões de Metais Poluentes: Eficiência, Seletividade e Reciclagem

PROMOTOR: Universidade de Aveiro (UA)

LOCALIZAÇÃO: Centro

INVESTIMENTO APROVADO: 111.140,00 euros **INCENTIVO APROVADO:** 94.469,00 euros

DESCRIÇÃO DO PROJECTO:

O presente projeto tem como objetivo a preparação de nanomateriais, aqui designados por eco-nanomagnetes, constituídos por nanopartículas (NPs) magnéticas modificadas à superfície que serão

utilizadas na remoção, à escala laboratorial, de iões de metais poluentes em água. Os eco-nanomagnetes são constituídos por um núcleo de magnetite (Fe_3O_4) permitindo a separação magnética. Uma característica distintiva das NPs é a elevada área de superfície por volume, quando comparada com os materiais convencionais, o que torna os fenómenos de superfície especialmente relevantes. Apesar disso, e paradoxalmente, o conhecimento relativo às características de superfície das NPs é incipiente mesmo para materiais muito investigados pelo interesse tecnológico (ex.: Fe_3O_4).

Numa primeira etapa, a investigação incidirá na modificação química superficial com sílica e posterior funcionalização química para aumentar a eficiência e seletividade de remoção de catiões poluentes. O projeto estende-se à investigação em biocompósitos magnéticos quimicamente modificados que podem ser separados seletivamente em função do seu tamanho e sob aplicação de um campo magnético, para além de permitir a reciclagem da fase magnética.

A perspetiva a longo prazo é a de que a demonstração do conceito de eco-nanomagnete neste projeto permita uma aplicação à escala piloto utilizando efluentes reais.

RESULTADOS ESPERADOS:

Com este projeto desenvolve-se uma classe de eco-nanomagnetes, baseado no ajuste do tamanho de partícula associado a nanosuperfícies funcionalizadas para a captura de catiões específicos. Trata-se de um desafio neste campo de investigação com um impacto positivo em métodos de análise de águas, não só em termos de eficiência da remoção mas também na captura seletiva de poluentes em efluentes de composição química complexa. Em paralelo a este interesse prático, as nanoestruturas descritas irão permitir a avaliação de fenómenos físico-químicos a nível fundamental. A compreensão das propriedades de superfície e nanomagnetismo irá permitir otimizar a funcionalidade dos materiais com vista a uma gama mais vasta de aplicações.

MEDIDA DE APOIO: SISTEMA DE APOIO A ENTIDADES DO SISTEMA CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO NACIONAL (SAESCTN)

ÁREA DE INTERVENÇÃO: Projetos de Investigação Científica e Desenvolvimento Tecnológico (IC&DT)

N.º DE PROJECTO: 20265

DESIGNAÇÃO DO PROJECTO: Fire Coldsteel - Análise Experimental e Numérica de Elementos de Aço Enformado a Frio Sujeitos A Incêndio

PROMOTORES: Universidade de Coimbra (UC) e PERFISA - Fábrica de Perfis Metálicos, SA (PF)

LOCALIZAÇÃO: Centro

INVESTIMENTO APROVADO: 138.639,00 euros **INCENTIVO APROVADO:** 113.643,15 euros

DESCRIÇÃO DO PROJECTO:

A construção existente em geral, na Europa e, em particular, em Portugal, é principalmente em alvenaria de tijolo e betão, uma vez que, após a Segunda Guerra mundial, a Europa reabilitou grande parte dos seus edifícios com estes materiais, pois era necessário edificar o mais rápido possível e a preços baixos. Deste modo, nas últimas décadas tem-se procurado novas soluções que substituam a tecnologia tradicional de construção, pertencendo à indústria do aço a iniciativa de encontrar as mesmas. O aço enformado a frio é

um desses exemplos, uma vez que este tipo de aço apresenta várias vantagens, nomeadamente, facilidade de produção e montagem. Face a estas vantagens a utilização deste material tem observado uma tendência progressiva, pelo que se torna essencial o melhor conhecimento do seu comportamento estrutural.

Atualmente, a norma que orienta o dimensionamento das estruturas aço enformado a frio na Europa é a EN 1993-1-3 (Eurocódigo 3 parte 1.3). No entanto, não existem ainda normas relativamente ao comportamento ao fogo de elementos com este tipo de aço, deixando, neste caso, os projetistas à mercê da sua experiência e do seu bom senso, contribuindo, assim, para o aparecimento de construções sub ou sobredimensionadas ao fogo, já que o aço sem proteção ao fogo tem um mau comportamento e quando protegido a solução adotada poderá não ser a mais correta ou a espessura do elemento protetor poderá não estar otimizada. Por outro lado, o dimensionamento de estruturas de aço enformado a frio é ainda mais complexo que para o caso do aço laminado a quente devido à elevada esbelteza das secções transversais. Assim, além dos fenómenos de instabilidade global por flexão e do bambeamento característicos dos perfis laminados a quente, também tem que se ter em conta os fenómenos de instabilidade local, a distorção e, ainda, os fenómenos de instabilidade global por torção e por flexo-torção.

Neste sentido, o presente trabalho de investigação levado a cabo pela Universidade de Coimbra e a empresa Perfisa pretende o desenvolvimento de métodos simplificados de cálculo para dimensionamento ao fogo de elementos de aço enformados a frio, em comparação com os que existem para o aço laminado a quente. Estes métodos serão propostos a partir dos resultados duma vasta campanha de ensaios experimentais e simulações numéricas com recurso ao programa de elementos finitos ABAQUS, a realizar no Departamento de Engenharia Civil da Universidade de Coimbra.

RESULTADOS ESPERADOS:

O presente trabalho de investigação pretende o desenvolvimento de métodos simplificados de cálculo para dimensionamento ao fogo de elementos de aço enformados a frio, em comparação com os que existem para o aço laminado a quente. O estudo pretende contribuir para uma futura revisão da EN 1993-1-2 (Eurocódigo 3 parte 1.2), no que diz respeito ao dimensionamento ao fogo deste tipo de elementos, ou na elaboração de um documento extra ao nível dos Eurocódigos e/ou das normas técnicas da European Convention for Constructional Steelwork (ECCS).

PROJETOS DE PROMOÇÃO DA CULTURA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

No âmbito da tipologia **Promoção da Cultura Científica e Tecnológica** do SAESCTN, foi lançado apenas um concurso, que teve lugar em 2010 e que teve como tema a produção de conteúdos de ciência e tecnologia, dirigidos ao público em geral, para difusão através da comunicação social, incluindo meios *on-line*. Como objetivos, foram apontados a promoção de uma sociedade mais qualificada e o reconhecimento social da Ciência e da Tecnologia como motores de inovação e competitividade, bem como capitalizar o potencial gerador da produção de conteúdos de Ciência e Tecnologia nas instituições do Sistema Científico e Tecnológico Nacional.

De 73 candidaturas recebidas, foram aprovados 28 projetos com um investimento elegível de 6,5 milhões de euros e um incentivo de 5,5 milhões de euros.

Do total de aprovações, 19 projetos são promovidos por Instituições de Ensino Superior, envolvendo um investimento elegível de 4,8 milhões de euros e um incentivo de 4,1 milhões de euros, o que ilustra o impacto do concurso no fomento do interesse das principais academias pelo aprofundamento dos laços com a sociedade civil e muito especificamente com as novas gerações, procurando cativá-las para os temas de ciência e criando apetência para inclusão de forma regular de conteúdos científicos nos *media*, visando a criação sustentada de novos públicos.

Dos *outputs* esperados dos projetos, salienta-se a produção de programas televisivos e de rádio em diferentes domínios científicos, a criação de páginas *web*, de material informativo diverso, a publicação de artigos em jornais e revistas, entre outros.

SISTEMA DE INCENTIVOS À I&DT

Enquanto o SAESCTN apoia a I&DT emanada das entidades do Sistema Científico e Tecnológico, no SI I&DT são as empresas as promotoras dos projetos. No final de 2012, este Sistema de Incentivos somava 1.404 candidaturas, com um volume de investimento próximo dos 1.704 milhões de euros. Destas, encontravam-se aprovados 611 projetos, envolvendo um investimento elegível de 647 milhões de euros e um incentivo de 339 milhões de euros.

Relativamente à **tipologia de apoios**, é de realçar o peso da I&DT em co-promoção (incluindo projetos mobilizadores), que absorve cerca de 63% do incentivo total aprovado.

Tabela 3.8: Candidaturas e Projetos Aprovados no SI I&DT por Instrumento, 2007-2012

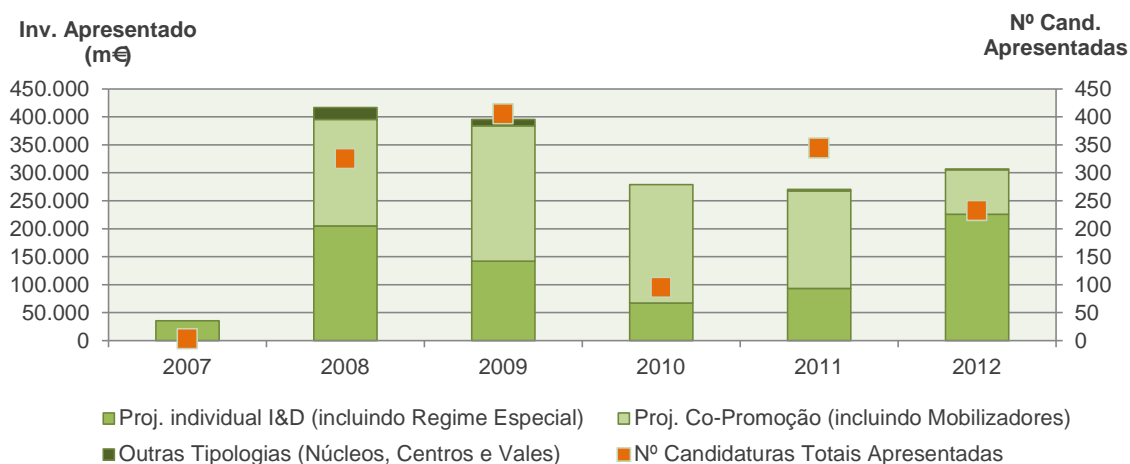
Unid: Mil Euros

Instrumento	Candidaturas		Projetos Aprovados		
	(2007-2012)		(2007-2012)		
	N.º Proj.	Investimento	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
SI I&DT – Proj. I&DT Individuais	494	543.750	226	185.224	88.490
SI I&DT – Proj. I&DT Co-promoção	710	758.062	281	246.827	158.234
SI I&DT – Proj. Mobilizadores	16	139.448	14	81.150	56.308
SI I&DT - Vale I&DT	122	3.674	61	1.867	1.397
SI I&DT – Regime Especial	9	225.187	5	123.663	31.399
SI I&DT - I&DT Colectiva	7	5.839	2	688	481
SI I&DT - Núcleos e Centros de I&DT	46	27.945	22	7.443	3.052
TOTAL SI I&DT	1.404	1.703.904	611	646.862	339.362

Fonte: SI POFC.

Em 2012, o investimento em sede de **candidatura** rondava os 307 milhões de euros, mais 14% que no ano anterior, apesar do número de candidaturas ter decrescido. Esta evolução resulta da entrada de 4 projetos individuais do Regime Especial, num montante de investimento superior a 95 milhões de euros. O investimento médio por projeto é de 1,3 milhões de euros.

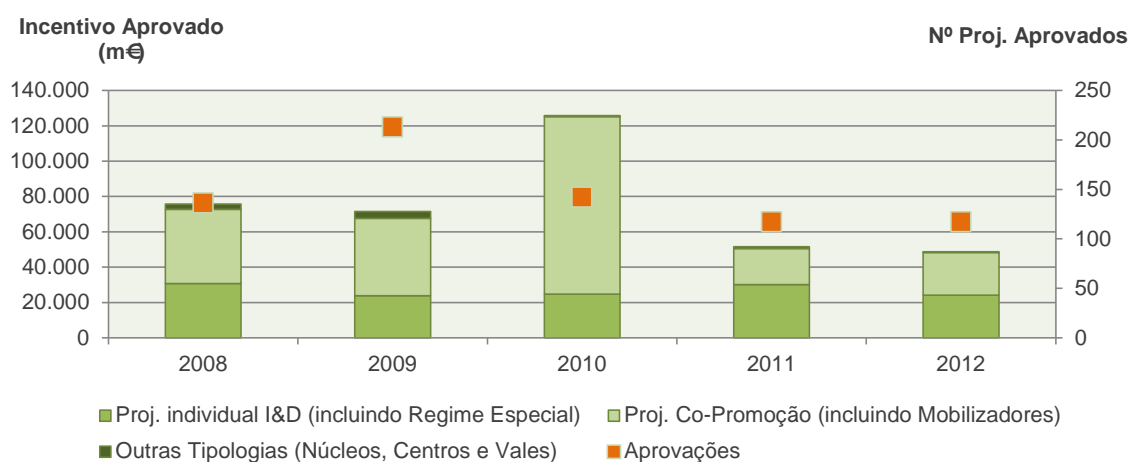
Gráfico 3.10: Candidaturas ao SI I&DT por Ano e por Tipologia de Projeto, 2007-2012



Fonte: SI POFC.

A análise das **aprovações brutas** aponta para uma ligeira quebra no incentivo bruto aprovado face a 2011. Em 2012 foram aprovados 117 novos projetos do SI I&DT com um investimento elegível de 89 milhões de euros e um incentivo próximo dos 49 milhões de euros.

Gráfico 3.11: Projetos Aprovados no SI I&DT por Ano e por Tipologia de Projeto, 2007-2012



Fonte: SI POFC.

Analisando a **distribuição das aprovações por região**, verifica-se uma preponderância da região Norte, que, com um montante de investimento elegível na ordem dos 417 milhões de euros, absorve 60% do total do incentivo aprovado.

De acordo com o reportado no ponto 2.1.2, relativamente aos projetos aprovados ao abrigo da regra “*spill-over effects*”, o investimento elegível apoiado localizado nas regiões de Lisboa e Algarve assume um carácter excecional e residual (limitando-se a 3,6% do investimento elegível total do SI I&DT e 4,8% do incentivo aprovado).

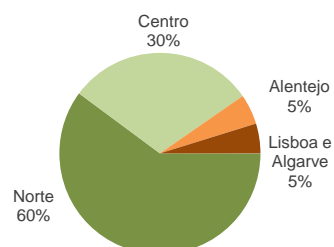
Tabela 3.9: Projetos Aprovados no SI I&DT por Região, 2007-2012

Unid: Mil Euros

NUTS II	Projetos Aprovados		
	(2007-2012)		
	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
Norte	242	313.377	135.694
Centro	152	98.147	49.145
Alentejo	22	10.690	5.148
Multi-Regiões Convergência	113	106.205	70.555
Norte		59.671	39.450
Centro		39.325	26.337
Alentejo		7.208	4.768
Multi-Regiões Convergência e Spill-Over Effects	82	118.443	78.820
Norte		43.782	29.005
Centro		40.808	27.012
Alentejo		10.689	6.521
Lisboa		23.088	16.227
Algarve		76	55
TOTAL SI I&DT	611	646.862	339.362

Fonte: SI POFC.

Gráfico 3.12: Incentivo Aprovado no SI I&DT por Região, 2007-2012



Fonte: SI POFC.

No que concerne aos **beneficiários**, os apoios do SI I&DT envolvem 645 entidades, entre promotores e co-promotores, 87% das quais empresas.

Excluindo os 2 projetos da tipologia I&DT Coletiva (projetos promovidos por Associações Empresariais, destinados ao fomento do I&D nas PME), verifica-se que cerca de 45% do incentivo aprovado foi atribuído a projetos promovidos por PME, sendo que as médias empresas representam 70% desse valor.

O peso das empresas de maior dimensão no COMPETE justifica-se, como se refere no ponto 2.6.1, pela repartição dos projetos entre PO Temático e PO Regionais de Convergência, sendo que estes últimos concentram os apoios a micro e pequenas empresas das suas regiões. Esta questão assume particular relevância nas tipologias de projetos Vale I&DT e Núcleos de I&DT,

uma vez que se dirigem essencialmente a pequenas empresas e que por isso, acabam por ser financiados em grande medida pelos PO Regionais.

Ao nível do incentivo aprovado no âmbito do COMPETE, verifica-se uma maior absorção pelas Não PME, que concentram 54% dos apoios atribuídos.

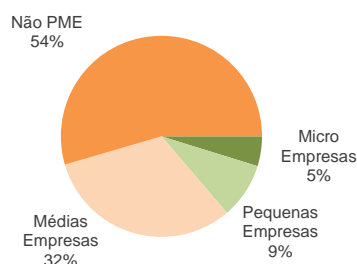
Tabela 3.10: Projetos Empresariais Aprovados no SI I&DT por Dimensão das Empresas, 2007-2012

Unid: Mil Euros

Dimensão	Projetos Aprovados (2007-2012)		
	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
Micro Empresas	30	23.062	16.251
Pequenas Empresas	39	42.623	30.287
Médias Empresas	285	171.462	107.545
Não PME	255	409.027	184.798
TOTAL SI I&DT	609	646.174	338.881

Fonte: SI POFC.

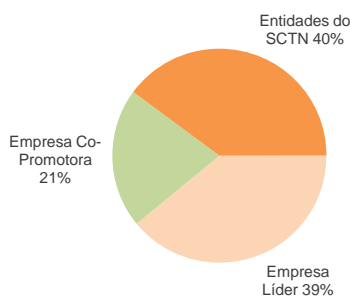
Gráfico 3.13: Incentivo Aprovado no SI I&DT por Dimensão, 2007-2012



Fonte: SI POFC.

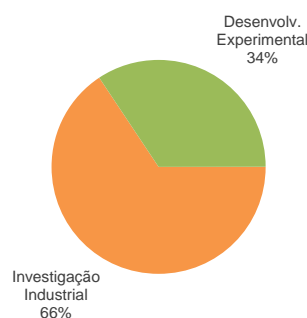
Nos 295 **projetos de I&DT em co-promoção** (incluindo Projetos Mobilizadores) aprovados intervêm 216 empresas-líder, 265 empresas na qualidade de co-promotoras e 84 entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional. Analisando o investimento elegível apoiado nos projetos de I&DT em co-promoção (gráfico 3.8), constata-se que 60% do mesmo será realizado por empresas, sendo os restantes 40% assegurados pelas entidades do SCT.

Gráfico 3.14: Investimento Elegível Aprovado no SI I&DT em Co-Promoção por Tipo de Co-Promotor, 2007-2012



Fonte: SI POFC.

Gráfico 3.15: Incentivo Aprovado no SI I&DT em Co-Promoção por Tipo de I&DT, 2007-2012

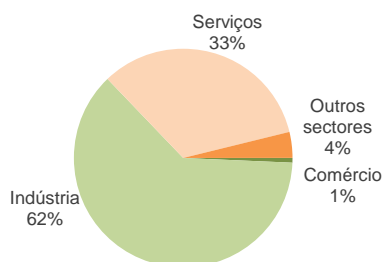


Fonte: SI POFC.

Relativamente ao **tipo de I&D desenvolvida** nestes projetos, é de salientar que 66% do incentivo atribuído visa a investigação industrial, ou seja a destinada à aquisição de novos

conhecimentos, em detrimento do desenvolvimento experimental, mais orientado para o desenvolvimento de conhecimentos e técnicas já existentes.

Gráfico 3.16: Incentivo Aprovado por Setor de Atividade, 2007-2012



Fonte: SI POFC.

Já nos Serviços, que recolhem cerca de 31% do incentivo, releva-se o sector da consultoria e programação informática, responsável por mais de 1/3 do incentivo dirigido a este setor.

O quadro apresenta a distribuição dos projetos por agrupamento setorial.

Tabela 3.11: Projetos Empresariais Aprovados no SI I&DT por Agrupamento Setorial, 2007-2012

Unid: Mil Euros

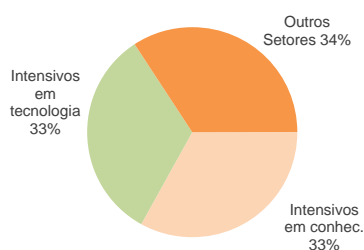
Agrupamento Setorial	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo	
Serviços Empresariais	180	170.340	103.538	30,5%
Química	57	180.458	61.124	18,0%
Mecânica e Eletrónica	75	59.920	34.215	10,1%
Metálica	65	49.886	29.379	8,7%
Têxtil, Vestuário e Calçado	52	35.600	23.020	6,8%
Material de Transporte	37	42.821	21.645	6,4%
Material de Construção	31	24.085	13.568	4,0%
Alimentar	35	19.555	12.084	3,6%
Educação, Saúde e Cultura	5	17.001	11.518	3,4%
Papel e Publicações	20	15.991	10.305	3,0%
Madeira, Cortiça e Mobiliário	32	14.876	9.037	2,7%
Indústria Extrativa	2	3.942	2.654	0,8%
Agricultura, Silvicultura e Pescas	3	4.030	2.574	0,8%
Transportes, Logística e Distribuição	7	3.985	2.105	0,6%
Construção	5	2.447	1.243	0,4%
Energia e Ambiente	4	1.588	1.114	0,3%
Comércio	1	339	238	0,1%
Total Geral	611	646.862	339.362	100,0%

Fonte: Agrupamentos setoriais: AMA, Avaliação Intercalar dos Sistemas de Incentivos; SI POFC.

Analisando os setores de atividade em termos de **intensidade de conhecimento e de tecnologia**, verifica-se que cerca de 2/3 do incentivo atribuído se enquadra em setores intensivos em tecnologia ou conhecimento, num montante de investimento elegível de 452 milhões de euros.

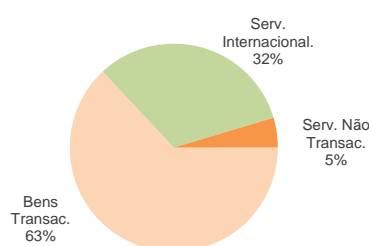
Tal como nos restantes Sistemas de Incentivos, no SI I&DT verifica-se uma concentração dos apoios concedidos em **setores internacionalizáveis**, que absorvem 95% do incentivo atribuído.

Gráfico 3.17: Incentivo Aprovado no SI I&DT por Grau de Intensidade, 2007-2012



Fonte: SI POFC.

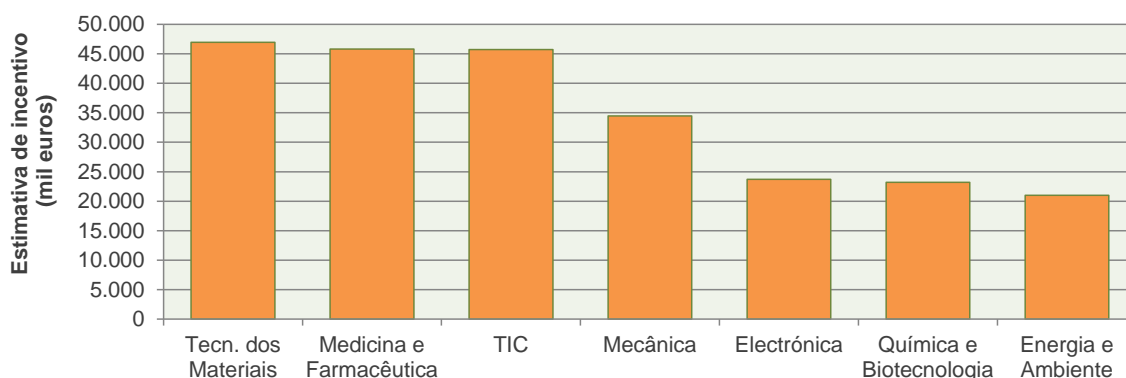
Gráfico 3.18: Incentivo Aprovado no SI I&DT por Tipo de Setor, 2007-2012



Fonte: SI POFC.

Relativamente às **áreas tecnológicas**, considerando os projetos individuais e em co-promoção, observa-se a preponderância dos domínios científicos relacionados com a engenharia e a tecnologia, em especial nas Tecnologias dos Materiais e TIC, e com a Medicina e Indústria Farmacêutica.

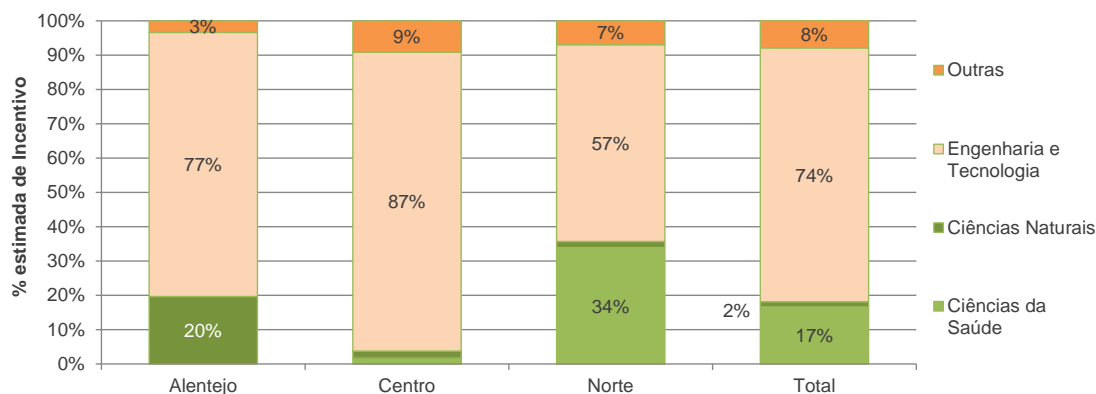
Gráfico 3.19: Projetos Aprovados no SI I&DT (Projetos Individuais e em Co-Promoção) por Área Tecnológica, 2007-2012



Nota. Incentivo estimado ponderado pelo número de áreas de cada projeto (no máximo 3). Inclui projetos do Regime Especial e exclui projetos Mobilizadores.
Fonte: SI POFC.

Agrupando as áreas tecnológicas e comparando as diferentes regiões, releva-se, no Alentejo, o peso dos projetos na área das ciências naturais (química ambiental e inorgânica) e no Norte, das ciências da saúde (química farmacêutica, ciências clínicas e neurociência).

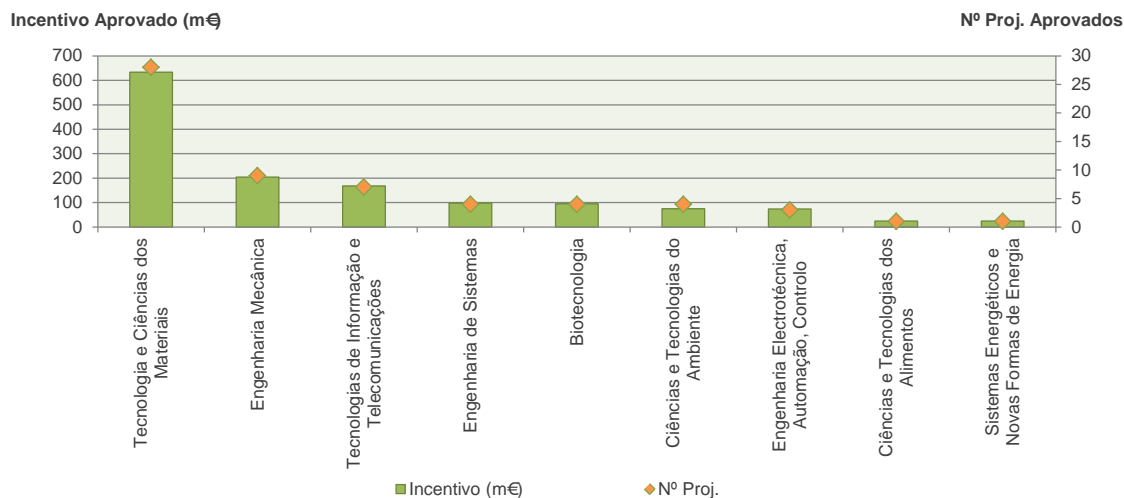
Gráfico 3.20: Projetos aprovados no SI I&DT (Projetos Individuais e em Co-Promoção) por Área Tecnológica e por Região, 2007-2012



Nota. Incentivo estimado ponderado pelo número de áreas de cada projeto (no máximo 3). Inclui projetos do Regime Especial e exclui projetos Mobilizadores.
Fonte: SI POFC.

A tipologia de projetos “Vales I&DT” não teve qualquer concurso lançado em 2012. No total, encontravam-se aprovados, no final do ano, 61 projetos para aquisição de serviços de I&DT, sendo que as principais áreas a que as PME recorreram foram “Tecnologia e Ciências dos Materiais” (45% do incentivo), “Engenharia Mecânica” (15%) e “Tecnologias de Informação e Telecomunicações” (12%).

Gráfico 3.21: Projetos Aprovados no SI I&DT (Vale I&DT) por Área de Intervenção, 2007-2012



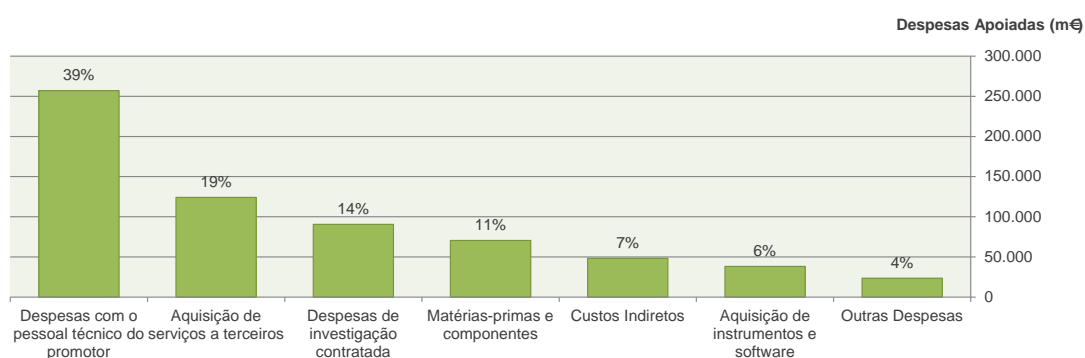
Fonte: SI POFC.

Analisando as **despesas apoiadas** no âmbito dos projetos de I&D, constata-se que a principal componente prende-se com as despesas com o pessoal técnico do promotor, seguida das despesas com a aquisição de serviços a terceiros e com as despesas de investigação contratada.

Verifica-se que 257 projetos apresentam despesas com a promoção e divulgação dos resultados dos projetos com inovação de produto ou de processo com aplicação comercial junto do setor utilizador final ou de empresas alvo.

Realce-se ainda o facto de 19 projetos pretenderem adquirir patentes a entidades terceiras e de 257 projetos apresentarem despesas inerentes ao processo de registo de patentes, bem como o facto de 68 projetos apresentarem despesas associadas ao processo de certificação do Sistema de Gestão da I&D&I.

Gráfico 3.22: Projetos Aprovados no SI I&DT por Tipologia de Despesa, 2007-2012



Fonte: SI POFC.

Da totalidade dos projetos aprovados, 166 inserem-se em **Estratégias de Eficiência Coletiva** (17 projetos-âncora e 149 projetos complementares), envolvendo um incentivo de 126 milhões de euros, sendo especialmente representativo o PCT das Tecnologias de Informação, Comunicação e Eletrónica (21% do incentivo aprovado para EEC). Neste âmbito, é de referir que todos os projetos mobilizadores aprovados constituem projetos-âncora, assumindo-se como essenciais para a concretização e afirmação destas estratégias.

Em 2012 foram contratados 110 projetos, com um incentivo de 67 milhões de euros, perfazendo, no final do ano, 594 **projetos contratados**, aos quais correspondem 332 milhões de euros de incentivo. Deste modo, dos 611 projetos aprovados, 98% tinham contrato, sendo que nas modalidades Projetos Mobilizadores, Vale I&DT, Projetos Individuais do Regime Especial e I&DT Coletiva, a taxa de contratação é de 100%.

Seguem-se 3 **exemplos de projetos** aprovados no SI I&DT: um projeto individual, no âmbito do desenvolvimento de materiais para aplicações biomédicas, um projeto em co-promoção, na área dos tratamentos oncológicos e um projeto mobilizador para o desenvolvimento de uma solução de desmaterialização de pagamentos com utilização de dispositivos móveis.

MEDIDA DE APOIO: SISTEMA DE INCENTIVOS À I&DT

ÁREA DE INTERVENÇÃO: I&DT Individuais

N.º DE PROJECTO: 24757

DESIGNAÇÃO DO PROJECTO: BIOZIRCÓNIA - INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE NANOCOMPÓSITOS DE ZIRCÓNIA PARA APLICAÇÕES BIOMÉDICAS

PROMOTOR: INNOVNANO - MATERIAIS AVANÇADOS, SA

LOCALIZAÇÃO: Centro

INVESTIMENTO APROVADO: 623.155,08 euros **INCENTIVO APROVADO:** 262.883,39 euros

DESCRIÇÃO DO PROJECTO:

Neste projeto pretende-se desenvolver nanomateriais à base de zircónia para aplicações biomédicas, tendo por principais requisitos: excelente desempenho mecânico (tenacidade, resistência à flexão e ao desgaste), biocompatibilidade e longo tempo de vida. A primeira fase do projeto focar-se-á no desenvolvimento da composição química que maximize o tempo de vida dos materiais e simultaneamente que tenha um bom desempenho ao nível das propriedades mecânicas. A segunda fase do projeto será dedicada ao desenvolvimento e otimização dos métodos de conformação e da sinterização, etapas que influenciam fortemente o desempenho dos produtos ao nível mecânico e da sua longevidade. Com a segunda fase do projeto, o promotor gerará novo conhecimento para fornecer nanomateriais prontos a usar (ready-to-use), retendo assim mais valor na cadeia de comercialização do produto. O facto deste projeto ser muito completo, desde a produção dos nanomateriais até ao desenvolvimento e validação na aplicação final, permitirá à INNOVNANO acumular conhecimento científico/técnico que será uma grande mais-valia na fase de comercialização através do fornecimento de soluções e aconselhamento técnico aos utilizadores finais.

RESULTADOS ESPERADOS:

O objetivo da INNOVNANO é a valorização industrial e comercial dos nanocompósitos de zircónia, através de um processo de síntese único a nível mundial, pretendendo potenciar a sua utilização em tecnologia de ponta - fabrico de implantes biomédicos. A INNOVNANO procura assim, com o presente projeto, valorizar os seus ativos, reforçando a sua presença no mercado internacional na área dos Cerâmicos Técnicos Avançados.

MEDIDA DE APOIO: SISTEMA DE INCENTIVOS À I&DT**ÁREA DE INTERVENÇÃO:** I&DT em Co-promoção**N.º DE PROJECTO:** 23240**DESIGNAÇÃO DO PROJECTO:** MULTINANOMED - Nanoplaformas multifuncionais para o tratamento oncológico**CONSÓRCIO PROMOTOR:****PROMOTOR LÍDER:**

TREAT U, Lda.

CO-PROMOTORES:

NANODELIVERY - I&D em Bionanotecnologia, Lda.

Universidade de Coimbra

LOCALIZAÇÃO: Multi-regiões**INVESTIMENTO APROVADO:** 536.149,89 euros **INCENTIVO APROVADO:** 418.862,98 euros**DESCRIÇÃO DO PROJECTO:**

A necessidade de tratamentos cada vez mais seletivos, direccionados especificamente para o tumor e com reduzida acumulação em órgãos saudáveis tem sido o desafio constante da Indústria Farmacêutica na área oncológica e é o desafio a que os promotores se propõe responder com a estratégia científica/tecnológica desenhada. Esta estratégia assenta no desenvolvimento de plataformas de entrega de agentes terapêuticos a tumores sólidos e líquidos, tirando partido de recursos próprios e do recurso a parcerias nacionais e internacionais.

A plataforma tecnológica desenvolvida pela TREAT U é promissora na sua aplicação em doenças que se caracterizam pela formação exacerbada de novos vasos sanguíneos, como o cancro. Os resultados gerados durante a prova de conceito demonstram que a plataforma (originalmente concebida para entregar um fármaco ao microambiente tumoral, em cancro da mama) pode atacar especificamente um tumor a dois níveis diferentes: as células cancerígenas e os vasos sanguíneos que nutrem esse mesmo tumor.

Dada a especificidade da plataforma, espera-se uma maior segurança no tratamento proposto, graças a uma diminuição dos efeitos secundários associados à quimioterapia em humanos, tais como a mielossupressão (supressão da produção de células sanguíneas da medula), a alopecia (queda de cabelo), as náuseas e os vômitos, entre outros.

A constituição da empresa promotora articula uma sólida rede de inovação ao nível do SCTN de que faz parte o Centro de Neurociências e Biologia Celular (CNC) da Universidade de Coimbra e o Biocant Park, a qual se encontra aqui associada, a *players* da indústria farmacêutica nacional (i. e. Bluepharma - Indústria Farmacêutica, S.A) por forma a delinear uma estratégia eficaz de valorização económica de conhecimento e tecnologia.

RESULTADOS ESPERADOS:

Com o presente projeto o consórcio visa atingir os seguintes resultados de natureza científica e económica:

1. A concessão de permissão para realização de ensaios clínicos de Fase I/II para a tecnologia em causa;
2. A valorização adicional de patentes já registadas em mercados internacionais;
3. Geração de novas oportunidades de licenciamento através da conclusão de prova de conceito em outras indicações terapêuticas de tumores sólidos, além do cancro da mama;
4. Criar uma abertura no segmento de mercado das terapias direcionadas para tumores líquidos.

| 172

MEDIDA DE APOIO: SISTEMA DE INCENTIVOS À I&DT

ÁREA DE INTERVENÇÃO: Projetos Mobilizadores

N.º DE PROJECTO: 13847

DESIGNAÇÃO DO PROJECTO: MOBIPAG - Iniciativa Nacional para os Pagamentos Móveis

CONSÓRCIO PROMOTOR:

PROMOTOR LÍDER:

CARDMOBILI - Desenvolvimento de Software, SA

CO-PROMOTORES:

CREATIVESYSTEMS - Sistemas e Serviços de Consultoria, LDA

Portugal Telecom Inovação, SA (PT INOVAÇÃO)

WINTOUCH - Sistemas de Informação, LDA

Instituto Superior Técnico – UTL

MULTICERT - Serviços de Certificação Eletrónica, SA

Universidade do Minho (UM)

Faculdade de Engenharia da Universidade Do Porto (FE/UP)

LOCALIZAÇÃO: Multi-regiões

INVESTIMENTO APROVADO: 2.273.907,26 euros **INCENTIVO APROVADO:** 1.495.549,27 euros

DESCRIÇÃO DO PROJECTO:

O projeto MobiPag configura um projeto âncora do Polo TICE, envolvendo 5 empresas e 3 entidades do SCTN, visando o desenvolvimento de uma solução de desmaterialização de pagamentos com utilização dos dispositivos móveis pessoais como terminal de pagamento automático que seja interoperável entre os vários agentes financeiros e de comunicações móveis nacionais, e passível de ser adotada universalmente pelos acquirers, merchants e lojistas.

Os pagamentos móveis apresentam-se como uma oportunidade de reforço da eficiência do sistema de pagamentos português, mediante a eletrização de transações que atualmente ainda utilizam meios de pagamento com custos elevados.

A captura desta oportunidade será viável mediante o desenvolvimento de uma solução de pagamentos móveis que tenha como alvo principal a substituição de notas e moedas:

- Em pontos de venda atendidos (estima-se que cerca de 60% do número de pagamentos em comerciantes sejam feitos com notas e moedas), particularmente em transações de elevada frequência e menor valor (tipicamente até 15-20€ - Fonte: Estudo Banco de Portugal com dados sobre “proporção média de vezes em que o meio de pagamento é usado”);
- Em pagamentos não atendidos (parqueamento, vending machines, etc.)

Complementarmente os pagamentos móveis constituem ainda uma oportunidade como solução para m-commerce e e-commerce. Dada a sua Universalidade e dimensão nacional, a iniciativa para os pagamentos móveis estará aberta ainda à integração com outros sistemas de pagamentos móveis em desenvolvimento, nomeadamente no âmbito dos micro-pagamentos de compra de conteúdos online e outros sistemas de micro-pagamentos compatíveis que estejam em desenvolvimento.

RESULTADOS ESPERADOS:

O objetivo final é o de desenvolver um piloto nacional demonstrador do sistema de pagamentos móveis, passível de ser testado e validade a nível nacional e posteriormente exportado para o mercado global.

Uma solução portuguesa de pagamentos móveis com forte grau de inovação promoverá um salto competitivo das empresas do cluster das TICE, das empresas dos sectores que beneficiam por arrastamento com um sistema de pagamentos com estas características (merchants e lojistas) e beneficiará ainda os operadores do sistema financeiro e do sistema de telecomunicações móveis. Em suma, promoverá o crescimento da economia portuguesa através da criação de novos produtos e serviços de pagamento com base em dispositivos móveis (nacionais e com potencial de exportação) e pela incorporação de novas tecnologias e novas formas de pagamentos eletrónico nas atividades económicas.

3.1.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver

Conforme detalhado no ponto 2.4.1, face à **conjuntura macroeconómica desfavorável**, o ano de 2012 foi marcado pelo aprofundar das dificuldades sentidas, quer pelos promotores públicos (no âmbito do SAESCTN e SI I&DT Co-Promoção), quer pelas empresas (no âmbito do SI I&DT), na execução dos seus projetos nos termos e prazos contratados. A elevada representatividade de entidades do SCTN no conjunto das medidas do Eixo I e os crescentes constrangimentos orçamentais a que as mesmas se encontram sujeitas representaram um risco para a normal execução de uma parte significativa das medidas.

Tendo por base estes constrangimentos, relativamente aos promotores públicos, foi decidido proceder a um **aumento da taxa de cofinanciamento comunitário**, diminuindo deste modo o respetivo financiamento público nacional e facilitando a execução dos projetos.

Adicionalmente, em finais de 2012 iniciou-se o processo de revisão da Norma de Pagamentos que regula o SAESCTN por forma a flexibilizar o período de reembolso dos adiantamentos, medida aprovada já durante o ano de 2013.

Relativamente aos promotores privados, o SI I&DT beneficiou conjunto alargado de medidas implementadas em 2012 que visou diminuir os constrangimentos colocados em fase de execução dos projetos de investimento.

Refira-se, ainda, conforme referido no ponto 2.4.5, o lançamento, no final do ano, de 3 Avisos de Abertura de Concursos nas tipologias SI I&DT – Projetos Individuais, SI I&DT – Projetos Conjuntos e SI I&DT – Criação de Núcleos de I&DT, com uma lógica de fases em contínuo, de modo a garantir estabilidade e previsibilidade nos concursos lançados até final do QREN. Estes AAC envolvem uma dotação global de 99,6 milhões de euros, dos quais 59 milhões de euros a financiar pelo COMPETE (valores que incluem o reforço definido em 2013).

Ao nível da pressão orçamental no Eixo I, em especial no âmbito do SAESCTN, foi decidido no âmbito da reprogramação aprovada no final do ano **reforçar a sua dotação global em 123,5 milhões de euros**.

Durante o ano de 2012 foram **solucionadas pela Autoridade de Gestão todas as questões** referidas nos Relatórios de Execução do COMPETE de 2010 e 2011 **no âmbito do Sistema de Gestão e Controlo relativas aos Organismos Intermédios FCT e Ciência Viva**.

3.2 EIXO PRIORITÁRIO II – INOVAÇÃO E RENOVAÇÃO DO MODELO EMPRESARIAL E DO PADRÃO DE ESPECIALIZAÇÃO

O Eixo II concentra a maior fatia de incentivos ao investimento empresarial, fomentando a inovação e a renovação do padrão de especialização do tecido produtivo em direção a atividades de forte crescimento e potencial competitivo internacional. Tem como **objetivos específicos**:

- Promover a inovação no tecido empresarial através do incremento da produção transacionável e dos serviços que suportam a sua progressão na cadeia de valor;
- Reforçar a orientação das empresas portuguesas para mercados internacionais, reposicionando-as nos segmentos mais competitivos e diferenciados;

- Incentivar o empreendedorismo qualificado, nomeadamente o feminino;
- Incentivar o investimento estruturante de grande dimensão em novas áreas com potencial crescimento;
- Promover a produtividade através da qualificação das PME, reforçando a intensidade do uso de fatores dinâmicos de competitividade.

Para tal, concentra dois **instrumentos** de apoio direto às empresas:

- SI Inovação – Sistema de Incentivos à Inovação: dirigido a projetos de média e grande dimensão, visa estimular a inovação do tecido empresarial pela via da produção de novos bens, serviços e processos que suportem a progressão das empresas na cadeia de valor e o reforço da sua orientação para os mercados internacionais, bem como o estímulo ao empreendedorismo qualificado e ao investimento estruturante em novas áreas com potencial de crescimento;
- SI Qualificação PME – Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME: visa promover a competitividade das PME através do aumento da produtividade, da flexibilidade e da capacidade de resposta e presença ativa das PME no mercado global, sendo apoiáveis investimentos em fatores dinâmicos da competitividade nas seguintes áreas: propriedade industrial; criação, moda e *design*; desenvolvimento e engenharia de produtos, serviços e processos; organização e gestão e tecnologias de informação e comunicação (TIC); qualidade; Ambiente; Inovação; diversificação e eficiência energética; economia digital; comercialização e *marketing*; internacionalização; responsabilidade social e segurança e saúde no trabalho e igualdade de oportunidades.

Tal como explicitado no ponto 2.6.1, de forma geral, no COMPETE são apoiadas as médias e grandes empresas, bem como os projetos de micro e pequenas empresas com investimentos em mais do que uma Região de Convergência. Deste modo, cabe aos respetivos PO Regionais o apoio aos restantes projetos de micro e pequenas empresas.

3.2.1. Cumprimento de metas e análise de progressos

O Eixo II prevê seis indicadores de resultados e seis indicadores de realização. Tendo em conta que os indicadores de resultados deverão ser apurados em sede de pós-projeto (definido como 3 anos após o encerramento financeiro dos projetos), os dados constantes deste relatório referem-se às estimativas apresentadas pelos promotores e relativamente às quais se encontram vinculados contratualmente.

Tabela 3.12: Indicadores de Realização do Eixo II, 2007-2012

Indicador	Metas		Cumprimento Atual	
	2010	2015	2007-2012	Sim/Não
INCENTIVO À INOVAÇÃO PRODUTIVA (Investimento total de projetos inovadores) / (Investimento total de empresas)	55%	67%	90%	Sim
INCREMENTO NA CADEIA DE VALOR EM SECTORES MADUROS (Investimento total de projetos inovadores em sectores de média-baixa e baixa tecnologia) / (Investimento total em sectores de média-baixa e baixa tecnologia)	50%	60%	88%	Sim
QUALIDADE DO EMPREGO CRIADO (Postos de trabalho criados altamente qualificados) / (Total de postos de trabalho criados) (*)	15%	15%	48%	Sim
CONTRIBUTO PARA O CRESCIMENTO DO PRODUTO (Aumento do VAB) / (Investimento total) (*)	0,5	0,6	0,7	Sim
VAB GERADO NOS SECTORES COM POTENCIAL DE CRESCIMENTO (VAB gerado nos sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia) / (VAB total gerado) (*)	15%	20%	35%	Sim
ORIENTAÇÃO PARA A PRODUÇÃO TRANSACIONÁVEL E INTERNACIONALIZÁVEL (Investimento em sectores de produção transacionável e internacionalizável) / (Investimento total de empresas)	80%	80%	95%	Sim
ORIENTAÇÃO PARA MERCADOS INTERNACIONAIS (Variação % das Exportações) / (Variação % das Vendas) (*)	1,5	1,5	1,3	Não
EMPREGO CRIADO EM SECTORES COM POTENCIAL DE CRESCIMENTO (Postos de trabalho criados em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia) / (Total de postos de trabalho criados) (*)	30%	30%	41%	Sim
INCENTIVO AO EMPREENDEDORISMO (N.º de empresas criadas) / (N.º de empresas apoiadas)	20%	20%	11%	Não
EMPRESAS CRIADAS NOS SECTORES COM POTENCIAL DE CRESCIMENTO (Investimento em empresas criadas em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia) / (Investimento Total em empresas criadas)	50%	50%	52%	Sim
APOIO A PROJETOS ESTRUTURANTES EM SECTORES COM POTENCIAL DE CRESCIMENTO (Investimento estruturante de raiz em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia) / (Investimento total de projetos estruturantes apoiados)	15%	20%	23%	Sim

(*) Tratando-se de Indicadores de Resultados, a sua aferição terá que ocorrer em sede de encerramento dos projetos. Dado o reduzido nível atual de encerramentos, os valores apresentados referem-se a estimativas apresentadas pelos promotores em sede de aprovação dos projetos (constituindo as respetivas metas de execução)

Fonte: SI POFC.

Quanto aos **indicadores de realização**, verifica-se, em 2012, um cumprimento generalizado das metas definidas. De facto, tal como se poderá constatar na análise qualitativa desenvolvida no ponto 3.2.2, os projetos aprovados estão alinhados com as prioridades do Programa: concentração dos apoios a projetos inovadores, inseridos em setores transacionáveis ou internacionalizáveis e a projetos com elevada intensidade tecnológica ou de conhecimento.

O único indicador de realização aquém da meta estabelecida refere-se ao incentivo ao empreendedorismo. Realce-se que o cumprimento deste indicador está a ser prejudicado pela focalização do COMPETE essencialmente nos apoios a médias e grandes empresas, cabendo aos PO Regionais o apoio às micro e pequenas empresas, as principais beneficiárias desta medida.

Relativamente aos **indicadores de resultados**, ressalvando que se trata de dados previsionais e que poderão existir ainda desvios no encerramento dos projetos, em especial tendo em conta a difícil conjuntura macroeconómica nacional e europeia, verifica-se igualmente um elevado grau de cumprimento das metas fixadas, nomeadamente ao nível da qualificação dos postos de trabalho (dada a elevada criação de postos de trabalho qualificados face ao total de criação de postos de trabalho), do contributo para o crescimento do produto (com um aumento de VAB acima da meta estabelecida face ao investimento realizado) e do aumento do valor acrescentado direcionado para setores intensivos em tecnologia ou conhecimento.

Saliente-se, no que se refere ao indicador “orientação para mercados internacionais”, apesar dos resultados esperados bastante positivos ao nível do aumento das exportações (estimando-se um aumento de 77% no pós-projeto face aos valores iniciais), verifica-se mesmo se encontra aquém da meta.

No que se refere aos **indicadores comuns comunitários**, releve-se o elevado número de postos de trabalho a criar (mais de 14.000), bem como os projetos de ajudas diretas a PME (mais de 1.000), bem como o respetivo investimento privado induzido (759 milhões de euros).

Tabela 3.13: Indicadores Comuns Comunitários do Eixo II, 2007-2012

Áreas	Indicador	Eixos Relevantes	Valor
Emprego criado	1. Empregos criados (empregos diretos criados, em equivalente tempo inteiro) (*)	Total do PO	14.080
Ajudas diretas ao investimento nas PME	7. N.º de projetos	Eixos I, II e III	1.204
	8. dos quais: n.º de <i>start-ups</i> apoiadas (empresas com menos de dois anos)	Eixos I e II	72
	9. Empregos criados (em equivalente tempo inteiro) (*)	Eixos I e II	6.318
	10. Investimento total induzido (em milhões de euros)	Eixos I, II e III	759
Sociedade de Informação	11. N.º de projetos	Total do PO	130
Energias Renováveis	23. N.º de projetos	Total do PO	6
	24. Capacidade suplementar de produção de energia a partir de fontes renováveis (em MWh)	Total do PO	(**)
Alterações Climáticas	30. Redução de emissões de gases com efeito de estufa (CO2 equivalentes, kt)	Eixo II	(**)
Turismo	34. N.º de projetos	Total do PO	64
	35. N.º de empregos criados (em equivalente tempo inteiro) (*)	Total do PO	1.648
Saúde	38. N.º de projetos	Total do PO	6

Legenda: (*)Apesar de se tratar de um Indicadores de Resultado, são apresentados os dados provisórios contratualizados com o promotor. (**) Indicadores que deverão ser aferidos com base em Avaliação específica;

Fonte: SI POFC.

3.2.2. Análise qualitativa

O Eixo II concentra mais de metade do incentivo atribuído no COMPETE. A 31 de dezembro de 2012, somava 3.733 **candidaturas**, com um investimento superior a 14,5 mil milhões de euros. Em termos de número de projetos, destaque-se a relevância do SI Qualificação e Internacionalização das PME, concentrando 61% das candidaturas totais apresentadas. Com um investimento médio por projeto na ordem dos 8 milhões de euros, o SI Inovação (não incluindo projetos transitados) destaca-se no investimento, representando 79% do total.

No que concerne às **aprovações**, encontravam-se aprovados 1.810 projetos, com um investimento elegível próximo dos 4,5 mil milhões de euros e um incentivo de 1,7 mil milhões de euros.

Tabela 3.14: Candidaturas e Projetos Aprovados do Eixo II por Instrumento, 2007-2012

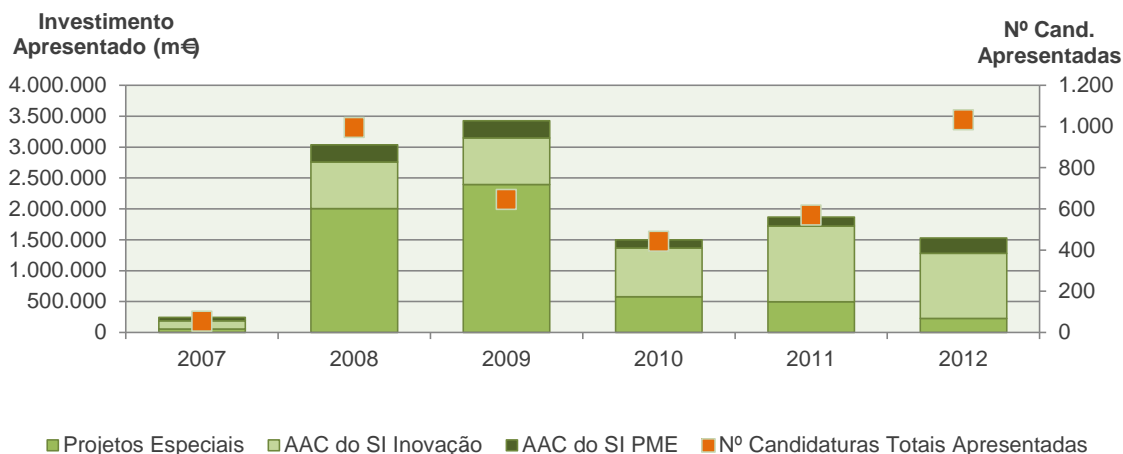
Unid: Mil Euros

Instrumento	Candidaturas		Projetos Aprovados		
	(2007-2012)		(2007-2012)		
	N.º Proj.	Investimento	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
SI Inovação	1.448	11.525.268	595	3.021.178	1.364.141
SI Qualificação e Internac. PME	2.277	1.116.488	1.209	457.886	212.741
Projetos Transitados do QCA III	8	1.892.172	6	999.356	167.971
TOTAL EIXO II	3.733	14.533.928	1.810	4.478.421	1.744.853

Fonte: SI POFC.

O gráfico seguinte apresenta a **evolução das candidaturas por ano**. Em 2012, foram rececionadas 1.031 candidaturas, com um investimento associado superior a 1,5 mil milhões de euros. Estes valores representam um acréscimo no número de projetos face ao ano anterior, resultante sobretudo do aumento de candidaturas ao SI Qualificação PME. Já o investimento decresceu, sobretudo pela diminuição do número de candidaturas de projetos do Regime Especial ou Interesse Estratégico e, também, do investimento médio por projeto no SI Inovação.

Gráfico 3.23: Investimento de Candidatura Rececionado no Eixo II (excluindo Projetos Transitados do QCA III) por Ano, 2007-2012



Nota: Na categoria "Projetos Especiais" estão incluídos todos os projetos do Regime Especial ou de Interesse Estratégico.
Fonte: SI POFC.

Em termos de **distribuição regional**, e considerando também os projetos com localização parcial, apesar do Norte contar com maior número de projetos, é a região Centro que absorve a maior parcela do incentivo (41% do total).

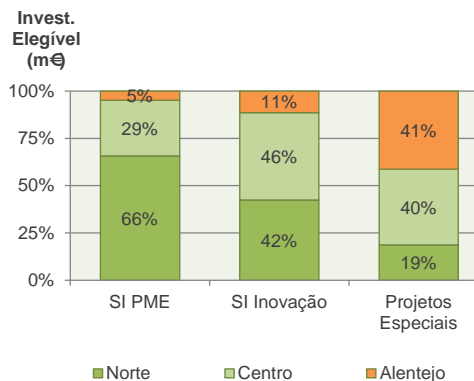
Tabela 3.15: Projetos Aprovados do Eixo II por Região, 2007-2012

Unid: Mil Euros

NUTS II	Projetos Aprovados		
	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
Norte	940	1.404.053	616.931
Centro	637	1.798.929	682.340
Alentejo	115	1.012.448	324.378
Multi-Regiões Convergência	118	262.990	121.203
<i>Norte</i>		147.942	65.522
<i>Centro</i>		73.692	34.114
<i>Alentejo</i>		41.356	21.566
TOTAL EIXO II	1.810	4.478.421	1.744.853

Fonte: SI POFC.

Gráfico 3.24: Incentivo Aprovado no Eixo II por Instrumento e por Região, 2007-2012



Nota: Na categoria "Projetos Especiais" estão incluídos todos os projetos do Regime Especial ou de Interesse Estratégico.
Fonte: SI POFC.

De facto, enquanto a região Centro concentra projetos de maior dimensão - 46% do investimento elegível do SI Inovação e 40% do investimento elegível dos projetos especiais (regime estratégico, interesse especial e transitados do QCA III), no Norte, há um maior peso das tipologias de apoio a PME - 66% do investimento elegível no SI Qualificação PME é desta região.

No Alentejo, assumem particular relevância projetos mais estruturantes, razão pela qual, o investimento médio por projeto é superior.

Importa, uma vez mais, referir que na análise do Eixo II deverá ser considerada a complementaridade de apoios entre o COMPETE e os PO Regionais Norte, Centro e Alentejo, especialmente nas tipologias de apoio "Empreendedorismo Qualificado" e "Vale Inovação", mais orientadas para empresas de menor dimensão.

Relativamente à dimensão das **estratégias de eficiência coletiva**, 261 projetos aprovados inserem-se em Polos ou Clusters, envolvendo um volume de incentivo superior a 410 milhões de euros (24% do incentivo total atribuído). Destaca-se o PCT do Turismo, da Moda e Indústrias de Mobiliário.

Dos 1.810 projetos aprovados, **1.578 projetos** encontravam-se **contratados** no final do ano, envolvendo um incentivo superior a 1,7 mil milhões de euros, representando uma taxa de contratação de 92%.

SI INOVAÇÃO

No SI Inovação, foram recebidas, até ao final de 2012, 1.456 candidaturas com um investimento associado de 13,4 mil milhões de euros. Durante o ano de 2012 tiveram lugar 5 AAC para este Sistema de Incentivos:

- AAC n.º 15/SI/2011 – Inovação Produtiva: de 23/12/2011 a 11/04/2012, no âmbito do PROVERE;
- AAC n.º 02/SI/2012 – Inovação Produtiva: de 27/02/2012 a 26/04/2012;
- AAC n.º 03/SI/2012 – Empreendedorismo Qualificado: de 27/02/2012 a 26/04/2012;
- AAC n.º 12/SI/2012 – Inovação Produtiva: 1.ª fase de 12/10/2012 a 29/11/2012 e 2.ª fase de 30/11/2012 a 18/02/2013;
- AAC n.º 13/SI/2012 – Empreendedorismo Qualificado: 1.ª fase de 12/10/2012 a 29/11/2012 e 2.ª fase de 30/11/2012 a 18/02/2013.

Considerando mais 5 projetos do regime especial/interesse estratégico, no ano em análise entrou um total de 285 candidaturas, num montante de investimento de 1,3 mil milhões de euros.

As aprovações, no final de 2012, somam 601 projetos, com um investimento elegível associado superior a 4 mil milhões de euros e um incentivo de 1,5 mil milhões de euros.

A tipologia inovação produtiva é a mais representativa, sendo de referir que o reduzido número de apoios atribuídos ao empreendedorismo se deve ao facto desta tipologia, ao ser orientada para a primeira fase do ciclo de vida das empresas, apoiar, essencialmente, micro e pequenas empresas, enquadráveis nos PO Regionais. Saliencia-se que metade dos projetos aprovados usufrui de **majoração de empreendedorismo jovem ou feminino**.

Tabela 3.16: Candidaturas e Projetos Aprovados no SI Inovação por Tipologia de Apoio, 2007-2012

Unid: Mil Euros

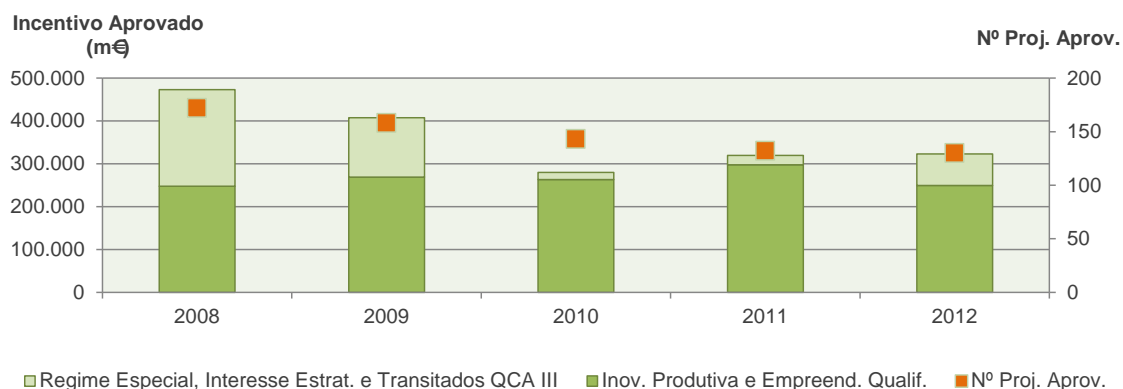
Instrumento	Candidaturas		Projetos Aprovados		
	(2007-2012)		(2007-2012)		
	N.º Proj.	Investimento	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
Inovação Produtiva	1.348	5.721.035	561	2.093.643	1.047.587
Projetos do Regime Especial	54	5.064.230	16	616.834	157.746
Projetos de Interesse Estratégico	12	689.796	6	298.044	151.232
Empreendedorismo Qualificado	34	50.207	12	12.657	7.576
Projetos transitados do QCA III	8	1.892.172	6	999.356	167.971
TOTAL SI INOVAÇÃO	1.456	13.417.440	601	4.020.534	1.532.112

Fonte: SI POFC.

Em termos de **evolução anual das aprovações** (que inclui os projetos anulados à data), os números globais do ano de 2012 são muito semelhantes aos do ano anterior, em termos de número de projetos aprovados, mas com um nível de investimento elegível ligeiramente superior.

Refira-se, no entanto, um aumento da importância dos projetos especiais (Regime Especial, Interesse Estratégico e Projetos Transitados do QCA III) relativamente aos concursos, face aos dois anos anteriores, na sequência da aprovação de 7 projetos, num montante de 281 milhões de euros de investimento elegível.

Gráfico 3.25: Incentivo Aprovado no SI Inovação por Ano, 2007-2012



Nota: Inclui anulações. Fonte: SI POFC.

Analisando os 601 projetos aprovados de acordo com o seu **enquadramento setorial**, constata-se uma predominância no apoio à Indústria, que concentra mais de 81% dos projetos e de 78% do incentivo aprovado, o que se revela consentâneo com os objetivos do Programa de apoio a atividades transacionáveis.

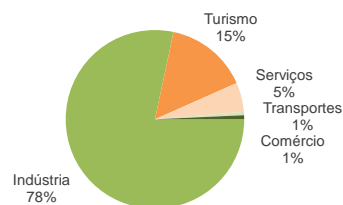
Tabela 3.17: Projetos Aprovados no SI Inovação por Sector de Atividade, 2007-2012

Unid: Mil Euros

Sector de Atividade	Projetos Aprovados		
	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
Indústria	489	3.303.435	1.200.222
Turismo	54	482.159	230.077
Serviços	46	195.193	81.223
Comércio	7	17.417	9.409
Transportes	5	22.330	11.180
TOTAL SI INOVAÇÃO	601	4.020.534	1.532.112

Fonte: SI POFC.

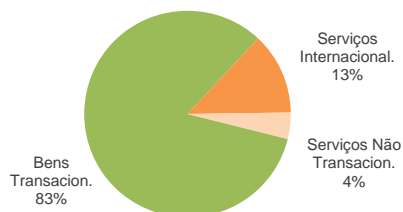
Gráfico 3.26: Incentivo Aprovado no SI Inovação por Setor de Atividade, 2007-2012



Fonte: SI POFC.

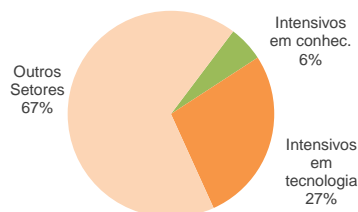
Considerando também os serviços internacionalizáveis, verifica-se que 96% do investimento elegível apoiado no âmbito do SI Inovação visa o apoio a setores de bens ou serviços suscetíveis de ser trocados nos mercados internacionais.

Gráfico 3.27: Investimento Elegível Aprovado no SI Inovação por Sector de Atividade, 2007-2012



Fonte: SI POFC.

Gráfico 3.28: Investimento Elegível Aprovado no SI Inovação por Sector de Atividade, 2007-2012

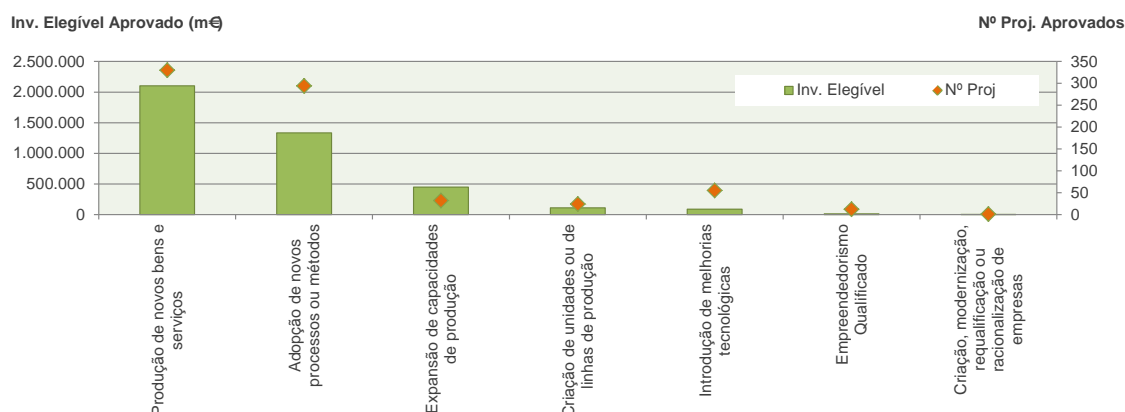


Fonte: SI POFC.

Relativamente à **intensidade tecnológica e de conhecimento**, conclui-se que 33% do investimento elegível apoiado se concentra em atividades intensivas em tecnologia e conhecimento, uma percentagem considerável face à importância destas atividades no tecido empresarial (ver Volume II). Tal facto encontra-se em consonância com os objetivos do Programa e com a focalização na inovação dos instrumentos de apoio às empresas.

Distribuindo o **investimento elegível por tipologia**, observa-se um enfoque no apoio à produção de novos bens e serviços (cerca de 51% do investimento elegível apoiado), seguindo-se a adoção de novos processos e métodos (33%).

Gráfico 3.29: Investimento Elegível e Projetos Aprovados no SI Inovação por Tipologia, 2007-2012



Fonte: SI POFC.

Como referido anteriormente, as micro e pequenas empresas são apoiadas através dos PO Regionais, sendo enquadradas no COMPETE apenas as que apresentem projetos localizados em mais do que uma região de convergência. Neste sentido, relativamente à **dimensão das empresas** apoiadas, constata-se que mais de metade dos projetos aprovados é promovida por médias empresas, muito embora as Não PME, dado o maior investimento médio por projeto (11,2 milhões de euros, face aos 3 milhões de euros médios no caso das Médias Empresas) sejam mais representativas em termos do incentivo atribuído (62% do total).

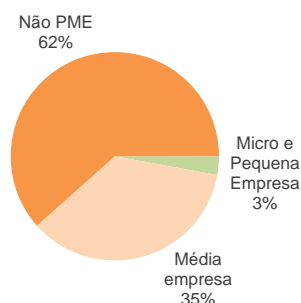
Tabela 3.18: Projetos Aprovados no SI Inovação por Dimensão, 2007-2012

Unid: Mil Euros

Dimensão	Projetos Aprovados (2007-2012)		
	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
Microempresa	5	26.979	17.676
Pequena empresa	6	40.198	26.328
Média empresa	327	1.003.328	544.395
Não PME	263	2.950.029	943.712
TOTAL SI Inovação	601	4.020.534	1.532.112

Fonte: SI POFC.

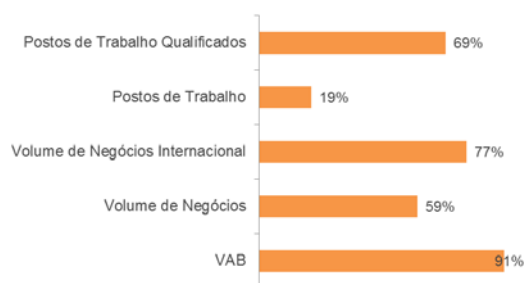
Gráfico 3.30: Incentivo Aprovado no SI Inovação por Dimensão, 2007-2012



Fonte: SI POFC.

No SI Inovação, a **qualidade dos projetos** está correlacionada com os efeitos do mesmo sobre os indicadores da empresa, tendo o promotor que apresentar, não só os dados do ano pré-projecto, mas também um conjunto de estimativas para o ano pós-projecto.

Gráfico 3.31: Variação Esperada dos Indicadores Económico-Financeiros das Empresas Apoiadas no SI Inovação, 2007-2012



Nota: Variação entre o pré e o pós-projecto, calculada a partir dos valores totais. Fonte: SI POFC.

Da análise desses dados, verifica-se um crescimento considerável nos vários indicadores, com destaque para o VAB da empresa, para o volume de negócios internacional e para o trabalho qualificado (mais informação no Volume II). De referir que estes resultados são comprovados aquando do encerramento dos projetos (normalmente 3 anos após a conclusão do investimento), sendo que do seu cumprimento está dependente a atribuição do prémio de realização.

Analisando a tipologia das despesas elegíveis, conclui-se que perto de 90% do investimento apoiado refere-se a máquinas e equipamentos, transferência de tecnologia e construção de

edifícios (elegível apenas no caso de projetos do setor do Turismo), refletindo assim a vocação estrutural e produtiva deste instrumento.

No final de 2012, encontravam-se **contratados 548 projetos**, correspondendo a 92% do total do incentivo atribuído no SI Inovação.

O projeto que se apresenta, em seguida, aprovado no SI Inovação, visou desenvolver e industrializar a produção de um biofungicida concebido a partir da proteína da semente do tremoço, permitindo à empresa promotora posicionar-se como líder mundial no mercado dos biofungicidas.

MEDIDA DE APOIO: SI INOVAÇÃO – INOVAÇÃO PRODUTIVA

ÁREA DE INTERVENÇÃO: PRODUÇÃO DE UM NOVO PRODUTO

N.º DE PROJETO: 17763

DESIGNAÇÃO DO PROJETO: BIOBLAD - Industrialização de um novo biofungicida, de características inovadoras à escala global, a partir da proteína da semente do tremoço

PROMOTOR: CONVERDE, Unipessoal, Lda.

LOCALIZAÇÃO: CANTANHEDE

INVESTIMENTO APROVADO: 25.053.842,57 euros **INCENTIVO APROVADO:** 12.441.131,05 euros

DESCRIÇÃO DO PROJECTO:

A empresa CONVERDE é detida pela CEV – Consumo em Verde, S.A. (sócio maioritário) e por sociedades de investimento e capital de risco e está vocacionada para o desenvolvimento e produção de biofungicidas.



O BIOBLAD, o fungicida no qual este projeto se baseia, resulta da pesquisa de um grupo de

investigadores do Departamento de Botânica e Engenharia Biológica do Instituto Superior de Agronomia (ISA) e do Instituto de Tecnologia Química e Biológica (ITQB), que descobriu que uma proteína edível, a BLAD, presente na semente do tremoço (*Lupinus albus*) durante a fase de germinação, que apresenta uma forte atividade antifúngica contra fungos que atacam diferentes culturas agrícolas.

À escala laboratorial, esta equipa desenvolveu um processo simples para extrair a BLAD da planta do tremoço e obter um produto final aplicável nas diferentes culturas. Este processo inclui, de forma resumida, as etapas seguintes:

- Hidratação e germinação das sementes;
- Moagem em meio húmido para extração da proteína e outros ingredientes;
- Centrifugação para obtenção de um extrato líquido contendo o princípio ativo,
- Evaporação para obtenção do produto final sob a forma de uma solução concentrada.

Esta pesquisa conduziu entre julho de 2005 em julho de 2006 ao registo de 2 patentes nacionais e uma patente internacional (WO2007010459).

O biofungicida, quando testado em laboratório, em estufa e em ensaios de campo, em diversas plantas como a videira e o tomateiro, apresenta vantagens competitivas importantes quando comparado com os fungicidas sintéticos, nomeadamente a ausência de toxicidade e custo inferior de aplicação por hectare.

Em julho de 2006, o grupo de três investigadores responsáveis pela descoberta da BLAD constituem a CEV — Consumo em Verde, S.A. com o propósito de desenvolver o biofungicida, os processos de produção e desenvolvimento de novos produtos.

No âmbito da participação no Programa COHiTEC, foi preparado um Plano de Negócios para a produção e comercialização do novo conceito de biofungicida, que conduz em setembro de 2007 na elaboração de um Contrato de Investimento e Acordo Parassocial entre investidores e o grupo fundador da CEV, de que resultou um novo Pacto Social para a empresa, com um quadro alargado a seis acionistas.

Em junho de 2008, e de acordo com o previsto na estrutura e desenvolvimento dos projetos nascidos no âmbito do programa COHiTEC, o quadro de investidores passou a integrar o Fundo de Capital de Risco F-HITEC, entidade com origem em associados da COTEC.

Os ensaios de laboratório e testes de campo realizados no biofungicida permitiram confirmar a sua excelente atividade antifúngica em relação a vários fungos patogénicos e em diferentes culturas, como leguminosas, videira, tomateiro, etc., pelo que o novo produto se apresentou, desde logo, com fortes possibilidades de sucesso no mercado dos fungicidas, ao mesmo tempo que, em testes de campo nos EUA, ficou demonstrada a ausência de toxicidade para outros organismos (ex. Abelhas), tornando este produto único.

Em março de 2012 é publicado um estudo na revista Science sobre a CCD (Colony Collapse Disorder). Esta desordem tem vindo a destruir as colónias de Abelhas-Obreiras Europeias, um pouco por todo o mundo incluído em Portugal. Esse estudo estabelece uma relação entre inseticidas e o desaparecimento das abelhas, o que demonstra, por seu turno, a importância de um biofungicida que não afete estes insetos (<http://www.sciencemag.org/content/336/6079/351.abstract>).

É neste contexto que é criada a CONVERDE com o propósito de desenvolver e industrializar a produção deste biofungicida a um nível industrial.

O projeto focalizou-se em ações nas seguintes áreas:

- Ação 1 — Transferência de Tecnologia (Transferência do conhecimento da Empresa mãe para a CONVERDE)
- Ação 2 — Homologação do produto
- Ação 3 — Equipamentos Produtivos
- Ação 4 — Racionalização Energética
- Ação 5 — Qualidade
- Ação 6 — Comercial e Marketing



RESULTADOS ESPERADOS:

Com o projeto, a empresa assumiu os seguintes objetivos estratégicos:

- Constituir-se como um player de referência no mercado dos fungicidas biológicos no que diz respeito ao desenvolvimento, produção e comercialização de novos produtos com ação fungicida;
- A introdução e consolidação no mercado da imagem da marca do novo biofungicida como forte, consistente e de referência;
- A aposta e orientação da empresa para os mercados externos.

Esta estratégia pode ser traduzida em termos de objetivos quantificados da forma seguinte:

- Atingir um volume de negócios anual em 2015 superior a 33.500 milhões euros;
- Atingir uma quota de exportações em 2015 superior a 90%;
- Atingir uma faturação / trabalhador superior a 930 mil euros em 2015.

Face a estes objetivos, a CONVERDE, implementou um plano integrado de investimentos, materializado no projeto BIOBLAD que assegurará:

- O controlo dos canais de distribuição, pelo alcance de dimensão competitiva, permitindo à CONVERDE posicionar-se inequivocamente como líder mundial no mercado dos biofungicidas. Nunca é de mais referir que num quadro em que o volume de negócios estimado ultrapassa os 35,5 milhões de euros, mais de 90% corresponde a exportações.
- O elevado nível de produtividade do processo de fabrico, pela aquisição de equipamentos produtivos tecnologicamente evoluídos (estado-de-arte do sector), desenvolvidos e projetados de acordo com as especificidades do processo produtivo, que permitirão assegurar o cumprimento das especificações, num quadro de observância das regras e boas práticas no domínio energético e ambiental.
- A afirmação da sua capacidade de desenvolvimento de produtos inovadores para o mercado dos fungicidas biológicos materializado no lançamento no mercado de um novo biofungicida de características inovadoras à escala global.

Execução:

- Investimento Elegível: 8.624.642,27 €
- Incentivo pago: 5.606.028,39 €
- Taxa de execução: 45,06%

Inserido no setor do Turismo e com um investimento próximo dos 26,5 milhões de euros, o seguinte projeto foi aprovado no âmbito do Regime Especial, visando a construção de um hotel de charme nas margens do Rio Douro. Já concluído e em plena operacionalização, o The Yeatman Hotel já conquistou vários prémios internacionais.

MEDIDA DE APOIO: SI INOVAÇÃO –REGIME ESPECIAL

ÁREA DE INTERVENÇÃO: CRIAÇÃO DE UM HOTEL DE CHARME

N.º DE PROJETO: 181

DESIGNAÇÃO DO PROJETO: The Yeatman Hotel

PROMOTOR: THE YEATMAN HOTEL, LDA.

LOCALIZAÇÃO: VILA NOVA DE GAIA

INVESTIMENTO APROVADO: 29.080.378,77 euros **INCENTIVO APROVADO:** 4.935.000,00 euros

DESCRIÇÃO DO PROJECTO:

O projeto apresenta como objetivo a construção de um Hotel na encosta esquerda do rio Douro, junto às caves de Vinho do Porto, com uma capacidade de 82 quartos e suites, duas piscinas, um ginásio, um Wellness Centre (SPA) com vinoterapia, dois restaurantes e dois bares.

Este Hotel ambiciona, não só a classificação de hotel de 5 estrelas, mas, também, ser uma referência mundial de qualidade que seja reconhecida imediatamente pelos consumidores.

O Hotel será vocacionado para o enoturismo e enoterapia, sendo a sua localização no centro histórico de Vila Nova de Gaia. Os quartos do Hotel terão uma área média de 40 m² o que coloca o Hotel numa posição privilegiada em termos de espaço dentro dos hotéis de luxo (Hotéis de 5* de topo normalmente apresentam áreas entre 24m² a 30m² na Europa, 30m² a 36m² nos EUA e mais do que 36m² no Médio Oriente e nos países Orientais). Cada quarto irá ter uma vista franca sobre o centro histórico do Porto criando uma sensação incomparável que se irá transmitir aos consumidores, críticos e jornalistas.



Associado à componente de alojamento, mas podendo funcionar autonomamente, o complexo irá dispor de um restaurante que estará dividido em três áreas: uma garrafeira, uma sala de provas e uma sala clássica de restaurante.

O serviço de bebidas será superior ao da concorrência precisamente pela ênfase que será dado à lista de vinhos. O bar irá oferecer ainda menus de *snacks*. Existirá um segundo bar ao nível da piscina exterior para clientes que desejem permanecer na piscina na hora do almoço ou usufruir de uma bebida. Não se espera que a piscina exterior seja usada nos meses de Inverno, pelo que será construída de maneira a que se possa criar uma área coberta para uso no Inverno.

O *Vino SPA* irá oferecer 11 salas de tratamento que estarão disponíveis quer aos hóspedes do Hotel quer aos membros da comunidade local. Uma das salas de tratamentos é uma suite SPA, com a sua própria área de relaxamento e vista da paisagem do Porto histórico. Este quarto será alugado numa base diária e alojará duas pessoas.

O SPA terá vários tratamentos com características próprias e inovadoras. Irá ser desenvolvida uma linha de produtos para uso no SPA e para venda na loja. Os produtos irão também ser oferecidos nos quartos de Hotel ajudando na promoção do SPA e dos seus produtos.

Será oferecido um número limitado de cartões de sócio à comunidade local e a patrocinadores do Hotel. A filiação acarretará várias ofertas especiais. Adicionalmente será criado um sistema de gift vouchers para uso de empresas como incentivos ao pessoal.

O SPA é encarado como o maior contribuinte para a imagem e lucro do Hotel. Este cria um ponto de diferenciação e reforça a herança vinícola da TFP.

A construção de um Hotel de Vinho visa utilizar as raízes da indústria do Vinho do Porto e a experiência dos proprietários, pelo que pretende também apoiar os vinhos de mesa portugueses, tornando-o num forte cartão-de-visita desta importante indústria.



RESULTADOS ESPERADOS:

O projeto já foi encerrado física e financeiramente, apresentando um grau de realização de 100%, estando previsto o aferimento do cumprimento das metas financeiras contratualizadas com base nos dados de 2015.

Salienta-se que o The Yeatman Hotel foi eleito como “Melhor Hotel Spa do Ano na Europa” nos prémios World Spa & Wellness Awards 2013, divulgados em Londres. Depois de vários prémios internacionais que espelham o reconhecimento em diversos serviços do hotel, também o Spa Vinotherapie Caudalie do The Yeatman conquista uma importante distinção, colocando o Porto e Portugal no ranking dos melhores hotéis e spas do mundo.

Desde a abertura do hotel, o The Yeatman conquistou os seguintes prémios:

- Condé Nast Traveler’s Hot List Hotels 2011
- Uma estrela no guia Michelin 2012, renovada no guia Michelin 2013
- Melhor Carta dos Vinhos 2011 - Revista de Vinhos
- Melhor Empreendimento do Ano - Revista Imobiliária
- Melhor Empreendimento Turístico - Salão Imobiliário de Lisboa
- Melhor Hotel Independente – Publituris Trade Awards 2012 e 2013
- “Best of Award of Excellence 2012” – Wine Spectator
- Melhor Enoturismo 2012, atribuído pelo conceituado escritor e produtor de vinho, Aníbal Coutinho
- Garfo de Platina 2012 - Guia Boa Cama Boa Mesa
- Chave de Ouro, Guia Boa Cama Boa Mesa 2011 + 2012
- O The Yeatman integrou a prestigiada coleção de hotéis Relais & Châteaux
- “12 Head-Turning Hotel Infinity Pools” - Condé Nast Traveler’s 2012
- Melhor Hotel Urbano da Europa - Condé Nast Johansen’s 2013
- Melhor Restaurante Vínico - Best of Wine Tourism 2013 (The Great Wine Capitals Awards of Excellence)
- Restaurante com Melhor Serviço de Vinho – Essência de Vinho e a Revista Wine
- Melhor Hotel Spa da Europa - World Spa & Wellness Awards 2013
- Chave de Ouro, Garfo de Ouro, Melhor Garrafeira - Guia Boa Cama Boa Mesa 2013

SI QUALIFICAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DE PME

No final de 2012, o SI Qualificação e Internacionalização de PME somava 2.277 candidaturas ao COMPETE, envolvendo mais de 1,1 mil milhões de euros de investimento (20% do total das candidaturas e 36% do investimento do SI Qualificação PME, um instrumento que visando, sobretudo, as micro e pequenas empresas é operacionalizado essencialmente através dos PO Regionais).

No final do ano encontravam-se aprovados 1.209 projetos, com um investimento elegível de 458 milhões de euros e um incentivo de 213 milhões de euros. Por tipologia, destacam-se, com maior número de projetos, os projetos individuais e de cooperação. Os projetos conjuntos, com um investimento médio de 1,7 milhões de euros, assumem maior relevância a nível do incentivo atribuído.

Tabela 3.19: Candidaturas e Projetos Aprovados no SI Qualificação PME, por Tipologia de Apoio, 2007-2012

Unid: Mil Euros

Instrumento	Candidaturas		Projetos Aprovados		
	(2007-2012)		(2007-2012)		
	N.º Proj.	Investimento	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
Projetos Individuais e de Cooperação	1.373	657.895	715	226.162	97.310
Projetos Conjuntos	223	442.912	129	222.823	108.781
Projetos Simplificados – Inovação, Energia ou Ambiente e Internacionalização	681	15.681	365	8.901	6.649
TOTAL SI Qualificação PME	2.277	1.116.488	1.209	457.886	212.741

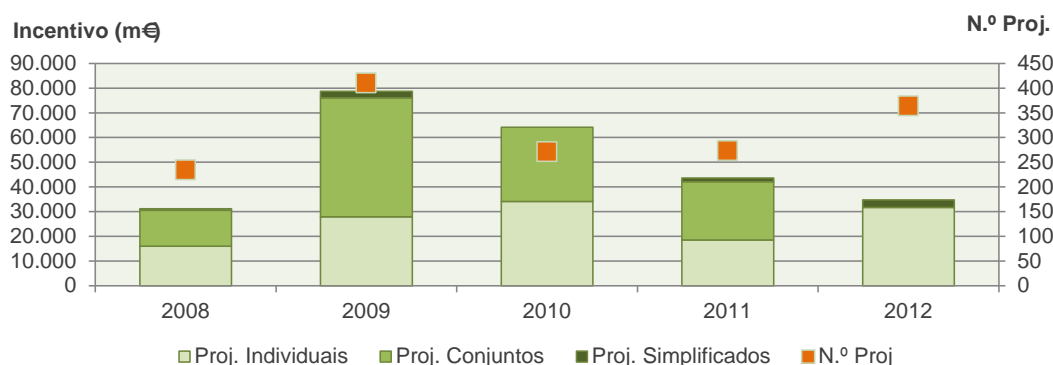
Fonte: SI POFC.

Em 2012 mais que duplicou o número de **candidaturas** ao SI Qualificação PME face ao ano anterior. No total, entraram 746 novos projetos, com um investimento associado de 247 milhões de euros, como resultado dos seguintes AAC:

- AAC n.º 04/SI/2012 – Projetos Individuais e de Cooperação: de 27/02/2012 a 16/04/2012;
- AAC n.º 05/SI/2012 – Projetos Conjuntos (Internacionalização): 1.ª fase de 31/07/2012 a 31/10/2012;
- AAC n.º 06/SI/2012 – Projetos simplificados: 1.ª fase de 12/10/2012 a 12/11/2012 e 2.ª fase de 13/11/2012 a 11/01/2013;
- AAC n.º 10/SI/2012 – Projetos Individuais: 1.ª fase de 24/10/2012 a 31/12/2012;
- AAC n.º 10/SI/2012 – Projetos Conjuntos (Outras Tipologias): 1.ª fase de 24/10/2012 a 31/12/2012.

Também o número de **aprovações** cresceu relativamente aos dois anos anteriores (364 projetos, cerca de 35 milhões de euros de incentivo), assumindo especial relevância os projetos individuais e em cooperação.

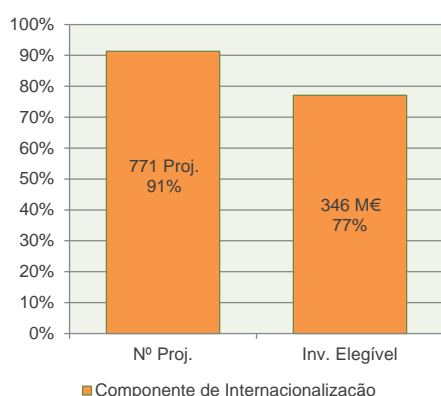
Gráfico 3.32: Incentivo Aprovado no SI Qualificação PME por Ano, 2007-2012



Fonte: SI POFC.

Relativamente aos projetos conjuntos, as últimas aprovações datam do final de setembro de 2011, uma vez que os concursos de 2012 tiveram lugar já na segunda metade do ano, tendo sido, portanto, aprovados já em 2013.

Gráfico 3.33: Projetos Aprovados da Tipologia Internacionalização no SI Qualificação PME (Proj. Individuais e Conjuntos), 2007-2012

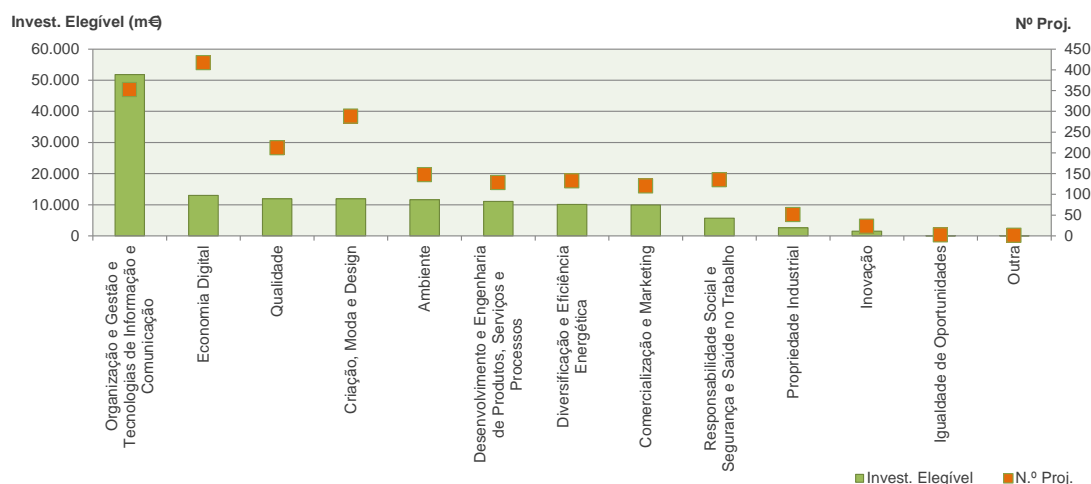


Fonte: SI POFC.

Considerando apenas os projetos individuais e conjuntos, verifica-se que a principal **tipologia de investimento** apoiada é a Internacionalização, constatando-se que 91% dos projetos aprovados incluem investimentos nesta componente, que concentra 77% do investimento elegível apoiado neste instrumento.

Relativamente às restantes tipologias, destaca-se a “Organização e Gestão e Tecnologias de Informação e Comunicação” (representada em 42% dos projetos aprovados e envolvendo 12% do investimento elegível) e a “Economia Digital” (em 49% do total de projetos, com 3% do investimento elegível).

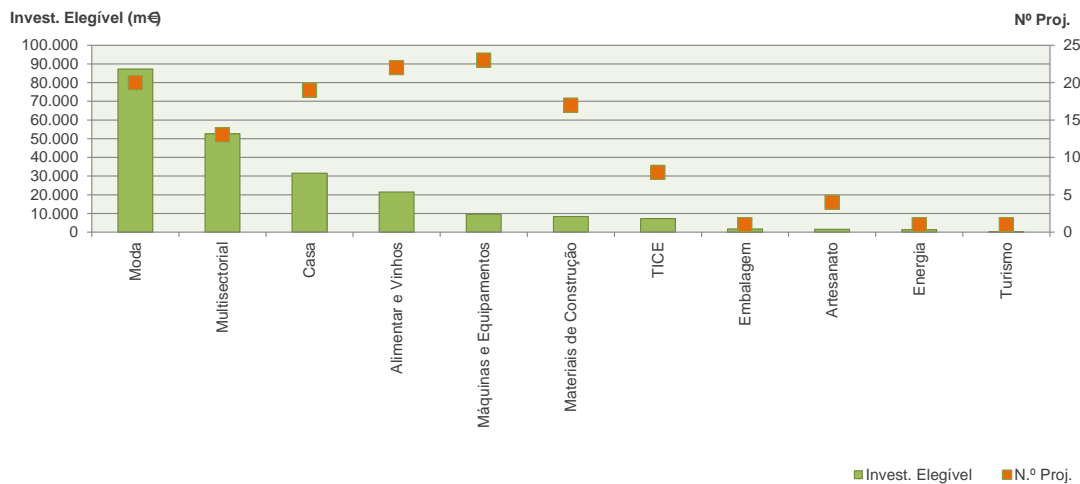
Gráfico 3.34: Projetos Aprovados noutras Tipologias no SI Qualificação PME (Proj. Individuais e Conjuntos), 2007-2012



Fonte: SI POFC.

No âmbito dos projetos conjuntos e dos efeitos por eles gerados junto das empresas e das respetivas atividades em torno das diferentes cadeias de valor, salientam-se as **fileiras** da Moda (20 projetos aprovados e 39% do investimento elegível), Casa (14%) e Alimentar e Vinhos (10%), bem como os projetos multisectoriais (24%).

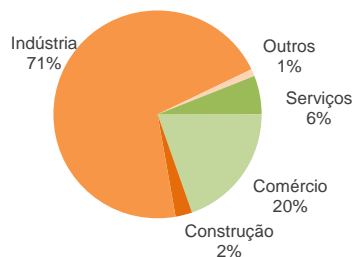
Gráfico 3.35: Projetos Aprovados nos Projetos Conjuntos do SI I&DT por Fileira, 2007-2012



Fonte: SI POFC.

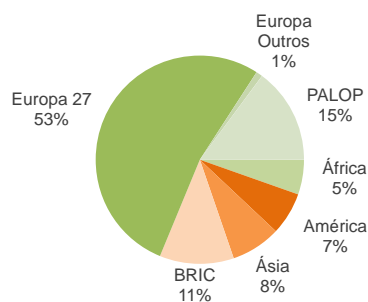
No final de 2012, encontravam-se **encerrados 41 projetos conjuntos**, todos no âmbito da Internacionalização, com um incentivo associado de 23 milhões de euros. Estes projetos envolveram 1.034 empresas, 71% das quais do setor da Indústria. Relativamente aos mercados-alvo, não obstante a relevância dos parceiros comunitários (53% das participações), o seu peso é inferior ao verificado nas exportações nacionais (cerca de 68% em 2012), o que aponta para um esforço de diversificação dos mercados, designadamente em direção aos PALOP e BRIC.

Gráfico 3.36: Empresas Participantes nos Projetos Conjuntos Encerrados, por Setor de Atividade, 2007-2012



Fonte: SI POFC.

Gráfico 3.37: Mercados Internacionais Alvo das Empresas Participantes nos Projetos Conjuntos Encerrados, 2007-2012



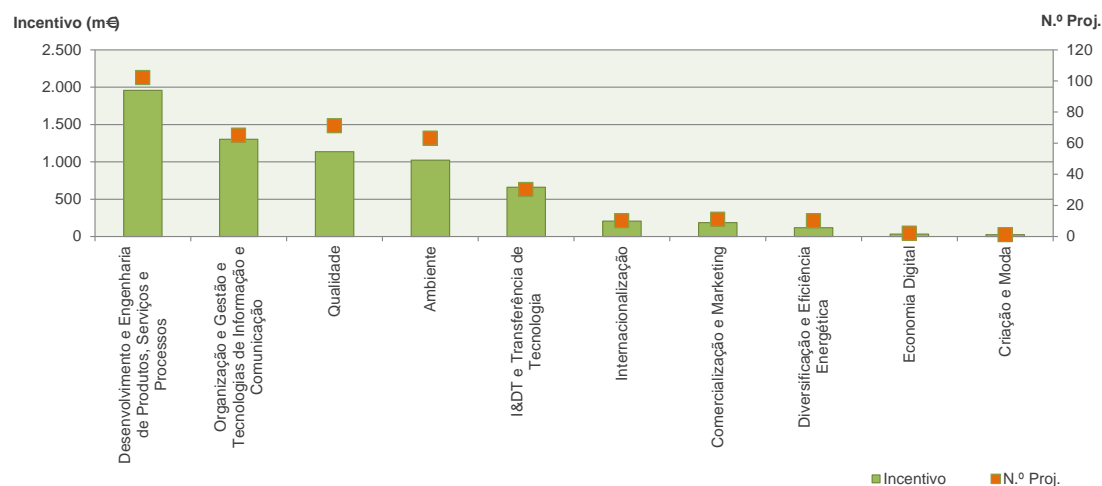
Nota: África não inclui PALOP; Brasil, Rússia, Índia e China (BRIC) não incluídos em América, Ásia ou Europa; Fonte: SI POFC.

Relativamente ao **objetivo dos projetos**, 41% das participações visam a prospeção/entrada em novos mercados, 34% o aumento do volume de negócios, 18% a consolidação de posição no mercado e 5% o reposicionamento em segmentos de maior valor acrescentado.

Relativamente à **criação de emprego** (ver ponto 2.3.2), o SI Qualificação PME apoia as despesas, por um período até 24 meses, com a contratação de um máximo de 2 novos quadros técnicos, com nível de qualificação igual ou superior a VI. Neste âmbito, foram contratados 672 novos técnicos pelas PME para a implementação dos respetivos projetos.

Quanto aos **projetos simplificados**, as principais áreas em que as PME recorreram a serviços de consultoria foram “Desenvolvimento e Engenharia de Produtos, Serviços e Processos”, “Organização e Gestão e TIC”, “Ambiente”, “Qualidade” e “I&DT e Transferência da Tecnologia”, que concentram 91% do incentivo total atribuído a estes projetos (respetivamente, 29%, 20%, 17%, 15% e 10%).

Gráfico 3.38: Projetos Aprovados no SI Qualificação PME (Projetos Simplificados) por Área de Intervenção, 2007-2012



Fonte: SI POFC.

Em 2012, na sequência da Portaria n.º 47-A de 24 de fevereiro, para além do “Vale Inovação”, foram também criados os “**Vale Energia ou Ambiente**”, para consultoria na área da eficiência energética e energias renováveis e o “**Vale Internacionalização**”, no âmbito da participação em feiras e exposições. Em novembro, a Portaria n.º 369/2012 introduziu o “**Vale Empreendedorismo**”, cobrindo despesas de consultoria designadamente para a elaboração de planos de negócio e para a proteção e comercialização de direitos de propriedade intelectual e industrial. Estas alterações só tiveram efeito no concurso que teve início já no final de 2012, registando-se, no final do ano, 33 candidaturas ao “Vale Energia ou Ambiente” e 1 candidatura ao “Vale Empreendedorismo”.

O ano em análise trouxe também alterações ao nível do **processo de seleção das entidades prestadoras de serviços**. De acordo com a formulação inicial desta tipologia de projetos, os serviços de consultoria apoiados teriam que ser adquiridos a um conjunto de entidades

previamente qualificadas. Após 2 períodos de qualificação (um em 2008 e outro em 2011), a Portaria n.º 369/2012 de 6 de novembro veio alterar esta disposição, abrindo a prestação dos referidos serviços a entidades vocacionadas para a prestação dos mesmos, sem que haja lugar a pré-qualificação.

Nos projetos aprovados no final do ano estavam envolvidas mais de 35 entidades diferentes, entre centros tecnológicos, instituições do ensino superior, outras entidades do SCT e associações empresariais, numa média de 10 projetos aprovados por entidade.

No que concerne à **contratação de projetos** no SI Qualificação PME, no final de 2012, encontravam-se contratados 1.030 projetos, correspondendo a 88% do total do incentivo atribuído neste Sistema de Incentivos, sendo que a quase totalidade dos projetos ainda não contratados correspondem a candidaturas de 2012.

O projeto apresentado em seguida obteve apoios no domínio da propriedade industrial, da certificação e da implementação de um sistema de gestão, obtendo bons resultados ao nível do volume de negócios da empresa, em particular, na sua componente internacional.

MEDIDA DE APOIO: SI QUALIFICAÇÃO PME - PROJETO INDIVIDUAL

ÁREA DE INTERVENÇÃO: QUALIFICAÇÃO PME

N.º DE PROJETO: 2099

DESIGNAÇÃO DO PROJETO: CRIAÇÃO DE LABORATÓRIO DE I&D. REGISTO DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL, CERTIFICAÇÃO DA QUALIDADE E MARCAÇÃO CE DE PRODUTOS

PROMOTOR: CASTROS – ILUMINAÇÕES FESTIVAS, S.A.

LOCALIZAÇÃO: ESPINHO

INVESTIMENTO APROVADO: 56.484,30 euros **INCENTIVO APROVADO:** 27.394,89 euros

DESCRIÇÃO DO PROJECTO:

A empresa Castros, iluminações Festivas, SA., fundada em 1921, desenvolve a sua atividade na área das iluminações festivas, num mercado onde as solicitações se revestem de especificidades próprias. Todas as decorações e iluminações são concebidas e desenvolvidas pela empresa, sendo este o seu principal fator de diferenciação no mercado.



Para cada encomenda são desenvolvidas, na fase de conceção, propostas à medida que têm em consideração não só as especificidades requeridas, como também, toda a envolvente do local onde se fará a intervenção.



A conceção é a principal atividade geradora de valor e a que requer recursos mais qualificados. As propostas são desenvolvidas por *designers* no gabinete de *design*, passando depois pelo gabinete de projetos e estruturas e pelo gabinete de eletrónica, sendo esta a forma de garantir a sua exequibilidade e segurança. Todo o processo é desenvolvido internamente, desde a conceção, criação, produção até à instalação e remoção de motivos decorativos, tendo ao longo dos anos assistido a alterações significativas nos processos

produtivo, dadas as exigências do mercado e legislação.

A atual estratégia da empresa assenta os seus objetivos, no desenvolvimento de processos mecânicos, aplicados às iluminações decorativas, na automação aplicada às instalações elétricas, na conquista de novos mercados, incluindo o mercado internacional, na promoção de uma política da qualidade dos seus produtos e serviços e também na formação contínua de todos os seus colaboradores áreas estratégicas para o desenvolvimento e crescimento da empresa.

Estes objetivos consubstanciaram-se nos seguintes investimentos incluídos na candidatura realizados entre abril de 2008 e abril de 2010:

- Criação e conceção de novas decorações iluminativas, incluindo o recurso à propriedade industrial;
- Na concentração dos 3 laboratórios de apoio à atividade atualmente dispersos, num laboratório de investigação e desenvolvimento, de toda a área criativa e de ensaio, a qual permita obter sinergias, desenvolver novos sistemas, detetar antecipadamente avarias, desenvolver a racionalização energética e experimentar a utilização de novos materiais;
- Na certificação de produtos/peças, quadros elétricos e mecanismos, através da marcação CE, garantindo a sua qualidade e o cumprimento dos requisitos legais para o produto,
- Certificação da qualidade, através da implementação de um sistema de gestão da qualidade de acordo com a norma NP EN ISO 9001:2000;
- Implementação de um sistema integrado de gestão;
- Fomentar um plano de formação que tem por base o levantamento das necessidades formativas nas áreas de organização, gestão e controlo.

RESULTADOS ESPERADOS:

Os investimentos previstos na candidatura produziram um impacto significativo no volume de negócios da empresa com especial incidência ao nível dos mercados externos.

Este plano de investimentos revelou-se portanto crítico, e, em 2011 a Castros ultrapassa a fasquia dos 5M € de Volume de Negócios, pela primeira vez na sua história tendo superado as previsões consideradas em sede de candidatura.

Relativamente à Abordagem aos Mercados Internacionais, a empresa revelou um ótimo desempenho, tendo ultrapassado os objetivos a que se propôs. Em 2008, a empresa apenas apresentava como único mercado exportador a Grã-Bretanha.

Em 2011, observa-se que a empresa exportou para o mercado comunitário 935.445,81 euros e para o mercado extra comunitário (MEC) 2.549.080,18 euros, que correspondem a um aumento de 273,88% face ao previsto. Os valores referenciados indiciam uma evolução positiva e superior à prevista para o mercado comunitário (MC), sendo que a empresa conseguiu também um volume de negócios para outros mercados

não previstos em projeto de candidatura (MEC). O Promotor indica que os seus mercados se centravam na Europa, Inglaterra e França, mas a partir de 2010 e 2011, começou a diversificar o risco e procurar mercados geográficos alternativos, passando a exportar para 4 Continentes diferentes.

Em resultado disso, em 2010 e 2011, a Castros acabou a exportar bens e serviços para 4 continentes diferentes, com estratégias de entrada diferentes consoante cada mercado, nomeadamente em países como Espanha, Inglaterra, França, Emirados Árabes Unidos, Brasil, Senegal, Costa do Marfim e Gâmbia, entre outros.

A acompanhar esta evolução positiva no volume de negócios, também se registou um aumento médio do número de postos de trabalho, bem como o número de quadros com qualificação superior. Em 2007 a empresa contava com uma média de 104 colaboradores, dos quais, 11 com qualificação igual ou superior a licenciatura. Em 2011 ambos os registos registaram um aumento: o número médio de colaboradores atingiu os 115 e os quadros com qualificação igual ou superior a licenciatura chegaram aos 20.

A filosofia da melhoria contínua subjacente à certificação do sistema de gestão da qualidade tem conduzido a revisões sucessivas dos processos de conceção, de produção, compras, logística, entre outros, sempre com vista a obter ganhos de eficiência.

O laboratório é hoje um dos pilares da inovação da Castros. No sentido de se potenciar a inovação, encontra-se em curso a implementação do sistema de gestão da investigação, desenvolvimento e inovação, de acordo com o normativo NP 4457.

Anualmente submetem-se novos desenhos/ modelos para registo de propriedade intelectual a nível europeu para tentar reduzir as cópias pela concorrência. Em 2010, a Castros fechava o pódio das empresas portuguesas com maior número de registos de desenhos ou modelos no organismo europeu de proteção da propriedade intelectual (IHMI) – 115 registos na altura.

No âmbito da candidatura, o promotor procedeu ao registo de desenhos tendo efetuado junto do INPI (6 desenhos), do IHIM - Instituto de Harmonização no Mercado Interno (Marcas, Desenhos e Modelos) e do OHIM - Office for Harmonization in the International Market (Trade Marks and Design) - 20 desenhos.

A empresa obteve igualmente a certificação, do Sistema de Gestão da Qualidade de acordo com a norma NP EN ISO 9001:2000, no âmbito do Sistema Português da Qualidade (SPQ)

A formação apoiada envolveu a realização de 5 cursos de formação, previstos em candidatura, traduzidos em 5 ações de formação: Curso Motivação (1 ação que envolveu 8 formandos com uma duração de 30 horas); Curso Gestão de Tempos (1 ação que envolveu 15 formandos com uma duração de 24 horas); Curso Sensibilização para a Qualidade (3 ações que envolveram 40 formandos; com uma duração de 20 horas).

Depoimento da empresa:

Hoje podemos afirmar que o projeto de investimento, no âmbito do SI Qualificação PME, foi crítico para a Castros, representando a base para o futuro, para outros investimentos em curso que visam um constante ajustamento aos desafios que nos surgem pela frente.



Apresenta-se, na ficha seguinte, um dos projetos conjuntos aprovados no SI Qualificação PME, no âmbito da internacionalização, neste caso, do setor da moda, e que contou com o envolvimento de cerca de 150 empresas do sector têxtil, desde a fiação, tecidos, têxteis técnicos, têxteis-lar e vestuário a áreas conexas como a cerâmica e da cutelaria, abrangendo 24 mercados distribuídos pelos continentes da Europa, América e Ásia.

MEDIDA DE APOIO: SI QUALIFICAÇÃO PME – PROJETO CONJUNTO

ÁREA DE INTERVENÇÃO: Promoção Internacional

N.º DE PROJETO: 22748

DESIGNAÇÃO DO PROJETO: FROM PORTUGAL 2012

PROMOTOR: SELECTIVA MODA - ASSOC. DE PROMOÇÃO DE SALÕES INTERNACIONAIS DE MODA

PERÍODO DE REALIZAÇÃO: JULHO 2011 A DEZEMBRO DE 2012

INVESTIMENTO APROVADO: 7.756.228,72 euros **INCENTIVO APROVADO:** 4.117.695,65 euros

DESCRIÇÃO DO PROJECTO:



O projeto visa a intensificação dos processos de internacionalização das empresas nacionais que compõem a Fileira Têxtil e da Casa. Integra empresas de diferentes áreas da indústria têxtil (matérias têxteis, vestuário e têxteis técnicos), mas também de outros sectores relacionados com a decoração de interiores, que têm em comum o objetivo de aumentar o volume de exportações, de um modo integrado e com uma oferta complementar. Surgiu como uma alavanca para o crescimento das indústrias têxteis nacionais, tendo sido fundamental no garante da sua sustentabilidade e crescimento, através da implementação de um conjunto de ações focadas na melhoria da competitividade das empresas do sector.

A estratégia implementada neste projeto assenta em três eixos fundamentais: a internacionalização das empresas, a melhoria da imagem e notoriedade da indústria têxtil nacional nos mercados internacionais e a inovação, quer no âmbito do design quer no âmbito dos têxteis técnicos.

O projeto tem como entidade co-promotora, a ATP – Associação Têxtil e do Vestuário, associação empresarial que reúne os industriais do sector e que desempenhou um papel fundamental, nomeadamente através da elaboração da informação sobre os mercados e da sensibilização e divulgação do projeto e dos seus resultados, bem como coordenando a avaliação das principais ações.

A parceria ASM e ATP, com as ações que tem desenvolvido, tem contribuído decisivamente para a projeção da imagem do sector e para a sua internacionalização, promovendo e acompanhando a presença das empresas nacionais nos maiores certames internacionais, dando resposta às necessidades impostas pelo aumento da competitividade e globalização dos mercados.

O projeto foi concebido para um grupo homogéneo de empresas do sector têxtil, representativos de todos os segmentos desde a fiação, tecidos, têxteis técnicos, têxteis-lar e vestuário, e de áreas conexas em que o

fator Moda é essencial, bem como de áreas conexas da cerâmica e da Cutelaria, abrangendo assim as Fileiras Têxtil e Casa, e consiste na participação integrada de 110 empresas em diversas exposições e visitas de prospeção aos principais certames internacionais, bem como na participação em missões comerciais e de prospeção de mercado, para por um lado tomar conhecimento da diferentes realidades dos mercados possibilitando uma definição estratégica mais clara e racional e por outro aumentar ou diversificar o seu campo de atuação, num conjunto de 24 mercados distribuídos pelos continentes da Europa, América e Ásia.

RESULTADOS ESPERADOS:

O projeto “From Portugal” foi criado com o objetivo de aumentar a competitividade das indústrias do sector e a sua orientação internacional, tendo surtido efeitos muito positivos. Efetivamente assiste-se desde 2010 a um crescimento das exportações, apesar da conjuntura difícil, revelando uma boa performance do sector na reação à crise económica vivida na Europa.

Em 2010 registou-se um crescimento das exportações de matérias têxteis e vestuário de 6,25%, superando os valores exportados em 2006 e 2007. Este ciclo de crescimento fortaleceu-se em 2011, tendo-se registado um crescimento de 8,00%. Em 2012, apesar dos condicionalismos à atividade das empresas, as exportações voltam a registar um crescimento de 6,64%, sendo de destacar o extraordinário crescimento das exportações para os países terceiros.

O sucesso do projeto também é refletido pelo número crescente de empresas participantes e que manifestam interesse em participar, que já ascende a quase 150 quando se previa o envolvimento de 110. Contempla cerca de 60 ações de participação em certames internacionais, muitos deles com duas edições anuais, e cerca de 10 visitas de prospeção e missões comerciais.



Este projeto revelou ser uma excelente oportunidade para as empresas desenvolverem e expandirem os seus negócios. Permitiu a muitas empresas alargar a sua rede de contactos, possibilitou que adquirissem um conjunto de informações relevantes para o desenvolvimento de ações inovadoras e para um aumento do grau de penetração nos mercados internacionais.

Em termos de volume de negócios internacional os resultados foram muito positivos, registando um crescimento em torno dos 15% para as empresas participantes. A generalidade das empresas alcançou uma evolução positiva, tendo algumas empresas registado um desempenho extraordinário, com taxas de crescimento muito mais acentuadas.

Por fim, cumpre ainda destacar a importância crescente do segmento dos têxteis técnicos em Portugal, que tem sido muito fomentado no âmbito destes projetos, tendo já atingindo uma elevada notoriedade a nível internacional.

Depoimento da associação:

Foi, em suma, uma viagem ao Mundo do Mundo Têxtil Português desde os Fios, Tecidos e Acessórios passando pela moda, pela fileira casa, os Têxteis-Lar e Decoração, aos Têxteis Técnicos, que se traduziu em resultados concretos que, em todos os parâmetros estão bem acima dos resultados médios do sector, provando que um estímulo planeado e orientado para o conhecimento dos mercados e seus agentes tem impactos profundos nos resultados das exportações e incrementos sensíveis na notoriedade do setor.

3.2.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver

Conforme detalhado no ponto 2.4.1, o principal constrangimento verificado prende-se com a **difícil conjuntura macroeconómica** que a economia nacional atravessa, não apenas com reflexo ao nível do financiamento dos projetos (acesso a capitais alheios e obtenção de garantias necessárias à apresentação de pedidos de pagamento a título de adiantamento e para o encerramento dos projetos com incentivo reembolsável), mas também ao nível da diminuição da procura interna e externa (em especial na Europa).

O COMPETE, em articulação com os PO Regionais, tem vindo, desde o início da crise, a introduzir medidas de simplificação, destacando-se, em 2012, as seguintes:

- Criação da linha INVESTE QREN para financiamento do fundo de maneio necessário à realização dos projetos financiados pelos Sistemas de Incentivos;
- Eliminação da exigência de apresentação de garantias à PME para encerramento dos projetos com incentivo reembolsável.

Conforme referido no ponto 2.4.5, foram lançados no final do ano 6 Avisos de Abertura de Concursos no SI Inovação e SI Qualificação PME, com uma lógica de fases em contínuo, com uma dotação COMPETE de 511,9 milhões de euros (valores que incluem o reforço definido em 2013).

3.3 EIXO PRIORITÁRIO III – FINANCIAMENTO E PARTILHA DE RISCO DA INOVAÇÃO

O Eixo III do COMPETE tem como principal missão contribuir para que a envolvente financeira se assuma como uma alavanca do desenvolvimento, permitindo às empresas implementar com sucesso as suas estratégias de criação, crescimento, consolidação e internacionalização.

As regras de execução estabelecidas no SAFPRI - Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco da Inovação, preveem os seguintes **instrumentos**:

- Instrumentos de reforço do capital próprio (fundos de capital de risco, fundos de sindicância de capital de risco, fundos de participação em outros fundos de capital de risco);
- Instrumentos de reforço do financiamento de capitais alheios (fundo de contragarantia mútuo, fundo de garantia para titularização de créditos, constituição ou reforço de linhas de crédito especiais, mecanismos de garantias de financiamento).

Para operacionalização destes instrumentos e no âmbito de uma estratégia de centralização e coordenação de esforços e de recursos, foi constituído, através do Decreto-Lei n.º 175/2008 de 26 de agosto, um instrumento público único, o FINOVA - Fundo de Apoio ao Financiamento à Inovação, que intervém nas diferentes vertentes de apoio ao financiamento de PME, com vista a reforçar a solidez, competitividade e o potencial inovador do tecido empresarial.

As intervenções apoiadas no âmbito do COMPETE circunscrevem-se exclusivamente a PME localizadas nas regiões Convergência (Norte, Centro e Alentejo).

Nos Anexos VI (I) e VI (II) encontram-se descritos os instrumentos financeiros apoiados pelo SAFPRI, sendo possível consultar a lista das aplicações em PME no Anexo XIV.

3.3.1. Cumprimento de Metas e Análise de Progressos

Analisando os Indicadores de realização previstos para o Eixo III, à semelhança dos Eixos anteriores, verifica-se um elevado nível de cumprimento das metas definidas para o final do Programa.

As candidaturas aprovadas para fundos de capital de risco e *business angels* registam em 2012 um valor acumulado de 34 milhões de euros de investimento em 81 PME. Destas, cerca de 73% encontram-se na sua fase de vida inicial, o que origina um rácio muito favorável no indicador da “Qualidade do Capital de Risco”.

O indicador “Financiamento através de FCR orientado para sectores com potencial de crescimento” tem um resultado muito favorável (77%), podendo-se já concluir que estes instrumentos têm uma forte focalização no investimento nestes setores.

No que respeita ao indicador “Garantias prestadas às PME”, a implementação das Linhas de Crédito PME Investe I e II permitiu atingir 75% do número de garantias previstas para a totalidade do COMPETE. Com a aprovação, no final de 2012, da Linha de Crédito Investe QREN prevê-se que este indicador possa ser cumprido nos próximos anos.

Por último, o indicador de custos de gestão apresenta um valor de 2,10% em média anual, contabilizando os custos de gestão do FINOVA (Holding Fund) e dos Fundos de Capital de Risco, o que significa que está a cumprir a meta máxima fixada (2,5%).

Tabela 3.20: Indicadores de Realização do Eixo III, 2007-2012

Indicador	Metas		Cumprimento Atual	
	2010	2015	2007-2012	Sim/Não
QUALIDADE DO CAPITAL DE RISCO (Investimento realizado em capital semente) / (Investimento total realizado no âmbito do Capital de Risco)	33%	33%	73%	Sim
FINANCIAMENTO ATRAVÉS DE FCR ORIENTADO PARA SECTORES COM POTENCIAL DE CRESCIMENTO (Investimento de FCR em empresas em sectores intensivos em conhecimento e média-alta e alta tecnologia) / (Investimento total realizado no âmbito de FCR)	30%	30%	77%	Sim
GARANTIAS PRESTADAS ÀS PME	1.500	5.000	3.762	Não
CUSTOS DE GESTÃO (Comissões de Gestão / Capital Realizado)	2,5%	2,5%	2,10%	Sim

Fonte: SI FINOVA

Tabela 3.21: Indicadores Comuns Comunitários do Eixo III, 2007-2012

Áreas	Indicador	Eixos Relevantes	Valor
Emprego criado	1. Empregos criados (empregos diretos criados, em equivalente tempo inteiro)	Total do PO	203
Ajudas diretas ao investimento nas PME	7. N.º de projetos	Eixos I, II e III	3.850
	8. dos quais: n.º de <i>start-ups</i> apoiadas (empresas com menos de dois anos)	Eixos I, II e III	81
	9. Empregos criados (em equivalente tempo inteiro)	Eixos I, II e III	203
	10. Investimento total induzido (em milhões de euros)	Eixos I, II e III	1.305
Sociedade de Informação	11. N.º de projetos	Total do PO	106
	23. N.º de projetos	Total do PO	1
Energias Renováveis	24. Capacidade suplementar de produção de energia a partir de fontes renováveis (em MWh)	Total do PO	(*)
	34. N.º de projetos	Total do PO	203
Turismo	35. N.º de empregos criados (em equivalente tempo inteiro)	Total do PO	5
	38. N.º de projetos	Total do PO	0

Nota: (*)Indicadores que deverão ser aferidos com base em Avaliação específica;

Fonte: SI POFC.

3.3.2. Análise qualitativa

No final de 2012, no Eixo III, encontravam-se aprovados 23 projetos, com um investimento aprovado de 435 milhões de euros e um incentivo próximo dos 283 milhões de euros:

- as linhas de crédito PME Investe I e II;
- a Linha Investe QREN;
- 20 Fundos de Capital de Risco;
- a linha de financiamento a Business Angels.

Tabela 3.23: Candidaturas Aprovadas do SAFPRI, 2007-2012

Unid: Mil Euros

	Designação da Candidatura	Promotor/Soc. Gestora	Investimento Aprovado	Incentivo Aprovado	Incentivo Pago
Linhas de Crédito					
004574	Linhas de Crédito PME Investe I e II	PME Investimentos	142.898	100.028	100.028
030023	Linha Investe QREN	SPGM	37.500	37.500	0
FCR Audiovisual					
005734	FICA (Fundo de Investimento para o Cinema e Audiovisual)	BANIF Investimentos	33.000	23.100	4.620
FCR Inovação e Internacionalização					
016132	FCR PORTUGAL VENTURES INTERNACIONALIZAÇÃO	Portugal Ventures	20.216	10.108	3.032
016134	FCR ASK CELTA	ISQ	20.147	10.074	3.022
016135	FCR CAPITAL CRIATIVO I	CAPITAL CRIATIVO	20.630	10.078	10.078
016136	FCR ESPÍRITO SANTO VENTURES IV	ESPÍRITO SANTO VENTURES	10.092	5.046	1.514
016137	FCR PORTUGAL VENTURES INDUSTRIAS CRIATIVAS	Portugal Ventures	6.044	3.022	907
016141	FCR MINHO E INTERNACIONALIZAÇÃO	2B PARTNER	3.987	1.994	598
016142	FCR NOVABASE CAPITAL INOVAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO	NOVABASE CAPITAL	10.172	5.036	3.021
016143	FCR PATRIS CAPITAL PARTNERS	PATRIS	10.070	5.035	2.517
016144	FCR PORTUGAL VENTURES TURISMO	Portugal Ventures	20.147	10.074	3.022
016145	FCR PME/BES	ESPÍRITO SANTO CAPITAL	10.073	5.036	1.511
FCR Corporate Venture Capital					
016146	FCR CRITICAL VENTURES I	CRITICAL VENTURES	5.045	2.523	1.261
016147	FCR PORTUGAL VENTURES BIOCANT	Portugal Ventures	4.029	2.015	604
FCR Early Stages					
016140	FCR PORTUGAL VENTURES EARLY STAGE	Portugal Ventures	6.397	4.377	1.313
016149	FCR ASK CAPITAL	ISQ	6.510	4.489	1.511
016152	FCR PORTUGAL VENTURES UNIVERSITAS	Portugal Ventures	3.789	2.652	796
016159	FCR FAST CHANGE II	CHANGE PARTNERS	10.088	6.053	1.816
FCR Pré-Seed					
016133	FCR BETA LIFE SCIENCES	BETA	2.539	1.777	533
016154	FCR PORTUGAL VENTURES ACTEC II	Portugal Ventures	6.495	4.547	1.364
016155	FCR ISTART I	ESPÍRITO SANTO VENTURES	1.523	1.066	533
016156	LINHA DE FINANCIAMENTO SOCIEDADES DE INVESTIDORES CAPITAL DE RISCO A EM	52 Sociedades de <i>Business Angels</i> (4 desistências)	43.649	27.188	10.875
TOTAL SAFPRI (23 projetos)			435.041	282.817	154.478

Fonte: SI POFC.

LINHAS DE CRÉDITO PME INVESTE I E II

Lançadas em 2008, as linhas de crédito PME Investe I e II são linhas de crédito protocoladas com diversas instituições financeiras, para apoio às PME, através da bonificação de taxas de juro dos financiamentos e da redução do risco das operações bancárias via mecanismos de garantia.

A candidatura COMPETE para financiamento das **Linhas de Crédito PME Investe I e II** foi inicialmente aprovada com um investimento elegível de 154,2 milhões de euros, tendo, na sequência de verificações administrativas e no local, sofrido uma redução para 142,9 milhões de euros.

Do referido valor que se encontra aprovado, foram aplicados pelo FINOVA 103 milhões de euros, 61 milhões de euros destinados ao reforço do Fundo de Contragarantia Mútuo e 42 milhões de euros para financiamento das bonificações de taxas de juro e das comissões de garantia.

Tabela 3.22: Execução Financeira das Linhas de Crédito, 2007-2012

Unid: Mil Euros

	Reforço do Fundo de Contragarantia Mútuo pago	Bonificações de Taxa de Juro pagas	Bonificação de Comissão de Garantia pagas	Total de aplicações do FINOVA
PME Investe I	24.961	17.479	5.531	47.971
PME Investe II	36.000	13.978	5.105	55.083
Total	60.961	31.457	10.636	103.054

Fonte: SI FINOVA

Nas Linhas de Crédito PME Investe I e II encontram-se enquadradas 3.762 operações, envolvendo um financiamento bancário de 1,3 mil milhões de euros, dos quais 634,1 milhões de euros são objeto de garantia prestada pelas SGM. Registou-se uma ligeira diminuição face ao valor reportado no ano passado (decréscimo de 25 operações) resultante de verificações Administrativa e no Local realizadas durante o ano de 2012 e de outros mecanismos de validação.

Tabela 3.23: Resultados das Linhas de Crédito PME Investe I e II, 2007-2012

Unid: Mil Euros

	N.º Operações Aprovadas	Financiamento concedido	Valor garantido
PME Investe I	977	608.352	303.224
PME Investe II	2.785	662.195	330.897
TOTAL	3.762	1.270.547	634.121

Fonte: SI FINOVA

Atuando o COMPETE apenas nas 3 regiões de convergência do Continente, verifica-se que cerca de metade das operações são da região Norte e mais de 40% na região Centro.

Tabela 3.24: Operações Aprovadas nas Linhas de Crédito por Região, 2007-2012

Unid: Mil Euros

NUTS II	N.º Operações	%	Financiamento	%
Norte	2.015	53,5 %	651.401	51,3 %
Centro	1.537	40,9 %	539.083	42,4 %
Alentejo	210	5,6 %	80.063	6,3 %
Total	3.762	100 %	1.270.547	100 %

Fonte: SI FINOVA

| 204

Por dimensão de empresas, salientam-se os 71% de operações de micro e pequenas empresas com 49% do montante total do financiamento aprovado.

Tabela 3.25: Operações Aprovadas nas Linhas de Crédito por Dimensão de Empresa, 2007-2012

Unid: Mil Euros

Dimensão das Empresas	N.º Operações	%	Financiamento	%
Micro	790	21,0 %	97.195	7,7 %
Pequena	1.882	50,0 %	529.119	41,6 %
Média	1.090	29,0 %	644.233	50,7 %
Total	3.762	100 %	1.270.547	100 %

Fonte: SI FINOVA

De acordo com os dados apresentados na tabela seguinte, verifica-se que 5 das 15 instituições financeiras com operações aprovadas têm cerca de 90% do total do número de operações e do total do financiamento concedido, mantendo-se, portanto, a tendência já verificada no anterior Relatório de Execução.

Tabela 3.26: Operações aprovadas nas Linhas de Crédito por Instituições Financeiras, 2007-2012

Unid: Mil Euros

Instituição Financeira	N.º Operações	%	Financiamento	%
BPI	955	25,3 %	339.457	26,6 %
BES	609	16,1 %	321.249	25,2 %
CGD	622	16,5 %	244.982	19,2 %
BST	770	20,5 %	196.399	15,6 %
BCP	465	12,4 %	103.897	8,2 %
BARCLAYS	125	3,3 %	22.232	1,8 %
MG	97	2,6 %	18.645	1,5 %
POPULAR	47	1,3 %	9.138	0,8 %
BPN	37	1,0 %	5.998	0,5 %
BBVA	13	0,3 %	4.362	0,2 %
BANIF	11	0,3 %	2.141	0,2 %
CCCAM	9	0,2 %	1.447	0,1 %
DEUTSCHE	2	0,1 %	600	0,1 %
Total	3.762	100 %	1.270.547	100 %

Fonte: SI FINOVA

Em termos de classe de risco destacam-se as empresas certificadas pelo IAPMEI como PME Líder, com 30% do número das operações e 51% do total do financiamento, justificando-se parte desta diferença por terem acesso a um valor de financiamento superior. Agregando este valor com as empresas de classe de risco A, resulta uma representatividade de 67% do número de projetos e de 75% do montante do financiamento.

Tabela 3.27: Operações aprovadas nas Linhas de Crédito por Classe de Risco, 2007-2012

Unid: Mil Euros

Classe de Risco	N.º Operações	%	Financiamento	%	Spread Médio
PME Líder	1.155	30,7 %	650.619	51,2 %	1,25%
A	1.371	36,4 %	298.692	23,5 %	1,38%
B	648	17,3 %	180.995	14,3 %	1,50%
C	588	15,6 %	140.241	11,0 %	1,88%
Total	3.762	100 %	1.270.547	100 %	1,38%

Fonte: SI FINOVA

Em termos de setor de atividade, verifica-se que cerca de metade do financiamento garantido através das Linhas de Crédito se destinou a projetos inseridos no setor da Indústria.

Tabela 3.28: Operações Aprovadas nas Linhas de Crédito por Setor de Atividade, 2007-2012

Unid: Mil Euros

Setor de Atividade	N.º Operações	%	Financiamento	%
Indústria	1.559	41%	623.046	49%
Comércio	1.178	31%	332.626	26%
Construção	372	10%	152.711	12%
Serviços	285	8%	65.534	5%
Turismo	198	5%	34.100	3%
Transportes e logística	101	3%	33.563	3%
Ambiente	29	1%	12.847	1%
Extrativa	29	1%	10.427	1%
Energia	4	0%	3.240	0%
Agricultura	7	0%	2.453	0%
Total	3.762	100 %	1.270.547	100 %

Fonte: SI FINOVA

LINHA INVESTE QREN

A Linha de Financiamento ao Investimento Empresarial INVESTE QREN foi lançada, no decorrer do 3.º trimestre de 2012. Através dela, as instituições de crédito aderentes disponibilizam, de acordo com as regras constantes do Protocolo aprovado e assinado, financiamento às empresas até um montante global de 1.000 M€, dos quais 500 M€ provêm da

2.ª tranche do empréstimo quadro do BEI (ver ponto 2.3.2), sendo o restante assegurado pelas instituições de crédito aderentes.

No âmbito desta linha, são financiados pelo COMPETE (no valor máximo aprovado de 37,5 milhões de euros) (i) os custos das bonificações de comissão de garantia mútua, (ii) o reforço do Fundo de Contragarantia Mútuo (FCGM) e (iii) os custos de gestão da Sociedade Portuguesa de Garantia Mútua - Sociedade de Investimento S.A (SPGM).

Na sequência de Convite n.º 02/SAFPRI/2012 enviado à SPGM, em 17 de agosto de 2012, esta formalizou a **candidatura** ao COMPETE, tendo a mesma sido apreciada favoravelmente, após a verificação do seu enquadramento no âmbito do SAFPRI e o cumprimento das condições de elegibilidade do referido regulamento.

Na sequência desta aprovação, a concessão do apoio foi formalizada através de contrato entre a AG COMPETE, a entidade participante (IAPMEI) e a entidade gestora da Linha (SPGM) no início de 2013.

As **despesas elegíveis**, determinadas nos termos do artigo 10.º do Regulamento do SAFPRI, ascendem ao montante de 37,5 milhões de euros, de acordo com a seguinte estrutura:

- Reforço do FCGM: 22.182.786,14 euros;
- Bonificação de comissões de garantia: 14.097.160,60 euros;
- Comissão de Gestão da SPGM: 1.220.053,26 euros.
- A Comissão de Gestão da SPGM é de 2%, em média anual, sobre o montante do capital realizado no FCGM.

FUNDOS DE CAPITAL DE RISCO.

Durante o ano de 2012, foram anulados 5 Fundos de Capital de Risco (FCR), formalizando, assim, a manifestação de **desistência** já reportada no Relatório de Execução de 2011:

- 16125 – FCR Beta Inovação
- 16138 – FCR Inter Risco
- 16148 – FCR Novabase Capital Corporate Venture
- 16150 – FCR F-HITEC
- 16153 - FCR Novabase Capital Early Stage

Foi igualmente formalizada em 2012 a **anulação** da candidatura 5735 – Portugal Venture Capital Initiative (PVCi) em virtude da PME Investimentos, até final de 2011, não ter conseguido contratar com a sociedade gestora do fundo de forma a ficar claramente

assegurado o cumprimento do Regulamento Específico do SAFPRI, bem como os regulamentos comunitários aplicáveis à atividade de capital de risco com apoios FEDER.

Em resultado de uma **reestruturação do Capital de Risco público**, que fundiu 3 sociedades na Portugal Ventures, esta passou a ser a Sociedade Gestora dos FCR AICEP CAPITAL GLOBAL INTERNACIONALIZAÇÃO, INOVCAPITAL INDUSTRIAS CRIATIVAS, TURISMO INOVAÇÃO, INOVCAPITAL BIOCANT, INOVCAPITAL EARLY STAGE, INOVCAPITAL UNIVERSITAS e INOVCAPITAL ACTEC II. Face à constituição apenas no segundo semestre de 2011 de 5 dos 7 FCR e com a reestruturação do capital de risco público, a execução destes fundos foi fortemente condicionada, tendo a atividade sido afetada em pelo menos 6 meses.

| 207

Verificou-se, igualmente a **redução dos seguintes FCR**:

- FCR ASK CAPITAL: Tendo ocorrido a desistência de um dos participantes para a subscrição dos 500 mil euros a que se tinha comprometido, e não tendo a sociedade gestora do FCR conseguido angariar novo participante até 31.12.2011, tornou-se necessário ajustar os montantes aprovados para a candidatura, isto é, o montante da despesa elegível e o incentivo FEDER foram reduzidos de 7.324 mil euros e 5.037 mil euros, para 6.510 mil euros e 4.489 mil euros, respetivamente.
- FCR ISTART I: Em resultado da atual conjuntura, três participantes desistiram de investir no Fundo, não sendo possível manter a estrutura inicial do mesmo. Desta forma, a sociedade gestora solicitou alteração do montante total do Fundo ISTART I de 5.000 mil euros para 3.000 mil euros e na componente COMPETE a redução de 2.500 mil euros para 1.500 mil euros. O montante da despesa elegível e o incentivo FEDER que eram 2.538 mil euros e 1.777 mil euros, respetivamente, foram reduzidos para 1.523 mil euros e 1.066 mil euros, respetivamente.

Deste modo, encontram-se aprovados no final do ano 20 FCR com um investimento elegível de 211 milhões de euros. No final do ano 2012 encontravam-se validados 30 investimentos em 29 PME.

FUNDOS REGIONAIS DE EXPANSÃO EMPRESARIAL (FUNDOS REVITALIZAR)

No que concerne a este instrumento de engenharia financeira, foi lançado um concurso para seleção de **três fundos de capital de risco de base regional** e respetivas sociedades gestoras, a constituir, destinados a investimentos em PME. Cada fundo terá uma área de intervenção delimitada pela circunscrição territorial das Regiões NUTS II (i) Norte, (ii) Centro e (iii) Lisboa, Alentejo e Algarve (encontrando-se estas últimas três NUTS II integradas num único fundo e as partes referentes a Lisboa e Algarve afetas aos respetivos Programas Operacionais Regionais).

Após a conclusão da audiência prévia, e analisadas as alegações contrárias, aprovaram-se as propostas nos termos e com os fundamentos constantes no Relatório Final de 12 de novembro de 2012 da Comissão de Avaliação. As **propostas selecionadas** foram:

- Lote 1 (Norte) - Explorer Investments SCR, SA;
- Lote 2 (Centro) - Oxy Capital SCR, SA;
- Lote 3 (Lisboa/Alentejo e Algarve) - Capital Criativo SCR, SA

Nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Regulamento do SAFPRI, foi dirigido à PME Investimentos, na qualidade de entidade beneficiária do SAFPRI (como Sociedade Gestora do FINOVA), o **convite para apresentação de candidaturas** ao COMPETE, com o objetivo de assegurar o financiamento pelo Programa, da participação do FINOVA nos seguintes Fundos Revitalizar:

- Norte - 40 M€;
- Centro - 40 M€;
- Lisboa, Alentejo e Algarve (na componente Alentejo) - 10 M€.

Neste sentido, o financiamento do COMPETE terá como limite o valor de 90 M€, acrescido dos custos de gestão do FINOVA, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 10.º do Regulamento do SAFPRI.

LINHA DE FINANCIAMENTO A BUSINESS ANGELS

Os *business angels* são investidores informais de capital de risco, que actuam sobretudo em empresas jovens e nascentes, quer sob a forma de capital (capital-semente), quer pela partilha de *know-how*.

No final do ano, encontravam-se ativas **52 Entidades Veículo** (em 2012 apresentaram desistência da candidatura as Entidades Veículo Criarinvest e Icubeventures), que atuaram sob a forma de 58 investimentos em 52 PME nas mais diversas atividades económicas e cumprindo o objetivo de criação de novas empresas através do apoio dos *business angels* aos empreendedores.

As tabelas seguintes apresentam a aplicação atual dos diferentes instrumentos financeiros em empresas. No total e até ao final de 2012, foram aplicados cerca de 34,2 milhões de euros em 81 PME.

Tabela 29.24: Aplicações em PME por Instrumento Financeiro, 2007-2012

Unid: Mil Euros

Tipo de Instrumento	FCR/BA	N.º PME *	Capital aplicado em PME
FCR Audiovisual	FICA	5	5.564
FCR Inovação e Internacionalização	FCR PV INTERNACIONALIZAÇÃO	1	1.500
	FCR ESPIRITO SANTO VENTURES Inov. e Intern.	3	2.097
	FCR CAPITAL CRIATIVO I	5	6.700
	FCR PV INDÚSTRIAS CRIATIVAS	1	414
	FCR NOVABASE CAPITAL	4	4.280
	FCR PATRIS	1	1.080
	FCR PME BES	1	1.500
FCR Corporate Venture Capital	FCR CRITICAL VENTURES I	2	656
FCR Early Stages	FCR ASK CAPITAL	1	496
	FCR FAST CHANGE II	1	113
FCR Pré-Seed	FCR BETA LIFE SCIENCES	3	564
	FCR ISTART I	2	269
<i>Business Angels</i>	28 Business Angels	58	8.941
TOTAL		81	34.174

Nota:* O número de empresas não é somável, uma vez que a mesma PME pode recorrer a mais do que um instrumento. Fonte: SI FINOVA

Considerando a distribuição setorial das PME envolvidas, destaca-se a CAE 62 - Consultoria e programação informática e atividades relacionadas.

Tabela 3.25: Aplicações em PME por Setor de Atividade, 2007-2012

Unid: Mil Euros

Setor de Atividade	N.º PME	Capital aplicado em PME
62 - Consultoria e programação informática e atividades relacionadas	11	6.230
59 - Atividades cinematográficas, de vídeo, de produção de programas de televisão, de gravação de som e de edição de música	6	6.057
71 - Atividades de arquitetura, de engenharia e técnicas afins; atividades de ensaios e de análises técnicas	4	4.720
82 - Atividades de serviços administrativos e de apoio prestados às empresas	7	2.712
63 - Atividades dos serviços de informação	6	1.982
25 - Fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos	1	1.500
10 - Indústrias Alimentares	1	1.500
58 - Atividades de edição	9	1.465
72 - Atividades de investigação científica e de desenvolvimento	9	1.409
86 - Atividades de Saúde Humana	1	1.080
47 - Comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos	5	1.029
52 - Armazenagem e Atividades Auxiliares dos Transportes	1	917
74 - Outras atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	6	770
46 - Comércio por grosso (inclui agentes), exceto de veículos automóveis e motociclos	3	691
Outras	11	2112
TOTAL	81	34.174

Fonte: SI FINOVA.

O Anexo XIV contém a lista completa das intervenções em PME no âmbito dos FCR e *Business Angels*.

Apresenta-se, na caixa seguinte, a participação do COMPETE no projeto INTERREG IVC|, destinado à partilha de experiências para a cooperação inter-regional em toda a União Europeia.

INTERREG IVC | partilhar experiências para a cooperação inter-regional em toda a União Europeia

O COMPETE participa num projeto de cooperação europeia do INTERREG IVC - "FIN-EN – Sharing methodologies on Financial ENgineering for enterprises", cuja aprovação final ocorreu em março de 2012.

O projeto tem como objetivo partilhar experiências e desenvolver metodologias na implementação de instrumentos financeiros no quadro dos fundos estruturais e inclui 13 participantes:

- Líder – Finlombarda SpA (Itália)
- P2 – European Association of Public Banks and Funding Agencies (Bélgica)
- P3 – Agency for Innovation and Development of Andalusia IDEA (Espanha)
- P4 – National Development Agency, Operational Programme for Economic (Hungria)
- P5 - Regional Council of Auvergne (França)
- P6 – SID Bank, Inc. Ljubljana (Eslovénia)
- P7 - State Joint Stock Company Mortgage and Land Bank of Latvia (Letónia)
- P8 - Investment and Business Guarantees, Ltd.- INVEGA (Lituânia)
- P9 – Central Denmark Region (Dinamarca)
- P10 - Economic and infrastructure Hessen non-autonomous institution (Alemanha)
- P11 - ETEAN S.A. (HELLENIC FUND FOR ENTREPRENEURSHIP) (Grécia)
- P12 – AG COMPETE (Portugal)
- P13 - North West European Programme Executive (Reino Unido)

O projeto decorrerá até ao final de 2014 tendo como objetivo, com base nas experiências dos parceiros e da identificação de boas práticas, elencar clara e exaustivamente num guia todos os trabalhos necessários à implementação de instrumentos financeiros com financiamento comunitário, nas fases de Programação, Implementação e Monitorização/Reporte.

Em 26 e 27 de março de 2012 realizou-se o primeiro Comité de Direção e Reunião de Lançamento sendo definidas as responsabilidades dos parceiros e principais tarefas a executar nos próximos meses, com destaque para as ferramentas de comunicação (www.fin-en.eu), mapeamento dos instrumentos financeiros de todos os parceiros e preparação dos Grupos Técnicos de Trabalho.

Em 18 e 19 de outubro de 2012 concretizou-se mais uma reunião de trabalho do Projeto, relativa ao 1º Grupo de trabalho Temático – Programação, tendo tido como principais resultados:

- O 1.º Relatório de Progresso do Projeto, com a sistematização das melhores práticas ao nível da programação de instrumentos financeiros, nas seguintes áreas:
 - a. Decisão de optar por um fundo de participação (razões, vantagens, desvantagens);
 - b. Escolha de instrumentos financeiros (instrumentos flexíveis, instrumentos combinados, etc.);
 - c. Co-financiamento (juros, nível público vs. privado, etc.);
 - d. Seleção da entidade gestora (custos de gestão, concurso, etc.).
- Grelha Resumo com KPI acerca dos instrumentos financeiros aprovados e em vigor, de cada parceiro do Projeto.

3.3.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver

Conforme foi reportado nos anteriores Relatórios de Execução, a IGF solicitou um aprofundamento das verificações de gestão do Eixo III, com especial incidência para o projeto 4574 – Linhas de Crédito PME Investe I e II, um instrumento financeiro que combina garantias com bonificações de juros e garantia, no sentido da verificação incluir, não só as condições de aprovação das operações, mas também da aplicação do financiamento em ativos fixos e fundo de maneiio.

Face à extensão e aprofundamento das verificações de gestão neste projeto, que não são habituais e não estavam previstos inicialmente para os instrumentos de engenharia financeira, não foi possível concluir os trabalhos durante o ano de 2011, tendo o relatório preliminar sido enviado para a entidade beneficiária, PME Investimentos, no início de 2012.

Já em 2012, após a resposta da PME Investimentos, foi concluído o processo de verificações de gestão, tendo a IGF concluído que, apesar das dificuldades ao nível da comprovação de aplicação do financiamento em investimento em ativo fixo, não existem desconformidades materialmente relevantes, tendo por isso reclassificado os respetivos sistemas de gestão e controlo da operação na Categoria 2 (ver ponto 2.7.1 – Controlo Interno).

Esta reclassificação foi considerada pela IGF extensível a todo o Eixo III, uma vez que a AG está a desenvolver verificações de gestão de forma sistemática, não existindo indícios de especiais fatores de risco.

Decorridos cerca de 2 anos desde a assinatura da generalidade das convenções de financiamento e encontrando-se a totalidade dos fundos de capital de risco constituídos até final de 2011, a aplicação do capital comprometido e realizado em investimentos em PME era ainda reduzido com os dados reportados ao primeiro trimestre de 2012. Neste sentido, o COMPETE promoveu reuniões com todas as sociedades gestoras de FCR de forma a avaliar o estado do cumprimento dos objetivos traçados para os projetos.

A justificação mais relevante apresentada pelas Sociedades Gestoras dos FCR para a baixa execução registada está relacionada com o atraso no arranque do funcionamento dos fundos motivado fundamentalmente pela morosidade do processo de constituição, apontando-se ainda:

- As limitações impostas pelos avisos e regulamentos (montantes máximos, divisão regional, internacionalização, aquisições, regra de cumulação com incentivos);

- Dificuldades em encontrar projetos com qualidade, o que obriga a grandes esforços em matéria de escrutínio;
- Questões de reorganização interna das sociedades gestoras.

O processo de reprogramação dos Fundos de Capital de Risco foi concluído já no decorrer de 2013, tendo sido autorizada a extensão do prazo de execução e a redução no montante comprometido em alguns dos fundos.

3.4 EIXO PRIORITÁRIO IV – UMA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EFICIENTE E DE QUALIDADE

Inserido no atual processo de reforma e modernização da Administração Pública, o Eixo IV tem como **objetivos específicos**:

- Aumentar a eficácia e a eficiência da atividade administrativa com reflexo nas condições e no desempenho de funções de interação do Estado com os cidadãos e com os agentes económicos;
- Reduzir os “custos públicos de contexto” que representam constrangimentos à criação de empresas e ao desenvolvimento da sua atividade;
- Promover o uso intensivo das tecnologias de informação e comunicação, promovendo uma administração em rede;
- Qualificar a prestação do serviço público, com impacto nos funcionários que prestam diretamente o serviço aos cidadãos e às empresas, bem como naqueles que os apoiam.

É operacionalizado através do **SAMA** – Sistema de Apoios à Modernização Administrativa, instrumento que visa criar condições para uma Administração Pública mais eficiente e eficaz, através do desenvolvimento de operações estruturantes orientadas para a redução dos denominados “custos públicos de contexto” no seu relacionamento com os cidadãos e as empresas.

3.4.1. Cumprimento de metas e análise de progressos

Na sequência da revisão dos Indicadores, o Eixo IV do COMPETE passou a integrar 7 indicadores, dos quais, três de realização.

Tabela 3.30: Indicadores de Realização do Eixo IV, 2007-2012

Indicadores	Metas		Cumprimento Atual	
	2010	2015	2007-2012	Sim/Não
PROXIMIDADE - CRIAÇÃO DE CENTROS MULTISSERVIÇOS (N.º de centros de atendimento multisserviços abertos em território nacional)	60	700	1.060	Sim
SIMPLIFICAÇÃO - CRIAÇÃO DE PONTOS ÚNICOS DE CONTACTO (n.º de pontos únicos de contacto - Internet, presencial ou telefónico - criados)	10	400	372	Não
UNIVERSALIDADE - GRAU DE ACESSIBILIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS ONLINE A CIDADÃOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS (N.º de serviços públicos disponíveis online a cumprir pelo menos o nível AA das regras de acessibilidade (W3C))/(N.º de serviços públicos disponíveis online)	80%	100%	92%	Não
DESMATERIALIZAÇÃO - AUMENTO DO NÍVEL DE UTILIZAÇÃO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS NÃO PRESENCIAIS (N.º de cidadãos e/ou empresas utilizadores de serviços públicos nos canais Internet e telefone - valor final após conclusão de intervenção apoiada)/(N.º de cidadãos e/ou empresas utilizadores de serviços públicos nos canais Internet e telefone - valor base anterior a início de intervenção apoiada) – 1)	30%	80%	115%	Sim
UTILIZAÇÃO DE FATURA ELETRÓNICA (N.º de organismos públicos utilizadores de fatura eletrónica) / (N.º de organismos públicos que emitem faturas)	80%	100%	77%	Não
NÍVEL DE INTEROPERABILIDADE ENTRE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO NA AP (N.º de sistemas de informação interoperáveis na AP)/(N.º de sistemas de informação na AP)	30%	80%	67%	Não
FUNCIONÁRIOS FORMADOS NO ÂMBITO DAS INTERVENÇÕES APOIADAS (N.º de funcionários formados em competências específicas (atendimento, TIC, gestão de conhecimento))/ (N.º total dos funcionários envolvidos nas intervenções apoiadas)		25%	60%	Sim

Fonte: SI POFC.

Relativamente às metas fixadas para 2015, verifica-se que os indicadores “Proximidade – Criação de Centros Multisserviços”, “Desmaterialização – Aumento do nível de utilização de processos administrativos não presenciais” e “Funcionários formados no âmbito das intervenções apoiadas” se encontram acima da referida meta.

Saliente-se que o indicador relativo à “Proximidade” se encontra significativamente influenciado pelos resultados registados num número restrito de projetos, sobretudo dos sectores das

Finanças e da Justiça, cujos beneficiários possuem uma Rede de Centros de Atendimento bastante alargada e abrangente ao nível do território nacional, criando em cada uma das localizações Centros de Atendimento multisserviço e pontos únicos de contacto nos canais *Internet*, presencial ou telefónico.

Apesar do indicador se encontrar acima da meta estabelecida, o nível dos “Funcionários formados” apresenta valores considerados modestos (60%), o que poderá ser explicado pelo facto dos beneficiários apresentarem candidaturas neste domínio no âmbito do PO Potencial Humano.

No que se refere aos indicadores que se encontram abaixo da meta, é esperado que, com o apoio a projetos futuros, seja possível cumprir as metas estabelecidas para o final do Programa.

Tabela 3.31: Indicadores Comuns Comunitários do Eixo IV, 2007-2012

Áreas	Indicador	Eixos Relevantes	Valor
Sociedade de Informação	11. N.º de projetos	Total do PO	159
Energias Renováveis	23. N.º de projetos	Total do PO	0
	24. Capacidade suplementar de produção de energia a partir de fontes renováveis (em MWh)	Total do PO	(*)
Turismo	34. N.º de projetos	Total do PO	0
Saúde	38. N.º de projetos	Total do PO	1

Legenda: (*)Indicadores que deverão ser aferidos com base em Avaliação específica. Fonte: SI POFC.

3.4.2. Análise qualitativa

O Eixo IV, operacionalizado através do SAMA, soma, no final de 2012, 382 candidaturas, com um investimento associado de 884 milhões de euros. Encontravam-se aprovados 168 projetos, com um investimento elegível de 404 milhões de euros e um incentivo de 255 milhões de euros. Das tipologias de projetos existentes, destaca-se a reengenharia e desmaterialização de processos (Tipologia B), com mais de metade do incentivo aprovado.

Tabela 3.32: Projetos Aprovados do Eixo IV por Tipo de Projeto, 2007-2012

Unid: Mil Euros

Tipo de Projeto	Candidaturas		Projetos Aprovados		
	(2007-2012)		(2007-2012)		
	N.º Proj.	Investimento	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
<i>Tipologia A.</i> Organização e integração transversal de serviços e de informação, numa lógica de balcão único	103	177.864	40	77.153	51.189
<i>Tipologia B.</i> Reengenharia e desmaterialização nos processos	170	391.844	73	212.095	129.323
<i>Tipologia C.</i> Desenvolvimento dos mecanismos de interoperabilidade entre sistemas de informação	105	294.272	51	97.094	63.777
<i>Operações Globais</i>	4	19.540	4	17.837	10.591
TOTAL EIXO IV	382	883.521	168	404.179	254.879

Em 2012, foi aberto apenas um concurso ao SAMA, com duas fases de candidatura:

- AAC n.º 01/SAMA/2012: 1.ª fase de 20/12/2012 a 15/02/2013 e 2.ª fase de 01/05/2013 a 28/06/2013.

Este Aviso tem como objetivo o apoio de operações individuais e transversais, visando a modernização da administração pública, o aumento da sua eficiência e da qualidade, contribuindo deste modo para a melhoria da competitividade da economia nacional.

Dado que as candidaturas só foram abertas já no final do ano, não deu entrada qualquer projeto ainda em 2012.

Complementarmente, foram formalizados quatro convites:

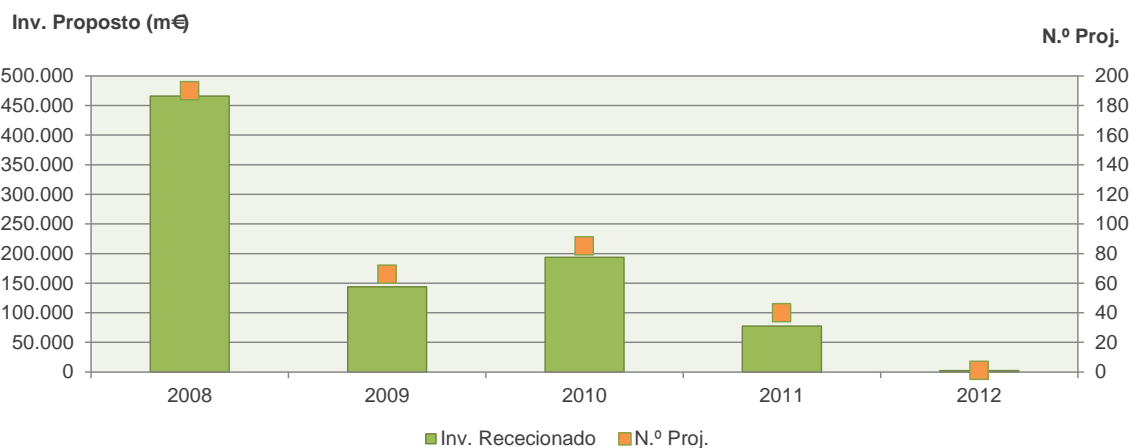
- Convite n.º 01/SAMA/2012 dirigido à Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna para implementação do projeto “Os Governos Cívicos de Portugal”;
- Convite n.º 02/SAMA/2012 dirigido ao Centro de Recursos Comuns e Serviços Partilhados da Universidade de Lisboa para implementação do projeto “Balcão Único Multisserviços e Multicanal da Universidade de Lisboa”;
- Convite n.º 03/SAMA/2012 dirigido à Direção-Geral de Infraestruturas e Equipamentos para implementação do projeto “SIOP – Componente Física da Rede para o SIOP/GNR”;
- Convite n.º 04/SAMA/2012 dirigido à Universidade de Coimbra para implementação do projeto SINCMED – Sincronização na Prestação de Serviços de Saúde – Portal Cooperativo”.

Também no caso dos convites, formalizados já no final do ano, apenas deu entrada uma candidatura em 2012.

O contexto macroeconómico adverso, com especial impacte ao nível dos serviços públicos, beneficiários desta Medida, reflete-se na visível diminuição da receção de candidaturas desde

o início do Programa, tendo mais de metade do volume de investimento sido rececionado em 2008.

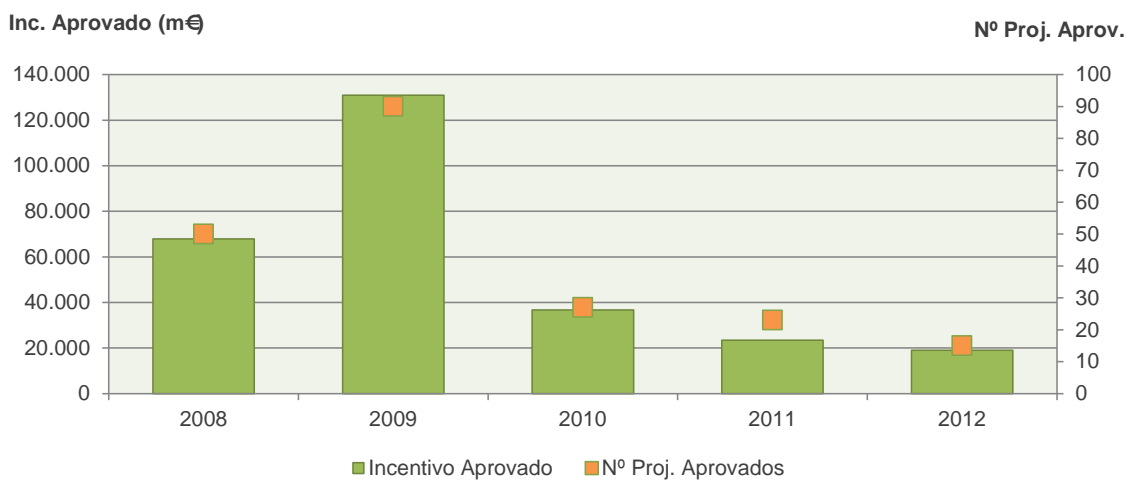
Gráfico 3.39: Candidaturas Rececionadas no Eixo IV por Ano, 2007-2012



Fonte: SI POFC.

Refletindo a quebra de procura atrás assinalada, o nível de aprovações tem vindo a diminuir desde 2009 (ano em que foram aprovadas grande parte das candidaturas de 2008). Em 2012, foram aprovados 15 projetos, com um investimento elegível próximo dos 25 milhões de euros e um incentivo de 19 milhões de euros.

Gráfico 3.40: Aprovações no Eixo IV por Ano, 2007-2012



Nota: Inclui anulações. Fonte: SI POFC.

Como seria de esperar pela própria tipologia dos projetos, que visa a modernização da Administração Pública central, 75% do incentivo atribuído encontra-se localizado em Lisboa, não obstante o seu efeito sistémico, em termos de resultados, na diminuição de custos de contexto do sector empresarial a nível nacional (“*Spill-Over Effects*”- mais informação no ponto 2.1.3).

Tabela 3.33: Projetos Aprovados no Eixo IV por Região, 2007-2012

Unid: Mil Euros

NUTS II	Projetos Aprovados (2007-2012)		
	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
Norte	14	24.290	20.647
Centro	11	14.650	12.453
Alentejo	4	1.189	1.010
Multi-Regiões	Norte		17.711
	Centro		11.418
	Alentejo	32	5.075
	Lisboa		86.840
Lisboa	107	243.006	141.122
TOTAL EIXO IV	168	404.179	254.879

Fonte: SI POFC.

Em 2012 foram efetuados 18 contratos, sendo que, no final do ano 95% dos projetos e 96% do incentivo aprovado tinha sido contratado.

Apresenta-se, de seguida, um projeto do Ministério da Justiça, no domínio da reengenharia e desmaterialização dos processos, que exemplifica o tipo de apoios concedidos através do SAMA.

MEDIDA DE APOIO: SISTEMA DE APOIOS À MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA (SAMA)

ÁREA DE INTERVENÇÃO: Reengenharia e desmaterialização nos processos

N.º DE PROJECTO: 17324

DESIGNAÇÃO DO PROJECTO: Aumento da Eficiência Operacional da Justiça

PROMOTOR: Instituto de Tecnologias de Informação na Justiça, I. P.

LOCALIZAÇÃO: Lisboa, com efeito Spill-over sobre as Regiões de Convergência

INVESTIMENTO APROVADO: 9.703.655,43 euros INCENTIVO APROVADO: 5.649.953,38 euros

OBJETIVOS DO PROJECTO:

Ao longo dos últimos anos o MJ tem implementado um conjunto de novos serviços disponibilizados aos cidadãos e às empresas, em balcões únicos de atendimento e em portais de Internet. Ao mesmo tempo

foram tomadas medidas tendentes a assegurar a desmaterialização de processos nos Tribunais, permitindo um acesso mais célere à Justiça.

A procura aumentou de forma exponencial, provocou uma sobrecarga sobre as infraestruturas existentes obrigando a uma atualização e adequação constante para que sejam garantidos os níveis de serviço em disponibilidade, qualidade e segurança melhorando a qualidade do atendimento aos cidadãos e às empresas. A candidatura visa o aumento da eficiência operacional da Justiça através da criação de uma nova plataforma de trabalho individual e colaborativo, modernizando o sistema operativo que suporta as aplicações, aumentando a segurança, potenciando o aumento da celeridade processual e da estabilidade funcional, com vantagens claras para os destinatários.

DIAGNÓSTICO:

Após a primeira fase de inovação e expansão de serviços eletrónicos no sector da justiça, é fundamental reestruturar, recapacitar e consolidar as infraestruturas de comunicações, sistemas centrais e pessoais, e expandir os sistemas de gestão e monitorização, de forma a garantir a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado.

Para assegurar o aumento da eficiência operacional, é necessário modernizar o sistema operativo e o software de produtividade individual, criando uma Nova Plataforma de trabalho individual e colaborativo no sector da Justiça.

Só com esta componente os projetos AGIC (Aplicação de Gestão do Inquérito Crime), CITIUS PLUS (Aplicação de tramitação processual das secretarias dos tribunais e dos magistrados) e SIMP (Sistema de Informação do Ministério Público) poderão utilizar novas funcionalidades, ao nível dos automatismos, cifra de volumes de armazenamento local e amovíveis, virtualização de aplicações e desktop's e software de produtividade individual, nomeadamente nas aplicações de processador de texto e email, oferecendo uma solução integrada e mais robusta.

Também se encontram incluídos no novo sistema operativo e software de produtividade individual, as componentes de monitorização e controle que se encontram do lado do cliente, como o reforço da segurança, fruto de componentes nativas que permitem a integração com diretório centralizado, autenticação com smart-card, integração com cartão do cidadão e PKI do MJ, encriptação de volumes e dispositivos de armazenamento móveis, a capacidade de virtualização de aplicações e uma mais eficiente ligação ao sistema central, que permitirá ao administrador de sistemas, identificar bugs, controlar atualizações, instalar software remotamente, implementar definição e políticas centrais, etc., possibilitando uma intervenção pró-ativa e imediata. Esta opção aumentará a eficiência dos sistemas informáticos, reduzindo tempos de paragem, improdutividade e de gestão.

É assim importante proceder a sua rápida atualização, possibilitando assegurar a segurança e rapidez de resposta dos sistemas, de forma a garantir a melhoria contínua no atendimento e resolução dos processos, e consequente melhoria na qualidade do serviço prestado ao cidadão e empresas.

RESULTADOS ESPERADOS:

É necessário investir numa Nova Plataforma de trabalho individual e colaborativo no sector da Justiça, uma nova baseline de *software* para permitir o funcionamento correto das aplicações informáticas AGIC, CITIUS PLUS e SIMP, referidas na secção de diagnóstico. Sem uma melhor plataforma de software não são

possíveis garantias de maior estabilidade e fiabilidade, nem resolver problemas de segurança identificados na anterior versão do sistema operativos - essenciais para garantir a fiabilidade e robustez do sistema operacional e das aplicações referidas, face ao conteúdo da informação e da sensibilidade da mesma, particularmente nos inquéritos e processos judiciais em segredo de justiça.

Após a caracterização da realidade existente em termos de postos de trabalho será necessário realizar testes de compatibilidade dos sistemas em exploração face às novas versões das ferramentas a implementar e das condições necessárias de forma a respeitar o plano de segurança do MJ, definindo assim uma baseline de *software*.

Definida a baseline de *software* será criada uma imagem padrão, elaborado um plano de instalação/atualização e realizado o respetivo deployment e efetuada a atualização dos postos de trabalho.

Considerando que em termos de aplicabilidade e funcionalidade existem diferenças significativas nesta nova baseline, relativamente à anterior, principalmente nas novas componentes do Sistema Operativo e do software de produtividade individual, será necessário considerar um plano de formação para os utilizadores do MJ.

3.4.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver

Tal como referido no ponto 2.4.1, a realização do Eixo IV é muito influenciada pela **conjuntura orçamental adversa**, que acaba, naturalmente, por condicionar uma execução mais célere dos projetos promovidos por entidades da Administração Pública.

Neste contexto, continuou a verificar-se em 2012 a **quebra de procura** que já vinha sendo sentida nos anos anteriores, circunstância que se reflete necessariamente ao nível dos compromissos assumidos (255 milhões de euros no final de 2012) e que conduziu a que fosse proposta e aprovada em 2012 uma nova reprogramação financeira com uma diminuição de 50 milhões de euros (que acresce à redução de 400 milhões de euros que já havia sido aprovada em 2011), reposicionando a dotação reprogramada afeta ao Eixo IV nos 235 milhões de Euros)

Desta forma, a taxa de compromisso situa-se nos 109%, correspondendo a um *overbooking* de 9% (determinado igualmente pelo aumento da taxa de incentivo dos projetos não encerrados de 70% para 85% que se verificou em 2012), valor que se revela ajustado e perfeitamente gerível face às perspetivas de quebras na realização dos projetos aprovados e em execução.

Para além da referida quebra da procura, destaque-se ainda as **dificuldades encontradas ao nível da execução dos projetos** e que, no essencial, decorrem dos seguintes fatores:

- A redução que têm sofrido, de ano para ano, os orçamentos de investimento dos Organismos da Administração Central (mais por razões de equilíbrio das dotações entre os organismos de cada Ministério do que por qualquer juízo de mérito sobre os respetivos projetos de investimento) tem

prejudicado a execução dos projetos aprovados e tornado imprevisível a sua gestão, que implica um planeamento plurianual e segurança quanto à capacidade de os prover, em cada ano, com a contrapartida nacional que ficou comprometida aquando da sua aprovação;

- Acresce que, no âmbito da execução dos projetos de modernização administrativa financiados pelo SAMA, que frequentemente têm a necessidade de recorrer a serviços de consultoria técnica, é também de salientar que estas aquisições passaram a estar sujeitas a parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da Administração Pública, tal como decorre da Portaria n.º 9/2012 de 10 de janeiro, procedimento que naturalmente atrasa a execução dos projetos, não apenas ao nível da obtenção do parecer propriamente dito, mas também pelo tempo que é consumido na instrução do pedido de parecer que requer um conjunto muito significativo de elementos instrutórios, além de que a obtenção de confirmação de cabimento orçamental junto da DGO é extremamente morosa;
- Destaque-se ainda as exigências dos procedimentos de aquisição a que as entidades beneficiárias estão sujeitas em termos de regras de **Contratação Pública** e que frequentemente conduzem a atrasos nos processos de contratação, com prejuízo para o ritmo de execução dos projetos.

3.5 EIXO PRIORITÁRIO V – REDES E AÇÕES COLETIVAS DE DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL

O Eixo V integra o instrumento Ações Coletivas, de intervenção indireta e não associável ao conceito de “Ajudas de Estado”, mas cuja natureza mobilizadora e estruturante o torna determinante para a prossecução das prioridades estratégicas da Agenda temática da Competitividade. Inclui ainda, o instrumento nacional “Estratégias de Eficiência Coletiva”, que materializa a dinamização, apoio e acompanhamento das redes empresariais associadas aos Polos de Competitividade e Tecnologia e Outros *Clusters* reconhecidos.

Esses instrumentos são:

- **Sistema de Apoio a Ações Coletivas (SIAC)** – Apoia projetos públicos, privados ou público-privados e outras iniciativas de resposta a riscos e oportunidades comuns, cujos resultados se traduzam na provisão de bens públicos e na geração de externalidades positivas e sejam insuscetíveis de apropriação privada ou de conferir vantagem a uma empresa individualmente considerada ou a um grupo restrito de empresas. Para que se considere um bem público, a ação coletiva tem de cumprir cumulativamente 4 condições: (i) prosseguir um objetivo de interesse comum, (ii) visar suprir falhas de mercado ou insuficiências sistémicas que afetem um conjunto alargado de empresas, (iii) Assegurar que o acesso aos produtos e serviços disponibilizados com a sua realização é amplamente publicitado e complementado por ações de demonstração e

disseminação; (iv) ser promovidas por entidades privadas sem finalidade lucrativa ou por entidades públicas com competências nas políticas visadas.

- **Estratégias de Eficiência Coletiva (EEC)** – Instrumento horizontal no âmbito do QREN, ancorado em estratégias com forte componente tecnológica e inovação, e em redes de cooperação que envolvem agregados económicos e entidades de ensino e de I&DT, de formação, de assistência tecnológica, associações empresariais e entidades regionais, visando a mudança de perfil de especialização da economia portuguesa e a valorização competitiva de Portugal no espaço mundial. Existem duas grandes tipologias de EEC:
 - *Clusters*, que, por sua vez, agrega as subtipologias “Polos de Competitividade e Tecnologia” (PCT) e “Outros *Clusters*” (OC),
 - “Estratégias de Valorização Económica de Base Territorial”, constituída pelas subtipologias “Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos” (PROVERE) e “Ações de Regeneração e Desenvolvimento Urbanos” (ARDU).

De referir, ainda, que os apoios do Programa aos projetos enquadrados em EEC-*Cluster* não estão só contabilizados no Eixo V, mas também nos Eixos onde se inserem os referidos projetos.

3.5.1. Cumprimento de metas e análise de progressos

Para avaliação do cumprimento das metas do Eixo V foram definidos dois **indicadores de realização**: o primeiro relativo ao investimento de projetos inseridos em Estratégias de Eficiência Coletiva e o segundo que mede o número de *outputs* decorrentes dos projetos (estudos, manuais, portais, ações de sensibilização e campanhas).

Havendo apenas 2 projetos encerrados no SIAC, no final de 2012 (108 em vias de encerramento), o valor que se apresenta refere-se à previsão de realização dos projetos contratados, concluindo-se que as metas estabelecidas deverão ser largamente alcançadas.

No ano em análise, apesar da redução das **candidaturas alinhadas com as prioridades EEC**, conforme justificado à frente, os números tornam evidente a aposta do Programa na implementação da política nacional de clusterização, quer através da abertura de Concursos com dotações específicas, quer pela atribuição de majorações de incentivo a projetos inseridos nos Polos de Competitividade e Clusters reconhecidos, quer ainda pelo acompanhamento e dinamização efetuado pelo Programa. No final de 2012, mais de metade do investimento elegível contratado corresponde a projetos alinhados com EEC-Clusters, o que está muito para além dos 25% de meta previstos para o Programa para 2015.

Já no que concerne ao **número de bens e serviços disponibilizados às empresas**, na sequência dos projetos SIAC, verifica-se que os resultados de 2012 – perto de 6000 *outputs* – ficam ainda aquém da meta estabelecida (que foi objeto de revisão em alta, conforme referido no ponto 1), sendo esperado o seu cumprimento até final do Programa.

Tabela 3.34: Indicadores de Realização do Eixo V, 2007-2012

Indicadores	Metas		Cumprimento Atual	
	2010	2015	2007-2012	Sim/Não
REFORÇO DO INVESTIMENTO EM ECONOMIAS DE EFICIÊNCIA COLETIVA (EEC)				
(Investimento apoiado em EEC / Investimento total apoiado*)	15%	25%	52%	Sim
N.º DE BENS E SERVIÇOS DISPONIBILIZADOS ÀS EMPRESAS				
DECORRENTES DAS AÇÕES COLETIVAS APOIADAS (N.º estudos, manuais, portais de internet criados, etc.)	n.d.	7.000	5.949	Não

(*) Considerando os concursos com possibilidade de enquadramento de projetos em EEC. Fonte: SI POFC.

No quadro seguinte apresentam-se os **indicadores comuns comunitários** para o Eixo V, sendo de destacar o número de projetos orientados para a Sociedade de Informação.

Tabela 3.35: Indicadores Comuns Comunitários do Eixo V, 2007-2012

Áreas	Indicador	Eixos Relevantes	Valor
Sociedade de Informação	11. N.º de projetos	Total do PO	26
	23. N.º de projetos	Total do PO	2
Energias Renováveis	24. Capacidade suplementar de produção de energia a partir de fontes renováveis (em MWh)	Total do PO	(*)
Turismo	34. N.º de projetos	Total do PO	13
Saúde	38. N.º de projetos	Total do PO	6

Legenda: (*)Indicadores que deverão ser aferidos com base em Avaliação específica. Fonte: SI POFC.

3.5.2. Análise qualitativa

SIAC – SISTEMA DE APOIO A AÇÕES COLETIVAS

O Sistema de Apoio a Ações Coletivas somava, no final de 2012, 563 candidaturas, com um investimento proposto superior a 520 milhões de euros. Destas, foram aprovados 308 projetos, envolvendo um investimento elegível de 247 milhões de euros e um incentivo de 181 milhões de euros.

Tabela 3.36: Candidaturas e Projetos Aprovados do Eixo V por Concurso, 2007-2012

Unid: Mil Euros

Concurso / Convite	Candidaturas		Projetos Aprovados		
	N.º Proj.	Investimento	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
Concurso Geral de 2008	108	104.788	66	44.566	31.473
Concurso MERCA	2	1.069	0	0	0
Concurso Sector Automóvel	7	3.547	6	2.129	1.482
Concurso EEC	18	22.560	17	14.394	10.796
Concurso Geral de 2009	110	115.817	67	59.225	44.266
Concurso Geral de 2010	109	84.779	46	25.429	18.702
Concurso Geral de 2011	163	104.548	73	42.423	29.935
Concurso 7.º PQ I&DT	34	7.168	24	4.213	2.796
Convites	12	76.144	9	54.742	41.812
TOTAL EIXO V	563	520.420	308	247.122	181.262

Fonte: SI POFC.

Durante o ano de 2012, decorreram os seguintes **concursos**:

- AAC n.º01/SIAC/2012, relativo ao 7.º Programa Quadro de I&D e que decorreu de 27/02/2012 a 18/05/2012 e de 19/05/2012 a 31/08/2012. Com uma dotação de 5 milhões de euros, este AAC teve como objetivo incentivar a participação das empresas no 7.º Programa Quadro de I&DT, financiando as despesas relacionadas com a participação, promoção, sensibilização e assistência na elaboração e submissão de candidaturas a este Programa. Contou com 34 candidaturas, estando aprovados 24 projetos, com um incentivo superior a 2,8 milhões de euros.
- AAC n.º 02/SIAC/2012, de carácter geral, a 1.ª fase decorreu de 23/11/2012 a 28/01/2013, com uma dotação de 30 milhões de euros, não tendo ainda candidaturas no período em análise.

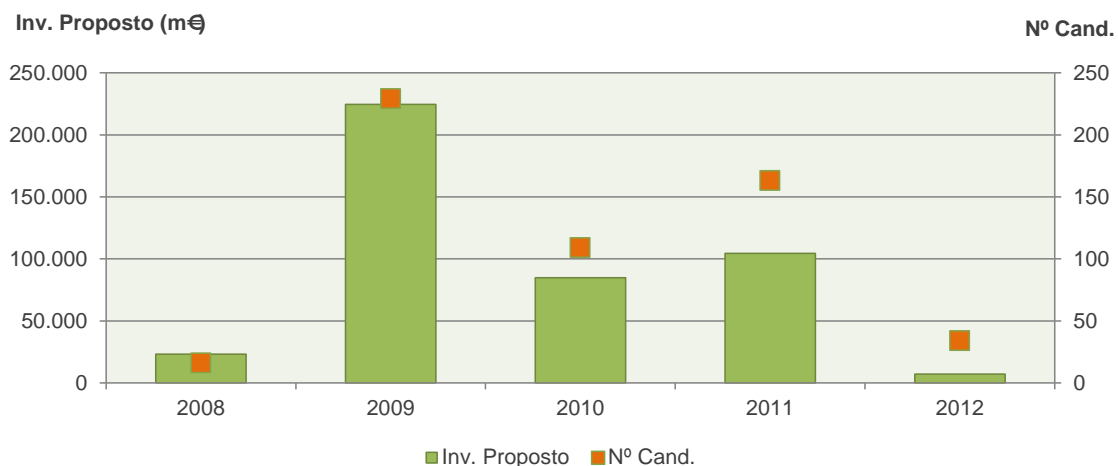
Foram também lançados **3 convites**, todos com respostas positivas por parte das diferentes entidades envolvidas:

- Convite 01/SIAC/2012 – convite dirigido conjuntamente à AEP (Associação Empresarial de Portugal), AIP-CCI (Associação Industrial Portuguesa- Câmara de Comércio e Indústria), CAP (Confederação dos Agricultores de Portugal) e IAPMEI, para apoio à implementação da iniciativa “Portugal Sou Eu”, que visa valorizar a oferta nacional e a dinamização de plataformas que permitam o encontro da oferta com a procura e o incremento de condições para o estabelecimento de cadeias de fornecimento integradas, gerando um efeito positivo nas transações nos mercados interno e internacional. Foi aprovado 1 projeto, com um incentivo na ordem dos 3,3 milhões de euros;

- Convite 02/SIAC/2012 – convite dirigido à AIP-CCI (Associação Industrial Portuguesa- Câmara de Comércio e Indústria) para apoio à realização do projeto “Lusofonia Económica”, com o objetivo de promover a internacionalização das empresas portuguesas no espaço da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) e nos países membros das Comunidades Económicas de integração regional em que cada país da CPLP se insere, para além de Macau/China, com vista à abertura de novos mercados aos produtos, serviços e investimentos e à promoção do IDE em Portugal. Foi aprovado 1 projeto, com um incentivo de 2 milhões de euros;
- Convite 03/SIAC/2012 – convite dirigido à AICEP para apoio a um projeto de promoção externa da oferta portuguesa de bens e serviços para o período 2013-2015, que consolide as ações e resultados alcançados em projetos anteriores, e introduza uma perspetiva de abordagem mais focada na diversificação dos mercados em setores de maior valor acrescentado e de incorporação tecnológica. Deu entrada 1 projeto, envolvendo um investimento de 7,7 milhões de euros, encontrando-se em análise, no final de 2012.

O gráfico seguinte apresenta a **evolução anual de candidaturas** via concursos, destacando-se o ano de 2009, com perto de 225 milhões de euros de investimento proposto, onde para além das candidaturas ao concurso geral desse ano e a dois concursos específicos, se somam as candidaturas do concurso geral de 2008, ainda a decorrer em 2009.

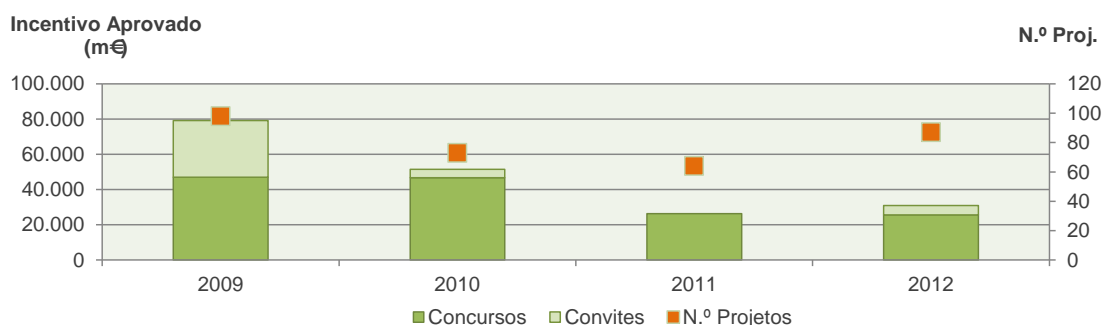
Gráfico 3.41: Candidaturas Rececionadas em AAC no SIAC por Ano, 2007-2012



Fonte: SI POFC.

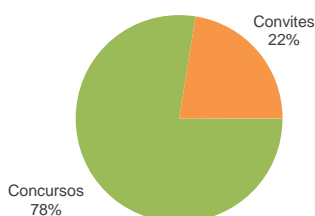
As **aprovações** brutas (incluindo anulações) cresceram em 2012 face ao ano anterior, quer em número de projetos, quer em incentivo atribuído: foram aprovados 87 projetos, com um investimento elegível superior a 43 milhões de euros e perto de 31 milhões de euros de incentivo. Ainda assim, 2009 foi o ano em que maior compromisso foi assumido, sendo de relevar a importância dos convites nesse ano.

Gráfico 3.42: Projetos Aprovados no SIAC por Ano, 2007-2012



Nota: Inclui anulações. Fonte: SI POFC.

Gráfico 3.43: Incentivo Bruto Aprovado no SIAC por Modo de Candidatura, 2007-2012

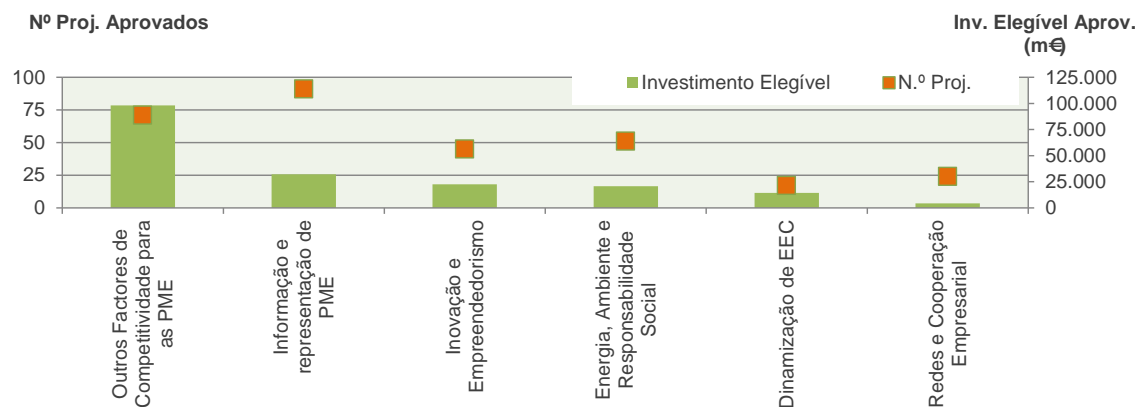


Fonte: SI POFC.

Até ao final do ano em análise, foram lançados 10 AAC (gerais e temáticos) no âmbito do SIAC, com uma dotação acumulada de 243,3 milhões de euros. Repartindo o incentivo bruto aprovado de acordo com o modo de candidatura, verifica-se que 78% do total – cerca de 146 milhões de euros - foi atribuído através de concursos.

Considerando as aprovações de projetos entrados via AAC (gerais e temáticos), verifica-se uma predominância do apoio a projetos de Informação e representação de PME (cerca de 30% dos projetos aprovados). Em termos de volume financeiro, constata-se que este instrumento tem sido sobretudo orientado para o apoio a projetos de “Outros Fatores de Competitividade para as PME” (absorve 51% do investimento elegível apoiado).

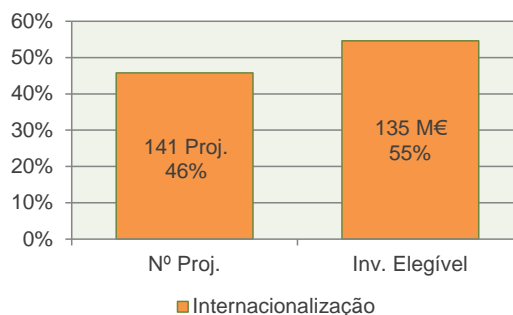
Gráfico 3.44: Projetos Aprovados de AAC no SIAC por Tipologia de Projeto, 2007-2012



Fonte: SI POFC.

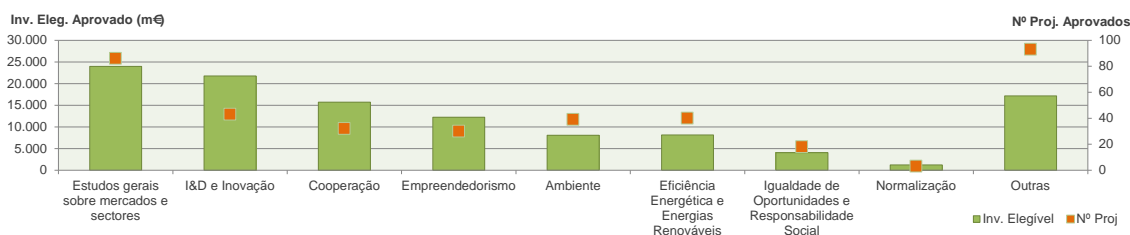
A repartição do investimento elegível dos 308 projetos aprovados por áreas de intervenção evidencia a importância conferida à internacionalização, que concentra cerca de 55% do investimento elegível total aprovado. Quase metade dos projetos aprovados apresenta investimentos nesta área. Relativamente às restantes áreas de intervenção, destacam-se os apoios atribuídos para Estudos Gerais sobre Mercados e Setores e para I&D e Inovação.

Gráfico 3.45: Projetos Aprovados no SIAC com Despesas de Internacionalização, 2007-2012



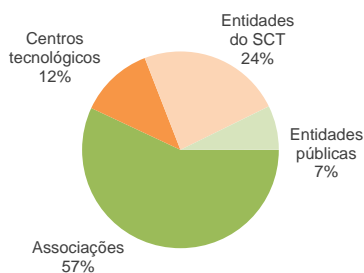
Fonte: SI POFC.

Gráfico 3.46: Projetos Aprovados no SIAC com Despesas Noutras Áreas de Intervenção, 2007-2012



Fonte: SI POFC.

Gráfico 3.47: Promotores e Co-Promotores no SIAC, 2007-2012



Fonte: SI POFC.

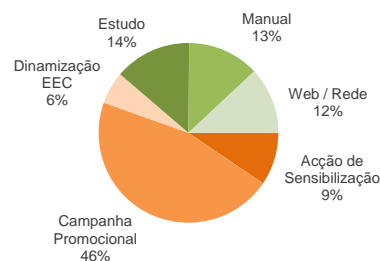
Estão envolvidas nestes projetos 163 entidades diferentes, entre promotores-líder (que apresentam o projeto) e co-promotores.

Mais de metade destas entidades são associações, sendo de destacar também a participação das entidades do Sistema Científico e Tecnológico e dos Centros Tecnológicos.

Analisando os *outputs* dos projetos apoiados, verifica-se a importância das campanhas promocionais no SIAC (46% do investimento elegível está associado a projetos que têm estas iniciativas como output principal).

As campanhas de promoção assumem particular destaque nos projetos de internacionalização e também de I&D e Inovação. Os projetos de cooperação e estudos gerais sobre mercados e sectores visam sobretudo a elaboração de estudos e os de empreendedorismo comportam principalmente ações de sensibilização. Os manuais assumem maior relevo nos projetos de igualdade de oportunidades e ambiente.

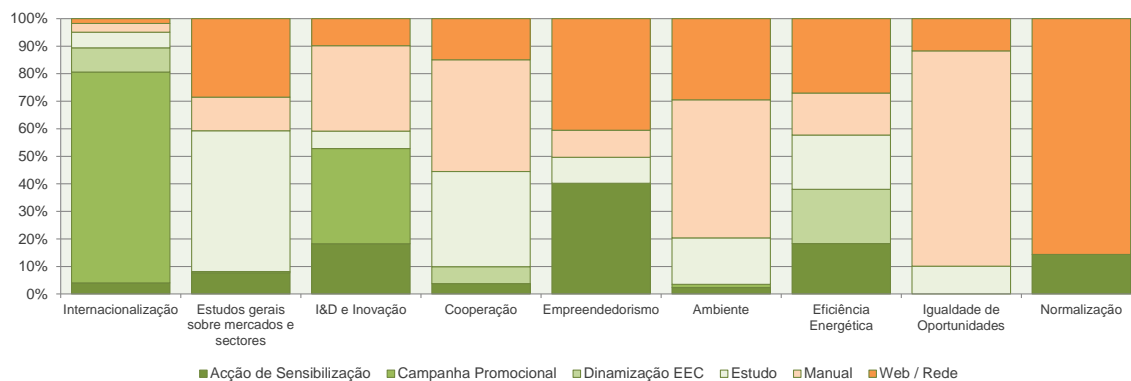
Gráfico 3.48: Outputs do SIAC, 2007-2012



Fonte: SI POFC.

Gráfico 3.49: Investimento Elegível no SIAC por Área de Intervenção e por Output Principal, 2007-2012

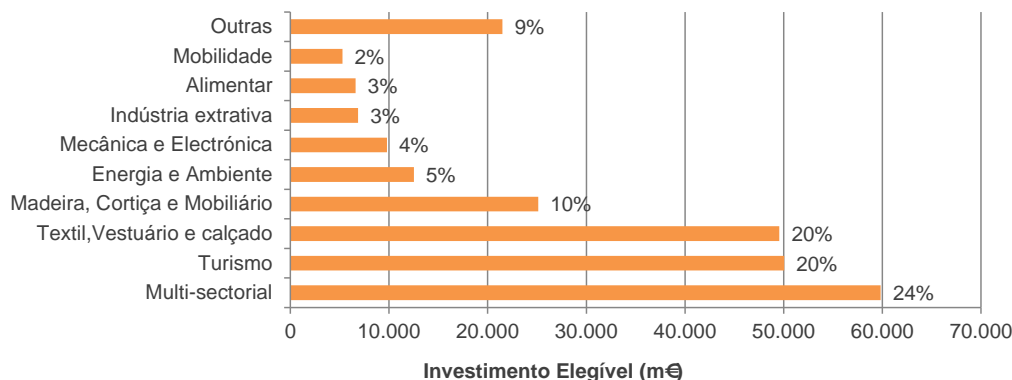
Distribuição do Inv. Elegível



Fonte: SI POFC.

Em termos sectoriais, verifica-se uma concentração nos sectores Turismo, Têxtil, Vestuário e Calçado e Madeira, Cortiça e Mobiliário que reúnem metade do investimento elegível apoiado.

Gráfico 3.50: Investimento Elegível no SIAC por Sector de Atividade, 2007-2012



Fonte: SI POFC.

No final do ano encontravam-se contratados 298 projetos com um incentivo previsto de 176,3 milhões de euros, o que representa uma taxa de contratação de 97% dos projetos aprovados.

Apresenta-se, a título de exemplo, um dos projetos aprovados no SIAC, neste caso, no âmbito da promoção e internacionalização do setor da cortiça.

MEDIDA DE APOIO: SISTEMA DE APOIO A AÇÕES COLETIVAS (SIAC)

ÁREA DE INTERVENÇÃO: Internacionalização

N.º DE PROJECTO: 5780

DESIGNAÇÃO DO PROJECTO: InterCork - Promoção Internacional da Cortiça

PROMOTOR: APCOR – ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE CORTIÇA

LOCALIZAÇÃO: Norte

INVESTIMENTO APROVADO: 18.604.170,71 euros **INCENTIVO APROVADO:** 14.883.336,57 euros

DESCRIÇÃO DO PROJECTO:

Este projeto visando, a melhoria de competitividade do sector da cortiça nacional, está enquadrado na Estratégia de Eficiência Coletiva apresentado pela AIFF - Associação para a Competitividade da Indústria da Fileira Florestal, reconhecido como Pólo de Competitividade Florestal, representativo da Fileira Florestal Portuguesa.

O projeto englobou uma campanha de promoção internacional focalizada num conjunto importante de mercados alvo do sector e direcionada para os dois segmentos de produção com peso mais significativo na oferta nacional de produtos de cortiça (rolhas, materiais de construção e decoração).

O projeto de Comunicação e Promoção da cortiça de âmbito internacional proposto visou credibilizar e valorizar a cortiça enquanto matéria-prima de excelência e os seus produtos, através da criação das condições necessárias ao desenvolvimento e competitividade sectorial, e gerar as condições de mudança dos valores tradição = falta de inovação, para valores de produtos de qualidade, desenvolvidos através de processos tecnologicamente avançados e que integram matérias-primas de alto valor ambiental. Afirmar a posição de que a cortiça é tradição+ inovação+ desenvolvimento sustentável = a indústria de futuro.

Assim as mensagens-chave globais do projeto foram:

- - Cortiça: produto amigo do ambiente (natural, reutilizável e reciclável);
- - Cortiça: matéria-prima de uma indústria sustentável e eco eficiente;
- - Cortiça: liga a tradição à inovação;
- - Cortiça: excelentes qualidades intrínsecas (leve, impermeável, elástica e compressível, isolante e resistente);
- - Cortiça: produto com excelentes qualidades técnicas e de performance.

A indústria de cortiça abarca dois grandes subsectores de atividade: a rolha de cortiça (representa cerca de 70 por cento) e os materiais de construção e decoração (20 por cento). Pela diversidade da sua natureza, das suas atividades, do tipo de abordagem ao mercado e dos diferentes públicos-alvo, apesar de algumas mensagens comuns, o plano trabalhou de forma individual os seguintes dois eixos de intervenção:

Eixo 1 - Promoção da rolha de cortiça

O objetivo estratégico deste eixo de intervenção visou a credibilização da indústria portuguesa de cortiça e do seu principal produto, a rolha de cortiça, uma vez que se trata de um produto natural, responsável por cerca de 70% das exportações nacionais de cortiça e é o produto indispensável para a sobrevivência do sector da cortiça.

A campanha de promoção teve como objetivos operacionais:

- Recuperar mercado (EUA, França, Alemanha e Itália);
- Travar a entrada de vedantes sintéticos (EUA, França);
- Manter a preferência nos melhores vinhos (Alemanha);
- Defender a quota de mercado da rolha de cortiça e o posicionamento nos segmentos médio e Premium;
- Gerar atitudes efetivas de compra pelo consumidor e leva-lo à defesa da cortiça junto do trade (supermercados, caves, etc.) e entidades com poder de decisão (lobby);
- Criar canais de comunicação de carácter ambiental, promovendo atitudes de defesa do montado e da cortiça;
- Obter 3 prescritores/líderes de opinião, por mercado, que prescrevam cortiça;
- Manter/Aumentar a preferência do consumidor pelas rolhas de cortiça.

Eixo 2 - Promoção da cortiça como material de construção e decoração.

Na área dos materiais de construção e decoração, o objetivo foi posicionar os pavimentos de cortiça como modernos e elegantes e que combinam na perfeição, o *design* e a sustentabilidade.

A campanha desenvolvida, e que foi a primeira campanha institucional de promoção exclusiva dos pavimentos de cortiça, visou:

- Recuperar mercado (Alemanha, Benelux e Japão);
- Crescer nos mercados dos Estados Unidos, Canadá e Rússia;
- Penetrar no mercado dos Emirados Árabes Unidos e China;
- Informar o mercado sobre as características e benefícios do produto;
- Reforço da imagem dos pavimentos de cortiça, face aos concorrentes;
- Posicionar os pavimentos de cortiça como estéticos, trendy, moderno, elegante, natural;
- Estabelecer parcerias (universidades, escolas, centros de design, ONG, media);
- Criar canais de comunicação (com distribuidores, media).

O projeto teve como Públicos-Alvo:

- Arquitetos, engenheiros, designers e decoradores;
- Retalhista, importadores e distribuidores;
- Escolas técnicas, universidades, centros de design;
- Media;
- Consumidor final.

O projeto encontra-se encerrado, com um montante de investimento elegível de € 18.466.542,55, um financiamento público de € 14.773.234,04 e uma taxa de realização financeira de 99,26%.

RESULTADOS OBTIDOS:

A campanha de comunicação InterCork decorreu entre 2010 e 2011, nos principais mercados do sector e teve resultados assinaláveis.

InterCork arrecadou mais de 9 mil artigos

Desde logo pela presença da cortiça nos média internacionais, já que foram publicados 9519 artigos nos mercados-alvo da campanha, em meios como imprensa, online, TV e rádio. O *online* posicionou-se à frente com 6174 (65 por cento); seguido pela imprensa escrita com 2497 (26 por cento).

A televisão dedicou 624 reportagens ao sector, o que totalizou mais de 12 horas de transmissão (o tema dos materiais de construção e decoração foi o mais abordado, com uma grande contribuição dos programas de renovação de espaços); e a rádio dedicou 208 peças, totalizando mais de 6h30m de transmissão.

O tema das rolhas foi o mais abordado com 69 % e os materiais de construção e decoração surgiram em 31 % dos artigos. 91 % do total de artigos publicados foram em meios dirigidos ao consumidor, e no que toca ao tom, 87 % foram positivos, 12 % neutros e apenas 1 % negativos.

Os EUA surgem à frente com 60 % do total de artigos publicados e a Alemanha posiciona-se no segundo lugar, 13 %. Em Portugal foram publicados 99 artigos nos media impressos nacionais sobre o InterCork.

A cortiça foi igualmente comunicada ao nível das redes sociais com uma aposta forte no Facebook que contou com mais de 96 mil fãs. Registe-se que só a página dos EUA para a campanha das Rolhas (100% Cork) contou com 8.3 milhões de interações desde a sua implementação, num grupo com mais de 61 mil fãs. Itália foi o segundo país que se destacou neste meio, com mais de 16 mil fãs, seguido pelo Reino Unido com onze mil. O Twitter e o YouTube (e outros sítios do género) foram as outras ferramentas usadas, sendo que a primeira soma 12 mil seguidores e na segunda o número de visualizações é superior a 112 mil. Os vários sítios realizados nas campanhas totalizaram mais de 319 mil visitas, que totalizam mais de 1 milhão de páginas visitadas.

Protegge il gusto



A campanha permitiu reforçar a imagem da cortiça em mercados como a França, os EUA, a Itália e a Alemanha, o que se refletiu nas exportações portuguesas de cortiça. Em 2011 registou-se um aumento de 7,6 % em valor (chegando aos 812 milhões de euros) e de 13,8 % em volume (o que representou 179 milhares de toneladas). O ano passado continuou com esta tendência com um aumento das exportações na ordem dos 4% em valor e 5% em volume, face a 2011, o que

representou 845 milhões de euros e 189 milhares de toneladas. Os principais destinos das exportações portuguesas de cortiça continuam a ser a França (19,53%), os EUA (16,44%), a Espanha (10,72%), a Itália (9,64%) e a Alemanha (9,34%) – percentagens em valor.

Campanha da APCOR ganha 11 prémios internacionais

O InterCork arrecadou 11 prémios internacionais nos vários mercados de execução e em áreas distintas como o Marketing, a Comunicação e a Publicidade. A saber: EUA (rolhas de cortiça): IAC Best Advocacy Integrated Campaign 2011 (Web Marketing Association); França (rolhas de cortiça): melhor campanha multimédia para o consumidor 2010/2011 (Top/Com - Le Congrès de la Communication); Reino Unido (rolhas de cortiça): Special Environmental Award 2011 (PRWeek); Alemanha (materiais de construção e decoração): EMEA SILVER SABRE Awards 2012 - Social Media Hub e Publicidade (Holmes Report); EUA (materiais de construção e decoração): medalha de ouro pelo Desenvolvimento de Marca (Canadian Public

Relations Society - ACE Awards); prémio de excelência em Marketing e Comunicação e prémio de mérito de Relações com os Media (International Association of Business Communicators - Toronto Ovation Awards); prémio de mérito de Marketing e Comunicação e prémio de Relações com os Media (International Association of Business Communicators); e prémio de excelência em Marketing e Comunicação (International Association of Business Communicators - Canada Silver Leaf Awards); e, por último, Itália (rolhas de cortiça): prémio Comunicazione Corporate pela campanha 'lo Sto Col Sughero' atribuído pela Associazione Agenzie di Relazioni Pubbliche a Servizio Completo (Assorel).



O projeto seguinte tem como objetivo promover e integrar PME nacionais e entidades do SCTN nas redes de excelência europeias, fomentando a sua participação em iniciativas internacionais como o 7.º Programa Quadro de I&D e o Horizonte 2020.

MEDIDA DE APOIO: SISTEMA DE APOIO A AÇÕES COLETIVAS (SIAC)

ÁREA DE INTERVENÇÃO: Redes de Cooperação Empresarial

N.º DE PROJECTO: 27366

DESIGNAÇÃO DO PROJECTO: ProMOVE.PME - Mobilização da participação empresarial em I&DT

PROMOTOR: INTELI – Inteligência em Inovação, Centro de Inovação

LOCALIZAÇÃO: Norte e Alentejo

INVESTIMENTO APROVADO: 183.173,69 euros INCENTIVO APROVADO: 117.802,09 euros

DESCRIÇÃO DO PROJECTO:

O ProMOVE.PME tem como objetivos promover e integrar PME nacionais e entidades do SCTN nas redes de excelência europeias nas áreas da Energia, da Mobilidade, da Sustentabilidade Territorial e da Aeronáutica.

Estes objetivos pretendem responder à relevância estratégica identificada pela INTELI de posicionar entidades nacionais Portuguesas em redes internacionais e em programas de financiamento de I&DT Europeus, como sejam o 7º Programa-Quadro e o Horizonte 2020. As áreas de intervenção do ProMOVE.PME são consideradas como potencialmente impulsionadoras da internacionalização e promotoras do aumento de competitividade das empresas Portuguesas através da sua integração numa economia Europeia baseada no conhecimento.

O projeto tem previsto as seguintes atividades:

- Gestão de projeto
- Sensibilização e Mobilização Nacional I&D Europeu
- Integração em Redes Europeias
- Serviço de Apoio às Candidaturas a financiamento
- Disseminação - Boas práticas e Horizonte 2020

A tipologia de atividades organiza-se segundo os seguintes domínios de intervenção:

1. Gestão - Atividade (1) exclusivamente dedicada à gestão do projeto e ao reporting dos respetivos resultados à entidade gestora do financiamento e onde o beneficiário do projeto estabelece a estratégia a seguir;
2. Sensibilização e dinamização - Atividades (2, 3 e 5) transversais dedicadas à mobilização dos participantes Portugueses, onde a principal preocupação incide na capacidade de comunicação do promotor ao grupo alvo e na estratégia de disseminação de boas práticas. Estas atividades são comuns aos participantes nas candidaturas (grupo alvo) e visam sensibilizar um universo empresarial para além do grupo alvo;
3. Elaboração e acompanhamento de candidaturas - esta atividade (4) envolve consultoria dirigida especificamente a cada uma das candidaturas a submeter ao 7ºPQ, onde se acompanha toda a elaboração da candidatura, desde da definição dos planos de trabalhos, estudos de impacto e marketing e acompanhamento na fase de negociação das candidaturas ao FP7 aprovadas.

Com a implementação desta metodologia, o projeto participa no esforço de mobilização de futuras candidaturas ao 7ºPQ e outros programas de I&D internacional, para o qual se prevê alcançar um efeito exponencial em termos de participação. Ao mesmo tempo, as barreiras práticas dessa participação são ultrapassadas através de ações dirigidas e específicas às ideias das candidaturas previstas no projeto. Os objetivos e as tarefas a desempenhar em cada atividade estão pormenorizadas na página 8.1 deste formulário.

RESULTADOS ESPERADOS:

A meta a atingir com o projeto é a de obter financiamento para 7 das candidaturas ProMOVE.PME, considerando uma taxa de elegibilidade das candidaturas submetidas ao 7º PQ de 100%.

Até abril de 2013, foram submetidas ao 7ºPQ seis candidaturas de projetos de I&DT, os quais incluíam nos seus consórcios PME portuguesas. O ProMOVE.PME obteve uma performance distintiva com 100% de elegibilidade nas candidaturas submetidas e 80% dos projetos aprovados para financiamento europeu. Estes resultados evidenciam o sucesso da cooperação das instituições envolvidas na promoção e integração das PME e entidades do SCTN nas redes de excelência europeias, uma vez que contrariam as estatísticas desvantajosas das anteriores participações de empresas portuguesas no 7ºPQ, em particular no programa R4SME.

Com um financiamento elegível total de cerca de 170.000 euros por parte do COMPETE (até dezembro de 2013), o ProMOVE.PME conseguiu até ao momento promover um investimento em projetos europeus de I&DT superior a 1.600.000 euros junto de cinco PME nacionais, dos quais aproximadamente 1.300.000 euros serão cofinanciados pela Comissão Europeia.

Estes resultados são extremamente motivadores para dar continuidade ao ProMOVE.PME na sua estratégia de preparar o tecido de PME e entidades do SCTN para a fase de preparação de candidaturas ao Horizonte 2020 que se inicia no segundo semestre de 2013.

Figura 1 – Lista de projetos financiados pelo 7ºPQ e submetidos no âmbito do ProMOVE.PME

Projeto Submetido ao 7ºPQ e Aprovado para Financiamento	Nome da PME Portuguesa	Valor do Investimento Nacional	Comparticipação Europeia Esperada
ECOJET	TEANDM - Tecnologia, Engenharia e Materiais, SA	337.106 €	269.685 €
BRIGHTWALL	Ecochoice, SA	247.906 €	198.325 €
ICAB	Evoleo Technologies, Lda	266.016 €	212.813 €
NUTREC	SIMBIENTE - Engenharia e Gestão Ambiental, Lda	111.451 €	89.161 €
SMOKESENSE	IVV Automação, Lda	668.307 €	534.646 €
TOTAL		1.630.786 €	1.304.629 €

ESTRATÉGIAS DE EFICIÊNCIA COLETIVA

Neste ponto faz-se uma abordagem sintética dos apoios concedidos no COMPETE, no âmbito das Estratégias de Eficiência Coletiva, remetendo-se para o Volume III, uma análise mais detalhada sobre as características e resultados deste instrumento, ao nível da Agenda da Competitividade.

Tal como previsto no enquadramento das EEC (diploma que estabelece os objetivos da política de clusterização e que regula o processo de reconhecimento), o COMPETE integrou a Comissão de Avaliação das candidaturas a reconhecimento da tipologia “Clusters”, que culminou, em julho de 2009, com o **reconhecimento de 19 Estratégias de Eficiência Coletiva da Tipologia Cluster** - 11 Polos de Competitividade e Tecnologia e de 8 *Clusters*. Ao COMPETE foram atribuídas, pelo Governo, competências de acompanhamento e monitorização dos Polos e Clusters reconhecidos.

O **primeiro ciclo de reconhecimento** concluiu-se a 15 de julho de 2012, tendo sido alargado o período de reconhecimento até à conclusão de um novo processo de reconhecimento, que deverá integrar os resultados da avaliação estratégica e operacional, assim como toda a aprendizagem verificada ao longo dos três anos de implementação piloto do instrumento.

Ao longo do segundo semestre de 2012 foi efetuada, por entidades independentes externas, a **avaliação da Estratégia e do Processo de Implementação das EEC-Clusters**, a qual veio corroborar e aprofundar um conjunto de pontos fracos e de oportunidades identificado ao longo dos três anos de acompanhamento e monitorização. O Relatório Final e respetivos anexos foram disponibilizados publicamente, tendo ocorrido uma sessão pública de divulgação dos resultados a 19 de abril de 2013 (ver detalhe das conclusões e recomendações no volume III).

Síntese das Conclusões (C) e Recomendações (R) da Avaliação da Estratégia e do Processo de Implementação das EEC-Clusters

C1. Constituindo uma evolução positiva no contexto dos processos de clusterização, a política adotada carece de maior reconhecimento, compromisso e coordenação por parte dos decisores políticos

R1.1. Reequacionar o modelo de governação consolidando uma estrutura de coordenação política (Conselho Estratégico para a Clusterização)

R1.2. Nomear uma estrutura de gestão que beneficie da aprendizagem acumulada a nível nacional e internacional

R1.3 Desenhar uma política nacional de clusterização abrangente de médio prazo (2014-2020) com objetivos definidos e alinhados com as prioridades do país

R1.4. Ancorar o Programa de Clusterização no Orçamento de Estado e criar condições para que o mesmo possa beneficiar do próximo período de programação de fundos comunitários (2014-2020)

C2. Revelando-se adequado mas conservador, o processo de reconhecimento formal das EEC requer maior inovação, identificando Clusters com níveis de maturidade distintos e diferenciando desde cedo as expectativas dos agentes envolvidos

R2.1. Uniformizar a nomenclatura utilizada e criar um sistema de classificação dinâmico que diferencie os Clusters de acordo com a sua maturidade

R2.2. Dar sequência a um novo processo de reconhecimento

R2.3 Criar condições para que os processos de reconhecimento evidenciem estratégias robustas, participadas, comprometidas com os resultados e que demonstrem capacidade de contribuir para os objetivos definidos

C3. Circunscrevendo-se a projetos financiados no quadro das medidas de apoio à clusterização, as atividades desenvolvidas no âmbito dos Clusters devem potenciar a geração de maior valor acrescentado e superar as dificuldades de um contexto pautado por uma cultura pouco aprofundada de clusterização

R3.1. Otimizar os modelos de gestão

R3.2. Reforçar as competências das entidades gestoras

R3.3 Projetar os Clusters a nível nacional e internacional, consolidando as relações de cooperação entre Clusters

C4. Os contratos iniciais pressupõem um quadro de medidas alargado que não foi operacionalizado devidamente (concentrando-se sobretudo nos Sistemas de Incentivos às empresas do QREN e no SIAC), pelo que no futuro será necessário garantir uma maior transversalidade e rigor dos instrumentos de apoio

R4.1. Criar condições de financiamento que proporcionem a desejada alavancagem dos projetos e das atividades de clusterização

R4.2. Transferir as boas práticas do processo de seleção a projetos complementares

R4.3 Introduzir um maior rigor nos projetos de apoio às entidades gestoras

C5. Apresentando-se como uma dimensão pouco robusta, a avaliação requer um espaço nobre de reflexão e implementação, quer ao nível da política, quer ao nível das entidades gestoras

R5.1. Construir um sistema de avaliação robusto para o programa de Clusterização, que seja independente e complementar dos exercícios de avaliação obrigatórios enquadrados no âmbito da programação comunitária~

R5.2. Instituir mecanismos de avaliação nas rotinas dos Clusters

C6. Considerando que os contributos da política de clusterização merecem ser revisitados num horizonte temporal diferente, importa sinalizar que estes deverão ser reforçados nas interfaces entre a política e o Sistema Nacional de Inovação, o Sistema Científico e Tecnológico e o território, sem descurar o domínio da internacionalização

R6.1. Estabilizar os objetivos da política de clusterização, antecipando as áreas nas quais se esperam impactos significativos

R6.2. Promover dinâmicas de alto valor acrescentado entre a política de clusterização, o Sistema Nacional de Inovação e o Sistema Científico e Tecnológico

R6.3 Promover dinâmicas entre a política de clusterização e o território.

Fonte: Sociedade Portuguesa de Inovação e inno TSD, abril de 2013.

No final de 2012, as candidaturas a EEC representavam 7% dos projetos e 13% do investimento candidatos ao Programa (SAESCTN+SI+SIAC), num total de 1.142 projetos e mais de 2,4 mil milhões de euros de investimento proposto. Destas, encontravam-se aprovados 554 projetos, aos quais se associam mais de mil milhões de euros de investimento elegível e perto de 635 milhões de euros de incentivo.

Tabela 3.37: Candidaturas e Projetos Aprovados de EEC por Instrumento, 2007-2012

Instrumento	Candidaturas		Projetos Aprovados		
	(2007-2012)		(2007-2012)		
	N.º Proj.	Investimento	N.º Proj.	Investimento Elegível	Incentivo
SAESCTN/Projetos em Co-promoção	1	164	1	164	139
SI I&DT/Projetos Individuais	128	110.340	70	47.586	21.688
SI I&DT/Projetos em Co-promoção	201	233.310	82	75.151	48.281
SI I&DT/Projetos Mobilizadores	16	139.448	14	81.150	56.308
SI I&DT/I&DT Coletiva	2	3.823	0	0	0
SI I&DT/Núcleos de I&DT	2	554	0	0	0
SI Inovação/Inovação Produtiva	307	1404694	139	565.871	341.255
SI Inovação/Empreendedorismo Qualificado	8	10084,03	1	922	602
SI Qualificação PME/Projetos Individuais e de Cooperação	192	85941,89	73	23.905	11.029
SI Qualificação PME/Projetos Conjuntos	84	215886,8	48	112.287	57.308
SIAC - Sistema de Apoio a Ações Coletivas	201	237935,5	126	130.705	98.341
Total Geral	1.142	2442182	554	1.037.740	634.950

Fonte: SI POFC.

Por **instrumento**, realçam-se os projetos em co-promoção (coletivos ou conjuntos), centrais na política de clusterização e, em volume de incentivo aprovado, os projetos de inovação produtiva, dada a sua relevância na criação de valor e emprego associados a novos produtos e processos em áreas e domínios prioritários para a concretização das Estratégias e Programas de Ação dos Polos e Clusters reconhecidos.

Durante o ano de 2012, tiveram lugar apenas os seguintes concursos, com apoios orientados para as EEC:

- AAC n.º 01/SI/2012 – I&DT em Co-promoção: de 30/01/2012 a 20/02/2012, destinado exclusivamente a iniciativas que visem a consolidação da estratégia de clusterização do setor aeronáutico nacional inserido no Pólo de Competitividade e Tecnologia das Indústrias da Mobilidade;
- AAC n.º 02/SI/2012 – Inovação Produtiva: de 27/02/2012 a 26/04/2012, com majoração “Tipo de Estratégia”, para projetos inseridos em EEC;
- AAC n.º 03/SI/2012 – Empreendedorismo Qualificado: de 27/02/2012 a 26/04/2012, com majoração “Tipo de Estratégia”, para projetos inseridos em EEC;
- AAC n.º 04/SI/2012 – Projetos Individuais e de Cooperação: de 27/02/2012 a 16/04/2012, com majoração “Tipo de Estratégia”, para projetos inseridos em EEC;
- AAC n.º 01/SIAC/2012, relativo ao 7.º Programa Quadro de I&D e que decorreu de 27/02/2012 a 18/05/2012 e de 19/05/2012 a 31/08/2012, com valorização dos projetos de acordo com o grau de intensidade dos efeitos previstos ao nível de estratégias de eficiência coletiva, quando aplicável;
- AAC n.º 02/SIAC/2012, de caráter geral, a 1.ª fase decorreu de 23/11/2012 a 28/01/2013, com uma dotação de 30 milhões de euros (sem candidaturas ainda no período em análise), também com valorização dos projetos inseridos em estratégias de eficiência coletiva, quando aplicável.

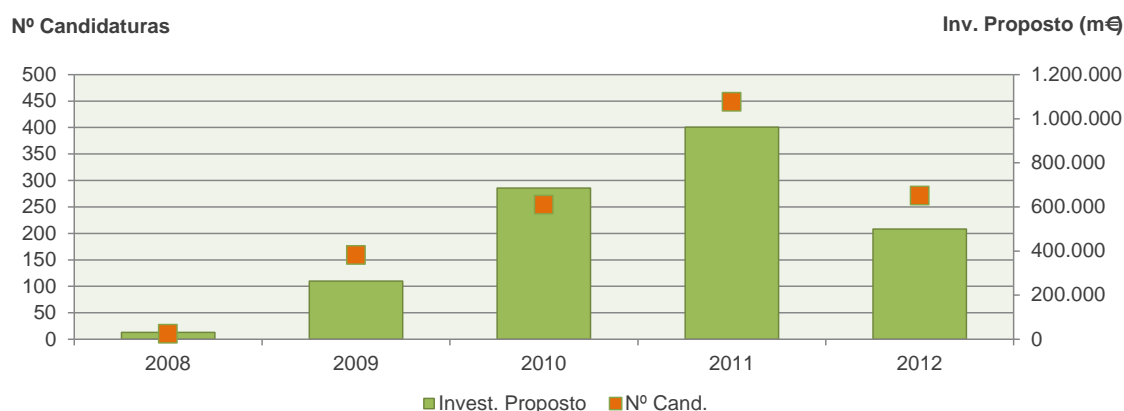
Com início no segundo semestre de 2012, e correspondendo a nova orientação política do Governo, considerou-se que estando a decorrer o processo de avaliação do instrumento de política, se **suspenderia a possibilidade de atribuição da majoração “Tipo de Estratégia”** para os projetos inseridos em EEC (os Concursos publicados deixaram de incluir dotação orçamental específica e/ou acesso a majoração de incentivo). Manteve-se esta discriminação positiva apenas para os projetos conjuntos do SI Qualificação PME.

Neste ano, deram entrada, no COMPETE, 271 **candidaturas** assinaladas como integrantes dos Programas de Ação, no âmbito dos Polos de Competitividade/Clusters reconhecidos, envolvendo mais de 500 milhões de euros de investimento. Desta forma, verificou-se uma forte quebra do ritmo ascendente de **adesão dos promotores** que se vinha a verificar até 2011, reflexo do trabalho de clusterização das entidades gestoras reconhecidas, no sentido de

fomentarem a realização de projetos alinhados com as suas prioridades, bem como dos esforços levados a cabo pelo Programa de conferir relevância à estratégia de clusterização, nomeadamente pela existência de dotações orçamentais ou concursos específicos para EEC ou pela majoração de projetos integrados nas mesmas.

Até ao final de 2012, e de forma global na Agenda das Competitividade (SI+SIAC), foram apresentadas cerca de 3.000 candidaturas assinaladas como alinhadas com os Programas de Ação dos Polos de Competitividade/Clusters reconhecidos (cerca de 1/3 do total de candidaturas), das quais apenas cerca de 50% foram avaliados como efetivamente cumprindo os requisitos para serem considerados projetos complementares. Constituem fatores principais para esta taxa de seleção, o não cumprimento de requisitos técnicos (prioridades tecnológicas e/ou domínios de investimento inovadores) e setoriais.

Gráfico 3.51: Candidaturas Inseridas em EEC por Ano, 2008-2012

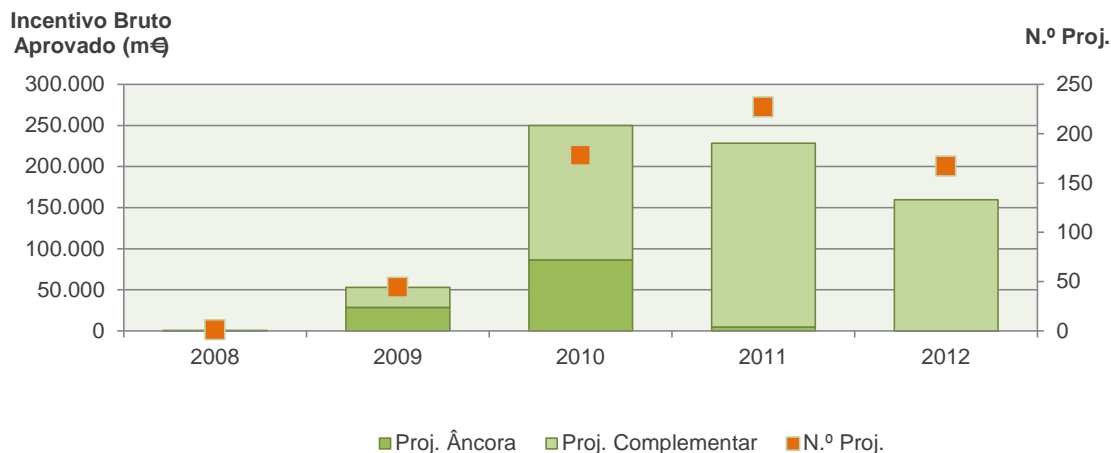


Fonte: SI POFC.

No ano em análise foram **aprovados 167 projetos**, na sua maioria complementares, para os quais foram atribuídos 159,7 milhões de euros de incentivo. Considerando a evolução desde o início do reconhecimento, 2011 foi o ano com maior número de aprovações de projetos inseridos em EEC: Em 2010, destaca-se o peso da aprovação de projetos-âncora, estruturantes e relevantes para o arranque dos processos de clusterização, resultante designadamente, da aprovação de 14 projetos mobilizadores de I&DT, com um incentivo associado de 56,3 milhões de euros.

O COMPETE é responsável pelo apoio de cerca de 45% dos projetos e 60% do incentivo atribuído ao conjunto dos projetos âncora, complementares e das entidades gestoras dos Polos de Competitividade e Clusters para atividades de dinamização e clusterização.

Gráfico 3.52: Incentivo Bruto Aprovado em Projetos Inseridos em EEC, por Ano, 2008-2012



Nota: Inclui anulações. Fonte: SI POFC.

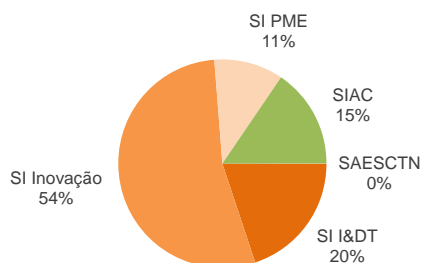
Do total de 554 projetos aprovados, 18% são considerados **projetos-âncora**, ou seja, são projetos que possuem um elevado grau de relevância face à concretização das opções estratégicas da EEC (traduzido em prioridades técnicas/tecnológicas e áreas de investimento com forte incorporação de inovação), promovidos pela entidade gestora ou por um grupo de atores em co-promoção em sua representação. Na sua maioria (74%), os projetos âncora inserem-se no SIAC, onde se incluem, igualmente, os projetos de animação, coordenação e gestão do Polos de Competitividade e Clusters, alvo de concurso específico em 2009.

Os **projetos complementares** correspondem a 82% e envolvem mais de 518 milhões de euros de incentivo. Estes projetos foram considerados inseridos nos objetivos e no perfil de investimento das respetivas EEC pelo COMPETE, com base em Referenciais técnicos e tecnológicos construídos com base em contributos das entidades gestoras das EEC. Inserem-se, sobretudo nos Sistemas de Incentivos, sendo de relevar que 65% do incentivo foi atribuído ao abrigo do SI Inovação.

Considerando a **repartição por medida** da totalidade das aprovações, verifica-se que é o SI I&DT que conta com maior número de projetos aprovados (166 projetos), sendo seguido de perto pelo SI Inovação (140), SIAC (126) e SI Qualificação PME (121). Em termos de incentivo, o SI Inovação absorve 54% do incentivo total aprovado no âmbito das EEC-Clusters.

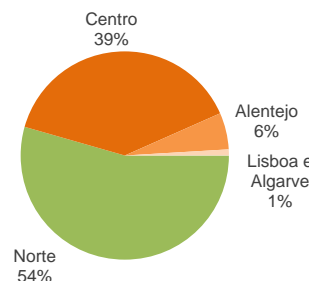
Em termos regionais, o Norte absorve mais de metade do total dos apoios. O Centro soma 39% do incentivo e o Alentejo, dada a menor expressão das entidades empresariais da região nas dinâmicas existentes das EEC reconhecidas, apenas 6%.

Gráfico 3.53: Incentivo Aprovado em EEC-Clusters, por Medida, 2008-2012



Fonte: SI POFC.

Gráfico 3.54: Incentivo Aprovado em EEC-Clusters, por Região, 2008-2012



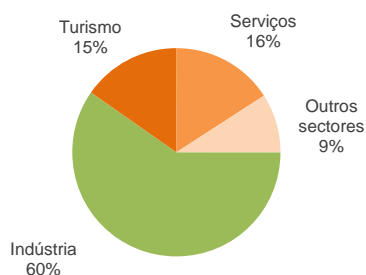
Fonte: SI POFC.

Face aos objetivos implícitos da política de Clusterização, na **distribuição setorial**, realça-se o peso da Indústria, em particular das indústrias relacionadas com o Pólo de Competitividade da Moda (têxteis, vestuário e couro), com o Pólo de Competitividade da Mobilidade (fabricação de veículos automóveis) e com o Pólo de Competitividade Agroindustrial (indústrias alimentares). Os serviços absorvem 16% do incentivo aprovado, destacando-se o Pólo de Competitividade das Tecnologias de Informação, Comunicação e Eletrónica, com particular incidência na CAE 62 - Consultoria e programação informática e atividades relacionadas.

Constata-se por uma intervenção dual em setores mais tradicionais e nos quais Portugal possui importantes vantagens comparativas e em setores de forte competitividade internacional e com maior intensidade tecnológica. Mesmo as intervenções em setores mais tradicionais incorporam uma forte componente de conhecimento e tecnologia, chave no sucesso para a conquista e manutenção de posições competitivas nos mercados internacionais.

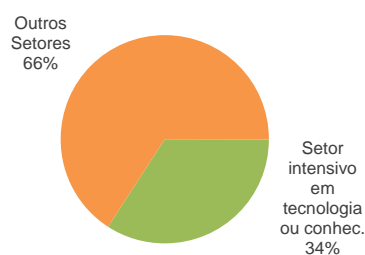
Da totalidade das aprovações, 34% insere-se em setores intensivos em tecnologia ou conhecimento.

Gráfico 3.55: Incentivo Aprovado de EEC-Clusters, por Setor de Atividade, 2008-2012



Fonte: SI POFC.

Gráfico 3.56: Incentivo Aprovado de EEC-Clusters, por Grau de Intensidade, 2008-2012



Fonte: SI POFC.

O quadro seguinte apresenta os dados de aprovação por EEC. Destacam-se o Pólo de Competitividade do Turismo, que concentra 19% do incentivo total atribuído às EEC, seguindo-se o Pólo de Competitividade da Moda (16%) e o Pólo de Competitividade das Indústrias da Mobilidade (11%). A análise deverá ter presente as diferentes naturezas setoriais e territoriais das EEC, face aos apoios FEDER, possíveis de atribuir pelo COMPETE. No volume III do presente Relatório será possível obter uma visão global dos apoios disponibilizados por fundos estruturais.

Tabela 3.38: Projetos Aprovados de EEC por Tipo de Estratégia, 2007-2012

Unid: Mil euros

EEC	Total de Projetos EEC						Proj. Âncora			Proj. Complementar		
	N.º Proj.	%	Invest. Elegível	%	Incentivo	%	N.º Proj.	Incentivo	%	N.º Proj.	Incentivo	%
PCT do Turismo	31	6%	185.777	18%	123.455	19%	4	18.054	15%	27	105.401	85%
PCT da Moda	85	15%	161.677	16%	92.764	15%	4	11.072	12%	81	81.693	88%
PCT das Indústrias da Mobilidade	51	9%	118.402	11%	68.331	11%	7	7.060	10%	44	61.270	90%
PCT Engineering & Tooling	55	10%	74.052	7%	45.867	7%	4	6.225	14%	51	39.642	86%
PCT das Indústrias de Base Florestal	34	6%	64.331	6%	42.102	7%	5	16.036	38%	29	26.066	62%
PCT Agroindustrial	28	5%	68.458	7%	38.726	6%	5	2.329	6%	23	36.398	94%
PCT das Tecnologias de Produção	41	7%	60.600	6%	36.960	6%	4	10.448	28%	37	26.512	72%
PCT das Tecnologias de Informação, Comunicação e Eletrónica	56	10%	56.814	5%	35.460	6%	8	16.941	48%	48	18.519	52%
Cluster das Empresas de Mobiliário de Portugal	19	3%	42.488	4%	24.601	4%	1	508	2%	18	24.093	98%
Cluster Habitat Sustentável	40	7%	39.859	4%	24.090	4%	2	547	2%	38	23.543	98%
PCT da Saúde	27	5%	36.811	4%	23.428	4%	6	11.804	50%	21	11.624	50%
Cluster da Pedra Natural	23	4%	32.807	3%	21.381	3%	4	6.324	30%	19	15.057	70%
Cluster Agroindustrial do Centro	6	1%	24.190	2%	16.357	3%	5	3.916	24%	1	12.441	76%
PCT da Energia	21	4%	19.760	2%	11.030	2%	2	1.835	17%	19	9.195	83%
Cluster do Conhecimento e da Economia do Mar	8	1%	16.926	2%	9.620	2%	2	583	6%	6	9.036	94%
Cluster Agroindustrial do Ribatejo	12	2%	11.012	1%	7.209	1%	4	1.357	19%	8	5.852	81%
Cluster Vinhos da Região Demarcada do Douro	8	1%	11.347	1%	6.460	1%	3	563	9%	5	5.897	91%
PCT das Indústrias de Refinação, Petroquímica e Química Industrial	5	1%	9.551	1%	5.382	1%	3	779	14%	2	4.603	86%
Cluster das Indústrias Criativas da Região Norte	4	1%	2.880	0%	1.728	0%	1	391	23%	3	1.336	77%
Total Geral	554	100%	1.037.740	100%	634.950	100%	74	116.773	18%	480	518.177	82%

Nota: * - foram incluídos nos projetos-âncora os projetos das entidades gestoras dos Polos de Competitividade e Clusters reconhecidos para apoio às atividades de dinamização e clusterização. Legenda: PCT – Pólo de Competitividade e Tecnologia ; Fonte: SI POFC.

Os projetos-âncora assumem particular relevância no Pólo de Competitividade da Saúde (50% do incentivo) e no Pólo de Competitividade das TICE (48%).

Mas, mais do que os projetos apoiados é relevante destacar o importante caminho prosseguido em matéria de **alargamento da base associativa** (que duplicou face aos dados de candidatura, sendo de 1.365, a 31 de dezembro de 2012, dos quais ¾ empresas), assim como **de inserção em redes e plataformas de conhecimento internacionais**, a conquista de prémios de produtos inovadores em importantes feiras internacionais, os novos produtos e novas empresas criadas, o reconhecimento e o crescimento de marcas coletivas que relevam o nome e a competência portuguesa em vários setores, as dezenas de eventos organizados pelas entidades gestoras de divulgação e partilha de conhecimento/ desenvolvimentos tecnológicos, as inúmeras reuniões e grupos de trabalho constituídos e os milhares de km percorridos, numa aproximação às empresas (de forma particular às micro e pequenas empresas), às suas necessidades e ao trabalho na sua modernização e competitividade nacional e internacional.

Caminho com graus de sucesso diferenciados, mas sem dúvida uma experiência-piloto com importante potencial de resultados e acima de tudo de aprendizagem para o futuro, numa abordagem cada vez mais imprescindível de criação de valor com base em eficiência coletiva.

3.5.3. Problemas significativos encontrados e medidas tomadas para os resolver

No Eixo V, apesar dos esforços no sentido de minorar os seus impactos, mantêm-se os constrangimentos à boa execução dos projetos SIAC identificados nos Relatórios de Execução dos anos anteriores, associados:

- Aos exigentes e morosos **procedimentos de contratação pública** a incorporar nos projetos, condicionam o seu arranque nas datas previstas e atrasam significativamente a sua execução. Nalguns casos, determinam mesmo a inoperacionalidade de ações que não puderam ser contratadas em tempo;
- À frágil **capacidade de financiamento de alguns promotores** que não conseguem garantir os meios necessários para a boa execução dos projetos, determinando a prorrogação de algumas ações ou até mesmo a sua não execução.
- **A incapacidade de uma gestão flexível dos organismos públicos** (promotores) dos seus orçamentos, que condicionou também fortemente a boa execução dos projetos.

Como seria de esperar, e face à conjuntura económica, durante 2012 agravou-se ainda mais a **capacidade de financiamento dos promotores**, com reflexo na boa execução dos projetos.

Neste sentido, reforçou-se a **exigência ao nível da sustentabilidade financeira** dos projetos a cofinanciar, através do aumento da exigência na informação a prestar pelos promotores na comprovação das fontes de financiamento dos projetos e, por outro lado, redimensionando financeiramente as intervenções por forma a ajustá-las à capacidade financeira demonstrada.

Manteve-se a **flexibilização na entrega do pedido de pagamento** de reembolso final (PTRF), de modo a que os promotores consigam encontrar soluções de financiamento e, neste sentido, poder concluir financeiramente os seus projetos, exceção feita aos casos em que os promotores pretendem submeter nova candidatura. Nestas condições, o promotor deverá garantir o encerramento do projeto anterior e as fontes de financiamento da nova candidatura.

De modo a melhorar a comunicação do Programa com os promotores, foi criado o **Balcão COMPETE** onde, entre outras funcionalidades, é possível apresentar os pedidos de alteração aos projetos e os relatórios semestrais de execução.

No sentido de normalização da informação e maior rapidez e fluidez do processo, foi **automatizado o processo de comunicação** com o promotor, na notificação da decisão e no envio das minutas de contrato/termos de aceitação. Foram igualmente implementadas funcionalidades de envio de alertas aos promotores, relacionadas com o cumprimento de prazos de execução dos projetos.

Em relação às Estratégias de Eficiência Coletiva, no final de 2012 não estava estabilizado o **futuro da política de Clusterização** em Portugal, situação que pode induzir um efeito não desejável de interrupção das redes de cooperação e do esforço em promover práticas colaborativas que envolvem empresas e empresas e entidades do sistema de inovação. A cooperação, a par da assunção de risco, constituem fortes constrangimentos de raiz cultural que bloqueiam a introdução de práticas mais inovadoras e potenciadoras de maior valor acrescentado. Pretendendo a política de clusterização atuar, de forma seletiva, a estes níveis, qualquer interrupção dos esforços de clusterização não deixa de ser negativo para as ainda frágeis redes de cooperação entretanto criadas e/ou reforçadas (massa crítica).



GRANDES PROJETOS E PROJETOS AMBIENTAIS

4.1 GRANDES PROJETOS

| 243

O Regulamento (CE) n.º 1083/2006, no seu artigo 39.º, estabelece que os projetos cofinanciados pelo Programa, que constituam uma ação indivisível de natureza técnica ou económica precisa com objetivos claramente identificados e com um custo total superior a 50 milhões de euros são considerados como Grandes Projetos e, nesse sentido, necessitam de autorização por parte da Comissão Europeia (DG REGIO) para o cofinanciamento comunitário.

Na sequência do acompanhamento de um projeto da CONTINENTAL MABOR - INDÚSTRIA DE PNEUS, SA aprovado inicialmente em 2009, foram identificadas despesas relacionadas com o projeto que, embora não participadas pelo COMPETE, originaram a que o mesmo fosse classificado como Grande Projeto e, como tal, carecendo de notificação à DG REGIO.

Durante o ano de 2012, foram aprovados pelo COMPETE dois grandes projetos (das empresas PORTUGAL TELECOM DATA CENTER, SA e CONTINENTAL MABOR - INDÚSTRIA DE PNEUS, SA), encontrando-se, no final do ano, em preparação os respetivos processos de notificação.

Neste sentido, excluindo os projetos anulados, encontravam-se aprovados, no final do ano, 12 Grandes Projetos, envolvendo um investimento elegível de 1,4 mil milhões de euros e uma participação comunitária de 328 milhões de euros.

Em 2012 foram desenvolvidos os seguintes procedimentos no âmbito do processo de notificação à DG REGIO:

- O Grande Projeto da ARTLANT PTA, SA foi objeto de decisão favorável relativamente ao cofinanciamento comunitário em 13-Jul-2012;
- Os Grandes Projetos da EMBRAER PORTUGAL ESTRUTURAS EM COMPOSITOS, SA (formado por dois projetos COMPETE) e SOMINCOR-SOC. MINEIRA DE NEVES CORVO, SA da prosseguiram as respetivas notificações em 2012, tendo tido decisão favorável relativamente ao cofinanciamento comunitário em 2013;

- Foram iniciados os processos de notificação à CE dos Grandes Projetos da SOMINCOR-SOC. MINEIRA DE NEVES CORVO, SA e da CONTINENTAL MABOR - INDÚSTRIA DE PNEUS, SA (relativamente ao referido projeto aprovado em 2009).

Tabela 4.1: Grandes Projetos Aprovados, 2007-2012

Unid: Mil Euros

N.º Proj.	Eixo Priorit.	Beneficiário	Investim. Elegível	Incentivo	Observações
001942	II	SOC. PORTUGUESA DO ARLÍQUIDO "ARLÍQUIDO", LDA (**)	56.562	11.371	Proj. aprovado pela CE a 14-Dez-2009
001943	II	ARTLANT PTA, SA	355.356	38.822	Proj. aprovado pela CE a 13-Jul-2012
001944	II	CELULOSE BEIRA INDUSTRIAL (CELBI), SA (**)	314.082	51.645	Proj. aprovado pela CE a 25-Mai-2009
001945	II	CUF - QUÍMICOS INDUSTRIAIS, SA (**)	121.672	24.916	Proj. aprovado pela CE a 08-Out-2008
001948	II	SWEDWOOD PORTUGAL - INDÚSTRIA DE MADEIRAS E MOBILIÁRIO, LDA	107.112	29.000	Proj. aprovado pela CE a 04-Nov-2008
003519	II	EMBRAER PORTUGAL ESTRUTURAS METÁLICAS, SA	89.547	47.733	Proj. aprovado pela CE a 16-Dez-2010
005771	II	ALMINA - MINAS DO ALENTEJO, SA	82.008	31.875	Proj. aprovado pela CE a 16-Set-2011
003518 e 017178	II	EMBRAER PORTUGAL ESTRUTURAS EM COMPOSITOS, SA (*)	55.533	32.293	Proj. aprovado pela CE a 04-Fev-2013
004506	II	SOMINCOR-SOC. MINEIRA DE NEVES CORVO, SA	74.542	14.908	Proj. aprovado pela CE a 30-Mai-2013
023305	II	PORTUGAL TELECOM DATA CENTER, SA	64.800	17.333	Proj. em vias de notificação à CE
022791	II	CONTINENTAL MABOR - INDÚSTRIA DE PNEUS, SA	61.260	15.438	Proj. em vias de notificação à CE
000017	II	CONTINENTAL MABOR - INDÚSTRIA DE PNEUS, SA	48.888	12.627	Proj. notificado em análise pela CE

(*) Nota: Para efeitos da DG Concorrência e DG REGIO, os dois projetos aprovados no âmbito do COMPETE (003518 e 017178) são tratados como um Projeto Único de Investimento.

(**) Nota: Projetos concluídos pelo que os valores apresentados correspondem à execução efetiva.

Relativamente à lista indicativa de Grandes Projetos que consta do Anexo III do Texto do PO (na sua versão aprovada pela CE em dezembro de 2012), registam-se as seguintes alterações:

Tabela 4.2: Alterações à Lista Indicativa de Grandes Projetos

Unid: Mil Euros

N.º Proj.	Eixo Prioritário	Beneficiário	Inv. Elegível	Observações
022791	II	CONTINENTAL MABOR - INDÚSTRIA DE PNEUS, SA	61.260	A incluir à lista indicativa

Até final do ano de 2012 encontravam-se financeiramente concluídos (encerramento do investimento) os seguintes grandes projetos, conforme se pode analisar em detalhe na respetiva ficha (ver Anexo XIII).

| 245

Tabela 4.3: Grandes Projetos Concluídos, 2007-2012

Unid: Mil Euros

N.º Proj.	Eixo Prioritário	Beneficiário	Custo Total Final do investimento	Data Conclusão	Observações
001944	II	CELULOSE BEIRA INDUSTRIAL (CELBI), SA	359.269	26-Mai-2010	Encerramento do Projeto em 12-Jun-2012 (*)
001945	II	CUF - QUÍMICOS INDUSTRIAIS, SA	129.911	31-Dez-2010	Encerramento do Projeto em 12-Jun-2012 (*)
001942	II	SOC. PORTUGUESA DO ARLÍQUIDO "ARLÍQUIDO", LDA	57.922	31-Mar-2009	Encerramento do Projeto em 12-Jun-2012 (*)

(*) Os projetos foram objeto de revisão do processo de encerramento em 2012.

Relativamente à lista de Grandes Projetos aprovados no COMPETE apresenta-se, no Anexo XIII, uma breve descrição considerando os principais objetivos e respetiva situação em termos de realização física e financeira.

4.2 PROJÉTOS AMBIENTAIS

No âmbito do COMPETE não foi aprovado qualquer Grande Projeto Ambiental na aceção do artigo 39.º do Regulamento (CE) n.º 1083/2006.





ASSISTÊNCIA TÉCNICA

A Assistência Técnica, ou seja o financiamento das ações de preparação, gestão, acompanhamento da execução, controlo interno, análise, avaliação, informação, divulgação e publicitação, bem como os recursos humanos, materiais e técnicos de suporte à gestão e implementação, de forma eficaz e eficiente, do COMPETE, inscreve-se no Eixo VI do Programa (com uma dotação correspondente a 2,2% da dotação total do Programa).

Neste sentido, são apoiadas candidaturas apresentadas pela Autoridade de Gestão do COMPETE, para financiamento da estrutura interna, e pelas entidades com responsabilidade de gestão que intervenham como Organismos Intermédios.

O Eixo VI integra 5 indicadores de realização, dos quais apenas 4 são quantificáveis neste momento, uma vez que ainda não se desenvolveu a Avaliação Intercalar do Programa (associada ao indicador “nível de *follow up* das recomendações de avaliação”).

Consistindo num indicador essencial para a aferição das metas do Programa, o indicador comunitário n+3 ou n+2 corresponde ao nível mínimo de execução exigido pelas regras comunitárias. A sanção para o incumprimento desta meta passa pela respetiva diminuição da dotação total do Programa. Conforme se pode verificar, à semelhança dos anos anteriores, foi largamente ultrapassada a execução mínima exigida para este ano.

Para além do referido indicador, destaque-se o cumprimento dos objetivos em matéria de desmaterialização de processos associados a fluxos financeiros e à programação e acompanhamento.

Relativamente ao *site* do Programa, já se registaram mais de 2,9 milhões de visitas, valor que se encontra próximo da meta para 2015 (objeto de revisão em alta durante o ano de 2012).

Conclui-se assim que estão a ser cumpridos os objetivos do Eixo, ligados ao financiamento das atividades de preparação, gestão, controlo, acompanhamento, avaliação, informação e disseminação do Programa.

Tabela 5.1: Indicadores de Realização do Eixo VI, 2007-2012

Indicador	Metas		Cumprimento Atual	
	2010	2015	2007-2012	Sim/Não
TAXA DE EXECUÇÃO DA DESPESA FUNDO (em % da Despesa Fundo Programada para o ano n+3 ou n+2, conforme os casos)	-	100%	174%	Sim
N.º DE VISITAS AO SÍTIO INTERNET	543.155	3.700.000	2.903.409	Não
NÍVEL DE DESMATERIALIZAÇÃO DE PROCESSOS ASSOCIADOS A FLUXOS FINANCEIROS (certificação de despesa e pagamentos)	100%	100%	100%	Sim
NÍVEL DE DESMATERIALIZAÇÃO DE PROCESSOS ASSOCIADOS A PROGRAMAÇÃO E ACOMPANHAMENTO (documentos de programação, notificação de grandes projetos, relatórios de execução, convocatórias e circulação de informação de acompanhamento)	80%	100%	100%	Sim

Fonte: SI POFC.

Durante o ano de 2012 foram apresentadas 8 candidaturas, com um volume de investimento superior a 15 milhões de euros, visando o financiamento da AG COMPETE ao longo desse ano, bem como dos Organismos Intermédios (AdI, AMA, AICEP, Ciência Viva, FCT, IAPMEI e Turismo de Portugal).

Tabela 5.2: Candidaturas e Projetos Aprovados do Eixo VI por Beneficiário, 2007-2012

Beneficiário	Candidaturas		Projetos Aprovados		
	(2007-2012)		(2007-2012)		
	N.º Proj.	Investim.	N.º Proj.	Investim. Elegível	Incentivo
Autoridade de Gestão	6	35.125	5	23.588	19.996
Organismos Intermédios	42	57.607	33	29.032	23.049
<i>ADI</i>	6	7.744	5	4.511	3.158
<i>AMA</i>	6	3.453	4	1.891	1.607
<i>AICEP</i>	6	8.861	5	5.642	3.949
<i>Ciência Viva</i>	6	1.230	4	333	283
<i>FCT</i>	6	12.030	5	5.687	4.729
<i>IAPMEI</i>	6	23.936	5	10.664	9.064
<i>Turismo de Portugal</i>	6	353	5	303	257
TOTAL EIXO VI	48	92.732	38	52.619	43.045

Unid: Mil Euros

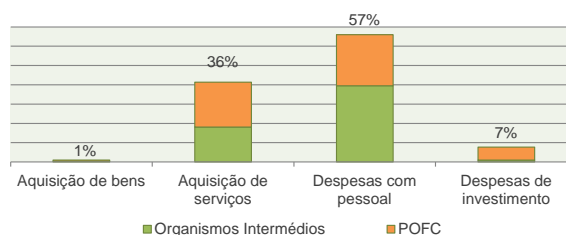
Fonte: SI POFC.

Desde o início do Programa, foram rececionadas 48 candidaturas com um investimento associado de 92,7 milhões de euros, tendo sido aprovados, até ao final de 2012, 38 projetos, com um investimento elegível de 52,6 milhões de euros e um incentivo de 43 milhões de euros.

Verifica-se, assim, que o incentivo aprovado, neste Eixo, representa 1,4% do incentivo total concedido pelo Programa, valor este que se encontra abaixo do limite estabelecido nos Regulamentos Comunitários (4%).

Na repartição por tipo de despesa, constata-se a importância das despesas com pessoal afeto à gestão e acompanhamento do Programa, rubrica que representa 57% do total do investimento elegível.

Gráfico 5.1: Investimento Elegível na Assistência Técnica por Tipo de Despesa, 2007-2012



Fonte: SI POFC.

Em termos de tipologias de intervenção, constata-se que 59% dos montantes aprovados se referem ao funcionamento das estruturas de apoio técnico e logístico das entidades beneficiárias (Autoridade de Gestão e Organismos Intermediários), sendo 11% relativos à análise e acompanhamento de projetos (incluindo o recurso a pareceres técnicos especializados e a ações de verificações de gestão), 7% destinados para ações de desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação, 8% para ações de Informação, Divulgação e Publicitação do Programa e 7% para ações de Auditorias e Controlo Interno. Os montantes afetos a Estudos de Avaliação assumem um valor residual.

Tabela 5.3: Investimento Elegível Aprovado no Eixo VI por Tipologia de Despesa, 2007-2012

Unid: Mil Euros

Tipologia de Despesa	Autoridade de Gestão		Organismos Intermediários		Total	
	Inv. Elegível	(%)	Inv. Elegível	(%)	Inv. Elegível	(%)
Custos com Pessoal	11.282	48%	19.680	68%	30.962	59%
Encargos Gerais de Funcionamento	4.234	18%	1.250	4%	5.483	10%
Análise e Acompanhamento de Projetos	0	0%	6.003	21%	6.003	11%
Sistemas de Informação	3.286	14%	644	2%	3.931	7%
Auditorias e Controlo Interno	837	4%	401	1%	1.238	2%
Estudos de Avaliação e Análise	578	2%	61	0%	638	1%
Informação, Divulgação e Publicitação	3.366	14%	889	3%	4.255	8%
Outras Intervenções	5	0%	105	0%	110	0%
TOTAL EIXO VI	23.588	100%	29.032	100%	52.620	100%

Fonte: SI POFC.

Todos os projetos aprovados encontravam-se contratados, no final do ano.





INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO

As políticas comunitárias de coesão têm, na informação e comunicação, eixos fundamentais dos seus objetivos de transparência, acessibilidade e notoriedade, tendo definido na esteira do período de programação 2007/2013, à luz do Regulamento (CE) n.º 1828/2006, de 8 de dezembro de 2006, a obrigatoriedade de conceção, execução e avaliação de planos de comunicação que suportem a aplicação das intervenções operacionais.

A comunicação sobre os fundos estruturais constitui, por outro lado, um contributo fundamental para a perceção pública da construção europeia e da solidariedade comunitária e para a compreensão das suas políticas públicas. É neste quadro normativo e estratégico que se desenvolve a promoção, publicitação e divulgação do COMPETE, organizada no Plano de Comunicação, aprovado pela Comissão Europeia em maio de 2008.

As ações de comunicação implementadas ao longo de 2012 refletem, assim, a missão e objetivos estratégicos descritos no Plano, apresentado à Comissão Europeia, assentes na promoção do COMPETE junto do público-alvo, designadamente das entidades beneficiárias, e da satisfação das necessidades de acesso, garantindo uma imagem pública positiva do Programa e da aplicação dos fundos estruturais da União Europeia.

Recordemos os **objetivos estratégicos** definidos para a comunicação do COMPETE.

- Dar relevo ao papel da União Europeia, enfatizando o valor acrescentado dos Fundos Estruturais e associando o Programa aos desígnios de uma Europa mais competitiva e coesa;
- Criar uma imagem institucional credível junto da opinião pública e dos beneficiários efetivos e potenciais, aliando o Programa aos objetivos de desenvolvimento económico competitivo do País, no contexto da União Europeia;
- Incrementar a notoriedade do COMPETE, enquanto Programa Operacional integrado no QREN;
- Estimular, junto dos públicos-alvo, a associação imediata do Programa aos valores que lhe estão inerentes, designadamente, transparência, dinamismo, inovação, proximidade e eficácia;
- Criar um ambiente informativo estimulante à correta utilização dos apoios postos à disposição dos agentes económicos, em especial de uma procura qualificada, que vise o cumprimento dos objetivos do Programa.

Determinados em manter os objetivos do Plano de Comunicação num contexto de constrangimentos financeiros e administrativos, procurou adequar-se a estratégia de comunicação.

Neste sentido, o esforço de comunicação incidiu na parceria com os promotores para partilhar os projetos e alimentar o *website* de conteúdos de qualidade, num trabalho editorial semanal (*Newsletter*), no recurso às redes sociais e na assunção de responsabilidades de *frontoffice* por parte da equipa de comunicação.

Incrementou-se a proximidade com os beneficiários, garantindo-se um apoio constante em matéria de regras de publicitação, nomeadamente em campanhas de amplo espectro, e utilizando o *website* como um veículo de difusão de projetos e resultados promovidos em colaboração.

A estratégia de comunicação implementada ao longo de 2012 reflete, assim, a missão e objetivos estratégicos definidos no Plano de Comunicação, assentes na promoção do programa junto do público-alvo, designadamente das entidades beneficiárias, e da satisfação das necessidades de acesso, garantindo uma imagem pública positiva do Programa e da aplicação dos fundos estruturais da União Europeia.

No domínio da comunicação foi dada prioridade aos meios de comunicação mais inovadores, participativos e dinâmicos de que são exemplo as redes sociais.

Os resultados obtidos devem considerar-se num contexto alargado de comunicação onde os Organismos Intermédios desempenham papel fundamental e onde as iniciativas conjuntas com os outros Programas Operacionais e com o Observatório do QREN, são catalisadores da informação.

Seguidamente, dá-se nota das principais ações de comunicação e informação desenvolvidas no ano de 2012.

6.1 COMUNICAÇÃO WEB

A comunicação web empreendida no âmbito do COMPETE constitui uma das dimensões mais assinaláveis da política de comunicação global do Programa, com resultados muito relevantes, do ponto de vista do *website*, da *newsletter* e do *facebook*.

No que diz respeito à comunicação web há que destacar:

- A criação de uma área editorial específica no site (www.pofc.qren.pt/os-projetos-que-apostamos), com um conjunto de notícias que contribuíram para potenciar a notoriedade e o impacto dos projetos apoiados;

- O envio semanal da *newsletter*, com conteúdos mais apelativos e próximos às necessidades dos leitores.
- O lançamento – e consequente atualização diária – do Programa no *facebook*, para a disseminação mais informal e personalizada das iniciativas do COMPETE.

WEBSITE WWW.POFC.QREN.PT

O *site* é uma ferramenta privilegiada de comunicação e a abordagem comunicacional inerente pretende, sem perder a profundidade de informação, aproximar o público dos instrumentos disponíveis e do contributo do Programa para a competitividade nacional.

Online desde agosto de 2011, o portal COMPETE tem como propósito prestar apoio aos diversos utilizadores através de informação adequada às suas necessidades, tendo sido objeto de melhorias suplementares de *webdesign* e programação tendo em vista a otimização da navegação e pesquisa de conteúdos.

O *site* www.pofc.qren.pt foi analisado de janeiro a dezembro de 2012 com o Google Analytics e apresenta um total de 587.017 visitas, correspondendo a 250.033 pessoas que entraram no domínio www.pofc.qren.pt, num total de 2.743.120 visualizações.

Mais revelante do que o número de visitas são os resultados obtidos ao nível da profundidade da visita (quantas páginas foram visitadas) e da duração da mesma. O relatório mostra que a média de páginas por visita foi de 4,67 e a duração média da visita foi de 4'30", indicadores relevantes em matéria da navegabilidade e usabilidade.

Gráfico 6.1: Visitantes do Site do COMPETE, 2012

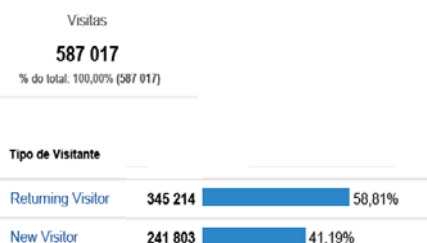
250 033 pessoas visitaram este Web site



Fonte: Google Analytics.

É notória a taxa elevada – cerca de 59% - de visitantes recorrentes quando comparado com os 41% de visitantes únicos.

Gráfico 6.2: Visitantes do Site do COMPETE: Efetivos versus Novos, 2012



Fonte: Google Analytics.

De acordo com os dados do *Google Analytics*, as páginas mais visitadas no site COMPETE em 2012, foram as seguintes:

- Concursos abertos;
- Incentivos às empresas;
- Formulários;
- Lista de projetos aprovados QREN;
- Consulta de projetos.

LISTA DE PROJETOS APROVADOS

Garantindo a necessária transparência na aplicação dos Fundos, o *site* disponibiliza no menu “Projetos” a lista de projetos aprovados, a qual é importada automaticamente do Sistema de Informação.

Esta lista permite filtrar a pesquisa por n.º de projeto, nome do promotor, sector de atividade, região (NUTS II), concelho, ano e instrumento de apoio.

Em 2012, foi feita uma melhoria à supracitada lista, ao introduzir o “NIF do promotor” nos filtros de pesquisa.

A atualização da listagem é diária.

NEWSLETTER

Ainda no que respeita aos acessos ao *website*, importa destacar a divulgação da newsletter eletrónica do COMPETE, prevista no Plano de Comunicação como uma ação estruturante e regular, que contribui para uma maior aproximação do Programa ao seu público-alvo.

Na reorganização da estratégia de comunicação, a *newsletter* ganhou especial importância, tornando-se um veículo de comunicação com uma periodicidade semanal, que privilegia conteúdos institucionais e, sobretudo, casos de sucesso. Assim, o *design* gráfico e os conteúdos foram revistos, tornando-a mais apelativa e com conteúdos mais próximos às necessidades dos seus leitores.

Conscientes de que a disseminação da marca COMPETE, e também da imagem da União Europeia e do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, é assegurada, de forma

crescentemente relevante, na comunicação das oportunidades e decisões de financiamentos, são divulgados, pelo menos, dois projetos apoiados pelo Programa, por edição.

A edição n.º 30, de 14 de fevereiro, atingiu o limite máximo de casos de sucesso com a publicação de 7 notícias.

Durante 2012, foram enviadas 53 edições (face a 22 do ano anterior), para um universo que tem vindo a aumentar ao longo dos anos; passou de 3.095 em 2011 para 4.980 destinatários em 2012.

A *newsletter* é composta por três áreas distintas:

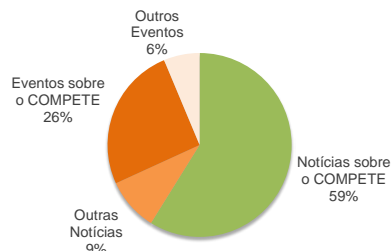
- Destaques - Trata dos projetos apoiados e temas genéricos com destaque e impacte no Programa;
- Agenda – Abrange eventos no âmbito dos projetos apoiados e que estão em curso e outras iniciativas de interesse relevante;
- Saiba Mais – Informação com carácter mais abrangente, podendo remeter para legislação ou informação de carácter geral.

Tabela 6.1: Distribuição do Conteúdo COMPETE pelas Áreas Notícias e Eventos na Newsletter, 2012

Saiba mais	Agenda	Destaques (notícias)
236	106	227

Fonte: COMPETE.

Gráfico 6.3: Distribuição do Conteúdo COMPETE pelas Áreas Notícias e Eventos na Newsletter, 2012



Fonte: COMPETE.

Verifica-se que o tema COMPETE prevalece, nas áreas “Notícias” e “Eventos”.



Edições da newsletter eletrônica, em 2012

FACEBOOK

Em 2012, a comunicação web do COMPETE deixou de se centrar exclusivamente no site institucional www.pofc.qren.pt e expandiu-se para as redes sociais com a dinamização da página www.facebook.com/competeufunds, privilegiando diferentes canais de comunicação institucional.

Lançada a 31 de maio de 2012, a página do COMPETE no *facebook* assinala uma nova cultura de comunicação institucional, onde a divulgação em torno das oportunidades e decisões de financiamentos implica uma dinâmica constante.

Em resultado desta disseminação, registou-se uma dispersão dos utilizadores *web* pelos diferentes canais, acompanhada por um aumento de seguidores nas redes sociais.

Tabela 6.2: Posts e Seguidores no Facebook do COMPETE, 2012

N.º de Posts	N.º de seguidores
434	2.862

Fonte: Facebook..

O *facebook* além de se antecipar às notícias que, por norma, são publicadas apenas no dia seguinte na imprensa escrita, permite alcançar um maior número de leitores que valoriza a atualidade da informação.

Tabela 6.3: Lista das 10 Publicações (Posts) com Maior Alcance, 2012

Publicação	Alcance (N.º de pessoas)
Saiba mais sobre os apoios adicionais de 40 milhões em novas iniciativas de apoio às empresas no quadro do QREN.	2.408
Consulte a nossa <i>newsletter</i> . Foi emitida hoje.	2.319
Conheça, em detalhe, o âmbito deste projeto apoiado pelo COMPETE.	2.106
São Paulo recebe Portugal Fashion na quinta-feira com desfiles de Miguel Vieira e Luís Buchinho.	1.939
Já consultou a nossa <i>newsletter</i> semanal?	1.804
Participe! Consulte o programa e efectue já a sua inscrição.	1.760
O evento vai realizar-se amanhã, dia 13 de dezembro, em Braga.	1.550
Saiba as empresas que foram distinguidas com os prémios inovação tecnológica na fileira do calçado 2012.	1.300
Esclarecimento: Foi eliminada a obrigação de apresentar garantia bancária nos processos de encerramento de investimento de PME , quando existe incentivo reembolsável em dívida. Mantem-se a obrigação de apresentação de garantia na modalidade de adiantamentos contra garantia.	1.170
Abertura de Concurso para Ações Coletivas.	1.141

Fonte: Facebook

6.2 COMUNICAÇÃO MEDIÁTICA

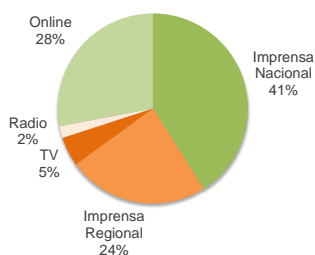
CLIPPING

O serviço de *clipping* é prestado pela CISION, líder mundial na disponibilização de serviços para planeamento, contacto, monitorização e análise de media.

Diariamente são objeto de análise 1.600 meios de imprensa (nacional, regional e especializada), 14 canais de televisão, 4 estações de rádio de cobertura nacional e 300 meios *on-line*.

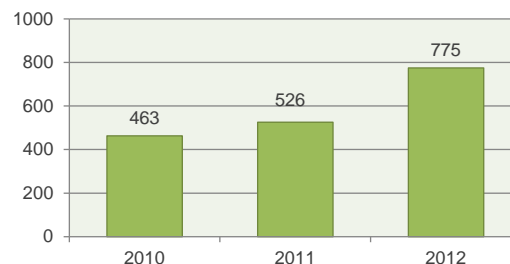
De acordo com os indicadores, é na imprensa e *online* que se registam as maiores taxas de crescimento, valores que refletem não só o esforço na divulgação do Programa mas também a natural evolução deste último segmento noticioso.

Gráfico 6.4: Meios que veicularam notícias sobre o COMPETE, 2012



Fonte: CISION

Gráfico 6.5: Distribuição de Notícias COMPETE nos Media, 2010-2012



Fonte: CISION

Em 2012 foram publicadas 775 notícias referentes ao COMPETE, representando um aumento de 47% face a 2011 e de 67% face a 2010, nos diferentes meios, a saber, imprensa, online, televisão e rádio.

De referir o forte papel que a imprensa nacional e regional desempenham na construção da notoriedade do COMPETE, sendo responsável, respetivamente, por cerca de 41% e 24% da produção noticiosa relativa ao Programa e aos projetos apoiados.

A tendência editorial das notícias é medida em função da análise textual dos conteúdos. Verifica-se que o COMPETE tem em média, numa escala de 1 a 5 (sendo 1 - notícia totalmente negativa e 5 - notícia totalmente positiva) 3,2 valores, o que confirma que grande parte das notícias sobre o Programa são positivas.

INSERÇÃO DE ARTIGOS EM REVISTAS

No contexto de cooperação inter-regional e transnacional, a iniciativa europeia OPEN DAYS – European Week of Regions and Cities – que reúne anualmente milhares de participantes de vários países, políticos, académicos, empresários e representantes de toda a sociedade civil, desempenha um papel fundamental para aumentar a competitividade, reforçando a coesão através de troca de experiências e criação de redes.

Considerando a relevância da iniciativa, a revista *Parliament Magazine's Regional Review* realizou um número especial para ser distribuído durante a realização da mesma.

Publicada cinco vezes por ano, esta revista é escrita e lida por membros de todas as instituições europeias.

Foi incluído um artigo sobre projetos apoiados pelo COMPETE, selecionando como temática o domínio do crescimento inteligente.

6.3 EVENTOS & RELAÇÕES PÚBLICAS

Apesar da realização de eventos continuar a configurar uma vertente de comunicação relevante do Programa, a estratégia comunicacional de 2012 reflete a contenção orçamental que o País está a viver. Neste sentido, foram repensadas outras formas de participação, envolvendo trabalho e colaboração estreita com as entidades coorganizadoras, com vista a minimizar os custos.

Foram alocados esforços para a realização dos eventos obrigatórios, nomeadamente a reunião da Comissão de Acompanhamento do COMPETE e a sessão anual de apresentação de resultados, implicando despesas e custos para o Programa, acomodados no seu projeto de Assistência Técnica anual.

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO

Considerando as obrigações regulamentares determinadas pelo Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho, de 11 de julho, e do Decreto-Lei n.º 312/2007, de 17 de setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei n.º 74/2008, de 22 de abril, a Autoridade de Gestão do COMPETE organizou a 6.ª reunião da Comissão de Acompanhamento do Programa, no dia 20 de junho de 2012, no salão nobre do IAPMEI (ver ponto 2.7.1 com as principais decisões).

SESSÃO ANUAL DE APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

A realização de “uma grande ação de informação anual” sobre a execução do Programa Operacional constitui não apenas uma exigência regulamentar comunitária, como uma “boa prática” de comunicação, transparência e promoção do escrutínio público.



Assim, a realização de um evento anual de balanço da aplicação do Programa passou a configurar uma ação estruturante da política de divulgação pública do COMPETE.

A sessão "Novos desafios à Competitividade | Respostas no presente e no futuro" decorreu no dia 18 de dezembro de 2012, no Centro Cultural e de Congressos de Aveiro e teve como objetivo fazer o balanço da execução e debater com os empresários estratégias de otimização de recursos ainda disponíveis e perspectivas para o futuro, tendo como protagonistas os promotores de projetos, realizados ou em curso.

Pretendeu-se demonstrar a adequação dos atuais instrumentos de apoio ao investimento - oferecidos no âmbito do COMPETE - aos objetivos de aumento da competitividade, da inovação e do empreendedorismo e a sua compatibilidade com os objetivos traçados para os domínios programáticos da Europa 2020.

No painel I evidenciou-se, através de projetos com resultados, que a aposta no investimento em I&DT e a transferência do conhecimento produzido nas entidades do Sistema Científico e Tecnológico induzem a geração de novas empresas e processos de inovação materializados na oferta ao mercado de novos bens e serviços.

Foram analisados os seguintes casos: SelfClean: Modificação da superfície com materiais nanoestruturados fotocatalíticos | RECER; A nanotecnologia nos setores tradicionais | CENTI, Centro de Nanotecnologia e Materiais Técnicos, Funcionais e Inteligentes; InnovProcess|Innovnano e NanoPackSafer: Um novo sistema de embalagem de alimentos | Instituto para a Biotecnologia e Bioengenharia (IBB), Universidade do Minho.

No painel seguinte foi abordado o facto de a competitividade dever ser procurada em todas as fases da cadeia de valor e em todos os projetos empresariais, sejam eles associados a sectores “tradicionais” ou a segmentos das novas áreas da economia.

Foram analisados os seguintes casos: Intercork | APCOR; HighSpeedShoefactory | Kyaia; Os Têxteis ao serviço do bem-estar e da saúde | FIORIMA; O mercado da telemetria | ISA.

Foram também apresentados casos de sucesso de utilização dos instrumentos COMPETE para aumentar a competitividade e gerar inovação em projetos empresariais (empresas em análise: IMPETUS; NOVADELTA; FREZITE e CONVERDE).

O último painel foi dedicado à apresentação sinérgica dos apoios disponíveis neste período de programação, focalizando na melhoria do acesso das empresas ao financiamento.

| 260

No contexto desta sessão foram concebidas:

- Uma apresentação dinâmica com as principais apostas e resultados do COMPETE;
- Um desdobrável digital síntese que contém um ponto de situação sobre as respostas do COMPETE no presente, remetendo para um ponto de situação a 30 de novembro e os desafios que se avizinham, remetendo para o calendário de concursos.



INICIATIVA PORTUGAL A CRESCER

No âmbito das estratégias para dinamizar a economia nacional foi atribuída à Autoridade de Gestão do COMPETE a coordenação e implementação de uma iniciativa de apresentação e divulgação das principais políticas ativas de revitalização, internacionalização e financiamento das empresas e de combate ao desemprego, dinamizadas pelo Governo de Portugal, em estreita articulação com o Gabinete do Ministro da Economia e Emprego, com o Gabinete do Secretário de Estado Adjunto da Economia e Desenvolvimento Regional e com o IAPMEI, ontando também com a colaboração da Ordem do Técnicos Oficiais de Contas.



António Almeida Henriques, Viseu



Audiência na Exponor



Álvaro Santos Pereira, Lisboa

Neste contexto, definiu-se um cronograma de 8 sessões, de 15 junho a 6 de julho cobrindo todo o País com o objetivo de reforçar e clarificar as medidas destinadas a recuperar e revitalizar empresas em risco, a contratar quadros para as empresas e a apresentar todos os instrumentos de financiamento disponíveis para as mesmas.

Para concretização do objetivo, o COMPETE estabeleceu como parceiros, numa lógica de rentabilização de recursos e de proximidade aos beneficiários, as associações empresariais locais, as Direções Regionais do Ministério de Economia e do Emprego e as Comissões de Coordenação Regionais.

COMEMORAÇÃO DO DIA DA EUROPA | BOLSA DO EMPREENDEDORISMO

Conforme previsto no Regulamento (CE) n.º 1828/2006, de 8 de dezembro, a AG COMPETE assinalou o Dia da Europa – 9 de maio - com a inserção de um *banner* alusivo no *site* do Programa em www.pofc.qren.pt.

De forma inovadora a nível europeu, celebrou-se, em 2012, o dia da Europa com um evento que promoveu a recuperação económica e o emprego, apoiando iniciativas de começo ou expansão de negócio – a Bolsa de Empreendedorismo.

Este evento teve lugar no Pátio da Galé, no Terreiro do Paço e foi uma iniciativa da Representação da Comissão Europeia em Portugal, em parceria com os Ministérios da Economia e Emprego e dos Negócios Estrangeiros.

Enquadrada na Semana do Empreendedorismo da Câmara Municipal de Lisboa, contou com a parceria ativa das dezenas de entidades públicas e privadas com papel de relevo na promoção do empreendedorismo em Portugal.

Assim, a Bolsa do Empreendedorismo permitiu, a quem tivesse uma ideia de negócio ou um projeto de expansão empresarial, receber aconselhamento especializado junto de alguns dos mais bem-sucedidos e experientes empresários portugueses, responsáveis máximos de Sistemas de Incentivos, quadros de topo da banca privada e demais instituições de apoios, da AICEP ao IAPMEI, das universidades às associações.

O COMPETE marcou presença neste evento através do *stand* institucional, onde foram prestados esclarecimentos aos interessados e da participação em *workshops* de Franquelim Alves (Gestor do Programa), Fernando Alfaiate (empresas e inovação) e Ricardo Banha, (financiamento e capital de risco).

PRÉMIOS EUROPEUS REGIOSTARS

A participação do COMPETE nos Prémios Europeus REGIOSTARS, uma iniciativa da Comissão Europeia que distingue projetos inovadores de desenvolvimento regional como boas práticas a serem seguidas por outras regiões, deu-se pela primeira vez com a submissão de uma candidatura à categoria 5 "*Promoting EU Regional policy using short vídeos*".

O vídeo abrange dois projetos apoiados pelo COMPETE, a saber:

- Energy Living: redução dos custos de energia;
- Mala segura: desenvolvimento de um mecanismo de deteção de malas nos aeroportos.

6.4 CONTACTO COM O PÚBLICO

Disponibilizar informação relevante e serviços públicos *online* é a primeira ação de comunicação e a de maior visibilidade para empresas e cidadãos. A utilização de canais informativos e transacionais, com resposta rápida, adequados às necessidades específicas do público complementa a informação e estreita a relação comunicacional.

Assim, a Autoridade de Gestão do COMPETE tem implementado e em pleno funcionamento um sistema de atendimento telefónico e de *email* a beneficiários do Programa para a prestação de esclarecimento e “validação” de aplicações em fase de desenvolvimento.

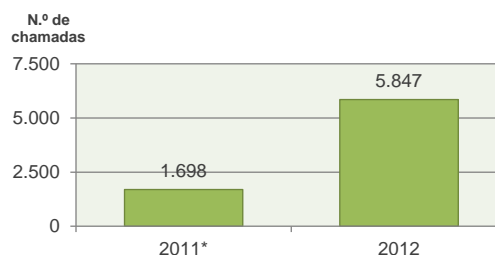
LINHA DE ATENDIMENTO TELEFÓNICO

A linha de atendimento telefónico da AG COMPETE deve analisar-se no contexto de outros mecanismos de contacto dinâmico com os promotores, beneficiários e público em geral.

Este serviço é assegurado pelo Núcleo de Imagem e Comunicação (NIC), em colaboração com as áreas técnicas do Secretariado Técnico.

A funcionar desde 1 de abril de 2011, esta linha de atendimento telefónico registou, em 2012, um aumento de 71% no que respeita ao volume de chamadas.

Gráfico 6.6: Chamadas Telefónicas Atendidas, 2011-2012

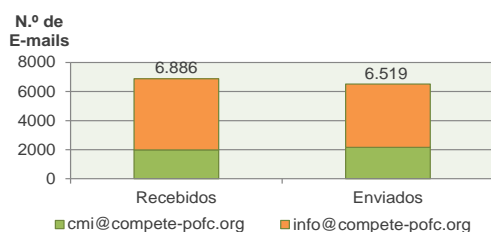


Nota: * Início em 1 de abril. Fonte: COMPETE

EMAIL

No que respeita à correspondência eletrónica verificou-se um aumento significativo, tanto de mensagens recebidas (14%), como de mensagens enviadas (24%).

Gráfico 6.7: Estatísticas Correio Eletrónico com o Domínio 'compete-pofc.org', 2012



Fonte: COMPETE

Em 2012 foram recebidos 6.886 *e-mails* e enviados 6.519, valores livres de *spam*.

Na sequência de alguns destes contactos, foi feita a análise a diversos casos de publicitação do cofinanciamento, onde a publicitação foi, por vezes, corrigida de acordo com as regras vigentes, mediante intervenção do NIC.

6.5 INTERVENÇÕES

Para além dos eventos organizados e dinamizados pela AG COMPETE, a participação enquanto orador do Presidente e das Vogais da Comissão Diretiva noutras sessões é uma oportunidade para incrementar a notoriedade do Programa e criar uma imagem institucional credível junto da opinião pública e dos beneficiários potenciais e finais.

Em 2012, o gestor do COMPETE participou em 72 sessões e as duas vogais em 34, na maioria relacionadas com projetos financiados pelo Programa, totalizando 106 eventos.

6.6 A REDE INFORMAL DE COMUNICAÇÃO QREN

A Rede de Interlocutores de Comunicação do QREN (RIC QREN) configura um dispositivo de cooperação entre as estruturas de comunicação dos Programas Operacionais e as autoridades nacionais do QREN, previsto na legislação nacional e comunitária, tendo em vista o desenvolvimento de ações conjuntas de maior espectro público e a coordenação de esforços com fins de qualificação global da imagem pública e transparência da aplicação dos fundos estruturais em Portugal.

Para a devida articulação das suas atividades, a RIC QREN reuniu-se em quatro ocasiões, em 2012, nos meses de fevereiro, setembro e dezembro em Lisboa e em maio, no Alentejo.

O funcionamento da Rede tem permitido desenvolver, entre outras ações e resultados, os seguintes *outputs* comunicacionais:

- A implementação do novo *website* do QREN www.qren.pt que culminou com o seu lançamento no dia 10 de dezembro de 2012, com o propósito de reforçar a política de transparência e de

prestação de contas que rege a comunicação do QREN, oferecendo mais informação e de mais fácil acesso;

- O arranque do Estudo de Opinião sobre o QREN, de forma a obter uma imagem fiel da perceção dos vários públicos, avaliando os impactes da comunicação e, assim, aferir a adequação dos seus planos de comunicação, possibilitando proceder aos ajustamentos apropriados e à alocação mais eficaz dos recursos;
- A participação na Rede Comunitária INFORM;
- A Comunicação pós-2013 – De referir o trabalho conjunto levado a cabo pela RIC QREN na construção de uma proposta de posição comum relativamente aos requisitos regulamentares em matéria de Informação, Publicitação e Estratégias de Comunicação, remetida, enquanto contributo, aos membros do grupo de coesão, para a discussão sobre as disposições relativas a Informação e Publicitação pós-2013.

6.7 A ATIVIDADE NAS REDES COMUNITÁRIAS DE COMUNICAÇÃO | REDE INFORM

Ao nível externo, o COMPETE esteve presente nas reuniões da Rede INFORM, coordenada pela DG REGIO da Comissão Europeia. Esta rede integra responsáveis pela comunicação dos fundos europeus em cada Estado-Membro da União Europeia e reúne-se duas vezes por ano para debater temas relacionados com a comunicação do FEDER e do Fundo de Coesão e para definir linhas de ação comuns a seguir.

As reuniões tiveram lugar em Varsóvia, nos dias 10 e 11 de maio e em Paris, nos dias 03 e 04 de dezembro.

6.8 COMUNICAÇÃO INTERNA

Atendendo à relevância do processo comunicacional interno na consolidação da identidade da AG COMPETE, reforçaram-se mecanismos facilitadores do fluxo de informação, designadamente:

- O desenvolvimento do *clipping* diário, divulgando as notícias sobre o COMPETE, QREN, União Europeia e outros temas transversais, perfazendo um total de 2.340 artigos em 2012;
- A difusão diária da legislação nacional e comunitária, considerada relevante para a organização;
- A divulgação da lista de publicações disponíveis para consulta;

- A gestão do endereço geral do COMPETE (info@compete-pofc.org) e da Comunicação e Imagem (cmi@compete-pofc.org);
- O apoio à organização de reuniões técnicas e à partilha de informação;
- A gestão de conteúdos informativos e calendarização de eventos;
- A assessoria gráfica na preparação documental e de apresentações.
- A difusão de alertas via email com novidades.

6.9 MONITORIZAÇÃO

A monitorização do Plano de Comunicação e Informação, com recurso a um conjunto de indicadores (quantitativos e qualitativos), desempenha uma função determinante, permitindo ajustar e repensar os diversos meios e técnicas disponíveis, a fim de se atingirem mais eficazmente os objetivos definidos.

É conhecido o contexto nacional de crise e de restrição orçamental que tem vindo a afetar, com particular incidência, as atividades de comunicação previstas.

Como tal, o ano de 2012, embora tenha mantido níveis de performance comunicacionais razoáveis, apresenta um nível de concretização das suas atividades aquém do estabelecido para este ano, quando da sua aprovação em maio de 2008.

O quadro síntese que se apresenta considerou alguns dos indicadores – de meios e de resultados – definidos no Plano de Comunicação. Na medida em que as metas foram fixadas em termos acumulados, a análise terá ser dinâmica o que permite verificar a adequabilidade de alguns dos indicadores/metast à realidade.

Desde agosto de 2011 que a presença do COMPETE na internet se cinge ao site institucional www.pofc.qren.pt. Até então coexistiam dois sites (institucional e incentivos), o que nesta perspetiva poderia inflacionar a contabilização do número de visitantes.

Mais importante são o número de visitantes efetivos, o número de páginas visitadas e o tempo da visita, indicadores que só desde agosto de 2011 estão disponíveis.

Os canais de comunicação com o público foram objeto de uma racionalização. As quatro contas associadas ao gabprime (contas efetivamente de questões técnicas) foram fundidas numa só: info@compete-pofc.org e rentabilizaram-se os canais de informação dos Organismos Intermédios. Acresce a partir de 2011, os indicadores encontram-se limpos de *spam*.

Tabela 6.4: Indicadores de Informação e Divulgação, 2007-2012

Indicadores	Unidades	Execução 2012	Execução 2007-2012	Metas 2007-2013	Cumprimento
Publicidade					
Anúncios Imprensa	n.º	0	13	10	Sim
Inserções – Imprensa escrita	n.º	0	202	450	
Anúncios Online	n.º	0	6	n.d	
Visualizações	n.º	0	1.450.000	n.d	
Spots de Rádio	n.º	0	7	100	
Inserções – Rádio	n.º	0	531	n.d	
Assessoria de Imprensa					
Press Releases	n.º	2	25	10	Sim
Convites	n.º	4.500	42.479	20.000	Sim
Notícias Publicadas	n.º	775	2590	100	Sim
Eventos					
Sessões	n.º	10	39	150	
Média/participantes	n.º	260	260	n.d	
Publicações					
Publicações	n.º	0	11	10	Sim
Tiragem	n.º	0	52000	100.000	52%
Site					
Visitas	n.º	587.017	2.903.409	1.500.000	Sim
Newsletter					
Emitidas	n.º	53	120	n.d	
Subscritores	n.º	1.885	4.980	10.000	
Facebook*					
N.º de publicações na página		434	434	n.d	
N.º de pessoas que gostam da página		2.862	2.862	n.d	
YouTube					
N.º de filmes carregados		2	2	n.d	
Centro de Atendimento Telefónico**					
Chamadas atendidas	n.º	5.847	23.231	125.000	
Correio Electrónico					
Mensagens Recebidas	n.º	6886	57446	n.d.	
Mensagens Enviadas	n.º	6519	61727	8.000	Sim

Notas:* Página do COMPETE no facebook a funcionar desde 31 de maio (2012). ** Centro de atendimento a funcionar desde 1 de abril 2011.

6.10 ORÇAMENTO

Em 2012, considerando a reorientação da estratégia e a otimização e rentabilização de recursos e a forte restrição orçamental, a execução do orçamento para Informação e Divulgação fixou-se nos 11% (despesa realizada de 49.370,96 euros de investimento elegível, a que corresponde 41.965,32 euros de fundo FEDER). Para o período 2007-2012, a execução do orçamento foi de 59%.

Tabela 6.5: Orçamento e Execução (Despesa Elegível) - Informação e Divulgação, 2007-2012

	2012			2007-2012		
	Orçamento	Realização	%	Orçamento	Realização	%
Assistência Técnica - Informação e Divulgação	453	49	11%	4.179	2.486	59%

Unid: Mil Euros



CONCLUSÕES E PREVISÕES PARA 2013

7.1 CONCLUSÕES DA IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA EM 2012

| 267

O ano de 2012 foi igualmente caracterizado por uma conjuntura macroeconómica muito desfavorável, quer para os promotores empresariais, quer para os promotores não empresariais, com especial enfoque nos promotores públicos.

Como foi referido no ponto 2.4.1 – Contexto socioeconómico, o ajustamento estrutural, associado ao Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), a par do abrandamento registado na economia mundial e em particular na dos nossos principais parceiros da Área do Euro, gerou um impacto negativo na economia muito superior ao esperado, com o PIB a acentuar a trajetória de queda verificada em 2011, registando uma contração de 3,2% durante o ano de 2012.

A redução do rendimento disponível (aumento da tributação, aumento do desemprego e moderação salarial), o aumento do pessimismo por parte das empresas e famílias (adiando decisões de consumo e investimento) e as restrições ao crédito, provocaram uma quebra acentuada na procura interna e na Formação Bruta de Capital Fixo (investimento).

A natureza recessiva da crise, agravada pelas restrições de financiamento impostas pelo sistema bancário, representa um risco à boa execução do Programa, com potencial impacto ao nível do aumento das anulações (promotores que não executam arrancam com os seus investimentos) e das quebras de encerramento (promotores que não executam na totalidade os respetivos projetos), mas igualmente, da procura (com diminuição das candidaturas apresentadas).

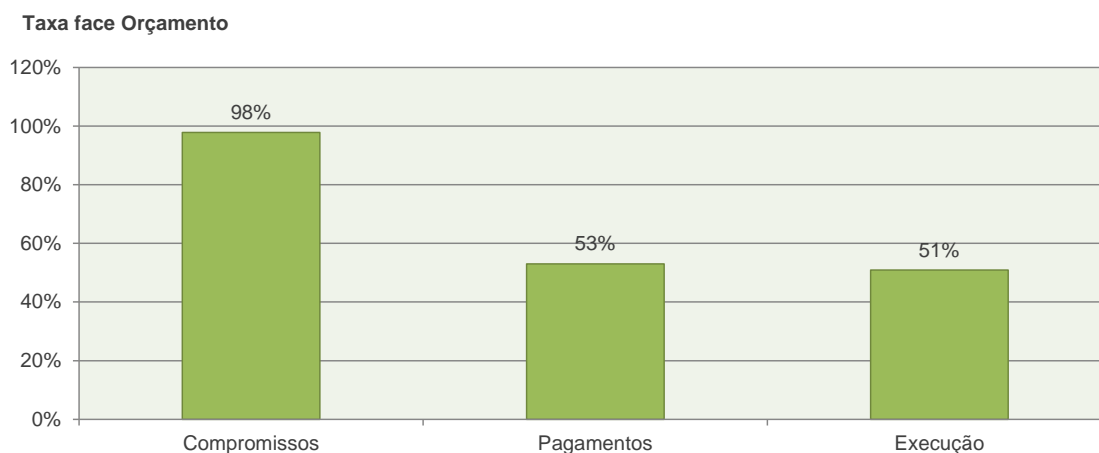
Durante o ano de 2012, foram introduzidos **novos ajustamentos** ao COMPETE visando o fomento do nível de execução (nomeadamente através da criação da Linha INVESTE QREN para financiamento da contrapartida privada dos projetos, do aumento das taxas de incentivo dos projetos públicos não concluídos e da flexibilização da norma de pagamentos) e o surgimento de candidaturas (nomeadamente através do lançamento de concursos em contínuo).

Foi ainda concluído o **processo de reprogramação estratégica** do QREN, destacando-se o reforço da dotação do Eixo I (na sua componente de apoio Investigação Científica) e do Eixo III (para financiamento da Linha INVESTE QREN, com reforço do Fundo de Contragarantia Mútuo e bonificação de comissões de garantia, bem como para o lançamento de novos Fundos de Capital de Risco Regionais de Expansão Empresarial, também denominados Fundos Revitalizar).

| 268

No final do ano, os **indicadores de realização financeira** apontavam para níveis de compromisso (98% da dotação FEDER), pagamentos (53%) e execução (51%) que podem ser considerados como adequados tendo em conta o estágio atual do Programa.

Gráfico 7.1: Principais Indicadores financeiros do COMPETE, 2007-2012



Fonte: SI POFC

Realce-se ainda o desempenho positivo ao nível dos **pagamentos e execução**, tendo-se verificado em 2012 um incremento face ao ano de 2011 na ordem dos 25% e 22%, respetivamente, o que permitiu o cumprimento da meta de execução n+3 e das previsões de pedidos de pagamento apresentadas à CE.

Relativamente à **procura de novos projetos**, verificou-se em 2012 uma tendência decrescente relativamente aos grandes projetos empresariais e aos projetos não empresariais e, por outro lado, uma estabilização da procura empresarial rececionada no âmbito dos Avisos de Abertura de Concursos (AAC) dos Sistemas de Incentivos.

A **taxa de anulação** apresentou uma tendência de crescimento, reflexo da difícil conjuntura macroeconómica e, por outro lado, do acompanhamento da Gestão no sentido de descativar projetos que não chegaram a ser implementados pelos promotores, permitindo assumir novos

compromissos. O reduzido nível de projetos encerrados (7% dos projetos provados) não permite ainda efetuar uma análise de tendências face aos anos anteriores.

O aumento das taxas de quebra de anulação obriga a um maior nível de compromissos a assumir no COMPETE durante o ano de 2013 (em *overbooking*), de modo a garantir um grau de absorção total da dotação FEDER do Programa.

Relativamente às **metas para 2012**, fixadas no Relatório de Execução de 2011, verifica-se um total cumprimento dos objetivos estabelecidos em termos da conclusão do processo de reprogramação do Programa, da conclusão do processo de certificação à CE de despesas do SAESCTN, de execução (meta n+3 e Pedidos de Pagamento FEDER apresentados à CE), do cumprimento do Plano de Avaliação e do processo programado de verificações de gestão do Eixo III.

Tabela 7.1: Cumprimento em 2012 dos objetivos fixados em 2011

Objetivos	Realização	Cumprimento
Apresentar à CE a reprogramação do COMPETE, alinhada com a Reprogramação Estratégica do QREN	Concluir o processo de reprogramação do Programa	Sim (reprogramação aprovada pela CE em Dez-2012)
Inclusão nos pedidos de certificação a remeter à Comissão Europeia das despesas referentes ao SAESCTN	Certificação das despesas do SAESCTN	Sim (as despesas do SAESCTN foram incluídas no 4º PPI de 2012 de Jun-2012,
	Cumprimento da Regra N+3	Sim (grau de cumprimento de 174%)
Apresentar níveis de execução adequados	Realizar Pedidos de Pagamentos FEDER à CE de 441,1 milhões de euros	Sim (grau de cumprimento de 110%)
	Cumprimento do Plano de Avaliação do COMPETE	Sim (a Equipa de Avaliação foi escolhida em 21-Dez-2012, tendo o estudo sido contratualizado em 29-Jan-2013)
Verificações de Gestão do Eixo III	Concluir o processo de aprofundamento das verificações de gestão do Eixo III	Sim (a IGF reclassificou os projetos do Eixo III)

Conclui-se assim que, apesar dos constrangimentos externos induzidos pela crise económica, a realização do Programa pode ser considerada como positiva.

7.2 PREVISÕES PARA 2013

Constituindo o último ano para a aprovação de novos projetos³⁴, o ano de 2013 será marcado por um elevado nível de aprovações³⁵, num contexto de crise macroeconómica. Neste sentido, torna-se necessário gerir um adequado nível de *overbooking* que compense as quebras futuras e manter um elevado acompanhamento dos compromissos assumidos, no sentido de minimizar o incentivo cativado que não será objeto de execução.

É igualmente importante manter o ritmo de execução e pagamentos registado em 2012, de modo a cumprir as metas de execução (nomeadamente a regra n+2) e evitar a concentração excessiva da execução nos últimos anos do Programa (2014-2015).

Por outro lado, deverá ser incrementado o nível de projetos encerrados, permitindo uma gestão das quebras futuras estimadas com mais informação para, deste modo, poder proceder ao lançamento de novo compromisso.

Numa lógica de melhoria contínua, torna-se ainda necessária a identificação de eventuais pontos de melhoria processual que permitam melhorar o desempenho do Programa.

Em relação à componente de execução orçamental do Programa são assumidas, como principais metas para 2013:

- Concretizar o cumprimento da regra n+2 de 2013, no montante acumulado de 2.034 milhões de euros;
- Realizar Pedidos de Pagamentos FEDER à CE na ordem de 502,5 milhões de euros (conforme previsão remetida já em 2013).

INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO

Privilegiar-se-á um ambiente comunicacional facilitador da correta utilização dos apoios previstos no Programa e colocados à disposição dos agentes económicos, fomentando o aparecimento de projetos inovadores e de elevado valor acrescentado, que contribuam para o reforço da competitividade empresarial, para a geração de novos conhecimentos com aplicação económica, para o desenvolvimento de ações coletivas, para uma utilização mais eficaz de novos instrumentos financeiros e para uma administração pública mais eficiente.

³⁴ Apesar de apenas na componente empresarial existir uma obrigação regulamentar de aprovar a totalidade dos projetos até final de 2013. Tendo em conta o tempo médio de execução dos projetos, não está prevista a aprovação de novos projetos em 2014-2015, exceto em casos pontuais.

³⁵ À data da elaboração do Relatório, verifica-se uma forte procura dos instrumentos disponíveis, com especial destaque para os Sistemas de Incentivos.

Paralelamente, estimular-se-á o desenvolvimento de ações de disseminação e valorização dos resultados alcançados, decorrentes dos apoios concedidos.

A estratégia de comunicação focar-se-á na rentabilização do site e da newsletter, como instrumentos privilegiados de comunicação, acompanhada por uma utilização eficaz das redes sociais, que devem complementar, alargando a um público mais geral a informação sobre o Programa e os projetos que este apoia.

A área de comunicação do COMPETE irá manter a colaboração com a AMA - Agência para a Modernização Administrativa no portal do cidadão e da empresa, na criação das páginas específicas por serviço (entenda-se instrumento de apoio) e atualizando a informação relativa aos concursos abertos.

A criação de uma *networking* na DG Inform permite estreitar laços com Programas Operacionais de outros Estados membros e dar outra escala às notícias sobre o Programa e seus projetos, pelo que se sublinha a relevância de reforçar esta colaboração. Neste contexto, o COMPETE também trabalhará com os serviços de comunicação da comissão responsável pela edição da revista Panorama.

Relativamente à participação em eventos, considera-se que a aposta deverá ser efetuada na sessão anual de resultados numa lógica de trabalho colaborativo com os beneficiários dos projetos. Pretende-se ainda garantir uma participação ativa nas Comemorações do Dia da Europa e em todas as ações destinadas ao grande público onde o COMPETE possa colaborar sem que daqui resultem custos associados.

Em suma, a estratégia a adotar em 2013 será dinâmica e inovadora, atingindo notoriedade e visibilidade pública do COMPETE, através da divulgação das principais concretizações do Programa na comunicação web, com destaque para as redes sociais.

Apresenta-se de seguida a tabela consolidada dos objetivos fixados para 2013:

Tabela 7.2: Objetivos fixados para 2013

Objetivos	Meta
Garantir a análise / decisão da totalidade dos projetos empresariais apresentados	Concluir o processo de análise dos AAC e dos Projetos do Regime Especial
Apresentar níveis de execução adequados	Cumprimento da Regra N+2
	Realizar Pedidos de Pagamentos FEDER à CE de 502,5 milhões de euros
Cumprimento do Plano de Avaliação do COMPETE	Concluir o processo da Avaliação Intercalar do COMPETE
Aumentar o nível de projetos encerrados	Aumentar em 50% o número de projetos encerrados no final do ano (passar de 348 projetos para 522 projetos encerrados)
Verificações de Gestão das Linhas de Crédito PME Investe I e II	Concluir as questões pendentes relativas às Linhas de Crédito PME Investe I e II

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

AAC	Aviso para Apresentação de Candidaturas
AC	Agenda para a Competitividade
AdI	Agência de Inovação
AG	Autoridade de Gestão
AICEP	Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal
AMA	Agência para a Modernização Administrativa
ANCCT	Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica (Ciência Viva)
APDC	Associação para o Desenvolvimento das Comunicações
API	Agência Portuguesa para o Investimento
ARDU	Ações de Regeneração e Desenvolvimento Urbanos
BDI	Bolsa de Descatificação de Incentivo
BEI	Banco Europeu de Investimento
BRIC	Brasil, Rússia, Índia e China
CAE	Código das Atividades Económicas
CE	Comissão Europeia
CAP	Agricultores de Portugal
CCP	Confederação do Comércio e Serviços de Portugal
CGTP	Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses
CIP	Confederação Empresarial de Portugal
CMC	Comissão Ministerial de Coordenação
CONFAGRI	Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas de Portugal
CPADA	Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente
CTP	Confederação do Turismo Português
COMPETE	Programa Operacional Fatores de Competitividade
DI&D	Despesas em Investigação e Desenvolvimento
DRE	Direção Regional da Economia
DSGC	Descrição do Sistema de Gestão e Controlo
EEC	Estratégias de Eficiência Coletiva
EEE	Estratégia Europeia para o Emprego
EMAS	Sistema de Eco-Gestão e Auditoria
ESCO	Empresas de Serviços de Energia
ETI	Equivalente a Tempo Integral
EUA	Estados Unidos da América
FACI	Ferramenta de Análise e Cálculo de Incentivo
FAPPI	Ferramenta de Análise de Pedido de Pagamento Intermédio
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo
FCGM	Fundo de Contragarantia Mútua
FCT	Fundação para a Ciência e Tecnologia
FCR	Fundo de Capital de Risco

FEADER	Fundo Agrícola de Desenvolvimento Rural
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FGA	Fundo de Gestão de Ativos
FEI	Fundo Europeu de Investimento
FEP	Fundo Europeu das Pescas
FINOVA	Fundo de Apoio ao Financiamento à Inovação
FSE	Fundo Social Europeu
I&D&I	Investigação & Desenvolvimento & Inovação
I&DE	Investigação e Desenvolvimento Experimental
I&DT	Investigação e Desenvolvimento Tecnológico
IAPMEI	Instituto de Apoio a Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento
ID&DT	Investigação, Desenvolvimento e Demonstração Tecnológica
IDE	Investimento Direto Estrangeiro
IGF	Inspeção-geral de Finanças
IFDR	Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional
INR	Incentivo Não Reembolsável
IR	Incentivo Reembolsável
JOUE	Jornal Oficial da União Europeia
LVT	Lisboa e Vale do Tejo
N.º	Número
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
OC	Outros Clusters
OI	Organismo Intermédio
OG	Orientação de Gestão
OT	Orientação Técnica
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
p.p.	Pontos percentuais
PCT	Pólo de Competitividade e Tecnologia
PDR	Plano de Desenvolvimento Regional
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Pequenas e Médias Empresas
PNAEE	Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética
PNE	Plano Nacional de Emprego
PO	Programa Operacional
POFC	Programa Operacional Fatores de Competitividade
POPH	Programa Operacional Potencial Humano
POR	Programa Operacional Regional
PP	Pedido de Pagamento
PPC	Paridade de Poder de Compra
PPS	Produto, Processo e/ou Serviço
PRIME	Programa de Incentivos à Modernização da Economia
PROMAR	Programa Operacional Pesca
PROVERE	Programas de Valorização Económica de Recursos Endógenos
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional
RNG	Redes de Nova Geração
ROC	Revisor Oficial de Contas

RTV	Relatório Técnico de Visita
SAMA	Sistema de Apoios à Modernização Administrativa
SAESCTN	Sistema de Apoio a Entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional
SAFPRI	Sistema de Apoio ao Financiamento e Partilha de Risco na Inovação
SBA	Small Business Act
SCTN	Sistema Científico e Tecnológico Nacional
SFC	System for Fund Management in the European Community
SGM	Sociedades de Gestão de Ativos
SI	Sistema de Incentivos
SIAC	Sistema de Apoio a Ações Coletivas
SI I&DT	Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico
SI Inovação	Sistema de Incentivos à Inovação
SI Qualificação	Sistema de Incentivos à Internacionalização e Qualificação de PME
PME	
SNC	Sistema Nacional de Controlo
SPQ	Sistema Português da Qualidade
SWOT	Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
TICE	Tecnologias de Informação, Comunicação e Eletrónica
TIE	Tecnologias de Informação e Eletrónica
TOC	Técnico Oficial de Contas
TP	Turismo de Portugal
EU	União Europeia
UGT	União Geral de Trabalhadores
VAB	Valor Acrescentado Bruto
VE	Valia Económica.

BIBLIOGRAFIA

BANCO DE PORTUGAL, *Boletim Económico – Outono 2012*, Banco de Portugal, vol. 18, n.º 3, 2012;

BANCO DE PORTUGAL, *Boletim Económico – Inverno 2012*, Banco de Portugal, vol. 18, n.º 4, 2012;

BANCO DE PORTUGAL, *Boletim Económico – Primavera 2013*, Banco de Portugal, vol. 17, n.º 1, Março 2011;

CIG (Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género), *IV Plano Nacional para a Igualdade – Género, Cidadania e não Discriminação 2011/2013 – Relatório Intercalar de Execução – 2012*

COMISSÃO EUROPEIA, *European Economic Forecast - Autumn 2012*, Comissão Europeia, novembro 2012;

COMISSÃO EUROPEIA, *European Economic Forecast - Winter 2013*, Comissão Europeia, fevereiro 2013;

COMISSÃO EUROPEIA, *European Economic Forecast – Spring 2013*, Comissão Europeia, maio 2013;

GEE et al, *Boletim Mensal de Economia Portuguesa*, n.º 4, GEE, abril de 2013;

GEE, *Indicadores de Atividade Económica*, GEE;

WORLD ECONOMIC FORUM, *The Global Gender Gap Report 2012*, WEF, 2012.

ANEXOS

Anexo I - Realização Física dos Indicadores Comuns Nacionais

Anexo II - Programação financeira, aprovações e execução por Eixo Prioritário até 31.12.12 (valores acumulados)

Anexo III - Aprovações e execução por Regulamento Específico até 31.12.12 (valores acumulados)

Anexo IV - Aprovações e execução por NUTS III até 31.12.12 (valores acumulados)

Anexo V - Aprovações e execução por Tema Prioritário (contribuição da União)

Anexo VI – Operações implementadas de instrumentos de Engenharia Financeira integradas em Fundos de Participação

Anexo VI - Operações implementadas de instrumentos de Engenharia Financeira não integradas em Fundos de Participação Relatório de acompanhamento dos Instrumentos de Engenharia Financeira

Anexo VII - Indicadores de Monitorização Estratégica Ambiental e de Sustentabilidade

Anexo VIII - Resumo Implementação Física - Indicadores de Eixo - Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 846/2009

Anexo IX – Resumo Implementação Física - Indicadores Comuns Comunitários - Anexo VI do Regulamento (CE) n.º 846/2009

Anexo X - Operações aprovadas por Eixo Prioritário até 31.12.12 (valores acumulados)

Anexo XI - Regulamentação Específica/Calendário de concursos por Eixo Prioritário

Anexo XII - Processo de seleção por Eixo Prioritário até 31.12.12 (valores acumulados)

Anexo XIII - Ficha de Grande Projeto

Anexo XIV - Listas das aplicações em PME no âmbito do Eixo III

Anexo XV - Lista de Projetos aprovados ao abrigo da regra *Spill-Over Effects*

Anexo XVI - Listas das verificações no local e auditorias externas